



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

**ESTRADA REAL: PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS
GERAIS (?) – UM ESTUDO DE DIAMANTINA E SERRO**

Daniel Anilton Duarte Marques

Brasília-DF
2009



**Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo**

**ESTRADA REAL: PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS
GERAIS (?) – UM ESTUDO DE DIAMANTINA E SERRO**

Daniel Anilton Duarte Marques

Dissertação apresentada ao
Mestrado Profissional em Turismo
da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do
título de mestre.

Brasília-DF
Junho de 2009

**Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo**

**ESTRADA REAL: PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS
GERAIS (?) – UM ESTUDO DE DIAMANTINA E SERRO**

Daniel Anilton Duarte Marques

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cléria Botelho da Costa (CET/UnB)
Orientadora

Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado (UFMG)
Examinadora Externa

Profa. Dra. Ellen Fensterseifer Woortmann (CET/UnB)
Examinadora Interna

RESUMO

O crescimento mundial do turismo tem estimulado o desenvolvimento de grandes programas de base local, que buscam aumentar o fluxo turístico para as localidades por meio da promoção das riquezas naturais, culturais e patrimoniais das mesmas. Neste contexto, se insere o Programa Estrada Real, iniciativa do governo e outras instituições de Minas Gerais, que investe desde 1999 no desenvolvimento turístico de uma vasta região, que compreende 168 cidades no estado. As propostas de ação são baseadas na riqueza histórica de Minas Gerais e dos caminhos do período colonial, por onde se realizou o povoamento do interior brasileiro e o escoamento das riquezas do território. A região apresenta atualmente grande vocação para o turismo, notadamente no segmento cultural, necessitando ser trabalhada por estratégias coerentes com este fim. Estas se encontram inseridas no escopo do Programa, que tem objetivos audaciosos, como demonstra a candidatura em curso para reconhecimento da Estrada Real como Paisagem Cultural Mundial pela UNESCO. Esta dissertação objetiva identificar o nível de participação da população neste Programa, bem como o de sua apropriação quanto aos bens patrimoniais envolvidos. A análise se focou nos municípios mineiros de Diamantina e Serro, onde foi realizada a pesquisa de campo. Através das entrevistas realizadas, identificaram-se as percepções e expectativas da comunidade quanto ao tema, o que constitui certamente a base para o diagnóstico das ações desenvolvidas até o presente momento, bem como para o prognóstico do êxito das mesmas.

Palavras Chave: Turismo; Patrimônio; Minas Gerais; Estrada Real; Diamantina; Serro; Cultura; Comunidade; Turismo Cultural; Paisagem Cultural; Participação.

ABSTRACT

The world growth of tourism has been stimulating the development of great programs of local base, which aim at to increase the tourist flow to the places through the promotion of the natural, cultural and patrimonial richness of the same ones. In this context, is inserted the Royal Road Program, the government's and other Minas Gerais institutions initiative, that has been investing since 1999 in the tourist development of a vast area, which includes 168 cities in the state. The proposals are based on the historical wealth of Minas Gerais and of the roads of the colonial period, through where took place the settlement of the Brazilian interior and the drainage of the wealth of the territory. The area presents great vocation now for the tourism, particularly in the cultural segment, needing to be worked by coherent strategies with this purpose. These are inserted in the mark of the Program, that has daring objectives, as it demonstrates the candidature in course for recognition of the Royal Road as World Cultural Landscape by UNESCO. This dissertation aims at to identify the level of participation of the population in this Program, as well as the one of appropriation for the involved patrimonial goods. The analysis was focused in the Minas Gerais cities of Diamantina and Serro, where the field research was accomplished. Through the accomplished interviews, were identified the perceptions and the community's expectations about the theme, what constitutes certainly the base for the diagnosis of the actions developed untill the present moment, as well as for the prognostic of the success of the same ones.

Key Words: Tourism; Heritage; Minas Gerais; Royal Road; Diamantina; Serro; Culture; Community; Cultural Tourism; Cultural Landscape; Participation.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo privilégio de cursar este Mestrado, e pela presença constante que me confortou, incentivou e fortaleceu, mesmo em momentos difíceis.

À Professora Cléria Botelho, pela orientação dedicada e eficiente, e pela serenidade e carinho demonstrados em todo o processo de realização deste trabalho.

À Professora Ellen Woortmann, pelo incentivo em pesquisar o tema, pela confiança e também pelas valiosíssimas recomendações bibliográficas.

À Silvane Xavier, por toda sorte de ajudas e apoios que tantas vezes me salvaram no decorrer do curso. No nome dela, agradeço a ajuda de todos os funcionários do CET.

A todos os professores do Mestrado, que me reensinaram a ter sede de conhecimento.

A todos os entrevistados em Diamantina e Serro, pela calorosa acolhida durante o trabalho de campo, e por terem me feito enxergar que as pessoas são a maior riqueza da região.

Aos meus pais, Sandra e Anilton, pelo amor e todo o suporte que me proporcionaram chegar a mais esta conquista.

Aos meus irmãos, Kleyson e Graziela, pelo companheirismo e carinho durante estes dois anos de solitária pesquisa.

Ao meu sobrinho Rafael, por ser a alegria e luz da nossa família.

À Cida, eterna escudeira do nosso lar.

À Ciça, pelo apoio na reta final e pelo carinho constante de tia.

Ao Rubens, pelo incentivo e amizade durante todo o Mestrado, que fizeram todas as dificuldades e desafios desaparecerem instantaneamente.

Aos colegas de Mestrado, pela convivência mais que agradável durante todo o curso, que certamente deixará muitas saudades em todos. Aos colegas da SETUR, pelo apoio, incentivo e compreensão, e também pelas valiosas informações prestadas. Em especial, agradeço ao Aldani por sempre me substituir com competência, permitindo que eu pudesse me dedicar com tranquilidade ao curso nos períodos letivos.

E também a todos os parentes e amigos que compreenderam a minha ausência durante estes dois anos, e me fizeram enxergar que todo o esforço despendido não seria em vão.

A todos, um emocionado Muito Obrigado!

Louve-se nos mineiros, em primeiro lugar, a sua presença suave (...) ao importuno os mineiros chamam de “entrão”. Não tem arroubos nem arrogâncias nem contam vantagem. Donos de terra tão rica e tão ilustre, mostram uma espécie de humildade naquela posse, e ao mesmo tempo uma segurança tranqüila, que não lhes deixa margem para basófias. Os tesouros deles a gente é que os tem de descobrir; pois na sua discricção, o gosto dos mineiros é fingir que os ignoram”. Eça de Queiróz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	21
1.1 Breve histórico de Minas Gerais	21
1.2 Breve histórico de Diamantina e Serro.....	42
1.2.1 Serro	42
1.2.2 Diamantina	48
1.2.3 A “rivalidade” entre Serro e Diamantina.....	59
1.3 Situação atual de Diamantina e Serro.....	65
2 CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO – CONCEITOS E DISCUSSÕES PERTINENTES AO TEMA COM FOCO EM DIAMANTINA E SERRO.....	79
2.1 Cultura, Memória e Patrimônio – Conceitos.....	79
2.2 Preservação e valorização do patrimônio – O instituto do tombamento	88
2.2.1 Tombamento mundial.....	90
2.2.2 Tombamentos nacionais	92
2.2.3 Tombamentos estaduais.....	97
2.2.4 Tombamentos municipais.....	100
2.2.5 As comunidades, os patrimônios e os tombamentos	102
2.3 A ação dos órgãos patrimoniais e a participação da comunidade	106
2.4 O processo de construção social do patrimônio	122
3 TURISMO EM DIAMANTINA E SERRO	128
3.1 Conceitos e importância da atividade.....	128
3.2 Turismo Cultural – Conceitos e discussões.....	136
3.3 O patrimônio como recurso turístico.....	144
3.4 O Turismo em Diamantina e Serro: Contextualização, desafios e possibilidades.	153
4 ESTRADA REAL: CONCEITOS E DISCUSSÕES PERTINENTES AO TEMA.	181
4.1 Histórico da Estrada Real	181
4.2 O conhecimento e as referências das comunidades de Diamantina e Serro sobre a Estrada Real	189
4.3 O Programa Estrada Real: uma síntese das ações realizadas para o desenvolvimento turístico	199
4.4 O processo de tombamento junto à UNESCO – Paisagem Cultural Mundial – Descrição e Análise	218
4.5 A Participação e as expectativas das comunidades de Diamantina e Serro quanto à Estrada Real.....	230
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	245

APÊNDICES	252
APÊNDICE 1	253
APÊNDICE 2	254
APÊNDICE 3	256
ANEXOS	259
ANEXO I.....	260
ANEXO II	262
ANEXO III.....	264
ANEXO IV.....	265
ANEXO V	266

LISTA DE TABELAS/ILUSTRAÇÕES

TABELA 1	Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, ordenamento, população e PIB/ habitante segundo os municípios da Área de Planejamento, o Pólo e Minas Gerais - 1990 e 2000	66
TABELA 2	Estrutura setorial do Produto Interno Bruto (PIB) segundo os municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais, 1990 e 2000	67
TABELA 3	População total e taxas anuais de crescimentos nos períodos intercensitários – Municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais	68
TABELA 4	Taxas de fecundidade por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.....	68
TABELA 5	Esperança de vida e taxa de mortalidade infantil por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980, 1991 e 2000	69
TABELA 6	População total, urbana e rural dos municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais	69
TABELA 7	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e índices componentes por município, Minas Gerais e Brasil. 1991 e 2000	70
TABELA 8	Municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Patrimônio Histórico-Cultural da Área de Planejamento – Minas Gerais – 2003	73
TABELA 9	Áreas das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável nos municípios	76
TABELA 10	Utilização de terras por estabelecimento em percentuais – Municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Jequitinhonha – 1996	77
TABELA 11	Principais atividades antrópicas na Área de Planejamento e seus impactos	77
TABELA 12	Bens tombados pelo IPHAN no Serro	93
TABELA 13	Bens tombados pelo IPHAN em Diamantina	96
TABELA 14	Número e tipo de atrativos por município da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003	156
TABELA 15	Atrativos histórico-culturais e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003	157
TABELA 16	Atrativos naturais e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003	157
TABELA 17	Manifestações culturais e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003	157
TABELA 18	Acontecimentos programados e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003	157
TABELA 19	Realizações técnicas e científicas contemporâneas e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003	158
TABELA 20	Atrativos com hierarquia I e II nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003	158
TABELA 21	Atrativos com hierarquia III nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003	159

TABELA 22	Atrativos com hierarquia IV nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003	161
TABELA 23	Meios de comunicação que influenciaram a visita ao Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003	165
TABELA 24	Fluxo turístico anual estimado para os municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003	167
TABELA 25	Cenário otimista – Situação desejada com o aumento de dias de permanência e dos gastos turísticos no Pólo	175
TABELA 26	Plano de Ação: Projetos a serem financiados pelo PRODETUR/NE II	178
TABELA 27	Resumo dos Investimentos para Diamantina	179
TABELA 28	Resumo dos Investimentos para Serro	179
TABELA 29	Ação político-administrativa dos governos locais com relação às políticas culturais e de apoio ao turismo nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003	180
TABELA 30	Execução do Programa Estrada Real em 2004	207
TABELA 31	Execução do Programa Estrada Real em 2005	209
TABELA 32	Execução do Programa Estrada Real em 2006	211
TABELA 33	Execução do Programa Estrada Real em 2007	213
TABELA 34	Execução do Programa Estrada Real em 2008	215

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, verificaram-se em escala mundial alterações bruscas de ordem econômica e social, advindas de um fenômeno que se convencionou chamar de globalização. Este tem provocado uma revolução nas relações internacionais, e forçado os países a se modernizarem e buscarem diversificação de suas atividades. Nações cujas economias estavam alicerçadas na agricultura e/ou indústria, tiveram de promover mudanças estruturais, de forma a dinamizar o seu setor terciário, que compreende o comércio e serviços. Este passou a ser o principal vetor de desenvolvimento sócio-econômico de diversas regiões.

Neste contexto, a atividade turística, por se enquadrar no setor terciário, também teve sua importância valorizada em nível mundial, através do reconhecimento de seu grande potencial gerador de desenvolvimento sócio-econômico. O turismo emerge como uma alternativa viável e rentável para as economias, constituindo-se uma reação frente à perda de competitividade e fonte de esperança de melhoria da qualidade de vida dos povos. Comparado a outras atividades econômicas tradicionais, o turismo tem um poder maior de indução econômica.

Dentro da realidade brasileira, a alternativa de desenvolvimento através do turismo tem recentemente despertado a atenção de políticos, empresários e da sociedade em geral. A política pública do setor adquiriu *status* de prioridade em muitos municípios e estados, e em nível federal tem recebido uma atenção – traduzida em aumento de orçamento disponível e na criação de Ministério específico para a área – nunca antes vista.

Em Minas Gerais, a “onda” mundial de valorização do turismo tem como marco o ano de 1999, quando foi criada a Secretaria de Estado do Turismo. Além disso, no mesmo ano, foi promulgada a lei de criação do Programa Estrada Real, uma das maiores iniciativas do Estado no intuito de desenvolver o turismo regional. Ao instrumento legal seguiram-se diversas iniciativas de fomento, visando estruturar as localidades e aumentar o fluxo de turistas nas mesmas.

O Programa tem como premissa a atratividade turística dos antigos caminhos coloniais brasileiros, cuja importância na formação do país é inegável. Através dos mesmos, os colonizadores portugueses empreenderam o processo de povoamento do interior da colônia, bem como se escoaram as riquezas do nosso território que tinham como destino a Metrópole Portuguesa. Após a descoberta de pedras preciosas, especialmente grandes quantitativos de ouro

e diamantes, na região das Minas (o atual Estado de Minas Gerais) o eixo econômico do país deslocou-se do litoral para o interior.

Dentre os diversos caminhos abertos no Brasil-Colônia durante os séculos XVII e XVIII, cinco assumem importância fundamental para a Região das Minas, sendo 3 de abrangência nacional - Caminho Velho, Caminho Novo e Caminho da Bahia – e 2 de influência regional - Caminho para o Distrito Diamantino (ou Caminho dos Diamantes) e Caminho de Sabarabuçu. O Caminho Velho, aberto no final do século XVII pelos bandeirantes e indígenas escravizados, tinha mais de 600 km de extensão, e ligava o porto de Parati, no Rio de Janeiro, à antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, em Minas Gerais. Tendo em vista a necessidade de uma rota mais segura e rápida, foi aberto no século XVIII o Caminho Novo, ligando Vila Rica ao porto do Rio de Janeiro. Este foi um projeto encomendado pela Coroa Portuguesa, que após sua conclusão determinou esta via como a oficial para transporte dos metais preciosos. A terceira via de grande relevância nacional, o Caminho da Bahia, foi aberta na segunda metade do século XVII, ligando a região das Minas às regiões de abastecimento do Nordeste da Colônia, bem como a portos importantes, como o da Cidade da Bahia. Quanto aos dois trechos regionais, o chamado Caminho para o Distrito Diamantino foi aberto no início do século XVIII para ocupação da região do Serro Frio, uma das comarcas da Capitania das Minas, e se consolidou após a descoberta de grandes jazidas de diamantes na região, em 1729. O controle exercido sobre a região foi intenso, de forma que era proibida a circulação de pessoas sem autorização oficial. Neste aspecto, o Caminho ligando Vila Rica ao Arraial do Tijuco (hoje Diamantina, Minas Gerais) e à Vila do Príncipe (hoje Serro), foi uma via de circulação restrita, mas de grande importância econômica. O quarto caminho trata-se de um prolongamento de 150 km do Caminho Velho, conhecido como Caminho de Sabarabuçu. O mesmo foi aberto por bandeirantes e se consolidou como uma importante rota de escoamento de ouro na região, onde hoje se localizam as cidades mineiras de Sabará e Caeté.

Além destes, outros caminhos foram abertos no Brasil Colônia, ligando as diversas Capitânicas e suas Comarcas. Todavia, para os fins do Programa Estrada Real, considera-se apenas a abrangência dos Caminhos Velho, Novo, dos Diamantes e de Sabarabuçu (Vide Mapa apresentado no Anexo IV). O potencial turístico da região é imenso, não apenas por sua importância histórico-cultural para o Brasil, mas também devido à pluralidade de atrativos existentes, capazes de atrair grande contingente de turistas. A extensão dos quatro caminhos, somente no leito principal, é de cerca de 1.700 km. Os 198 municípios pertencentes ao destino –

sendo 168 em Minas Gerais, 22 em São Paulo e 8 no Rio de Janeiro (conforme apresentado no Anexo V) – têm recebido prioridade nas políticas de turismo dos Governos Federal, Estadual e Municipais. Além disso, a iniciativa privada e organizações não governamentais têm investido também grande volume de recursos, tendo em vista a consolidação da rota enquanto produto turístico no mercado nacional e internacional.

Estão presentes na região grande quantitativo de patrimônios naturais e histórico-culturais, materiais e imateriais, que creditam à Estrada Real a possibilidade de obter, junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o título de “Paisagem Cultural” Mundial. A candidatura encontra-se inserida na Lista Tentativa que o Brasil, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) está formulando, que contempla diversos bens que requerem o reconhecimento da UNESCO. O IPHAN entregará em breve o documento final, para seleção pela UNESCO dos bens que deverão apresentar dossiês completos de candidatura, que serão posteriormente alvo de deliberação pela instituição. Caso se confirme o título, será o primeiro bem brasileiro tombado mundialmente nesta categoria.

A região da Estrada Real busca principalmente fortalecer-se nacional e internacionalmente em um dos segmentos do mercado turístico que mais crescem atualmente: o Cultural. O Turismo Cultural é baseado no desejo das pessoas aprofundarem seus conhecimentos de outras culturas, patrimônio e destinos. O conceito engloba várias atividades que compartilham recursos e resultados comuns, como turismo histórico, étnico, artístico, museológico, dentre outros. Trata-se de um segmento de mercado altamente lucrativo, cuja demanda tem crescido anualmente. Apesar de ser uma atividade antiga, pois desde o Império Romano as pessoas viajam por razões culturais, somente na década de 1970 esta atividade passou a receber a importância devida pelo mercado. Além disso, nesta época se fortaleceu a consciência preservacionista do patrimônio mundial, especialmente após a ratificação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da UNESCO em 1972. Desde então, as localidades se esforçam em promover seus bens patrimoniais, visando aproveitar a grande potencialidade deste mercado. Os bens são transformados em produtos para o consumo turístico, transcendendo seus valores intrínsecos.

O Estado de Minas Gerais já é reconhecido como Pólo nacional de Turismo Cultural. Neste aspecto, a Estrada Real assume função primordial para desenvolvimento deste segmento de mercado, devido ao fato de nela se encontrarem as localidades mineiras mais conhecidas no

Brasil e no exterior, com destaque para os Centros Históricos dos municípios de Ouro Preto e Diamantina, além do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, na cidade de Congonhas, que são os três bens do Estado inscritos na lista do Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO, em um total de nove sítios brasileiros.

Neste contexto, é fundamental que o Programa, visando à estruturação e promoção do destino, permita a participação da comunidade nas etapas fundamentais dos processos decisórios. A participação social deve ocorrer não apenas de forma pontual, em ações isoladas, mas no processo de elaboração do macro-planejamento do Programa, o que é uma premissa para sua sustentabilidade sócio-cultural. Desta forma, faz-se necessário verificar o nível de apropriação da Estrada Real enquanto patrimônio por parte da comunidade, de forma a ter-se uma visão global sobre o grau em que a mesma está presente na memória coletiva. Esta apropriação é a base para a valorização e preservação da Estrada Real, contribuindo em larga medida para a viabilidade do Programa, tendo em vista a importância da gestão comunitária no processo. Só então podemos pensar a Estrada como patrimônio cultural.

A escolha deste tema de pesquisa se deveu à destacada importância e espaço conquistado pela Estrada Real em âmbito nacional e internacional, o que já justificaria seu estudo aprofundado. Além disso, existe o envolvimento pessoal do pesquisador com o assunto, tendo em vista o tema “Programa Estrada Real – Desafios e Perspectivas” ter sido o da sua Monografia de Conclusão do Curso Superior de Administração Pública da Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte (MG), em 2002. Além disso, o seu local de trabalho é a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, órgão responsável pela gestão do Programa Estrada Real em nível estadual. Durante dois anos e meio, no período de 2003 a meados 2005, o pesquisador foi responsável técnico pelo projeto no órgão, e de meados de 2005 ao final de 2006, foi o seu Gerente-Adjunto. Atualmente, o pesquisador não trabalha diretamente no Programa, visto estar em exercício na Diretoria de Eventos. Todavia, permanece uma interface com a Estrada Real, visto que a mesma se constitui um dos principais elementos de promoção turística de Minas Gerais em nível nacional e internacional.

O período escolhido para a análise foi de 1999 a 2009, tendo como marco inicial a publicação da Lei que criou o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real em Minas Gerais naquele ano. Apesar de anteriormente já terem ocorrido algumas iniciativas para o aproveitamento turístico e valorização histórica da região, considerou-

se apropriado ter como data inicial da análise o ano de 1999, ao qual se remetem os primeiros documentos oficiais desta pesquisa.

O trecho selecionado para estudo, entre Diamantina e Serro, em Minas Gerais, é um dos mais preservados ao longo da Estrada Real, muito devido ao seu relativo isolamento geográfico quanto aos grandes centros urbanos e também com maior apelo turístico. Tratam-se de comunidades tradicionais, que ainda habitam em um meio semi-rural e possuem rica memória coletiva, o que fortaleceu o trabalho de pesquisa desenvolvido.

O Centro Histórico da cidade de Diamantina é considerado Patrimônio Mundial Cultural pela UNESCO, enquanto o conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro foi o primeiro tombado no Brasil pelo IPHAN. Além disso, uma das estradas que liga os dois municípios é reconhecida como um trecho da Estrada Real, estando ainda não pavimentado. Ao longo deste percurso, encontram-se diversos povoados e atrativos turísticos, com destaque para os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, que pertencem ao município do Serro, e já apresentam grandes demanda turística, motivada principalmente pelo grande quantitativo de cachoeiras existentes na região e pelo caráter pitoresco de seus vilarejos históricos.

Por estas razões, justifica-se a escolha do tema em questão. A grande divulgação da Estrada Real enquanto produto turístico de destaque em nível nacional e internacional enseja a realização de estudos acadêmicos que se aprofundem em questões como esta, que permitam compreender o papel efetivo desempenhado pela comunidade no planejamento e execução de um Programa de tamanha magnitude. Estes são aspectos de grande relevância, que muitas vezes são ignorados na condução dos programas de desenvolvimento turístico. Neste caso, onde é estudado um bem ao qual se deseja conferir o título de Patrimônio Mundial, a apropriação pela comunidade é uma premissa.

Nesse trabalho, o pesquisador buscou se pautar pela relação entre os discursos oficiais e a percepção prática dos moradores em relação aos mesmos. Este estudo permitiu detectar se as iniciativas correntes de “turistificação” e patrimonialização da Estrada Real encontram apoio e tem o interesse da população, ou se constituem apenas iniciativas que buscam o desenvolvimento da região visando prioritariamente interesses políticos e/ou mercadológicos. Para ser considerado patrimônio mundial, um bem deve necessariamente ser patrimônio para as comunidades no seu entorno. No caso da Estrada Real, esta não é uma certeza, tendo sido esta avaliação o foco da pesquisa.

Este trabalho pode ser considerado de modalidade exploratória. Este tipo envolve geralmente levantamento bibliográfico e documental, bem como entrevistas e estudos de caso. O seu objetivo é permitir uma visão geral acerca de determinado fato. Trata-se de modelo ideal para temas pouco explorados e que necessitam de desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e idéias. O seu produto final é um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos padronizados (GIL, 2007, p. 43). Trata-se, portanto, do objetivo pretendido neste trabalho sobre a questão da patrimonialização e “turistificação” da Estrada Real junto às comunidades.

A metodologia compreendeu a pesquisa bibliográfica de assuntos correlatos ao tema de pesquisa, como: Patrimônio, Cultura, Memória, História, Participação, Turismo Cultural, Histórico da Estrada Real e do Programa, Processo de reconhecimento da rota enquanto Patrimônio Mundial junto à UNESCO, dentre outros. Segundo Gil (2007, p. 65) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Os dados secundários encontrados nestas fontes são imprescindíveis em estudos que possuam viés histórico, como este trabalho.

Além disso, foi realizada pesquisa empírica, de caráter qualitativo (vide roteiro apresentado no Apêndice 1). Foram selecionados 11 entrevistados, sendo 5 moradores do município de Diamantina e 6 do Serro, em Minas Gerais. Em Diamantina, 4 entrevistados residem no Distrito Sede e 1 no Distrito de Mendanha, que possui forte ligação com a Estrada Real, por se conectar a Diamantina por meio do Caminho dos Escravos. No Serro, 2 entrevistados residem no Distrito Sede e os demais em Distritos que se localizam em trechos da estrada de terra que liga Serro a Diamantina: 2 em Três Barras (também conhecido como Três Barras da Estrada Real), 1 em Milho Verde e 1 em São Gonçalo do Rio das Pedras, sendo estas últimas as duas localidades com maior visitação turística do município, excluindo-se a sede.

A afirmação de Halbwachs (1990, p. 51) de que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” denota a necessidade das entrevistas individualizadas para reconstrução da memória coletiva. Não foram entrevistadas somente pessoas consideradas oficialmente como a liderança da cidade, muito embora se tratem de pessoas conhecidas e influentes na comunidade, mas que em geral não apresentavam nenhum grande vínculo que comprometesse ou induzisse seu depoimento. Como foram abordados aspectos referentes à avaliação da participação e inclusão das comunidades nos processos decisórios das políticas

públicas de turismo, cultura e patrimônio, esta isenção dos entrevistados foi fundamental para que a pesquisa não se limitasse à reprodução dos discursos oficiais. Percebeu-se, nos distritos, maior liberdade de fala durante as entrevistas, enquanto que os entrevistados dos distritos sede de Diamantina e Serro demonstraram maior preocupação em reproduzir e pouco contradizer os discursos oficiais existentes. Priorizaram-se pessoas de idade acima de 60 anos (que correspondem a 8 dos 11 entrevistados, conforme Apêndice 2), indicados por moradores da própria comunidade, que estivessem aptos a resgatar aspectos importantes da memória coletiva local. A opção pelos mais idosos entre os escolhidos teve como base, além do já citado conhecimento e experiência que os mesmos possuem, a citação de Alberti (1989, p. 17), que afirma:

(...) geralmente as pessoas mais velhas (...) voltam suas atenções para aquilo que foram ou fizeram. Como consequência, se sentem mais à vontade para falar sobre sua experiência e interpretar o passado, reavaliando inclusive suas posições e atitudes, como uma espécie de “balanço” da própria vida. (...) os entrevistados idosos em geral gostam de falar sobre o passado e sobre sua atuação, principalmente se sua experiência puder se perpetuar em fitas gravadas para além do momento da entrevista (...) pode-se dizer que um entrevistado idoso, preocupado em recuperar para si mesmo até, sua experiência de vida, e relativamente descomprometido com aquilo que o envolvia no passado, geralmente se situa em uma posição privilegiada para revelar e interpretar sua experiência (...) estamos apenas falando de uma tendência, segundo a qual geralmente o entrevistado mais velho está em (dis)posição privilegiado para os objetivos da entrevista de história oral.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas integralmente. A transcrição se deu de forma literal, inclusive com os erros em relação à norma culta da língua portuguesa. É importante ressaltar que de maneira alguma buscou-se expor os entrevistados (e mesmo este entrevistador) a partir da transcrição dos erros, mas apenas evidenciar o caráter oral e informal das entrevistas. Após a transcrição, foi realizada a tematização, ou seja, os temas mais recorrentes nas falas foram destacados e trabalhados teoricamente na dissertação. A estrutura dos capítulos, inclusive, foi determinada de acordo com a relevância e recorrência dos temas abordados nas entrevistas.

Por se tratarem de estudos de campo, e não levantamentos do tipo *surveys*, houve maior flexibilidade na definição da amostra e execução da pesquisa. “Preocupou-se mais neste caso com o aprofundamento das questões propostas do que com a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis” (GIL, 2007, p. 72).

A amostragem por acessibilidade ou por conveniência foi o tipo escolhido para o trabalho. De acordo com Gil (2007, p. 104):

[...] trata-se de um tipo de amostragem menos rigoroso e destituído de qualquer rigor estatístico. Os elementos são neste caso selecionados pelo pesquisador, que admite que estes de alguma forma podem representar o universo. A explicação desta amostragem ocorre em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido alto nível de precisão, como é o caso deste trabalho.

As entrevistas foram realizadas por se tratar de uma técnica eficiente para obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social, que refletem em profundidade o comportamento humano e também são suscetíveis de classificação e quantificação. Utilizou-se o formato de Entrevista por Pautas, que apresenta certo grau de estruturação, com pautas ordenadas e inter-relacionadas. “Todavia, neste tipo de entrevista permite-se que o entrevistado fale livremente, sendo interrompido de forma sutil pelo entrevistador quando se afasta do tema em questão”. Trata-se de um processo mais espontâneo, mais adequado à natureza do tema investigado (GIL, 2007, p. 118, 120).

Para as entrevistas, teve-se como referência as técnicas de pesquisa de história oral. De acordo com Alberti (1989, p. 3), “a história oral é um método qualitativo de investigação, onde busca-se ampliar o conhecimento do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares, bem como estabelecer relações entre o geral e o particular”. Para Pollak (1992, p. 207) “a fonte oral de pesquisa, além de ser exatamente comparável à fonte escrita, é um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa. Além disso, a história oral permite emergir as memórias subterrâneas, que se opõem à memória oficial”.

A realização das onze entrevistas deste estudo foi pautada na possibilidade de afloramento destas memórias, de forma a permitir um aprofundamento e enriquecimento dos temas abordados.

Os trechos mais relevantes das entrevistas foram reconstruídos no decorrer da dissertação da forma mais estruturada, possibilitando sua análise e interpretação objetiva. Obteve-se, assim, a base empírica do trabalho que, unida ao referencial teórico, permitiu a conclusão desta pesquisa de acordo com os objetivos propostos.

O trabalho encontra-se estruturado em 4 capítulos. O primeiro consiste em uma contextualização histórica sobre Minas Gerais, com foco nos municípios de Diamantina e Serro.

São abordados os aspectos mais relevantes na historiografia destas regiões, desde os aspectos mais recorrentes e conhecidos (como o processo de povoamento, a riqueza do período colonial na região das Minas, os movimentos de sublevação contra a Coroa, a rigidez do Regimento Diamantino, dentre outros) até aqueles pouco difundidos (como a rivalidade entre Diamantina e Serro, os aspectos da mineiridade, o papel das mulheres, a pobreza de parte da sociedade, dentre tantos), permitindo assim uma visão holística de como ocorreu a formação histórica da região. O conhecimento histórico e a visão dos moradores sobre a situação atual dos municípios são também destacados, entrelaçados aos referenciais da literatura. Por fim, são apresentados ainda uma série de indicadores ambientais, sociais, culturais e econômicos referentes aos dois municípios, possibilitando uma análise geral sobre o contexto que ora se apresenta.

O segundo capítulo aborda conceitos referentes aos temas cultura, memória e patrimônio, aplicando-os à realidade de Diamantina e Serro. Destaque é concedido ao tema patrimônio, abordado sobre várias nuances na literatura, e compreendido de distintas maneiras pelos moradores entrevistados. Como instrumento principal de preservação do patrimônio, o tombamento é outro assunto exaustivamente abordado. Além de diversas definições conceituais, o tema é contextualizado aos municípios de estudo, efetuando-se uma análise completa da situação em nível mundial, nacional, estadual e municipal das políticas patrimoniais para a região. São relacionados os patrimônios oficiais (tombados ou registrados pelos órgãos competentes) com os bens que são considerados patrimônios para a comunidade, permitindo contrastar a visão oficial com a dos moradores. É abordada ainda a avaliação que a comunidade possui acerca da atuação dos órgãos de patrimônio em suas cidades, bem como detectado o nível de participação nas iniciativas da área. Tudo isto tendo como premissa que o patrimônio é uma construção social, levada a cabo por grupos sociais com valores e interesses específicos.

O capítulo três discute as dimensões do turismo em Diamantina e Serro. São detalhados os amplos e distintos conceitos existentes na literatura, bem como destacada a importância da atividade turística, que apresenta crescimento constante em nível global, caracterizando-se como fenômeno. Esta situação é analisada sob o ponto de vista dos impactos (positivos e negativos) que provoca nos campos econômico, social, cultural e ambiental. A visão dos moradores sobre o tema em si, bem como sobre o sujeito da ação, o turista, é apresentada e contrastada com a teoria, permitindo uma aplicação à realidade local. É abordado também o crescimento do segmento de turismo cultural em nível mundial, sendo discutidas suas implicações e reais dimensões. A partir

disso, a relação com os municípios de estudo é promovida, tendo em vista se tratarem de cidades cujos atrativos tem notadamente mais conexão com o turista que viaja por razões culturais. A utilização dos bens patrimoniais como recursos turísticos é outro assunto tratado, analisando-se as dimensões positivas e negativas da chamada indústria do patrimônio. Por fim, são apresentadas vastas gamas de dados dos dois municípios pesquisados, objetivando-se destacar seu vasto potencial turístico, bem como permitir o diagnóstico referente à estruturação dos mesmos para a atividade, no que tange aos atrativos, infra-estrutura básica e serviços de apoio ao turista.

O quarto e último capítulo é dedicado ao tema Estrada Real. É apresentada uma breve contextualização histórica sobre o assunto, a partir da visão dos principais autores que tratam do tema. Posteriormente, é verificado como as comunidades de Diamantina e Serro compreendem a Estrada Real, a partir de suas referências históricas, familiares e pessoais sobre o tema. Na sequência, é realizada uma análise e avaliação das ações desenvolvidas pelo Programa Estrada Real, em nível do governo estadual, no período de 2004 a 2009, a partir dos relatórios oficiais elaborados e do conhecimento e envolvimento do pesquisador com o trabalho desenvolvido. Destaque é concedido à avaliação das bases, premissas e implicações do processo em curso junto à UNESCO, para reconhecimento da Estrada Real enquanto Paisagem Cultural Mundial. Por fim, é abordada a questão da participação da comunidade no Programa, sob o ponto de vista teórico /conceitual presente na literatura e sob o prático, ou seja, a partir da visão apresentada pelos moradores durante as entrevistas. Os sentimentos e expectativas dos moradores levantados durante a pesquisa constituem-se excelente termômetro sobre a situação atual e também base para as próprias aspirações do Programa.

No decorrer de todo o trabalho, o que se pode perceber é uma busca incessante pelo conflito entre o discurso teórico/oficial, presente na literatura e nos planos de ação para a região, e a realidade prática, a partir do atento olhar da comunidade. A contribuição objetivada por esta pesquisa transcende a exaustiva revisão bibliográfica realizada e a dissertação acerca de temas em voga na academia. O foco que se buscou, e espera-se ter alcançado, foi a identificação e inter-relação de aspectos que geralmente escapam às análises, que são os pensamentos, sentimentos, sonhos e visões de mundo sobre a realidade, apresentados pelos moradores das localidades envolvidas diretamente no processo de desenvolvimento turístico da Estrada Real.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Este capítulo será focado na descrição histórica dos objetos de estudo dessa dissertação: o Estado de Minas Gerais e os municípios de Diamantina e Serro. A referência histórica é fundamental para o entendimento do presente e a projeção do futuro. Conforme afirma Camargo (2002, p. 29), “recuamos ao passado tentando compreendê-lo para podermos entender o presente. Desta maneira, a história funciona como um instrumento para viver, ao menos, mais conscientemente o presente”.

Além disso, a todo momento, as pessoas ressignificam coisas e valores. Muitos fatores que envolvem a história da formação de uma cidade, como seus “mitos fundantes”, acompanhando este movimento de ressignificação, interferem e, ao mesmo tempo, contribuem para a construção da compreensão e interpretação atual desses personagens da vida cotidiana. “Ter conhecimento da história do local de estudo é de suma importância não pelo fato de se resgatar o passado querendo reconstruí-lo, mas de se compreender o presente re-significado” (POLETTI, 2000, p. 21).

A história de Minas e das cidades de Diamantina e Serro não tem relevância apenas regional, mas mundial. O desenvolvimento da região impactou todo o Brasil, e refletiu ainda em Portugal e outros países europeus. Portanto, revelar a riqueza deste passado é o primeiro e importante passo para se compreender e despertar interesse para o objeto de estudo deste trabalho. A compreensão da formação histórica de Minas Gerais e dos municípios de Serro e Diamantina permitirá entender seu passado e presente, bem como vislumbrar seu futuro.

1.1 Breve histórico de Minas Gerais

O povoamento de Minas Gerais por diferentes grupos étnicos é bem anterior ao descobrimento do Brasil, em 1500. Pesquisas arqueológicas revelam que tal ocupação remontaria há 11 mil ou 12 mil anos, cerca de dois ou três mil anos após o início da ocupação pré-histórica do Novo Mundo, conseqüência de movimentos migratórios originados da região compreendida entre os Andes e a Floresta Amazônica (VENÂNCIO, 2007, p. 88).

Em 1531, ocorreu a primeira entrada de reconhecimento ao interior do Brasil, organizada por Martim Afonso de Souza. Foi uma missão pouco ambiciosa, onde foram enviados quatro homens ao interior da colônia, que, durante dois meses, andaram 115 léguas (cerca de 700 quilômetros), de onde trouxeram “muito cristal”. Com essa distância, estima-se que possam já naquela data ter alcançado o centro de Minas Gerais (RENGER, 2007, p. 106).

A descoberta de metais preciosos pelos espanhóis na região da atual Bolívia (Cerro Rico de Potosi), em 1545, gerou inveja na corte portuguesa. O Brasil, inicialmente deixado aos corsários franceses para exploração do pau-brasil, passou a ser investigado do ponto de vista mineralógico, por expedições encomendadas pela Coroa. Surge então a lenda do Itaberabaçu ou Sabarabaçu – estimulada pelo contato com nativos, versava sobre o monte resplandecente que teria no seu pé um lago onde se encontrariam os tesouros procurados (RENGER 2007, p. 106).

Esta lenda estimulou o interesse em se conhecer o interior da colônia. Em 1674, o paulista Fernão Dias Pais Leme empreendeu uma tentativa, a pedido do rei, de encontrar a lendária serra do Sabarabaçu. Seu caminho compreendeu desde o sul de Minas (Rio Grande) até a serra do Espinhaço (Itacambira, quase divisa com a Bahia). Procurando esmeraldas, encontrou turmalinas. O bandeirante morreu em 1681, 12 anos antes do primeiro registro de descoberta de ouro na região das Minas (RENGER, 2007 p. 109).

Neste momento, ainda não estava delimitado sequer de maneira imprecisa o que viria a ser a região das Minas. Segundo Venâncio (2007, p. 87):

Essa *Minas antes de Minas* era então definidas como sertão, lugar de perigos, inimigos, doenças e bichos peçonhentos. Daí, com certeza, a dificuldade em se delimitar o “primeiro” espaço mineiro, uma vez que ele surge nos registros de época como um emaranhado de lugares geográficos ou humanos, podendo ser definido, simultaneamente, como sertão do Rio São Francisco ou do Rio Grande, assim como Sertão dos Cataguases, dos Guaiases ou dos Araxás.

A região, apesar de imprecisamente delimitada, já era povoada por diversos grupos. Estima-se que poderiam haver até 177 etnias na região das minas no período colonial, incluindo grupos que migraram do litoral, ocupado pelos portugueses. Entre os povos, podem-se destacar: aimorés, tupis, maxacalis, tupinambás, cataguás, araxás, tremembés, kayapós, tamoios, goitacás, botocudos, sakriabás, mapaxós, tememinós, tobajaras. Estas áreas indígenas se situavam em meio a grandes vazios demográficos na região.

Em 1500, estimativas apontam existir, entre quinhentos mil e um milhão e cem mil índios habitando áreas não muito distantes da capitania do ouro. Concentrados primeiramente nestas regiões, com a colonização - e as guerras, escravidão e propagação de epidemias que os atingiram - ocorreu uma significativa migração para o interior, interferindo na dinâmica dos povos indígenas do território mineiro (VENÂNCIO, 2007, p. 90).

Em termos de fronteiras, é importante pensar as mineiras como móveis, resultado da vitória, da derrota e da assimilação colonial de povos indígenas. A existência dessas sociedades, ao mesmo tempo em que criou obstáculos, propiciou o povoamento na medida em que facilitou aos colonizadores informações fundamentais para a sobrevivência nas terras do sertão, como caminhos e alimentos. A convivência, portanto, não foi sempre conflituosa, mas ocorreu intercâmbio cultural e mesmo miscigenação das raças. Assim, foi através da combinação de destruição e da assimilação do mundo indígena que a primeira Minas veio à luz (VENÂNCIO, 2007, p. 88). Isto explica inclusive a predominância da nomenclatura indígena no interior do Brasil, incluindo Minas, ao contrário do litoral, onde prevalece a toponímia religiosa portuguesa (RENGER, 2007, p. 111).

O primeiro núcleo de povoamento do “território mineiro” foi o Sertão dos Cataguases, região das minas do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, que atrai a primeira grande leva de população buscando o sonho de achar-se ouro “à flor da terra”. É da divulgação de que havia ouro, em maior ou menos quantidade, em qualquer direção que tomassem as pessoas, que surge a expressão “minas gerais”. Essa denominação aparece já em documentos de 1700 e 1701. Mas o que foi fixado como topônimo nos primeiros anos, em termos de território, é a designação de “Minas”. As referências que se encontram na documentação desses primeiros anos demonstram isso: morador das Minas, caminhos das Minas, assistente nas Minas. A fixação de “Minas Gerais”, como topônimo aplicado à Capitania, ocorre por volta dos anos 1730 (RESENDE, 2007).

Continua descrevendo a autora:

Sobretudo nos primeiros tempos, “as minas” retratam realidades geográficas diversas, sendo percebidas mais como um espaço em que imperam os desmandos dos potentados locais que um território em formação. Esse entre-lugar espaço/território pode ser bem definido em suas origens como uma “terra sem lei e sem rei”. Essa situação, que foge a qualquer controle, mantém-se até que se afirme a noção de uma individualidade e de uma territorialidade das minas que se imporá a partir de 1711 – quando começam a ser

instaladas as primeiras vilas – até 1720, ano em que ocorre a criação da Capitania de Minas Gerais, por alvará de 2 de dezembro (RESENDE, 2007, p. 32).

Esta criação da Capitania das Minas Gerais, em 1720, objetivava marcar fortemente a presença da Coroa, na figura do governador e de todo um complexo aparato administrativo, judiciário e militar necessário para impor ordem àqueles sertões. Naquele momento, as áreas mineradoras e os sertões constituíam espaços onde a ordem político-administrativa ainda era precária ou não havia sequer se instalado, figurando como lugar à margem da lei, repleto de insurreições e motins, onde habitavam grande contingente de quilombolas, vagabundos, bandidos e contrabandistas. Internamente à Capitania, utilizou-se outro recorte territorial, as comarcas, que descentralizam espacialmente a busca da ordem, na medida em que a marcha do povoamento fixava populações sertão adentro (MORAES, 2007, p. 76-78).

A região das Minas, tornada então Capitania autônoma, teve crescimento populacional vertiginoso, tornando-se a mais povoada da América Portuguesa. No início do século XVIII, estiveram-se haver entre 30.000 e 50.000 habitantes. Em 1720, este número sobe para 250.000, e em 1738, quase 300.000. Em 1776, projeta-se haver na região 319.769 habitantes na capitania, sendo 78.618 na comarca de Vila Rica (hoje Ouro Preto), 99.576 na do Rio das Velhas (hoje Sabará), 82.781 na do Rio das Mortes (hoje São João Del-Rey) e 58.794 na do Serro do Frio (atualmente Serro). No final do período colonial, as estimativas apontavam para 500.000 habitantes. Tudo indica que esses números não incluem a população indígena (RENGER, 2007, p. 117).

Uma das causas desta explosão demográfica foi o fato de a imigração europeia ter se multiplicado 10 vezes no século XVIII devido à importância das Minas. Isto levou ao povoamento do interior do Brasil, e pode ter evitado a perda de parte importante do território por Portugal, afeito à colonização costeira (BRANT e MOTA, 1999 p. 18). Conforme afirma Figueiredo (1993, p. 119), “a política do Estado absolutista português acreditava que o crescimento populacional constituía-se em fator imprescindível para o enriquecimento da Metrópole e ocupação espacial da Colônia”, razão pela qual foi estimulado.

O grande propulsor da ocupação e desenvolvimento da região, certamente, não foi outro senão a descoberta do ouro, que remonta ao ano de 1693. Já a descoberta em larga escala remete-se ao período entre 1697 e 1704, quando da descoberta das minas do Sertão dos Cataguases, do Caeté, do Rio das Velhas, do Serro do Frio e do rio das Mortes. Isto mobiliza no Brasil, imensa

corrente de pessoas, de todas as condições sociais, originárias tanto de outras regiões da colônia quanto da Metrópole e de seu Ultramar, na expectativa de um novo Eldorado. Para Resende (2007, p. 26), “o ouro torna a região das Minas Gerais um território especial, totalmente diferenciado e, particularmente crítico, na América Portuguesa. Segundo Arruda (1999, p. 54), “foi o ouro das Minas Gerais que permitiu aos portugueses transformar uma criação mítica em realidade. Através dele, puderam os lusitanos recuperar um entre os fios que os conduziam ao paraíso e que foram perdidos nos primeiros séculos após o descobrimento.”

A descoberta do ouro em Minas Gerais teve reflexos profundos em toda a colônia, provocando grandes mudanças na estrutura político-administrativa, econômica e territorial da América Portuguesa. Segundo Moraes (2007, p. 63), foi “introduzido o elo que faltava à articulação de um imenso território colonial até então constituído por compartimentações geográficas, nas quais igualmente compartimentadas se desenvolviam atividades produtivas e mercantis.”

A urbanização da região das minas impactou econômica e territorialmente a Colônia, deslocando o eixo econômico-administrativo para o Centro-Sul e desenvolvendo articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna (MORAES, 2007, p. 65). O crescimento de Minas foi fator importante inclusive na transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, pois atraiu para o centro-sul o pólo da economia, até então localizado na Bahia e Pernambuco.

A importância histórica das Minas é ressaltada por Souza (1999, p. 227):

Não se pode entender o século XVIII luso-brasileiro sem ter clareza sobre o que então se passou nas Minas Gerais. Zona interior, longe do litoral e dos povoados de colonização antiga, erizada de montanhas pedregosas ricas em minério, incorporada ao âmbito da colonização lusa em razão da mobilidade dos paulistas que preavam índios e buscavam ouro, as Gerais foram, até os últimos anos do século XVII, morada de índios e de feras. Menos de meio século depois já contavam com núcleos urbanos bem-sedimentados, aparelho burocrático, templos, irmandades religiosas e praticamente todos os elementos que definem a vida social... No último quartel do século, havia em Minas apreço tão acentuado pela literatura, teatro, música, estética, que se formou pela primeira vez um sistema cultural na América Portuguesa.

O desenvolvimento da região mineradora gerou também grande progresso nas regiões de abastecimento vizinhas. Conforme Moraes (2007, p. 75), “Considerando que cada região oferecia às populações mineradoras os artigos de que dispunha, isso concorria para o aumento de sua

capacidade produtiva e para a ampliação e melhoria das vias de comunicação, dos meios de transporte e do consumo.”

É preciso compreender que as atividades nas Minas não se resumiam à mineração. Para Resende (2007, p. 29), “desde os primeiros tempos, às muitas minas de ouro se acrescentam outras tantas “minas”, como o comércio de gado, de escravos e de comestíveis.” Os principais produtos mineiros no século XVIII, exportados para outras capitanias e para a colônia, eram: aguardente, carne seca, couro, rapadura, fumo, sal, toucinho, peixe, algodão e gado *vacum*. Neste cenário, os escravos apresentavam posição de destaque. Segundo Souza (1999, p. 52), “a importância dos escravos era enorme, e estes eram a base da vida econômica”. De forma lapidar, Teixeira Coelho citado por Souza (1999, p. 53) diria que “as riquezas dos moradores de Minas consistem nas roças, lavras e escravos que possuem. Os escravos morrem e as roças não têm valor sem eles.”

Apesar do seu caráter escravista-mercantil, as Minas eram diferentes de outras regiões da América Portuguesa, graças à sua organização tipicamente urbana. Neste sentido, a produção se organizou de forma específica, dando lugar a uma economia tipicamente dependente. Mas, de qualquer modo, o simples crescimento extensivo já explica o esquema; a ampliação das tarefas administrativas foi promovendo o aparecimento de novas camadas sociais, dando lugar aos núcleos urbanos, e assim por diante.

É, portanto bastante plausível que este ambiente fosse nitidamente diferenciado, se comparado às grandes propriedades agrícolas litorâneas. De acordo com Figueiredo (1993, p. 27):

A sociedade na região das Minas não teria sido tão patriarcal quanto em outras regiões coloniais. Isto se deve provavelmente à enorme diversidade de atividades econômicas que envolviam as elites da capitania e que, certamente, possibilitava um outro tipo de mentalidade, diversificada e mais aberta. Todos os estudiosos do tema parecem concordar no sentido de que nesta região constituiu-se uma sociedade *sui generis*, com uma população predominantemente distribuída por centros urbanos e onde o desenvolvimento das atividades primárias chamava a si uma série de funções terciárias.

Além disso, o modo de inserção do aparelho do estado na Capitania das Minas foi muito mais preso a padrões europeus do que em outros pontos da colônia, mais presente devido às necessidades de arrecadação do ouro e atento e servil ante os interesses da Metrópole e dos segmentos dominantes, surdo e refratário às especificidades coloniais (SOUZA, 1999, p.69). A Coroa passa a ter, com as Minas, uma atenção e cuidado especial, pela sua grande importância para a Colônia.

Com relação aos impostos cobrados pela Metrópole na região das Minas, existia também um sistema especial de cobrança, muito mais extenso e ostensivo. Os principais tributos eram: quinto (20% do ouro extraído); imposto proporcional ao número de trabalhadores nas catas; derrama (diferença que faltava entre a arrecadação estipulada e a realizada); capitação, adotada entre 1735 e 1750, que estabelecia um imposto fixo sobre o número e escravos empregados nas minas (como independia da produção aurífera e incidia assim mais fortemente sobre os pobres que sobre os ricos, foi uma taxa altamente impopular); entradas (cobradas sobre todos os gêneros que entrassem nas Minas para serem comercializados); dízimos (sobre os produtos produzidos na capitania, à exceção do ouro); tributo sobre a passagem dos rios caudalosos da Capitania; propinas e subsídio literário (cobrado sobre o peso da carne para financiar o sistema educacional); subsídio voluntário (bitributação sobre os gêneros produzidos, para cobrir a reconstrução de Lisboa após o grande terremoto de 1755); imposto sobre o papel selado e imposto sobre o arroz (que duraram pouco, devido aos protestos); dentre outros temporários, como o subsídio sobre as vendas (cobrado sobre os donos de lojas de dois em dois meses) e taxações extras sobre os escravos (FURTADO, 2008). O objetivo de tamanha carga tributária era desviar para o Reino o máximo da riqueza produzida em terras coloniais.

Além dos impostos, foram adotadas constantemente medidas para aumentar-se a arrecadação: aumento das casas de fundição, postos de fiscalização e de registro; proibição do comércio com ouro em pó; controle das transações com o norte, de onde vinha o gado e havia muito contrabando (BRANT e MOTA, 1999, p. 15). Estas condições tributárias atingiam toda a colônia, mas de maneira muito especial as Minas: “De todas as províncias deste imenso território, a mais fiscalizada, a mais oprimida, a mais explorada era, sem contradição, a de Minas Gerais. Todo o terreno descoberto, contendo ouro ou diamantes, não era propriedade particular e passava para o Estado” (RIBEYROLLES *apud* ARRUDA, 1999, p. 65).

Os interesses no ouro eram distintos. Para o Estado monárquico, importava o acúmulo de jóias e a expressão de prestígio do seu detentor. Já para o Estado teocrático, o principal interesse era a acumulação no templo para a grandeza do culto e enaltecimento do espírito da comunidade. E no caso do Estado mercantil, o ouro era considerado equivalente de troca e sua acumulação media a riqueza da nação (SOUZA, 1999, p. 30). O fato é que a exploração do metal foi o eixo da política da Metrópole para a Colônia, influenciando em todas as práticas adotadas, inclusive na ocupação do território.

Após alguns anos de livre movimentação de pessoas e mercadorias na região, estimulada mesmo pela Coroa, começam a ser impostas medidas restritivas à imigração proveniente tanto do interior da Colônia quanto de Portugal e das ilhas e determina-se a interdição do Caminho do Rio São Francisco - medida que posteriormente acabou revogada (RESENDE, 2007, p. 33). A evasão fiscal foi fator determinante de uma rigorosa vigilância dos caminhos, estradas e quaisquer outras vias de entrada ou saída das minas, como veredas e picadas (RESENDE, 2007, p. 31). A colônia agia guiada diretamente pelo objetivo de aumentar sua receita com a exploração das Minas, e para tanto aumentava o jugo sobre a população.

Figueiredo (1993, p. 86) afirma que “a pesada carga tributária que incidia sobre a população mineira contribuiu como importante fator de empobrecimento das camadas sociais despossuídas”. Como os tributos resultavam em ganhos externos para Portugal, e pouco retornavam como benefícios à população, automaticamente aumentava-se a pobreza do povo. A sede por impostas impacta cada aspecto do cotidiano, até os mais simples. Figueiredo (1993, p. 71) afirma que “até a ação comercial das negras de tabuleiro foi afetada, pois esta, caracterizada pela extrema mobilidade espacial, atingiria fatias do mercado ocupado pelas vendas fixas, gerando uma debilitação dos rendimentos destas, sobre as quais incidia o Real Subsídio (impostos)”.

A corrida do ouro em Minas Gerais pode ser dividida em 4 fases: 1) descobrimento; 2) expansão febril, caracterizado pela pressa e semi-anarquia; 3) breve, mas brilhante, período de apogeu - onde as remessas de ouro de Minas para Portugal saltaram de 725 quilos em 1699 para 1785 quilos em 1701 e 4350 em 1703 – (BRANT e MOTA, 1999, p. 14); 4) a súbita decadência, prolongada, às vezes, como uma lenta agonia (PALACIN, *apud* POLETTO, 2000, p. 26). Nesta fase de decadência, mesmo que a crise do ouro não inviabilizasse a vida da capitania, já há muito dotada de outras atividades econômicas de relevo, é curioso que muitas variáveis apontem no sentido de uma desestabilização geral ocorrida ao mesmo tempo em que decaía o rendimento aurífero (SOUZA, 1999, p. 60).

Esta decadência revela e agrava a miséria dos habitantes das Minas, tema pouco abordado nos ensinamentos da história, mais afeita ao *glamour* do período de apogeu. Figueiredo (1993) relata em sua obra *O avesso da Memória*:

A miséria, ao contrário da imagem de opulência que a mineração de ouro poderia sugerir, era marcante. Seus protagonistas, os vadios, os desclassificados sociais, vivendo ora como elementos úteis ao Estado, ora como seus inimigos, peso inútil e ônus político. A economia mineira era democrática na miséria que soube distribuir entre um maior número de indivíduos. Triturados por uma exploração econômica predatória e imprevidente, esmagados pelo peso enorme do fiscalismo, perseguidos por uma política normalizadora que os desejava enquadrar a todo custo, os desclassificados (mulheres empobrecidas, geralmente negras e mulatas; prostitutas, pequenas vendedoras ambulantes de quitutes, fumo e cachaça junto aos trabalhadores da mineração; encarregadas do comércio em vendas urbanas) proliferaram nas montanhas mineiras como em viveiro (FIGUEIREDO, 1993, p. 27).

A pobreza era um traço comum entre as mulheres que gerenciavam pequenos comércios, independentemente de sua condição social. Assim, como meio de complementar sua renda, forras ou escravas recorriam à prostituição - no caso dos homens, isso se refletia na vadiagem e criminalidade (FIGUEIREDO, 1993 p. 58).

Para o autor, nas Minas Gerais do século XVIII, “a prostituição não só atingiu maiores proporções que em qualquer outro ponto do Brasil Colônia, mas assumiu nítida relevância pela significação desta modalidade de atuação feminina no interior da estrutura social que a engendrou” (FIGUEIREDO, 1993, p. 77). Este é outro tema pouco difundido nos ensinamentos de história, que apresenta poucos relatos do papel crucial que a mulher desempenhava nas Minas no período, e sua situação de exclusão social. Em Vila Rica do século XIX, um alto índice de mulheres chefiava domicílios, devido à evasão masculina dos núcleos urbanos e a estabilização feminina oriunda da crise da mineração.

As crianças também sofreram muito durante este período, outro assunto existente, mas pouco difundido, na historiografia. Como elementos sociais vulneráveis, “foram alvo principalmente de exposição (abandono), que teve grandiosas proporções nas Minas, devido a dificuldades econômicas, à difusão dos concubinatos e uniões esporádicas e à precariedade das condições de higiene e saneamento nos aglomerados urbanos” (SOUZA, 1999, p. 64).

Outro aspecto pouco difundido é o revés que a propagada religiosidade do povo mineiro também esconde. O poder da igreja, incontestável na sociedade do período, não se estabeleceu somente por questões espirituais, mas, sobretudo porque a obediência aos preceitos morais ditados pela religião era encarada como pré-condição para a mais fácil subordinação da população ao poder do Estado e conseqüente eficácia da administração. Assim, religião e estado tiveram relação muito próxima e influenciadora, afetando-se mutuamente, de forma a se criar, como cita

Arruda (1999, p. 169), uma religiosidade mineira com uma dimensão leiga e profana, que afastava as exaltações de cunho fanático.

Todas as ações da Igreja ocorriam com objetivo de controle social. Até mesmo o estímulo neste período à instituição do casamento se deu principalmente pelo mesmo possuir função de coesão social, além de contribuir para a arrecadação da Coroa por meio das taxas cobradas para sua realização. Além disso, foram uma constante a partir de 1721 em Minas as devassas eclesiásticas, utilizadas como instrumento pela Coroa ante o perigo difuso representado pela população, reprovando suas relações ilícitas e o seu modo de vida. Estas devassas premiavam os agentes que se lançavam na repressão dos elementos incômodos e incentivavam as Câmaras a fazerem o mesmo. Tratavam-se de visitas pastorais promovidas pelo bispado, vasculhando vilas e povoados punindo heresias, apostasias e crimes contra a fé em geral. Eram instrumentos de controle moral da população (FIGUEIREDO, 1993). Assim, a Coroa, contando com o apoio da Igreja, tentava medidas saneadoras, procurando prover a tudo, regulando relações conjugais e brigas de vizinhos. De acordo com Souza (1999, p. 68), “nos tempos coloniais, o poder se dissolvia nas microestruturas do cotidiano, fazendo da bisbilhotice e da delação práticas corriqueiras e aceitas.”

No campo religioso, papel destacado coube sempre às irmandades. Segundo Figueiredo (1993, p.153-54):

As numerosas irmandades que proliferaram em Minas buscavam impor a ordenação e disciplina da população, estabelecendo regras rígidas de moralidade. Todavia, na prática não existia esta severidade, ocorrendo muita tolerância. Além das funções religiosas, prestavam assistência material aos pobres (obras de “misericórdia” – auxílio à velhice, doença e sepultamento; celebração de missas pela alma dos irmãos falecidos; ajuda aos presos e empréstimos para irmãos em dificuldades financeiras) e cumpriam papéis do estado, como a construção de templos e cemitérios. Como espaço de convívio social, eram o único caminho lícito para o exercício da espiritualidade coletiva e organização da vida católica.

O controle moral sobre a população interferia até na relação entre raças distintas. A miscigenação era vista como uma chaga social. Na visão de Charles Boxer, a miscigenação ocasionou “chagas sociais como a vadiagem, a prostituição, as doenças, que tal estado de insegurança social propiciava”. As irmandades religiosas também combatiam o relacionamento inter-racial, expulsando os irmãos que se casavam com pessoas de outra raça (FIGUEIREDO, 1993, p. 166). Segundo Souza (1999, p. 70), “as autoridades camerárias demonstravam, através

de medidas restritivas e racistas, um temor ante a miscigenação que tinha raízes nos primeiros decênios do povoamento das Minas.” Porém, isso não impede que o mulatismo, considerado como sintoma democrático, desponte como fenômeno gestador, quer do aprimoramento étnico, quer da possibilidade de criar expressões artísticas genuínas. (ARRUDA, 1999, p. 76). Por mais combatido que fosse, o fenômeno da miscigenação foi intensificado no Brasil colônia e nas Minas, gerando o que Antonil, citado por Arruda (1999, p. 78), chama de “inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e mulatas”.

Outro aspecto notável nas Minas era o sistema escravista. Em 1766, contabilizavam-se cerca de 100 mil escravos na capitania. Segundo Souza (1999, p. 154-55), a região das Minas se tornou no século XIX o maior sistema escravista das Américas, pois “a população livre de cor cresceu tanto em Minas que, na segunda metade do século, tornava-se dez vezes superior à de outras áreas escravistas da América, como a Jamaica ou o Sul dos Estados Unidos”. Grande em contingente, o sistema mineiro apresentava ainda singularidades interessantes, como a questão da coartação.

A coartação foi uma modalidade de alforria pouco difundida na América Portuguesa, contudo mais usual na capitania de Minas Gerais. O “coartado era um escravo em processo de transição para a condição social de livre”, que conseguira o direito “expresso por seu proprietário de pagar pela própria alforria” (SOUZA, 1999, p. 157). Remete-se então ao conceito de sociedade aluvional, que denota um movimento constante em que os escravos, movendo-se em ambiente urbano, desempenhando papéis muito mais variados do que o de meros faiscadores, ganham larga margem de autonomia, característica das Minas setecentistas. Autonomia, mas não liberdade, “reconhecendo os poros existentes no escravismo mas simultaneamente apontando seus limites férreos” (SOUZA, 1999, p. 229). Assim, as diferenças existentes não tornava o sistema escravista menos penoso para os negros.

Outras características interessantes da sociedade mineira pouco conhecidas são: domínio do comércio e dos ofícios mecânicos na vida urbana, sendo as estratégias de ascensão social montadas com base numa sucessão de papéis e atividades, dentre as quais nem sempre se destacava a do minerador; baixa monetarização – pela facilidade de ouro em pó como meio circulante – impondo ao crédito um papel decisivo, determinando comportamentos, sociabilidades e aptidões; generalidade do conhecimento da escrita e da leitura (SOUZA, 1999, p.

228-29). Além disso, uma característica da sociedade, essa sim conhecida, era seu caráter revoltoso.

O estado, na segunda década do século XVIII, procurou assumir o controle do processo urbanizatório que os colonos, tidos como turbulentos, haviam iniciado nas Minas, e reprimira fortemente levantes como o dos Emboabas (1707-1709) e o de Felipe dos Santos (1720). Foi este o primeiro tempo das Minas, quando o poder dos governantes ainda estava se estabelecendo. (SOUZA, 1999, p. 86). Segundo o autor, “a minguada população de brancos e o grande contingente de escravos fazia de Minas um barril de pólvora prestes a explodir o domínio português na Colônia (SOUZA, 1999, p. 88).”

Entre 1707 e 1740 houve nas Minas um período crítico, onde a dominação portuguesa sobre a capitania corria sério risco. Estes anos marcam talvez uma percepção diferente da revolta. “Não as houve mais espetaculares. A partir de meados do século, como se ia dizendo, as revoltas tornaram-se surdas, constantes, disseminadas, cotidianas: mudara tanto sua anatomia como a forma de encará-las.”. Grupos ilustrados desenvolveram o hábito das reuniões domésticas e conversas diárias. Eram adeptos de uma contra-sociedade, que desprezava o domicílio fixo, a família nuclear, o trabalho sistemático, a propriedade privada (SOUZA, 1999, p. 90).

Fato marcante e amplamente abordado pela historiografia se deu no final do século XVIII, com a Inconfidência Mineira. O movimento, que buscava maior liberdade por parte da colônia, foi severamente reprimido, culminando com a execução sumária de um de seus líderes, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Essa ocorreu com o objetivo claro de afirmar o poder metropolitano e intimidar os insubordinados. A exposição das partes esquartejadas e putrefatas do cadáver do réu ao longo da capitania não foi senão uma mensagem para lembrar que o suplício era iminente para os que ameaçavam a integridade da Monarquia, esta sim um todo indivisível. A idéia é que o suplício e a lembrança dele talvez subordinassem o povo das Minas, tido como revoltoso, sabendo a Coroa que a desordem era perigosa ao governo dos povos, ainda mais a milhas de distância do centro de poder (SOUZA, 1999, p. 84-5).

A mensagem que se queria passar com a morte de Tiradentes foi em parte exitosa. Dez anos após a prisão dos conspiradores e o enforcamento do réu.

(...) denúncias de inconfidência ainda amedrontavam os habitantes da capitania do ouro. Os pasquins detratores indicam que, para a Metrópole, o suplício não fora vão... a coerção, a violência, a representação emblemática do poder ainda calavam fundo nos ânimos dos mineiros, sendo capazes de disseminar o medo e trazer, no seu rastro

funesto, a desagregação do tecido social. A delação era a medida miúda deste estado de coisas, a contrapartida dolorosa das sedições informais que sacudiram Minas durante quase um século (...) (SOUZA, 1999, p. 107).

Todavia, a ação repressora não atingiu completamente seus objetivos. Segundo Souza (1999, p. 141):

A vida nas Minas durante a segunda metade do século XVIII pode ser caracterizada por uma revolta permanente e difusa. Revolta que esteve longe de contestar o jugo colonial mas que se valeu de contextos de soberania fragmentada, múltiplos e variáveis conforme a circunstância histórica, mas capazes de criar uma tradição contestatória e uma memória insurgente.

Além disso, gerou nas Minas Gerais um sentimento de ser o coração vigoroso da nacionalidade, o berço da “rebelião patriótica”. Minas Gerais de novo diferencia-se do conjunto. No Ciclo do Ouro, bafejava-se a aragem da celebridade e agora, quando os recursos esvaíam-se, “esta grande e heróica província tem razão de sentir-se orgulhosa, por ser ele (Tiradentes) ligado diretamente à (causa da) Independência do Brasil” (ARRUDA, 1999, p. 67).

Contestada em seu caráter revolucionário por muitos historiadores, a Inconfidência resistiu a todas as contestações e se firmou como marco indelével na história nacional. Arruda (1999) auxilia a elucidar esta questão:

Caberia indagar-se, então, por que dentre os movimentos separatistas foi exatamente o de Minas, o menos profundo do ponto de vista social, a permanecer na memória como a grande tentativa de erigir-se a liberdade do Brasil. O fato de ter sido confeccionado por mentes ilustradas deve ter colaborado para isso... Mas seria possível agregarem-se ainda outras considerações que se deve ligar às peculiaridades da sociedade brasileira, as quais tornam difícil a convivência com grandes dissensões, às especificidades regionais de Minas, que necessitam de um certo tipo de política, expressa nas práticas dos seus representantes; finalmente, ao fato mesmo de a Inconfidência haver se tornado um mito político nacional... Como não há nação sem unidade nacional, foi a Inconfidência o berço do sentimento unitário e por meio dela clarifica-se a história do Brasil (ARRUDA, 1999, p. 98).

Somando-se o processo colonizador brutal sobre os negros e os índios aos sanguinolentos episódios da guerra dos emboabas e do enforcamento de Tiradentes, as “Minas distinguem-se do conjunto por terem germinado sob o signo da morte” (ARRUDA, 1999, p. 68). O imaginário mineiro se fortalece grandemente com a morte de Tiradentes, pois sua traição, paixão e morte se assemelham aos passos dolorosos de Jesus Cristo. Banido das serras rumo ao litoral, repetiu os

episódios da via sacra. “Ele também saiu da experiência da morte para a imanência da vida” (ARRUDA, 1999, p. 113).

Este imaginário mineiro, entendido como a qualidade das gentes das Minas – entendendo-se aqui mineradores, comerciantes, clérigos, vaqueiros, etc. – foi sempre um objeto de estudo histórico importante. Muitos viam os mineiros como insubordinados e revoltosos. A sociedade que se formou nas Minas do século XVIII era muitas vezes considerada rígida na norma e na letra, quase sempre anárquica na prática e no costume (SOUZA, 1999, p. 146). Das Villas citado por Resende (2007, p. 47) discorrendo sobre a dificuldade de conseguir que a movimentação da gente das minas se desse pelos caminhos oficiais, diz: “[...] como será possível impedi-los? Com preceitos? Não obedecem. Com força? A maior não basta. Com indústrias? Não se descobrem eficazes, porque a qualquer supera a sua malícia”. Já Meireles citado por Arruda (1999, p. 64) diz: “Estas Minas enganosas andam cheias de maus sonhos. Já ninguém quer ser vassalo, Todos se sentem seus donos!”.

O território das Minas era considerado de acesso difícil, dotado de condições climáticas peculiares. O clima instável, enevado, traiçoeiro da capitania foi comparado pelo conde de Assumar, que governou a região entre 1717 e 1721, à população que a habitava, associando-se a revolta da natureza à natureza em revolta (SOUZA, 1999, p. 87):

Os dias nunca amanhecem serenos; o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre (...) a terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdade os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo e, amotinada lá por dentro, é como no inferno (CONDE DE ASSUMAR *apud* SOUZA, 1999, p. 88).

O mineiro é visto também como uma síntese de raças e culturas: “Aí, plasmado dos paulistas pioneiros, dos lusos aferrados, de baianos trazedores de bois, de numerosíssimos judeus manipuladores de ouro, de africanos das estirpes mais finas, negros reais, aproveitados na rica indústria, se fez a criatura que é o mineiro inveterado” (ROSA *apud* MORAES, 2007, p. 55).

Outros autores exaltam as qualidades dos mineiros. Arruda (1999) dedica sua obra *A mitologia da mineiridade* a entender com maior profundidade o caráter do povo das Minas. Para ela, “a subcultura de Minas – mineiridade – contém os princípios do entendimento nacional. Reconhecem-se nos mineiros qualidades essenciais de bom senso, moderação e equilíbrio, consideradas essenciais à urdidura do acordo”. Encontram-se também características como

hospitalidade e generosidade, tão decantadas no povo mineiro. Nesta obra, são enumeradas também outras características do mineiro, desde o físico (“O mineiro é um tipo alto, magro, ossudo, que, quando exagerado, representa o popular Dom Quixote, esguio e macilento”.) a diversos traços de caráter, muitas vezes contraditórios entre si: não apegado às aparências, simples, de gastos sóbrios, pacato, altivo, nobre, delicado, obsequioso, sensato, cavalheiresco, garboso, formal no trato (como os ingleses), complexo, sutil, bem humorado, desesperançoso e incerto quanto ao futuro, religioso, com “gosto pela morte” – pela adoração ao barroco, politizado, rebelde, libertário, romântico, incontido, prático, conciliatório, realista, perspicaz, equilibrado, criativo, inteligente, confiante, independente, acanhado, sagaz, franco, afeito às artes/cultura, democrático, amável, gentil, educado, um pouco rústico, moralista, tradicionalista, sovina, resistente às mudanças, prudente, visionário, moderado, impetuoso, temperante, forte, sereno, harmonioso, desorganizado, cauteloso, lento, discreto, ensimesmado, malicioso, jeitoso. O mineiro, retraído, prudente e conciliador, tem o caráter oposto do brasileiro, que seria expansivo, inflamável, categórico nas afirmações. Assim por conter todos os seus elementos prefiguradores, o mineiro é um resumo do homem brasileiro (ARRUDA, 1999).

Para Arruda (1999, p. 87), “o imaginário mineiro pronto e elaborado – a mineiridade – que remanesce, por certo, no manancial da história de Minas, superpôs ao tempo inerente à vida o seu próprio tempo, esquadrihando portas alheias.” Isto quer dizer que o simbólico, ou seja a idéia que se tinha do mineiro, interferiu no mundo social-histórico, de forma que o comportamento fortaleceu o imaginário, tornando-o real.

Para Arruda (1999, p. 91), “A identidade de Minas nasceu de uma derrota e daí o seu caráter vitorioso, permitindo aos mineiros cultivar a sua própria permanência no desenlace da vida, de onde advém a tradição ritualizada.” Assim, quer se trate do ritualismo presente na vida cotidiana – como a necessidade do mineiro de falar sobre Minas -, quer se refira à ritualização de um evento histórico – a morte de Tiradentes, comemorada pelo Brasil no 21 de abril – estabeleceram-se dois subprocessos sociais de conteúdos significativos: 1) proeminência da subcultura mineira em relação às demais; 2) aparecimento de fortes laços de integração social. Estes são aspectos fundamentais na compreensão da força e abrangência adquirida pela mineiridade, tanto para os mineiros como para os não-mineiros.

O lado oculto da exaltação da mineiridade é que ela procura esconder a decadência de Minas no cenário nacional. Para Arruda (1999, p. 93):

Quando os mineiros constroem miticamente o seu passado, querem preservar sua influência; quando o passado mineiro é absorvido e entra como componente ideológico dos períodos de transição, parece estar por trás a vontade de conservar o presente. Reversivamente, se um espaço regional necessita mobilizar toda uma mística para manter a sua influência no todo, provavelmente o seu poder estará se esvaindo; se um projeto nacional remonta-se ao passado, deve-se, quiçá, desconfiar da sua verdadeira natureza progressista. Em qualquer dos casos, o que se quer é conformar a história e preservá-la dos ventos tempestuosos.

A dificuldade da classe dominante em contornar o marasmo da vida social ou de gerar novos momentos históricos, gerou resignação diante dos acontecimentos. Em outro ângulo, caberia ressaltar que a expressão da mineiridade assume e integra o nacional, oferecendo identidade aos mineiros e aos brasileiros. Nesse ponto, cruzam-se a construção da mineiridade e as visões elaboradas sobre a cultura brasileira, perseguida pela busca da identidade. Existe, então, um eixo comum entre a mineiridade, que extrapola o regional, e a temática fundamental do pensamento brasileiro, que é a busca pela identidade (ARRUDA, 1999, p. 254). Emerge então a sociologia mineira, dominada por três elementos de espírito que poderíamos chamar – continuidade, fidelidade, temperança. Continuidade, quanto ao passado. Fidelidade, quanto ao presente. Temperança, quanto ao futuro (LIMA *apud* ARRUDA, 1999, p. 123).

A mineiridade se fortalece ainda mais a partir do período modernista, nas décadas de 1920 e 1930, em que Minas é reconhecida por intelectuais e políticos como o berço da civilização brasileira. A rica história regional e sua relevância na construção da identidade da nação conferem ao Estado o *status* de símbolo da cultura do Brasil. Nomes mineiros importantes da arte nacional passam a ser cultuados, como o maior gênio da arte colonial brasileira, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, o pintor Manoel da Costa Ataíde e o mestre de música barroca Lobo de Mesquita. Outros grandes nomes que são mais valorizados são os poetas Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto (os três poetas da Inconfidência), além de diversos outros como Santa Rita Durão, Silva Alvarenga, Francisco Melo Franco e José Basílio da Gama.

A literatura de Minas, de grandes nomes como Carlos Drummond de Andrade, João Guimarães Rosa, Fernando Sabino, dentre tantos, também passa a ser crescentemente venerada, pois “transforma o local em universal”. O lado político do imaginário de Minas revela a dimensão claramente ideológica: a manifestação literária erige a possibilidade de superação ideológica ao inserir-se no universo cultural moderno. "A literatura é, pois, o ponto máximo de

desenvolvimento do imaginário mineiro; nascida e nutrida no “drama histórico” de Minas Gerais, que se expressa na incapacidade de mudança das condições objetivas de vida” (ARRUDA, 1999, p. 254-55).

O memorialismo mineiro é outra vertente que passa a ser cultuada pela elite intelectual brasileira. Além de ser extremamente vasto e permeado pelas características dos mineiros e do estado, o memorialismo entrelaça-se intimamente com esse apego à riqueza da história de Minas e até às particularidades geográficas do estado. O magnetismo de Minas sobre seus filhos aparece no culto a sua paisagem e no reconhecimento da sua força modelar (ARRUDA, 1999, p. 199, 204). Mesmo distantes na maior parte das vezes de sua terra, os memorialistas exaltam Minas. Aliás, o espectro do exílio – visto como o afastamento do local de nascimento – está sempre presente na vida dos mineiros. “Desde a decadência da mineração até no século XX, os geralistas viam-se compungidos a abandonar seu estado e buscar a sobrevivência em outras regiões” (ARRUDA, 1999, p. 206).

É consenso, segundo Souza (1999, p. 133) que

No centro de Minas, nas regiões auríferas mais antigas e urbanizadas – rio das Mortes, rio das Velhas, Ouro Preto, Distrito Diamantino – brotou a melhor floração do Setecentos luso-brasileiro. Lá se constituiu uma civilização no sentido pleno da palavra, que transcende os limites da criação literária e artística para impregnar a própria sociabilidade: o hábito das discussões intelectuais, dos saraus literários, dos espetáculos de música e de teatro. Daí talvez o fato de terem os colonos mineiros carregado para as zonas de fronteira... hábitos sem os quais não podiam mais viver: hábitos de polidez e de civilização que, num aparente paradoxo, conviviam e contrastavam com o seu reverso de crueldade, rudeza e exploração – de homens e do meio natural. Traços que hoje nos parecem díspares e contraditórios, mas que, nesse desencontro, servem para ilustrar que “barbárie” e “civilização” podem ser duas faces de uma moeda.

O barroco, considerado como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, estando intrinsecamente relacionado à autenticidade nacional, é outra criação mineira que passa a ser venerada pela intelectualidade nacional. Segundo Brant e Mota (1999, p. 24):

O sentimento e consciência de autonomia, além do fascínio pelo ouro e a intensa religiosidade católica que haviam em MG se manifestaram expressivamente na arte, com a imitação / recriação do barroco europeu, com peculiaridades e sutilezas. Surge então no século XVIII a mais forte, farta e bela expressão de uma arte verdadeiramente brasileira, o barroco mineiro.

O estilo apresenta 5 características marcantes: “1) exuberância de decoração interna das igrejas; 2) uso intenso da talha de diferentes cores, sobretudo o revestimento de ouro; 3) crescente

tendência à movimentação e encurvamento da arquitetura interna e externa; 4) realismo das esculturas e imagens; 5) presença simultânea de ornamentos religiosos e profanos.” A singularidade e valor artístico do barroco mineiro não se prendeu apenas a reconhecimento nacional, mas se tornou um estilo valorizado mundialmente por especialistas e admiradores do assunto.

Em Minas, durante e após o período modernista, “foi também crescentemente valorizada a questão da proteção dos bens patrimoniais do Estado, como sendo parte do processo de construção da tradição nacional” (FONSECA, 2005, p. 92).

Andrade citado por Bo (2003, p. 131) afirmou que a maior concentração de monumentos que integram o patrimônio histórico nacional encontra-se em Minas Gerais, constituindo-se um expressivo legado dos antepassados. Os tombamentos em Minas Gerais representam 70% do total de bens tombados no Brasil (BRANT e MOTA, 1999, p. 11). A riqueza histórica do estado, portanto, passa a ser valorizada, protegida e habilitada para ultrapassar os séculos.

Em termos de formação territorial, a constituição do estado também foi um processo que ultrapassou séculos, culminando com a consolidação de uma grande área no século XX. No final do século XVIII e início do século XIX, o território mineiro era quase metade do atual, resumindo-se aos espaços delimitados para as atividades mineradoras. A partir da Inconfidência, com o esvaziamento das cidades do ciclo do ouro, as pessoas se movem para terras mais distantes. Ex-mineradores se convertem, na busca por novas regiões auríferas, em agropecuaristas, e empurram as linhas divisórias da província, fundando freguesias e vilas. Os limites se estendem ao longo das primeiras décadas do século XIX para o Nordeste (incorporando terras da Bahia), ao norte (terras da então Capitania de Pernambuco), ao Leste (empurrando a divisa com o Espírito Santo), Sul (em direção a São Paulo) e Noroeste (com a incorporação das terras do Triângulo Mineiro, que pertenciam a Goiás).

Assim, configura-se o ambiente que incentivou Guimarães Rosa a declarar: “Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas.” Segundo Arruda (1999, p. 116, 117), embora o mineiro possua um espírito particular, a diversidade regional é imensa, com características singulares de cada região: A Zona da Mata é considerada cismontana, molhada de marinhos ventos, agrícola ou madeireira, espessamente fértil; o Sul: cafeeiro, tranqüilo, feliz, próspero; já o Triângulo é tido como saliente, avançado, forte, franco; o Oeste, calado e curto nos modos, mas fazendeiro e político, abastado de habitantes; o Norte, sertanejo, quente, pastoril, um tanto baiano em trechos e

nordestino na caatinga e Polígono das Secas; já o Centro é corográfico, ameno, claro, aberto à alegria; o Noroeste é dos chapadões, dos campos gerais que se emendam com os de Goiás e Bahia, e vão até Piauí e Maranhão. Em suma: “Minas é plural mas integrada” (ARRUDA, 1999, p. 116, 117).

Outro aspecto singular da história do estado é o processo de ruralização por que passa no século XIX, sendo majoritariamente urbano. Grande contingente de pessoas deixa os centros urbanos com destino ao campo, em busca de novas oportunidades. Este fluxo gera fortes marcas na constituição da identidade do povo e na vocação econômica do estado. 30% das cidades mineiras tiveram origem em núcleos de atividade rural, comparando-se apenas à mineração, que originou 33% dos municípios.

Como cita Oliveira Vianna citado por Arruda (1999, p. 108): “Essas feitura da alma mineira, esta singeleza, essa sobriedade, essa reserva, esse espírito patriarcal, esse culto ao lar, onde lhe vem? Não é difícil responder. Vem do campo: é na formação rural do próprio povo que elas buscam as suas origens e o cunho que as distingue.” Por outro lado, o novo contexto social assiste a uma perda cultural substantiva. Para Arruda (1999, p. 158), a “ruralização da vida social mineira estaria acompanhada pelo cerceamento dos contatos culturais, pela emergência de padrões societários rebaixados, quando comparada às fases anteriores. Teria ocorrido em Minas, dessa forma, um panorama cultural de nítida decadência” (ARRUDA, 1999, p. 158). Embora o sistema econômico se reorganizasse e as atividades produtivas se rearticulassem nesse novo contexto, em termos culturais a perda em sentido mais amplo é incontestável. Arruda (1999, p. 178) aponta que:

Se no século XIX Minas não viveu propriamente em um contexto estagnado, também não ofereceu como contrapartida uma vida social intensa. Durante os oitocentos, o tempo de Minas caracterizou-se pelo movimento lento, pelo atenuamento do ritmo, criando uma vivência pachorrentemente marcada por relações sociais imediatas.

Assim, dada a fragilidade da classe dominante e o momento de estagnação, desenvolveu-se em Minas a necessidade da articulação política, para fazer frente à urgência das questões econômicas e sociais. “Dessas especificidades emergiu um tipo particular de político, também muito valorizado no século XX” (ARRUDA, 1999, p. 250). Este possuía corte profissional, e desenvolvia uma vocação política. É um político que se preocupa com o poder e percebe que o essencial da política é a própria política. Assim, valorizam o Estado e a organização do poder

como fundamentais. Nos momentos de crise, tornam-se fundamentais para garantir a conciliação. Sabe tratar as questões nacionais e encaminhar as de seu estado. Sua representatividade – advinda de sua origem ligada à intelectualidade – para desenvolver o manejo político, aperfeiçoa-o no contato com os problemas públicos. O fenômeno da representação política está portanto no cerne da atividade (ARRUDA, 1999, p. 232).

Um dos maiores exemplos deste político foi Tancredo Neves, cujo tom redentor do discurso recupera a sacralidade da imagem do Inconfidente, que passou para a história brasileira como o homem que morreu pela liberdade (ARRUDA, 1999, p. 233). A política mineira se auto-define de maneira quase messiânica, proclamando que a “missão que Minas tem (...) a cumprir no Brasil e no mundo contemporâneo é de preservar os valores humanos genuínos, significando primordialmente a manutenção do humanismo cristão (ARRUDA, 1999, p. 125).

Outra decantada instituição mineira, principalmente no século XX, foi a família. A “tradicional família mineira” passa a ser tida como modelo para um país carente de referências, o que contribui para fortalecer ainda mais o imaginário da mineiridade. Para Arruda (1999, p. 194):

O apego ao passado, enquanto forma de preservação da identidade, pode originar certo culto à família, vista como símbolo da vivência de um tempo glorioso. É por isso que as memórias significam a tentativa de recuperação, no nível do imaginário, da antiga posição social da família, ou mesmo da fantasia que se criou em torno dela.

O fato de a vida social de Minas durante o século XIX continuar a olhar para trás, com um misto de nostalgia e de apreço exagerado, demonstrando o aparecimento de certo deslocamento entre as visões que se formaram e a realidade de Minas setecentista foi fator decisivo para a construção, fortalecimento e consolidação do imaginário mineiro no século XX. Para Arruda (1999, p. 257):

Tipicamente uma construção intelectual, a mineiridade preserva três dimensões essenciais: mítica, ideológica e imaginária. O mito, ritualisticamente trabalhado, abriu espaço para a codificação... Apresentada como símbolo da nacionalidade, Minas ensajou a missão de representar o Brasil. A conjuração do Século XVIII transformou-se em mito político nacional. Tiradentes passa a encarnar os supremos idéias da nacionalidade. Os inconfidentes... promovendo a redenção dos brasileiros. A arquitetura mítica entrou, assim, em processo de acabamento. Os políticos mineiros mobilizaram a memória do passado no exercício de suas ações, enquanto legítimos portas-vozes de uma história transformada em tradição inquestionável. A memória do passado imiscuiu-se em suas práticas, estas sim de feitio claramente ideológico. Os memorialistas, por seu turno, ofereceram poderosos contributos à nutrição do imaginário mineiro. Os próprios discursos políticos transitam no interior da memorialística, visto que a lembrança dos

feitos passados a pressupõe. Também os escritores mineiros, fortemente amarrados à sua origem, exprimem esse profundo apego a memória de Minas. (...) A mineiridade, em ampla medida, confeccionou a solidariedade do grupo, revigorando-a para enfrentar as adversidades de um ambiente amplamente desconhecido. A “confraria mineira” nutriu-se do passado de sua província, alçando-o aos altos píncaros de uma história grandemente construída em todas as suas partes. O seu estado, todavia, ofertou-lhe o material, porque caminhou no sentido oposto à acumulação: do período minerador extrovertido e dinâmico, para vivenciar, nos séculos seguintes, a introversão social e a lentidão do tempo. As ações tecidas no passado reverberaram, pois, nos atos do presente, abrindo espaço para o nascimento da memória de Minas (ARRUDA, 1999, p. 257-58).

O apego exagerado e a veneração quase religiosa ao passado só começam a se dissipar nas primeiras décadas do século XX, quando o estado passa por um processo de re-urbanização, com a migração de grandes contingentes de pessoas para os grandes centros urbanos, devido a um intenso processo de industrialização e fortalecimento das redes urbanas de serviços. Assim, o estado, firmado enquanto potência agropecuária no Brasil, se moderniza e transforma-se também em um grande pólo industrial e de serviços.

Esta transformação na formação do território fez com que Minas Gerais, o quarto maior estado da federação em área, se tornasse o segundo estado mais populoso do Brasil (mais de 19 milhões de habitantes), atrás apenas de São Paulo. Além disso, o PIB mineiro se consolidou como o terceiro maior do país, perdendo apenas para São Paulo e muito próximo do Rio de Janeiro.

O parque industrial mineiro é hoje o terceiro do Brasil, com destaque para as indústrias de mineração, metalurgia, automobilística, têxtil, alimentícia, construção civil e química. O estado é ainda grande potência agropecuária, com destaque para as culturas de café, banana, cana-de-açúcar, soja, milho, abacaxi, cebola e feijão, além do bovinocultura, avicultura, suinocultura e produção de leite.

Em volume de exportações, Minas hoje apresenta o segundo maior montante do país, atrás apenas de São Paulo. O estado apresenta ainda a maior malha rodoviária do país (269.545 km), importantes ferrovias e aeroportos.

A capacidade de geração de energia do estado é também muito grande, representando cerca de 17% do total do país. Além disso, no campo da cultura o estado continua sendo referência nacional, por seus grandes escritores, músicos, artistas, além da cultuada gastronomia mineira, referência nacional e internacional. Certamente, o estado é uma potência nacional no século XXI, constituindo-se cada vez mais eixo fundamental do desenvolvimento nacional.

1.2 Breve histórico de Diamantina e Serro

Serro e Diamantina possuem histórias de grande riqueza e enorme inter-relação. As duas cidades, muito embora oficialmente pertençam à região Central de Minas, apresentam forte identificação com as regiões do Norte de Minas e do Jequitinhonha. Os municípios ocupam papel central na história estadual e relevância na nacional e internacional, dado o destaque que possuíram, notadamente no século XVIII. Região conhecida também como “Sertão das Minas”, sua ocupação derivou principalmente da expansão das fazendas de gado e da conquista de terras pelos habitantes das capitanias próximas às Minas – em especial, Bahia, Espírito Santo e São Paulo. Desta busca por expansão territorial, surgiram dois dos municípios mais importantes de Minas Gerais, cujas histórias serão de forma sintética apresentadas a seguir.

1.2.1 *Serro*

O município de Serro foi sede de uma das comarcas da Capitania das Minas, com o nome de Vila do Príncipe do Serro Frio. A origem da cidade remete a 1702, quando da realização de bandeiras para exploração do ouro, abundante na região, conhecida como Ivituruí (montanhas frias, na língua indígena), designando um lugar “combatido de frigidíssimos ventos, todo penhascoso e intratável”, no dizer do Poeta Cláudio Manuel da Costa (BRANT e MOTA, 1999, p. 144). O então Arraial das Lavras Velhas de Ivituruí, (anteriormente também conhecido como Santo Antônio do Bom Retiro e Pousada do Guarda Mor Sabarense) em 29 de janeiro de 1714, foi elevado a Vila, a quinta da Capitania em ordem cronológica. O nome Vila do Príncipe foi uma homenagem ao nascimento do Príncipe Dom José, em Portugal. A designação de Vila do Príncipe como sede de uma das quatro Comarcas que ficou dividida a nova Capitania de Minas Gerais se deu em 1720, sendo composta pelos Termos de Vila do Príncipe (sede), Tijuco (hoje Diamantina) e Minas Novas. Em 1724, a Vila vê sua importância aumentar ainda mais, sendo designada Paróquia Coletiva. Tratava-se ainda de importante pólo de conexão da Capitania com o Nordeste do Brasil. Vila do Príncipe, na confluência dos currais e minas, era ainda o centro dos

conflitos dos processos espaciais no período colonial, ocasionados pelos desejos de autonomia advindos da grande imposição de impostos (SOUZA, 1993, p. 32).

A Comarca do Serro do Frio abrangeu sua jurisdição a imenso território do norte e nordeste da capitania, até a divisa com Bahia e Espírito Santo. Ela tinha como centros, além da Vila do Príncipe, Arraial do Tijuco e Minas Novas, outros núcleos urbanos, como São Gonçalo, Milho Verde, Tapera, Rio Preto, Rio Pardo, e os registros de Caeté Mirim, Rabelo, Pé-do-Morro, Palheiro, Inhacica e Paraúna (FURTADO, 2008, p. 59).

Além de importante centro de mineração, tornou-se sede da administração e justiça, incentivando o crescimento da população, agricultura (destaque para carne, madeira e cachaça) e comércio. Segundo Brant e Mota (1999, p. 144), “o Serro cresceu entrelaçado com a burocracia colonial, ensejando a atividade de bacharéis e políticos que fizeram a glória da cidade e sua rivalidade com Diamantina antiga, por sua vez mais voltada para a atividade econômica.” Apesar de sua importância, a Vila foi considerada como mal localizada espacialmente, despertando a má vontade dos ouvidores. “De fato, sua localização era a mais distante, dentre as comarcas, do então centro político e econômico da Capitania, a Comarca de Vila Rica” (SOUZA, 1993, p. 34).

Quanto mais declinava a atividade mineradora no século XVIII, mais o Serro se orgulhava de cidade de administradores, bacharéis e políticos. Em 1825, 13 anos antes de ser elevado a cidade, a Câmara do Serro se tornou a primeira no Brasil a criar e custear o ensino primário, o que revelava os ideais republicanos da cidade. A cidade gerou filhos ilustres como o poeta José Eloi Benedito Otoni, o general Antônio Ernesto Gomes Carneiro, o senador e engenheiro Cristiano Otoni, o memorialista Joaquim Felício dos Santos, o ex-governador João Pinheiro da Silva, os juristas Edmundo Lins e Pedro Lins (talvez a primeira cidade do Brasil a ter 2 juristas simultaneamente no Superior Tribunal de Justiça) e Teófilo Otoni, senador da República no segundo Império, que foi considerado “o homem mais popular do Brasil” (BRANT e MOTA, 1999, p. 145).

Em 1838, elevado à condição de cidade, continuou a exercer hegemonia sobre a região, com posição política, administrativa e judiciária de destaque. Mesmo com a queda na mineração do ouro e dos diamantes, o município continuou mantendo sua posição de centro jurídico-administrativo da região, o que permitiu a construção de belos casarões durante o século XIX (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003). Serro foi conhecido como: “capital do sertão mineiro”; “capital do continente do norte de Minas”; e “Cidade mãe de Diamantina e de inúmeros

povoados”. O território vasto, isolado e variado explica o título de capital do sertão mineiro – embora tenham sido fartos lá também o ouro e o diamante, entende-se que pela rica história da cidade, muito mais que centro minerador, havia o predomínio das “gerais” e não das “minas” (BRANT e MOTA, 1999, p. 144) Saint-Hilaire, em visita no início do século XIX, disse sobre a Vila do Príncipe: “os seus habitantes distinguiam-se tanto pela instrução como por sua requintada polidez” (ARRUDA, 1999, p. 72).

Na virada do século, a localidade passou por grande processo de decadência, acabando isolada entre as montanhas e serras da região. No período Republicano, a cidade entra em processo de estagnação em nível estadual, perdendo espaço para outras cidades. Por outro lado, esta crise foi o que possibilitou ao Serro manter a ambiência e a imagem dos séculos XVIII e XIX, tempo em que exerceu seu poderio sobre a região (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

Seu patrimônio inclui importantes igrejas e casarios, além do artesanato e das manifestações culturais (danças, cavalhadas, touradas, cabocladas, catopés, marujadas, exhibições musicais), com destaque para as festas religiosas, como a Semana Santa, Festa do Rosário, Festa do Divino e Festa de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira da cidade. Segundo Brant e Mota, (1999, p. 144), “tanto é a cidade histórica sertaneja que até hoje guarda muito vivas tradições folclóricas, já enfraquecidas nas demais cidades da Minas antiga.”. Pela sua importância histórica, seu conjunto arquitetônico e urbanístico foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938. Há que se ressaltar ainda a importância de outro patrimônio da cidade, neste caso imaterial: o queijo do Serro.

O conjunto urbano-paisagístico do Serro mantém o aspecto original da Vila do Príncipe e da cidade que era no século passado, apesar de inúmeros sobrados e casarões terem ruído ou estarem em estado precário, por omissão dos órgãos de patrimônio. Contribuíram para a preservação a já citada decadência econômica, acentuada no início do século XX, quando o Serro perde para Diamantina sua hegemonia como centro regional, além do isolamento pela precariedade das estradas, que evitaram sua modernização. Em 1812, o Serro tinha 546 edificações registradas na zona urbana, aumentando apenas para 1101 já em 1977.

Segundo a Fundação João Pinheiro (2003, p. 12):

Serro conserva um traçado básico, que se presume da segunda metade do século XVIII, quando já se encontraria definida em termos urbanísticos, com suas casas ocupando um espaço acidentado entre as margens dos ribeirões auríferos, Lucas e Quatro Vinténs, e as encostas dos pequenos morros. O crescimento do arraial obedeceu a uma tendência mais

ou menos longitudinal, na direção leste-oeste (..) A construção de várias igrejas no curso do século XVIII atuou como fator de adensamento do núcleo urbano. Próximas às igrejas surgiam novas casas e ruas. E assim a localidade cresceu, assumindo as feições que preserva até hoje, pelo menos no que diz respeito ao sítio histórico original. As principais transformações na paisagem urbana de Serro viriam a acontecer a partir da década de 1970, quando a periferia da cidade passou a receber imigrantes provenientes da zona rural. As vertentes opostas à malha urbana foram ocupadas por grande número de pequenas casas de médio a baixo padrão construtivo.

Além da sede do município, descrita anteriormente como bem preservada, apesar de vir passando por um lento processo de descaracterização, Serro também possui dois distritos de notada relevância histórica e atualmente turística: Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras.

O arraial de Milho Verde surgiu em decorrência da mineração que se praticava na região no século XVIII. O primeiro nome do lugar, em 1781, foi São José do Milho Verde, em função da capela que ali existia em homenagem ao santo. A região, por possuir reservas de diamantes, foi enquadrada na chamada *Demarcação Diamantina*, que será descrita no próximo subitem. Sempre subordinado à matriz do Serro, o arraial foi elevado à paróquia em 1857 e à categoria de distrito em 1868. Distante 27 quilômetros da sede do Serro, Milho Verde se destaca por sua beleza natural, com cachoeiras e rios de grande força paisagística, pelo estilo rústico e aconchegante da vila, e pelas importantes e históricas igrejas: a Capela de Nossa Senhora do Rosário e a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, imóvel tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) em 1980 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

Assim como Milho Verde, o distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras também tem sua origem na exploração mineral (neste caso, do ouro), na primeira metade do século XVIII. Em 1732, ano da descoberta dos diamantes na região, muitas pessoas já viviam ali. A região também sofreu com as restrições da Demarcação Diamantina, especialmente a que desestimulava a vinda de novos moradores e, mesmo, a permanência de muitos daqueles que se dedicavam à extração do ouro, o que certamente foi um óbice ao desenvolvimento do distrito. Segundo a Fundação João Pinheiro (2003, p. 14):

São Gonçalo chegou a ter um intendente de diamantes, que ali residiu por volta de 1809. A mineração foi uma atividade importante durante ainda boa parte do século XIX. Converteu-se em centro comercial de relativa importância nos inícios do século XX, pois por ali transitava grande número de tropas que conduziam gêneros alimentícios, atendendo à demanda do mercado de Diamantina. O distrito, assim como o de Milho Verde, mantém muitas de suas características originais, constituindo-se num dos acervos

mais bem conservados das pequenas localidades de origem colonial do interior de Minas.

Além desta importância histórica, o distrito é também muito procurado por turistas interessados no segmento de natureza, devido às belezas das serras, rios e cachoeiras da região. Trata-se, em ambos os casos, de uma demanda crescente, advinda de um grupo crescente de turistas interessados em locais de rica cultura, natureza exuberante e grande sossego, como é o caso destes distritos.

Os moradores do Serro reconhecem a importância histórica do seu município, e entendem o que ele representa para Minas Gerais e para o Brasil. Como revela a fala de uma moradora durante as entrevistas do trabalho de campo: “Serro é uma cidade muito importante né? Primeira cidade que foi patrimônio né? [...] O primeiro Governador de Minas era Serrano né?” (Maria das Dores)

Ao mesmo tempo, os moradores compreendem que, apesar desta importância histórica, o Serro passou por um longo período de estagnação econômica e cultural. No campo cultural, a fala da moradora é um resumo histórico de tudo o que ocorreu:

[...] Eu acho que uma das coisas que... que o Serro perdeu muito, é justamente isso. Houve uma época, esse período mesmo que, em que foi normal a minha geração por exemplo, a geração dos meus irmãos saíam pra estudar, muitos não voltaram. Isso aí tem um empobrecimento cultural muito grande nesse período. Porquê aí, a cidade formou-si muito por pessoas que... vieram da área rural... sabe? Então, que não tem esse apego... a casa... a vida... aos costumes como a gente, que ao... que viveu isso aqui, vivenciou na infância, ouviu a vó contá... né? Então eu sinto que o Serro perdeu muito nisso aí. (Maria do Rosário).

Este empobrecimento cultural, detalhado de forma tão clara pela moradora, incomoda os serranos que têm ciência da enorme importância que sua cidade possuía no passado. O sentimento de perda no passado pode ser mais fortemente notado nesta outra fala da mesma moradora:

É que aqui veio muito a veia republicana [...] Então, é [...] foi uma cidade muito rica. Sabe? É o que eu falo com você assim, pra a pobreza cultural que ela é hoje. Isso às vezes me incomoda. Sabe? Que é uma cidade muito rica, de muita idéia, de pensamento [...]. Não é só essa coisa de tê [...]. gerado uma série de Serranos ilustres! Mas isso é reflexo das relações familiares [...]. né?[...] Então isso a gente percebe muito! E que hoje esse empobrecimento é muito grande! Então eu sinto muito isso. Mais é muito isso, hoje a cidade é formada por muitas pessoas, que eram das fazendas e que vieram pra cá. Num é? Então... uma outra visão! (...) E isso aconteceu muito na década de setenta! E a cidade perdeu esse... ficou muito assim, a cidade no passado né? E perdeu num

empoderamento! Que era essa mãe de, do Norte de Minas, né? Na verdade todas cidades pa..., aqui era o centro né? Aqui era.... então perdeu um pouco esse empoderamento! Né? Ahn... Eu acho qui isso tamém tem a vê com o período militar, que... o Serro era muito rico antes do período militar nas instituições políticas..... Tudo isso... Né? (Maria do Rosário).

Percebe-se que a moradora procura encontrar explicações para entender porque uma cidade tão importante nos séculos XVIII e XIX sofreu tamanho processo de decadência no século XX. O Serro, um dos pólos culturais da Capitania das Minas, perde esta posição no período republicano, e isto tem certamente outras origens, como a questão econômica. A região, rica e desenvolvida pela mineração e agropecuária, perde destaque com a industrialização do estado, ocasionando um quadro de estagnação, decadência e dificuldades financeiras para a população. A fala de dos moradores de distritos do Serro revelam esta situação:

Ah! Vida intêra a vida é difícil. A vida do... trabalhando sem fazer, sem conseguir nada pro futuro assim, sem conseguir um dinheiro bom, um emprego bom. Porque nunca teve nada, assim, a vida foi mesmo garimpo e lavoura, de todo mundo aqui em São Gonçalo. (...) toda vida foi assim como eu tô falando, assim mesmo, de sofrimento, assim, de garimpo, lavoura, essas coisa assim. (Geraldo – São Gonçalo).

Aqui eu não tô lembrando de qual não. Aqui toda vida aqui foi fraco. Os mais velhos daqui sofreram muito. (Odília). (Perguntada sobre qual lugar é patrimônio em Três Barras).

Percebeu-se, apesar da tristeza pela decadência sofrida, uma esperança por um crescimento econômico na história contemporânea. O quadro de estagnação vem hoje sendo gradativamente revertido, como ilustra a fala da moradora:

Depois cê chega na janela procê vê. Cê nem vê! Então é assim por todo canto aqui da cidade... hoje tá ***. O Serro cresceu demais! Papai morreu em mil e novecentos e noventa e... noventa e três. Se papai voltasse aqui *** no Serro ele ia ficá horrorizado! ... se papai chegasse aqui ele ia gostá de vê... o movimento do Serro hoje né? O movimento lá na rodovária, na segunda feira... o povo que vem da roça! E o povo rurais né? E tudo cresceu, desenvolveu... melhorô muito! E é demais. (Maria das Dores).

A cidade, localizada na região Central do Estado, mas mais identificada com a do Jequitinhonha, apresenta segundo as últimas pesquisas taxas de crescimento econômico crescentes. Localizado a 312 km de Belo Horizonte, com altitude média de 1418 metros, e extensão territorial de 1.217,645 km², o Serro tem segundo o último Censo 21.004 habitantes,

sendo 11.784 na área urbana e 9.220 na zona rural, o que evidencia a grande importância ocupada pela zona rural na dinâmica municipal.

Assim, a sensação dos moradores do Serro, de perda do lugar de destaque na história, vem sendo substituído paulatinamente pela esperança em um futuro melhor. Esta sensação é compartilhada pelos moradores da vizinha Diamantina, como se verá a seguir.

1.2.2 Diamantina

A fundação de Diamantina data de 1713, quando pessoas se estabeleceram nas encostas da serra da Lapa e aí ergueram uma igreja em devoção a Santo Antônio, ao redor da qual surgiu o pequeno arraial, origem da atual cidade. Um ano depois, foram encontradas pelas primeiras vezes pedras de grande beleza, posteriormente identificadas como diamantes e mantidas em sigilo. Em 1721, houve nova descoberta de diamantes e, daí em diante, um grande volume foi encaminhado para a Bahia, e dali embarcado para Portugal. Em vista de tudo isso, o pequeno arraial foi ganhando projeção, e em pouco tempo, as proximidades da igreja estavam cobertas de casas, dando origem às íngremes e tortuosas ruas do arraial do Tijuco. Vários foram os subterfúgios, inclusive das autoridades locais, entre elas o governador dom Lourenço de Almeida, para ocultar da Coroa Portuguesa a descoberta dos diamantes na região. Sem condições de protelar mais o caso, em 22 de julho de 1729, dom Lourenço comunicou a descoberta de certas pedras brancas que alguns diziam ser diamantes. Em resposta, de 8 de fevereiro de 1730, a Coroa censurou-o, pois lotes de diamantes chegavam regularmente do Brasil a Lisboa. Essa é a explicação, porque a data de 1729 é geralmente apontada como a do descobrimento dos diamantes no Tijuco (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

De acordo com Lima e Silva citados por Furtado (2008, p. 37):

(...) pouco tempo depois de se divulgar o descobrimento dos diamantes, o Arraial do Tijuco ostentava uma prosperidade espantosa (...) Em pouco tempo, esse Arraial do Tijuco exercia no norte uma influência análoga à de Vila Rica na parte central. Todos os negócios convergiam para ali, (...) atraía uma população numerosa, que em pouco tempo levava uma vida opulenta, graças ao intenso comércio de que era centro (...) Uma opulência deslumbradora reinava no Arraial do Tijuco, onde, não obstante a distância dos portos do mar e a precariedade dos meios de transporte, todo ele em costa de animais, se levava uma vida de luxos e regalos como na própria Metrópole.

Descoberta a grande riqueza da região, em 1731 foram tomadas medidas restritivas pela Coroa, como a demarcação do distrito diamantino, a suspensão da mineração na área, a cassação das concessões de catas e inclusive títulos de propriedade, o aumento das taxas referentes às lavras, a expulsão de negros e mulatos alforriados de toda a Comarca do Serro. Mas a produção de diamantes cresceu vertiginosamente, acompanhada de queda nos preços.

Em 1734, o Arraial foi elevado a centro político-administrativo do Distrito Diamantino, sendo criada a Intendência do Diamante, responsável pela extração e venda dos diamantes. A Intendência pode ser considerado uma terceira esfera de poder no período colonial, depois da Coroa e da Capitania. De 1734 a 1739 a exploração foi proibida e criou-se uma Administração própria para a região. Os limites do distrito dentro da Comarca do Serro do Frio foram freqüentemente expandidos para incorporar novas áreas com jazidas diamantíferas. A primeira demarcação englobava, além do Arraial do Tejuco, outros arraiais e povoados, como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé-do-Morro.

As lavras foram reabertas em 1739 e passaram a ser monopólio particular dos contratantes que obtinham da Coroa a concessão do direito de extração. Estes contratadores acumularam grande riqueza, devido à grande produção e sonegação, o que por sua vez foi uma saída encontrada pelos colonos para driblar a pesada carga tributária. O que, por sua vez, gerava um círculo vicioso, visto que a Coroa cada vez mais aumentava as taxas, de forma a não perder receita devido à sonegação.

Em 1745 a Coroa proibiu o livre acesso à região, podendo a entrada ser feita apenas nos registros determinados. Até 1771, a mineração era garantida aos contratadores, arrematantes que detinham a sua exclusividade. Neste ano, a Coroa retomou o controle da gestão da mineração, excluindo os particulares e tornando o diamante monopólio régio, por meio da Real Extração do Diamante. A justificativa para sua criação pela Coroa foi o fato de a mesma não conseguir minorar o problema do contrabando e da garimpagem. A causa da instituição da Real Extração, segundo Souza (1993, p. 35-6), é a seguinte:

A política de extração dos diamantes é indecisa e confusa logo após sua descoberta. O problema colocado era: abundância x escassez. A abundância favorecia o estado, que se enriquecia e se fortalecia. Para a política mercantil: “o diamante é artigo de luxo e enquanto tal, é valioso pela escassez”. A exploração livre era indesejável para a classe a que se destinava (a nobreza), melhor seria o monopólio. Isto enseja a mudança dos contratos para a Real Extração.

As Regras do Distrito durante o período da Real Extração foram estabelecidas pelo Regimento Diamantino - conhecido como Livro da Capa Verde, que continha 54 artigos minuciosos, instituindo inclusive a delação. Em geral, tratavam-se de normas rígidas: comércio com hora para fechar; autônomos proibidos de vender nas ruas; restrições à circulação de mulheres e até padres. “Era assim que à noite as ruas do Tijuco tornavam-se melancólicas e silenciosas, como lúgubres galerias de um vasto cemitério: apenas se ouviam o tinir das armas e o andar compassado e monótonos dos soldados que rondavam” (BRANT e MOTA, 1999, p. 130).

Pelo Regimento Diamantino foi criada uma Administração própria pela Coroa – a Junta Diamantina – composta por um intendente, um fiscal e três caixas, subordinada à Administração Diamantina, que tinha sede em Lisboa. Caio Prado Jr. afirma que a Junta da Administração Geral dos Diamantes prestava contas somente ao governo metropolitano. O regimento dava ao intendente e seus auxiliares a mais ampla e ilimitada competência, independentemente de governadores, câmaras municipais, juízes, repartições fiscais ou quaisquer outras autoridades ou órgãos administrativos (FURTADO, 2008).

De acordo com Figueiredo (1993, p. 184-85):

A administração da Demarcação Diamantina foi despótica e autoritária. Como a região era regida por leis próprias, os abusos cometidos pelos intendentes e ouvidores a partir de 1771 - após o período dos contratadores – como despejos arbitrários, prisões ilegais, invasão de domicílios, atentados físicos, humilhações, despejos da comarca, corrupção, violência sexual contra as mulheres, promoção de música profana em igrejas e falatório durante a missa, dentre outras formas de pressão contra a população, eram impunes.

Segundo Brant e Mota (1999, p. 130), “severas punições eram aplicadas aos que desobedecessem às proibições – sobretudo a de minerar livremente, inclusive o ouro: multas pesadas, prisão sumária, confisco dos bens, degredo para Angola e até morte civil.” De acordo com Furtado (2008, p. 91), as penas aplicadas no regimento, concomitantes com a prisão, eram: expulsão, galés, degredo, açoites/castigo público, seqüestro de bens, repreensão, ferros e morte.

A tradição local fixou os tempos da Demarcação como uma era de autoritarismo e iniquidade. Sobretudo os intendentes foram sempre invocados como déspotas à oriental, pondo e dispondo de tudo e de todos, alheios às leis e ao governo da capitania, do qual, aliás, seriam, conforme o Regimento, independentes (SOUZA, 1999, p. 211).

Todavia, a história revela que nem sempre o Regimento conseguiu produzir os efeitos desejados. Segundo Souza (1993, p. 40), apesar do intenso controle no Tijuco, com combate aos

empreendimentos privados, limitação do comércio e do povoamento, toque de recolher, os moradores vivem um período de ociosidade, pois até os abastados viviam de alugar escravos para os contratadores e a Real Extração.

Além disso, apesar de todas as medidas, o contrabando e extravio dos diamantes, bem como as minerações clandestinas, e os quilombos de negros forros aumentam no período (BRANT e MOTA, 1999, p. 131). De acordo com Furtado (2008, p. 48), “muitos indivíduos se aproveitaram de sua posição para acobertar o contrabando, e chegaram a desviar ilegalmente grande quantidade de diamantes para a Europa.”

O Regimento em si não foi muito inovador, pois a maioria de seus parágrafos já estava em vigor, por meio de ordens, bandos e leis outrora emitidos para tentar impedir o contrabando e organizar o aparato administrativo, judicial e policial. Para Furtado (2008, p. 69), “o Regimento veio ampliar ou completar, mas acima de tudo consolidar as leis anteriores, aproveitando-se de legislações editadas, não só para o Distrito, como para o resto da Capitania, e revogava apenas as leis que fossem contrárias às suas disposições”.

Júnia Furtado, em sua obra *O Livro da Capa Verde*, resume bem a diferença entre o que o Regimento pretendia e o que foi alcançado:

A vida ali não transcorria nos simples limites da lei e da ordem, e grande descontrole social marcou continuamente a sociedade diamantina, apesar dos rigores da lei. Era muitas vezes fruto da própria ação das autoridades que continuamente se aproveitavam de seus cargos e vantagens para burlar os interesses da Coroa, abrindo espaços para que a própria população fugisse da sua dominação. A região era marcada pelo descontrole das autoridades locais, permitindo que especialmente as classes dominantes encontrassem inúmeras formas de desfrutar das riquezas coloniais. Já o homem comum e os escravos eram os alvos mais fáceis da repressão e constituíam apenas o primeiro elo da cadeia de descaminhos e era, evidentemente, o mais fraco deles. A repressão não atingia a todos e o Regimento não implantou o propagado “reinado do terror”. Os garimpeiros contrabandistas foram muito perseguidos, ao passo que os poderosos contrabandistas passaram quase impunes ao longo dos anos (FURTADO, 2008, p. 34, 95).

Tudo indica que o Livro da Capa Verde nunca foi observado estritamente, como acontece quase sempre no Brasil com leis escritas, notadamente as muito rígidas. Para Furtado (2008, p. 83), “a repressão na sociedade não era desenfreada e indiscriminada. Coibia-se o extravio e o contrabando, mas o estudo das prisões não revelou uma sociedade podada em seu crescimento, nem sob constante terror, impedida de se desenvolver”. Além disso, a legislação do regimento, apesar de seu rigor, era constantemente burlada e desrespeitada, exigindo interferência dos

governadores muitas vezes, a fim de se diminuir a desordem, já que o intendente por si só em muitos casos não conseguia.

Outro importante aspecto que destrói o mito do Regimento de 1771 é que o mesmo não foi capaz de estrangular a vida cotidiana nem de isolar o Distrito do resto da Capitania. “Os Governadores continuaram se intrometendo na política local e jogando as cristas com as autoridades da Demarcação” (SOUZA, 1999, p. 211).

Como afirma Furtado (2008, p. 74):

O Regimento não propiciou o total isolamento do Distrito em relação às autoridades da Capitania, nem a tão falada autonomia do intendente. Mesmo estando subordinado diretamente a uma Junta dos Diamantes sediada em Lisboa, não podia prescindir ou ignorar a autoridade dos governadores, que continuaram emitindo ordens, instaurando devassas, exigindo o cumprimento de suas determinações, controlando os funcionários locais, ordenando ou ameaçando castigos.

Segundo Furtado (2008), a crítica comum na história ao rigor e autoritarismo dos intendentos muitas vezes mascarava a defesa de cargos e privilégios que o mesmo vinha ameaçando. E seu grande poder não era uma novidade, pois os ouvidores sempre dispuseram de grande autonomia. Para a autora, “mais do que “altamente repressora”, a Administração diamantina se caracterizou por ser incapaz de controlar a sociedade local. Ao contrário, seus funcionários contribuíram para que esta encontrasse meios, legais ou não, de fugir ao controle, seja distribuindo privilégios, ou mesmo protegendo indivíduos ligados ao extravio de pedras. A população do Distrito e do Arraial do Tejuco, apesar das tentativas de contê-la, cresceu durante o período da Real Extração. E parte dela prosperou encontrando novas formas de sobrevivência, apesar do monopólio real sobre o diamante. Além disso, outras atividades, além das relacionadas diretamente à mineração, continuaram existindo e fornecem importantes fontes de sobrevivência, como o comércio, a agricultura e a pecuária. A grande preocupação das autoridades em cobrar impostos devidos sobre estas e outras atividades demonstrava que a economia regional era dinâmica e complexa e não se limitava à produção diamantífera. Inclusive existiam várias lavras auríferas funcionando continuamente, exploradas pela população e autorizadas pela Coroa (FURTADO, 2008).

A análise de Furtado (2008) elucida o fracasso das medidas metropolitanas de controle, em especial no caso do Distrito Diamantino:

O rigor crescente da legislação mostrava a dificuldade de controlar e reger o mundo colonial. Esta questão permeou todo o período e não foi específica da Real Extração dos Diamantes. Aceitar a edição de uma legislação como indicativo de que dali resultou um endurecimento da Administração e um aumento do controle social é uma forma de simplificar a realidade e ignorar a sua dinâmica. Na verdade, a cada fracasso da Metrópole em garantir o domínio de suas colônias, sobrevinham normas mais autoritárias, que concediam mais poder aos funcionários. O Regimento de 1771 e o monopólio do diamante, resultados das reformas pombalinas, foram exemplos da política metropolitana de aumentar o controle sobre as áreas coloniais, procurando reger este espaço, embora quase sempre em vão (FURTADO, 2008, p. 96).

Outro aspecto pouco abordado na história oficial é a alta incidência de meretrício na área da demarcação Diamantina. Laura de Mello e Souza citada por Figueiredo (1993, p. 80) julga que isso resultaria não só da extrema pobreza da população, mas também dos inúmeros banimentos de maridos da região através da ação particularmente violenta que aí assumiu o Estado. Figueiredo (1993, p. 183) afirma que “em nenhum lugar da Capitania a violência das autoridades contra as mulheres seria tão freqüente como na Comarca do Serro Frio.” Apesar disso, as mulheres mantinham um comportamento considerado bem liberado para a época, sendo amantes dos bailes, saraus e festas. Dentre estas, se destacou Chica da Silva, mulata pobre e pouco dotada de encantos físicos¹, que foi amante oficial do contratador João Fernandes de Oliveira – uma das maiores fortunas do Brasil e Portugal juntas – com quem teve, além de vários filhos, a possibilidade de realizar vários caprichos e vontades. Por estar sempre cercada de criados e jóias, ficou conhecida como “Rainha Negra” (BRANT e MOTA, 1999; SOUZA, 1999, p. 211).

Era grande também o número de vadios vivendo no distrito no período. A vadiagem - vida sem ocupação formal ou ofício – era proibida expressamente. Em alguns períodos houve tolerância, mas em certas épocas cumpriu-se à risca a proibição, prendendo-se grande número de pessoas – em geral pardos ou negros libertos (FURTADO, 2008, p. 53).

Outro ponto interessante é que, a despeito das medidas de controle populacional adotadas pelo Regimento, a Comarca do Serro do Frio apresentou crescimento populacional constante, passando de cerca de 9 mil habitantes em 1738 para aproximadamente 60 mil em 1776, chegando a atingir perto de 100 mil habitantes no início do século XIX. O “Arraial” do Tejuco (que possuía população superior a de muitas Vilas na época) e vizinhanças tiveram também crescimento populacional ininterrupto (FURTADO, 2008, p. 42).

¹ A este respeito, existe dúvida na historiografia. A maioria dos relatos a descreve como uma mulher feia, de feições grosseiras, que escondia a cabeça raspada sob perucas. Todavia, em alguns casos ela é retratada como uma bela e sensual mulher, razão pela qual conquistou o Contratador.

Durante a existência do Regimento, teve-se o auge da produção de diamantes (1775-95) e sua decadência (1800-06). Porém, grande parte daquilo que foi arrecadado pela Coroa acabou voltando à região por meio de gastos da Real Extração. Em 1772-75 houve até déficit, sendo os gastos da Coroa maiores que a arrecadação, e em outros anos, apesar da imensa arrecadação, o saldo positivo foi reduzido pelas elevadas despesas. O lucro líquido da Coroa, desde o início da Real Extração até 1806, foi de cifras insignificantes em se tratando de diamantes. Isto se deveu ainda ao grande volume de pedras contrabandeadas para a Europa – por volta de 1808 estima-se que o contrabando igualou a produção oficial - que causava a baixa do preço mundial, e ao alto custo da distribuição régia de cargos e patentes, que acabaram se tornando uma das principais formas de sobrevivência da população no período (FURTADO, 2008, p. 57).

É grande a importância deste período do Regimento Diamantino para a história do Brasil. Os próprios colonos faziam justiça e manobravam uma sombra de poder inexistente, a do Estado Real Português, cuja ineficiência aponta para dificuldades de institucionalização que sobrevivem ainda hoje em nossos costumes políticos. E neste período se originam uma série de constantes que perpassam todas as relações que se estabelecem entre as esferas públicas e privadas na história do Brasil (FURTADO, 2008, p. 24). A corrupção no aparato estatal, o clientelismo, a desigualdade na aplicação das leis e punições, o inchaço da máquina pública, o déficit público crescente, o apadrinhamento político no preenchimento de cargos públicos, o uso privado da máquina pública, a existência de funcionários “fantasma” no estado, a ineficiência do aparato estatal, a arbitrariedade das decisões, a manipulação do sistema político pelos grupos que detém o poder, a perseguição aos opositores, são males modernos que remontam já ao período em questão.

A época da Demarcação foi tão marcante que até hoje encontra-se presente na memória coletiva local, como comprovam as seguintes falas de moradores locais entrevistados:

Eu acho extremamente importante! A história de Diamantina...é muito rica! Porque foi uma, uma região que produziu uma toneladas de diamante! E com isso ficou muito fá... a, a coroa portuguesa fechô, todo o município. Mesmo assim num podia entrá aqui, ninguém a num cê portugueses e escravo! Procê tê uma idéia teve uma determinada época que a população de escravos era muito maior que a população de brancos! Cada garimpo, garimpo instituído mesmo podia tê seissentos escravos! A coroa permitia isso! [...] tava teno demais! (Josefina).

Se ocê num tivesse, se ocê num tivesse autorização.... o cê num conseguia entrá. E quando ele conseguiu entrá, ele (Saint-Hilaire) falô que... que a cultura de Diamantina,

cê vê. Daquela época de mil setecentos e tarará, a cultura de Diamantina era comparada com a corte! (Antônio Pádua)

Ambos os moradores tratam de dois temas em comum: a riqueza existente no passado de Diamantina e as normas rígidas que foram estabelecidas para controlar a exploração da mesma. Prevalece, claramente neste caso, a memória oficial, não sendo citados aspectos que a contradizem, como os levantados por Furtado em sua obra.

O arraial, subordinado à Comarca da Vila do Príncipe, somente em 1831 foi elevado à categoria de vila, e em 1838 ascendeu à condição de cidade, passando a chamar-se Diamantina. Naquele ano, já se configurava centro de prestação de serviços e pólo comercial regional. Porém, como afirma Moraes (2007):

Na América Portuguesa, conferir o título de cidade ou de vila a determinado núcleo urbano sem sempre correspondeu ao reconhecimento da existência de determinado grau de desenvolvimento, seja em termos econômicos, seja em termos demográficos, que justificasse a necessidade de instalação de uma estrutura político-administrativa capaz de gerir de modo mais adequado e autônomo uma complexidade que começava a se forjar ou a se consolidar, como baliza hoje, grosso modo, o processo de emancipação de municípios no Brasil. Muitas vezes expressando um caráter bem mais pragmático, tratava-se da percepção de que, em determinados momentos, o Estado deveria estar mais presente – estrategicamente presente! – e assumir sua responsabilidade administrativa, judiciária, militar e fiscal (MORAES, 2007, p. 61).

Para Moraes (2007, p. 61), “conferir maior autonomia e poder a determinadas localidades e, conseqüentemente, às elites locais poderia não ser a melhor estratégia em momentos de crises ou ante a emergência de rebeliões e insubordinações da população.” Como afirma o autor:

Inúmeros núcleos urbanos da Capitania de Minas Gerais estariam em condições de receber títulos de cidade ou de vila. No entanto, ao longo de todo o período colonial, foram erigidas em seu território apenas 15 vilas e uma única cidade, Mariana, ao passo que a Capitania da Bahia contava com 40 vilas, e a de São Paulo, com 31. Estudos mais recentes apontam para a existência de um jogo de interesses diversos no qual figuravam tanto aspectos de estratégia político-administrativa como os mencionados anteriormente, assim como disputas e concorrências de caráter estritamente local, fazendo com que, apesar de sua prosperidade e de apresentarem atributos semelhantes aos das cidades e vilas existentes – tais como número expressivo de famílias abastadas, desenvolvimento econômico, infra-estrutura urbana instalada, concentração populacional, etc. -, vários núcleos urbanos mineiros tivessem recorrentemente negadas suas solicitações de emancipação (MORAES, 2007, p. 62).

É significativo ter o Tejuco se mantido como arraial, apesar de sediar a Intendência dos Diamantes – criada em 1734 e responsável pelo controle e fiscalização da exploração dos

diamantes - com o intendente exercendo ainda as funções de ouvidor no Distrito Diamantino. A ereção do arraial à vila foi descartada para se evitar confrontar as disposições expressas nas Ordenações do Reino com toda uma legislação específica e bastante rígida que se pretendia fazer vigorar no Distrito Diamantino (MORAES 2007 , p. 81). Segundo Brant e Mota (1999, p. 130), Diamantina foi um estado dentro do estado, pondo em risco a unidade da capitania. Isto explica o referido fato de sua elevação à vila ter ocorrido apenas em 1831.

Todavia, logo que ocorreu esta elevação de Diamantina à Vila, produziu-se um surto de desenvolvimento local. Segundo Sílvio de Vasconcelos citado por Furtado (2008, p. 38):

Enquanto a maioria das povoações mineiras se constituía espontânea e livremente em torno do comércio interessado no abastecimento local, no Tejuco o Arraial se conteve, limitado por acidentes geográficos e pelo controle administrativo, dependendo do comércio de distribuição (...) No Tejuco (...) as oscilações da produção diamantífera pouco reflexo produziram na dinâmica urbana (...) Contido por vários meios e modos, não se modificou muito o arraial em seu primeiro século. Só a partir de 1831, elevado a Vila Diamantina, é que adquiriu liberdade e autonomia indispensáveis ao seu progresso.

Durante a época da extração do diamante nos contratos, foram extraídos oficialmente quase 1 milhão e 700 mil quilates de diamante e durante os 74 anos da fase da Real Extração mais 1 milhão e 354 mil quilates. Portugal ficou com a menor parte da riqueza extraída do Tijuco, pois os diamantes eram lapidados em Amsterdã sob o controle inglês (BRANT e MOTA, 1999, p. 134).

Considera-se a região uma das três maiores produtoras mundiais de diamantes, juntamente com a Índia e a África do Sul. Foi inclusive a descoberta de jazidas mais ricas e de melhor qualidade na África do Sul no século XIX (próximo a 1860) fator decisivo no colapso das atividades mineradoras em Diamantina, já decadentes desde 1771. O foco da economia voltou a ser então a agricultura e a indústria têxtil (UNESCO, 1999, p. 21; IPHAN, 2009). Esta decadência da mineração de diamantes está presente na memória coletiva da população, como ilustram as falas de dois moradores:

Diamantina andô parada no tempo! Depois que acabô o garimpo. Na fase de garimpo tinha um... um movimento... um progresso... um desenvolvimento interessante. Mas quando o garimpo foi proibido... diminuiu diamante, ficou mais caro... achá o diamante, ficô mais difícil. Aí a cidade entrô num ostracismo. E só te... tá teno assim... um desenvolvimento melhor agora... com a universidade... (Josefina).

Porquê nós nunca tinha tido crise aqui! O diamante segurava tudo, e... E segundo os estudos do Instituto ***, nós, nós tiramos os vinte por cento mais fácil. Os oitenta por cento de diamante da região, inda tá tudo aí! (Antônio Pádua).

As entrevistas diferem em um ponto importante: enquanto a primeira entrevistada vê na Universidade uma nova forma de desenvolvimento pós-mineração do diamante, o segundo ainda tem esperança que o diamante volte a ser um vetor de desenvolvimento local, caso sejam exploradas as imensas reservas ainda existentes. Assim, percebe-se que a magia e a ilusão da riqueza advinda dos diamantes ainda não se findou na cidade, após mais de um século do colapso na produção do mesmo.

A Extração perdurou até 1845, quando passou à Inspeção dos Terrenos Diamantinos, onde o Estado tinha a posse dos terrenos, mas não mais a exclusividade na exploração e lavra do solo. Este período, onde predominava o arrendamento das jazidas, foi extinto em 1906. Os inconvenientes provocados pelo monopólio real dos diamantes, que fizeram ruir a estrutura da Real Extração, foram a dificuldade de impedir o contrabando, a pobreza da população local, a inútil e imensa despesa da Administração, os altos salários pagos aos funcionários, a enorme dívida da Real Fazenda e a impossibilidade de impedir o enorme contrabando das entradas feitas nos Registros da Demarcação. Além disso, no início do século XIX, com a disputa entre franceses e ingleses, houve instabilidade econômica em toda a Europa, e Portugal teve que aumentar a carga tributária da Colônia para manter a arrecadação nos níveis de suas despesas (FURTADO, 2008, p. 123). Isto contribuiu ainda mais para minar a já combalida sustentabilidade do sistema de monopólio régio de extração que se estabeleceu na região.

Em 1891, já no contexto republicano, o município possuía 17 distritos, atualmente cidades importantes da região. Durante todo o século XIX manteve-se como pólo cultural, chegando a receber o título de “Atenas Mineira”. Esta riqueza cultural do Tejuco se reflete em suas festas religiosas, teatro, arte, pintura, arquitetura, grande número de estudantes enviados à Universidade de Coimbra, política (terra do Presidente do Brasil Juscelino Kubitschek, no século XX) e sobretudo na música. O maior compositor mineiro do século XVIII, Lobo de Mesquita, nasceu em Diamantina. A escola de música diamantina, com renomados músicos e regentes, foi fundada na herança da seresta (BRANT e MOTA, 1999, p. 135). As modinhas e coretos, alguns do século XVIII, são ainda bem conhecidos da população. Esta, aliás, reconhece esta grande riqueza cultural do passado, como demonstra a fala de uma moradora entrevistada:

Nós, e o pessoal que tá chegando agora, meus netos, vocês que vêm visitá, tem que viver isso. Diamantina foi um berço de, de muita cultura! (...) Diamantina era terra que... todo mundo vestia bem... demais! E falava francês! Era gente inteligente demais, gente que estudava demais... (Placidina).

Diamantina também se firmou como importante entreposto comercial da região, posição fortalecida pela convergência das vias de transporte ferroviárias, rodoviárias e hidroviárias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003). Joaquim Felício dos Santos, em suas *Memórias do Distrito Diamantino*, discorre sobre a riqueza econômica e cultural da região:

O Distrito Diamantino de Minas Gerais era em Portugal muito conhecido por sua riqueza, e muitos desses imigrantes vieram aqui se estabelecer na esperança de se enriquecerem depressa e sem trabalho (...) Notável alteração sofreram os costumes de um povo, isolado neste canto do Brasil. Procurou-se imitar à risca os usos e modas da Metrópole, que também por sua parte procurava imitar o que via na França (SANTOS, *apud* FURTADO, 2008, p. 38).

No início do Século XIX, D'Orbigny relata: “os habitantes do Tijuco são polidos, corretos, bem educados e mais instruídos que os do restante do Brasil” (D'ORBIGNY, *apud* ARRUDA, 1999, p. 72). A autora relata que nenhuma localidade igualava-se a Diamantina, com suas lojas semelhantes às do Rio de Janeiro no aspecto e no sortimento, com venda de tecidos e artigos de luxo e com preços 20% mais caros em média. As mercadorias vinham do Rio em lombo de burro ou da Europa, via Bahia. Os proprietários das lojas ficavam com boa parte do lucro produzido na mineração (ARRUDA, 1999, p. 154-55).

Diante de tamanha e impressionante riqueza e importância histórica, mas decadente economicamente durante o século XX, em fins daquele século a cidade se uniu em um esforço de valorizar o imenso patrimônio existente. O Centro Histórico de Diamantina foi apresentado e inscrito na Lista da UNESCO como Patrimônio Cultural Mundial em 1999. A cidade, inspirada no modelo de uma cidade portuguesa medieval, pode ser descrita como possuindo uma trama urbana reticulada, que tem defronte a Serra dos Cristais. A arquitetura, de inspiração barroca, é constituída em sua maioria por sobrados com dois pisos, com estrutura de madeira e vedações de taipa de sebe ou de adobe. No início da saga do Diamante, os espaços públicos e privados eram improvisados e provisórios, reinando as construções de taipa. A riqueza gerou uma sociedade sofisticada, amante das boas construções, religiosa e afeita às artes (SOUZA, 1993, p. 62).

Diamantina encontra-se bem preservada. A maior parte do casario e das igrejas coloniais está bem cuidada. A cidade, localizada na região Central do Estado, mas mais identificada com a

do Jequitinhonha, está a 280 km de Belo Horizonte, possui altitude média de 1113 metros e extensão territorial de 3.869,830 km², e tem segundo o último Censo 44.259 habitantes, sendo 37.774 na área urbana. Os fatores geográficos e humanos, portanto, não ameaçam fortemente a tendência de manutenção da situação atual de baixa descaracterização do município.

O povo diamantinense tem orgulho de sua cidade, tal como foi herdada do passado. “Por isso, mais que em outras cidades históricas de Minas, é o que mais se identifica com a cidade como realidade urbana, física. Por esta razão talvez é que todo diamantinense sabe contar coisas do passado da cidade, como se contasse algo muito presente” (BRANT e MOTA, 1999, p. 135).

A grandeza adquirida pela cidade e sua dimensão de pólo da região, superando o Serro, que antigamente se sobressaía, é uma das raízes de uma grande “rivalidade” regional, que será abordada a seguir.

1.2.3 A “rivalidade” entre Serro e Diamantina

A proximidade geográfica é raiz de muitas rivalidades entre municípios e estados no Brasil. No caso das cidades do objeto de estudo, Diamantina e Serro, isso não é diferente. As duas cidades, ao longo da história, disputaram a proeminência na região, pertencendo a mesma inicialmente ao Serro e depois a Diamantina. Ao longo dos séculos, foi-se forjando uma disputa entre vizinhos, que diferiam em termos econômicos, sociais e ideológicos, e que até hoje é latente na região.

Em sua gênese, o conflito ocorre por razões político-ideológicas. A extração e comércio dos diamantes florescem a consciência burguesa, que é anti-real, anti-clerical e aparentemente anti-absolutista. Tijuco se torna o centro do Estado monárquico (que tem, nas minas de diamante, centros de produção de mercadorias para as cortes), e Vila do Príncipe o centro do estado absolutista (que tem nas minas de ouro o controle dos equivalentes gerais de troca). Na Vila do Príncipe, a dominação vertical garantia-se na “vontade de obediência” que tornava cúmplice a nobreza local. Já no Tijuco, a inexistência desta mediação afluía um desejo de ruptura com a dominação mercantil e um espírito rebelde (SOUZA, 1993, p. 37). Assim, o espírito revolucionário do Tijuco contrastava com o obediente da Vila do Príncipe, tornando a ideologia a primeira grande diferença entre os moradores dos dois centros urbanos.

Houve, porém, um período de unidade ideológica. Nas últimas décadas do Século XVIII, com o esgotamento das minas, a população da região começa a se inquietar, descontente com o intenso controle. A Vila do Príncipe se une ao Tijuco nos ideais de liberdade. Idéias iluministas influenciam moradores que foram estudar na Europa, e o desejo de libertação do despotismo das autoridades e do rígido controle se fortalece na região. A Inconfidência Mineira teve, portanto, suas ramificações no Norte, em Minas Novas, Tijuco e Vila do Príncipe. No Século XIX, emergiu este movimento peculiar, que não propunha motins, mas à submissão à ordem propondo uma nova ordem, incorporando a lição do insucesso da Inconfidência. O resultado é o aumento da repressão e, em 1803, a abolição da Real Extração e a nomeação de um intendente serrano. Esta Conjuração pode ser considerada bem-sucedida, principalmente para o Tijuco, porque apesar de não ter grande repercussão nacional, o poder civilizador do norte mineiro se desloca da Vila do Príncipe para aquele arraial, consolidando-se como pólo regional (SOUZA, 1993).

O despertar da região é o despertar do Norte Mineiro, que luta para ter voz e espaço no século XIX. No momento, as principais cidades eram, além de Serro e Diamantina, Minas Novas, Araçuaí, São João Batista, Capelinha da Graça, Grão Mogol (SOUZA, 1993, p. 83). A grande beneficiada de todo este movimento é Diamantina, que assume a proeminência ideológica regional.

A questão econômica também é um aspecto crucial no entendimento desta diferença e “rivalidade”. O fato de o Tijuco, após a descoberta dos Diamantes, ter gradativamente crescido em importância em relação à Vila do Príncipe, é um fator histórico de grande relevância no entendimento da relação entre ambos. De acordo com Souza (1993, p. 38):

Tijuco era um arraial dentre outros até a descoberta dos diamantes, que lhe deram importância sobre a área de abrangência. O Diamante realiza profundas modificações no interior do Distrito e transforma Vila do Príncipe em lugar subalterno. O Distrito se torna também centro consumidor de primeira importância, estimulando o desenvolvimento de atividades de subsistência nos arraiais. Passa a ter papel de estruturar o Norte mineiro e influir nos destinos políticos e econômicos da Província e do Império. Já Vila do Príncipe não se torna mais que um entreposto comercial e zona de abastecimento para o mercado diamantino, e um centro educador das elites, que logo iam para os centros maiores, dentre eles Diamantina. Tijuco controla o espaço de tal forma que nenhum arraial obtém sequer o foro de Vila em um período de cem anos, enquanto o Serro vê Conceição, Peçanha e Guanhães serem desmembradas de seu termo antes de fundar o século XIX. Este contraste e complementaridade entre Tijuco e Vila do Príncipe conferem ao Norte importância no cenário nacional e provincial no século XIX.

A região como um todo era economicamente dinâmica, com indústria forte e menos dependente da agricultura de exportação que o restante da província. Porém, havia distinção entre as relações de acumulação (reservas que poderiam atender a situações de crise): estas eram dinâmicas em Diamantina e estacionárias no Serro. Além disso, a renda era mais concentrada no Serro que em Diamantina. Com relação ao crescimento da população, era mais acelerado em Diamantina e mais lento no Serro entre 1832-1900. As famílias de Diamantina tinham mais posses que as do Serro. A média de escravos por domicílio era 8,5 contra 3,7. A renda média serrana era inferior (os dois quarteirões mais ricos em 1876 tinham a metade da renda média de Diamantina) e seus espaços de pobreza bem mais significativos (SOUZA, 1993). Assim, percebe-se claramente que a dinâmica sócio-econômica de Diamantina era bem mais acelerada que a do Serro, o que faz com que o Tijuco, anteriormente subalterno à Vila, a suplantasse em importância regional.

Vila do Príncipe, por meio dos ouvidores, intendentess, procuradores e juizes, tentou por anos incorporar a Demarcação Diamantina, mas encontrou sempre resistência nos estatutos que a segregavam. O Distrito, ao mesmo tempo em que favorecia o comércio da Vila, o prejudicava, pelas constantes intervenções da Intendência, com o pretexto de controlar o contrabando. A Vila vivia como apêndice dos interesses de intendentess e fiscais de diamantes. Tijuco, por sua vez, buscou o estabelecimento do Governo da Capitania em Vila do Príncipe, o que também não vingou (SOUZA, 1999, p. 49).

A escolha de Diamantina como cidade episcopal em 1853, juntamente com a privatização das lavras, a eleva a Metrópole do Norte, mesmo que ainda pertença à Comarca do Serro até duas décadas após a criação da diocese. No século XIX o Serro perde ainda outro símbolo de poder para Diamantina: a cadeia (SOUZA, 1993).

Os papéis tornam-se então claramente distintos: cabia ao Tijuco concentrar população, e à Vila do Príncipe abastecer o mercado diamantino e continuar a promover o surgimento de povoados sobre os quais teria domínio, em convivência pacífica. Os povoados da Comarca aumentam de 78 em 1831 para 104 em 1900, sendo que os de Diamantina crescem de 6 para 60 e os do Serro de 12 para 40. O distrito da cidade de Diamantina dispersava menos a população se comparado com o do Serro, fixando-se o padrão agrícola do Serro e o de centro consumidor de Diamantina. Com a queda do Regimento, a região se torna novamente entreposto comercial, pouso obrigatório dos que iam para o sul (SOUZA, 1993).

Diamantina absorve gradativamente a coordenação das aspirações da elite do norte mineiro, e mesmo assim tem Serro como aliada. Vila do Príncipe, enquanto cabeça de comarca, promoveu suficientemente a identificação dos moradores com o lugar. Serro era nome de região – vide os nomes Diamantina do Serro, Conceição do Serro, Patrocínio do Serro (SOUZA, 1993, p. 66). A identidade regional do norte mineiro se consolida, e neste ponto as cidades dividem a importância, pois Diamantina é o núcleo da ideologia regional, e o Serro da identidade.

Enquanto em Diamantina se organizava o projeto republicano (que buscava a separação estado-igreja, liberalizante, federalista, anti-absolutista e anti-escravista), no Serro dominavam os conservadores. A República que se instalou no Brasil, oligárquica, é distante daquela idealizada na região. Caminha-se da libertação do Estado pela ampliação dos cidadãos proprietários para a tomada do estado pelos proprietários e a submissão dos não proprietários (SOUZA, 1993).

A partir de 1814, um programa de industrialização se desenvolve no norte mineiro, nas áreas de siderurgia, metalurgia, indústria têxtil, de couros, cervejas, vinhos, chapéus, além das oficinas de sapateiros, cigarros, fogueteiro e ourives. Além disso, ocorre a diversificação agrícola da região (SOUZA, 1993).

No fim do século XIX, Diamantina cresce pelo expediente industrial e pelo aumento do número de empresas estrangeiras, notadamente na mineração. O Serro buscava, pelo menos em termos de projeto, voltar a ser o centro articulador do norte, passando por um período de euforia, ampliando as atividades agrícolas, indústria de transformação (têxtil, sabão, velas, manteiga e siderurgia) colonização e vias de comunicação. Como o problema econômico de Diamantina era exportar o diamante bruto sem estruturar o mercado local a não ser em nível de subsistência e o Serro descobre não possuir força para promover a acumulação, acaba por se firmar como economia complementar à de Diamantina, abastecendo o florescente mercado vizinho (SOUZA, 1993, p. 132).

O projeto das elites de Diamantina e Serro era diametralmente oposto. Os diamantinenses buscavam emancipação política, enquanto os serranos consideravam isto um peso. O projeto de Diamantina pretendia afirmar a cidade como centro consumidor, buscando, por exemplo, a ligação por estrada de ferro e autovias para exportação das riquezas produzidas. Já o Serro não era centro consumidor de primeira linha, que dependia de meios de comunicação rápidos e baratos para desenvolver as atividades produtivas. O projeto da elite do Serro era de viabilizar a acumulação e através dela promover os centros de consumo; não priorizava o local, mas o

regional; pretendia, em primeiro lugar, a afirmação do Norte Mineiro, pelo alinhamento à economia agro-exportadora (SOUZA, 1993, p. 169-171).

Segundo Souza (1993, p. 240):

Enquanto Diamantina reivindica tudo para si como para reivindicando para toda a região, Serro, ao contrário, exige para a região, acreditando exigir para si. Se coubesse um Estado, cuja capital fosse Diamantina, e outro, o Serro, eles seriam diferentes porque as duas capitais teriam projetos diversos: uma se projetaria pela ousadia e a outra pela resistência.

A este respeito, uma entrevistada, remetendo à obra que inspirou este sub-item do trabalho, e aqui diversas vezes citada (*Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro do Século XIX*, de José Moreira de Souza), opina:

Olha, é... eu num acho que seja até uma, a palavra rivalidade não. Mais existe, num sei se ocê conhece uma tese até de mestrado... do Moreira.... que ele, ele discute a questão de, de mineração.... e, ele, ele tem uma colocação na tese dele que eu acho muito interessante. Diamantina nunca teve um projeto pra região. Diamantina tem por opção *** Então o projeto dela é sempre resolver a questão dela! Né? O Serro... por essa relação natural... de mãe, de, de ter sido né, a sede da comarca né? Então tem essa visão regional. Só que com isso, o Serro está perdendo! Né? Porquê.... Diamantina... com a sua política... ela rouba mesmo as coisas! (Maria do Rosário).

A fala da moradora revela que, apesar de não julgar pertinente o uso da palavra rivalidade, ela considera que existe um conflito na relação entre Diamantina e Serro, sendo o último a vítima e o primeiro o algoz. Esta diferença na visão é similar à que ocorre com Minas e São Paulo, a título de comparação, conforme afirmado por Arruda (1999, p. 119):

Os mineiros sacrificariam os seus interesses imediatos e concretos para cultivar o conjunto, diferentemente de São Paulo, que se voltou à realização de sua vontade particular. Daí a vocação de Minas revelar os mais altos desígnios da nação: por alheios aos interesses imediatos e concretos, dedicam-se muito mais aos problemas genéricos e teóricos do país.

A comparação entre os estados é pertinente não apenas neste aspecto, mas também pela rivalidade existente, advinda, como no caso de Diamantina e Serro, por razões ideológicas e pela disputa da proeminência econômica.

As características das duas cidades são, portanto, bem distintas no contexto do século XIX. No Serro, as elites propagam o orgulho de viver ali, resistem a mudanças vindas de fora e

estranham os filhos que dali saem para estudar. Percebem a cidade como sacrificada, mostra-se insatisfeita com o fato de a Cidade ser uma “mãe ingrata”, educando os filhos que não retornam. Os que ficam desejam crescer com os próprios recursos. A cidade se preserva politizada (publica as Constituições da República, Estado e Município na imprensa; foi a primeira a custear o ensino primário). As mulheres são atuantes na vida econômica e reivindicam direitos políticos. A visão de totalidade da elite impediu mudanças, mas possibilitou a formação de uma classe dirigente de longo alcance, com figuras ímpares no cenário nacional, como os irmãos Vieira Couto, os Vieira Ottoni, o vigário Agostinho Francisco Paraíso, os Queiroga, Francisco José de Vasconcelos Lessa, Joaquim Felício dos Santos, senador Antônio Cândido da Cruz Machado, João Nepomuceno Kubitschek, Sabino Barro Jr., Antônio Olinto dos Santos Pires, João Pinheiro, Pedro Lessa, Edmundo Lins, os Mares Guia, os Magalhães e Castro, os Nascimento Moura, os Dayrell, os Vieira Andrade, os Correia Rabelo, os Lessa, os Lins (SOUZA, 1993). Entretanto, isso não evita que, no início do século XX, o Serro passe por um período de senso de impotência, paralisia, agonia e amargura.

Já Diamantina era uma cidade alegre, progressista. Diferente do Serro (resistência resignada, orgulhoso de ser o centro do Norte, pensando sempre na região), Diamantina expõe revolta, busca soluções urbanísticas de outros locais, não se conforma com a condição de cidade distante do litoral e cuida em primeiro lugar dos próprios interesses. A preocupação com as mulheres liga-se diretamente à questão moral. Suas elites se preocupam mais com a acumulação, favorecendo a afirmação do direito à cidade dos garimpeiros pobres, operários, elite e finalmente das mulheres. As aspirações e clamor por este direito são finalmente satisfeitas (SOUZA, 1993).

Na autodefinição dos povos no final do século XIX: Diamantina é “cidade grande e densa” e o Serro “a cidade mais central desta central província de Minas”, o que denota desânimo (SOUZA, 1993, p. 117). Percebe-se pelos serranos a centralidade perversa das regiões centrais, acusando a metrópole litorânea e descobrindo a inocuidade da independência política, exigindo dos espoliados respeito e gratidão. Mas o que mais amargura a elite serrana é o passado rico de arraial do ouro. Até o fim do século XVIII, era um espaço de produção de equivalentes de troca, tornando-se espaço de produção de subsistência, vendo-se longe do litoral, sem vislumbrar nenhum mercado consumidor próprio (SOUZA, 1993, p. 243).

Um marco na rivalidade entre Serro e Diamantina se dá em 1914, ano do bicentenário do Serro. Foi enviado convite às autoridades diamantinenses para comparecer às festividades, mas

ninguém comparece, alegando outros compromissos. O Serro, enfraquecido nesta época, se limita a lembrar do passado. A construção da rodovia ligando Diamantina a Curvelo, e essa a Belo Horizonte, rompendo com o tradicional caminho Diamantina/Serro/Itabira/Ouro Preto é outro marco na separação das cidades (SOUZA, 1993, p. 164).

Diamantina e Serro sempre competiram por sediar agências com funções regionais, como circunscrições judiciárias, coletorias de impostos provinciais e gerais, batalhões de polícia, dioceses, distritos eleitorais, repartição de obras públicas, de terrenos diamantinos, círculos literários, caixas filiais de bancos (SOUZA, 1993, p. 175). A proeminência serrana no campo administrativo vai sendo gradativamente suplantada por Diamantina. Como marcos, temos a mudança da sede da faculdade, que passa do Serro para Diamantina, e do ramal da estrada de ferro com destino a Itabira, que iria para o Serro, mas o projeto passou a ser redirecionado para Diamantina. Neste caso, a ação não se concretiza para nenhum dos lados, mostrando como a disputa entre as cidades por símbolos era um sinal da decadência regional.

No fim do século XIX e início do XX o Norte mineiro, até então polarizado por Diamantina, passa a se subdividir em espaços incomunicáveis, com interesses próprios e em conflito (Montes Claros, Teófilo Otoni, Araçuá). Depois de 1915 a região conhece a carta marcada do abandono (SOUZA, 1993). Assim, a antiga e latente rivalidade entre serranos e diamantinenses se transforma em uma mágoa recíproca de ambas as partes, que passa a sintetizar a tristeza, angústia e decepção sentidas pela decadência da região por uma população outrora acostumada a possuir sempre uma posição de destaque no Brasil

1.3 Situação atual de Diamantina e Serro

Neste tópico serão apresentados dados de diversas áreas sobre Diamantina e Serro, objetivando a compreensão da realidade dos municípios na contemporaneidade. As informações foram extraídas do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do

Pólo Turístico Vale do Jequitinhonha.² Esta unidade de planejamento foi uma das criadas no Estado para implantação do extenso Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE II), que incorporou a região do semi-árido mineiro. A metodologia de elaboração do PDITS pela Fundação João Pinheiro demandou o levantamento de vários tipos de dados, primários e secundários, sobre a região. As pesquisas ocorreram no período de julho a agosto de 2003, e as principais informações de contextualização serão apresentadas a seguir.

O primeiro número a ser apresentado é o do Produto Interno Bruto das cidades. Com relação ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), Diamantina e Serro vem apresentando constante crescimento anual. No período 1991/2000, Diamantina cresceu 1,64% ao ano, totalizando 17,72% na década. O Serro cresceu em ritmo consideravelmente mais rápido – 5,12% por ano e 64,8% na década. Esta foi uma tendência de toda a região do Pólo do Jequitinhonha, que cresceu 3,84% ao ano, contra 2,95% da média do estado de Minas Gerais. Todavia, o PIB da região continua representando parcela muito pequena do estadual – apenas 1,01%. Considerando-se apenas os dois municípios, o percentual é de apenas 0,15%.

TABELA 1
Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, ordenamento, população e PIB/ habitante segundo os municípios da Área de Planejamento, o Pólo e Minas Gerais - 1990 e 2000

SEGMENTO	PIB TOTAL – 1990			PIB TOTAL -2000			PIB/ HABITANTE – 2000			PIB TOTAL – TAXAS DE CRESCIMENTO					
	(R\$1,00)	(%)	Ordem	(R\$1.000,00)	(%)	Ordem	(R\$1,00)	nº índice		1990/1995		1995/2000		1990/2000	
							(p/hab)	(MG=100)	Anual	Acumulada	Anual	Acumulada	Anual	Acumulada	
Diamantina	1168,10	0,11	111	107273,77	0,11	116	2423,77	43,86	-0,47	-2,34	3,81	20,54	1,64	17,72	
Serro	316,34	0,03	322	39425,29	0,04	301	1876,32	33,95	4,87	26,83	5,38	29,93	5,12	64,80	
Minas Gerais	1033570,43	100,00		98867499,73	100,00		5525,95	100,00	2,64	13,92	3,26	17,39	2,95	33,73	
Pólo/Minas Gerais (%)	0,93			1,01											

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Adaptado pelo autor.

Com relação à estrutura setorial do PIB, os dados revelam uma região com baixa industrialização em comparação com o estado como um todo, com redução crescente da importância da agropecuária na produção total e uma maior dependência do setor de serviços, que

² Os 30 municípios do Pólo por unidade geográfica são: **Alto Jequitinhonha:** Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Itamarandiba, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Serro, Turmalina, Veredinha. **Médio Jequitinhonha:** Araçuaí, Berilo, Chapada do Norte, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Ponto dos Volantes, Ponto dos Volantes, Virgem da Lapa. **Baixo Jequitinhonha:** Almenera, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Pedra Azul, Rubim e Salto da Divisa.

é responsável por mais de dois terços da produção interna. Como a atividade turística insere-se neste setor, percebe-se sua importância para a economia dos dois municípios estudados.

O setor econômico que concentra maior mão-de-obra em Diamantina é o de serviços. No setor industrial destacam-se: indústria extrativa vegetal (sempre-vivas); indústria de extração mineral (diamante, ouro e cristal); indústria de transformação (tecidos de algodão, massas alimentícias, jóias, lapidação e serralheria). No setor agropecuário, sobressaem as culturas de milho, arroz, cana-de-açúcar, feijão e mandioca. O município tem poucas terras agricultáveis, que se concentram em distritos.

Em Serro as atividades econômicas principais são: pecuária de leite, pecuária de corte e agricultura; produção de laticínios, em que se destaca o conhecido queijo-do-serro; comércio, prestação de serviços e turismo.

TABELA 2
Estrutura setorial do Produto Interno Bruto (PIB) segundo os municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais, 1990 e 2000

SEGMENTO	1990			2000		
	Agropecuário	Industrial	Serviços	Agropecuário	Industrial	Serviços
Diamantina	10,61	19,48	69,91	3,24	19,32	77,44
Serro	27,40	9,81	62,80	16,70	12,53	70,77
PÓLO VALE DO JEQUITINHONHA	33,17	14,58	52,25	18,93	18,90	62,18
MINAS GERAIS	11,20	41,16	47,64	8,45	43,34	48,21

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (CEI). Centro de Estatística e Informações (CEI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Adaptada pelo autor.

No Serro, uma perspectiva de desenvolvimento econômico que dá alento à população é a renda advinda da já iniciada exploração mineral na região. Todavia, a demora na solução das questões de impacto ambiental, pré-condições para que a mesma se iniciasse, inquietava uma das entrevistadas:

E... agora também... quando eles começaram a querê olhá o minério aí, ficaram todo mundo embargado, mas era... ia ser bom mesmo! Eu falo sobre a poluição, mas ah... vai fazê esse trem pra lá. Deixa o Serro por aqui né? Perto de Conceição também tem. Conceição, Córregos né? E aqui no Serro também tem, lá pra cima sabe? (...) O povo fica assim.... ah porque vem ... vem aquela cinza, aquela fumaça, aquela puêra, aquela coisa ruim. Falei assim... ah, né nada! Tem tanta cidade grande, cidade boa que cresceu *** do minério ***, Itabira que eu conheci né?... Eu acho que devia *** E depois bobo, ***, Que aqui é um lugar pobre né? Então tem a ... MMX, paga mais ou menos pra umas trezentas pessoas trabalhando. E desse poco que cê tá precisando *** eu consigo comprá as coisa pra casa e... quando vem esse trabalho aí, de pesquisa, colocou uma turma

grande de trabalhadores! Cê precisa de vê! Então tava indo bem né? Mais tamo numa encrenca aí com um negócio... alguns daqui que moram lá... pelejando prá... travá isso, Que num pode, que vai fortalecê. Vai nada! Deixa acontecê né? Purquê tendo desenvolvimento... é lógico que melhora pra todo mundo! Num melhora só pra mim não, melhora pro comércio todo, assim prá, prá... pra todo mundo aí ***, que precisa... que mexe com essas coisas né? (Maria das Dores).

Em termos populacionais, as duas cidades apresentam baixa densidade (habitantes/km 2): 11,41 em Diamantina e 17,29 no Serro, contra uma média estadual, de 30,5. Quanto às taxas de crescimento, enquanto Diamantina apresentou no período 1991/2000 redução populacional de 0,01%, o Serro cresceu 0,92%, ambos porém abaixo da média estadual, de 1,43% ao ano.

TABELA 3
População total e taxas anuais de crescimentos nos períodos intercensitários – Municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais

SEGMENTO	POPULAÇÃO TOTAL				TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO		
	1970	1980	1991	2000	1970/80	1980/91	1991/00
Diamantina	36.308	35.925	44.299	44.259	-0,11	2,12	-0,01
Serro	17.814	17.369	19.341	21.012	-0,25	1,08	0,92
PÓLO VALE DO							
JEQUITINHONHA	441.008	446.955	492.916	480.871	0,13	0,98	-0,27
MINAS GERAIS	11.635.564	13.380.105	15.743.530	17.891.494	1,41	1,64	1,43
Pólo/Minas Gerais (%)	3,79	3,34	3,13	2,69			

Fonte: Dados Básicos IBGE Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Elaboração Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

Adaptada pelo autor.

Com relação à taxa de fecundidade, os dos municípios apresentam índices superiores às médias estadual e nacional. Porém, seguem a tendência de queda, sendo que a de Diamantina se aproxima das médias, enquanto o Serro permanece com taxa bem superior ao estado e à nação.

TABELA 4
Taxas de fecundidade por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.

SEGMENTO	TAXAS DE FECUNDIDADE	
	1991	2000
Diamantina	4,60	2,61
Serro	4,27	3,52
Minas Gerais	2,69	2,23
Brasil	2,88	2,37

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

Adaptado pelo autor.

Cabe ressaltar que estes índices superiores de fecundidade só não refletem mais no crescimento populacional dos municípios porque ambos apresentam taxa de mortalidade infantil superior à média estadual e nacional, o mesmo ocorrendo com o tempo de esperança de vida ao nascer, em que apenas Diamantina consegue superar minimamente a média nacional.

TABELA 5
Esperança de vida e taxa de mortalidade infantil por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980, 1991 e 2000

SEGMENTO	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER				TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL			
	(em anos)				(por mil nascidos vivos)			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Diamantina	48,68	56,25	66,17	68,70	119,15	70,41	34,76	32,75
Serro	51,52	56,14	64,42	65,35	99,17	71,04	45,08	44,63
Minas Gerais	50,61	57,27	66,36	70,55	105,33	64,90	35,39	27,75
Brasil	51,43	56,87	64,73	68,61	123,19	85,20	44,68	30,57

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998 e 2003

No que se refere à distribuição da população enquanto urbana e rural, os dois municípios apresentam situações bem distintas. Enquanto em Diamantina a grande maioria da população é urbana (acompanhando a média estadual), no Serro ainda persiste grande percentual de população rural, superior inclusive ao Pólo do Jequitinhonha. Esta é uma questão que foi levantada anteriormente nas entrevistas, quando foi abordada a questão do empobrecimento cultural do Serro, que segundo uma moradora ocorreu devido ao aumento da ruralidade.

TABELA 6
População total, urbana e rural dos municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais

SEGMENTO	TOTAL	URBANA		RURAL	
		Total	%	Total	%
Diamantina	44.259	37774	85,35	6485	14,65
Serro	21.012	11791	56,12	9221	43,88
PT VALE DOJEQUITINHONHA	480.871	291250	60,57	189621	39,43
MINAS GERAIS	17.891.494	14.671.828	82,00	3.219.666	18,00
Pólo/Minas Gerais (%)	2,69	1,99		5,89	

Fonte: Dados básicos: IBGE, Censo demográfico, 2000.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Adaptada pelo autor.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e componentes, as duas cidades apresentam números sempre inferiores à média estadual, mesmo tendo invariavelmente apresentado melhorias de uma década a outra. Nota-se ainda que os indicadores

de Diamantina são em todos os casos superiores aos do Serro, e que o pior índice das duas cidades é o IDH-Renda, remetendo novamente à questão do longo processo de estagnação econômica pelo qual passou a região, agora sendo lentamente revertido.

TABELA 7
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e índices componentes por município, Minas Gerais e Brasil. 1991 e 2000

SEGMENTO	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL			ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - RENDA			ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - LONGEVIDADE			ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - EDUCAÇÃO						
	1991	Ordem	2000	Ordem	1991	Ordem	2000	Ordem	1991	Ordem	2000	Ordem				
Diamantina	0,674	255	0,748	299	0,594	278	0,668	243	0,686	369	0,728	533	0,742	192	0,848	130
Serro	0,602	575	0,658	717	0,534	524	0,569	652	0,657	537	0,672	759	0,615	658	0,734	701
Pior valor em MG	0,419	853	0,568	853	0,377	853	0,423	853	0,467	853	0,571	853	0,348	853	0,573	853
Melhor valor em MG	0,791	10,841	10,779	10,828	10,775	10,865	10,866	10,929	1							
MINAS GERAIS	0,697	0,773	0,652	0,711	0,689	0,759	0,751	0,850								
BRASIL	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849								

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Adaptada pelo autor.

Com relação à proporção de pobres e indigentes, as duas cidades apresentam indicadores ruins. No que tange ao percentual de pobres (renda per capita inferior a ½ salário mínimo), Diamantina tem um índice de 40%, enquanto o Serro apresenta quase 70%. Já no que se refere aos indigentes (renda per capita inferior a ¼ de salário mínimo), Diamantina apresenta índice de 20%, contra 44,51% do Serro. A média estadual, bastante similar à nacional, é de cerca de 15% de indigentes e 30% de pobres. Os municípios apresentam ainda grave desigualdade na distribuição de riqueza e grande dependência das famílias da renda oriunda de transferências governamentais. Este problema na questão da geração e distribuição de riqueza dos municípios pôde ser verificada nas entrevistas. Os moradores, nestes casos todos serranos, percebem a dificuldade econômica de seu município, mas aspiram por um futuro melhor, principalmente por gostarem de viver ali: “Aqui é um lugarzinho bom, mais... dinheiro corre... poco né? Êles qué ganhá muito, aqui num tem jeito!?! Tem que embora né?” (Maria das Mercês, falando sobre a ida dos filhos para outras cidades).

É, só de futuro. Financeiro é que é difícil, porque num tem emprego, num tem nada, num gera nada, né? Mas digo, melhorar a visão, ao menos, tem. O povo tem que sair fora pra caçar o que comer, como diz. (...) Mas é justo isso, é justo a farta do que fazê. Falta de emprego, falta de dinheiro. (Uma coisa leva a outra?) É, uai. (Já foi mais rico?) Uhun. É falta de dinheiro, falta de verba. (Geraldo).

Bão demais, Três Barras é muito bom. É bom demais, só a liberdade que a gente tem aqui né, na cidade grande nem tem liberdade. Eu gosto muito daqui não saio daqui pra morar (...) sou nascida e criada aqui e gosto muito daqui, meus filhos não moram porque eles precisavam trabalhar e aqui não tinha a profissão que eles queria então foram, mas todo ano eles estão aqui, tem ano que eles vêm duas a três vezes no ano. (Rosa)

O lugar aqui é muito bom, é bom porque é agradável né. É meio fraco. É fraco né porque cê sabe não tem jeito da pessoa ganhar um dinheiro né? Porque a pessoa que quer manter a vida ela tem que sair e ir embora né. Tem muita gente daqui em Belo Horizonte. Que foi daqui pra lá porque aqui não tem nada que ganhar né? Porque aqui é fraco, não tem nada, né? Se a pessoa quer trabalhar, arrumar um recurso tem que sair pra fora. Tem esse menino aqui mesmo o vizinho, tá lá pra Portugal. (Odília).

Mais valor aqui é Deus porque o povo todo daqui é fraco (...) Não tem desenvolvimento nenhum não. (Odília).

Agora, urtivamente é que tem, assim, já tem aí, até o terceiro ano no grupo, eles já tão estudano, mas quando caba de istudar a maneira é sair de São Gonçalo (...) Urtivamente, tem muitos, assim, que, mexe mais, assim, de ajudante de pedrero, trabalha com essas coisa pra sobrevivê. E, depois da aposentadoria dos velhos, que aposentô pelo fundo rural principalmente, os velhos vão socorrendo os mais novos, vão, vão “tintiano” coisas em casa, e alguns saindo pra trabalhar fora. (E o garimpo acabou faz muito tempo?) Tá quase que acabou. Porque o que tem é muito poco, num produz tanto, como produzia antigamente. Às vez por sorte um tira um diamantim, um tiquim de ouro, vende, mas num tá dando pra sobreviver muito não. (Geraldo)

Eu tinha vontade até assim... se melhorasse mais ainda, assim o campo de... de ganhá dinhêro e crescesse aqui, não só pra mim, mas pra todo mundo que precisa! Assim... aqui é uma zona mais pobre né? Assim mesmo nós temos muito ***, a gente não pode fechá, mas é um lugar mais pobre né?... Um desenvolvimento melhor precisava. Assim, milhorô muito depois que a PUC veio praqui, né? (Maria das Dores).

Agora com uma universidade, a gente espera que as pessoas aprendam de novo.... né? Possam ficá por aqui.... Num precisam mais de saí. Né? (Maria do Rosário).

Percebe-se, nas duas últimas falas, que a abertura de uma unidade da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) na cidade é um fator que gera esperança para o futuro, pois a Universidade é vista como um vetor de desenvolvimento social, econômico e cultural.

Quanto aos integrantes do grupo de pobres e indigentes das duas cidades, uma profissão se destaca: o garimpeiro. Outrora valorizado e com bons rendimentos, este profissional passou a retratar a decadência econômica da região, sendo preterido e desvalorizado, como relata um morador diamantinense:

O garimpeiro antigamente, ele tinha crédito, nos armazéns. Hoje não. Hoje ele não tem crédito... as áreas de mineração estão esgotadas! Muitos proprietários não permitem a presença do garimpeiro, dentro das áreas. (Belmiro).

No aspecto saneamento básico, as duas cidades apresentam indicadores superiores aos do Pólo, mas novamente inferiores à média estadual. Quando analisa-se o percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, a média do estado é 89,53%, contra 59,11%, do Pólo, 85,17% de Diamantina e 63,8% do Serro. Já quando analisa-se os dados do percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada e com banheiro, o Pólo apresenta índice de 53,06%, contra 57,68% do Serro, 81,63% de Diamantina e 87,2% do Estado de Minas Gerais. Além disso, não existem Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) em funcionamento em toda a área do Pólo, o que aumenta a poluição dos cursos d'água e configura grave problema ambiental.

No âmbito da coleta e destinação dos resíduos sólidos, a situação dos dois municípios é muito ruim, comparada ao Estado em geral. No estado, 92,5% dos domicílios tem coleta regular de lixo, contra 71,8% de Diamantina e 52,4% do Serro. É ainda muito grande, especialmente no Serro, o percentual de domicílios sem coleta regular de lixo, sendo o mesmo queimado, enterrado ou dada outra destinação, o que se configura grave problema ambiental na região.

No campo da segurança pública, as duas cidades tem destacamentos da Polícia Militar – Diamantina tem ainda Delegacia de Polícia Civil e Quartel do Corpo de Bombeiros – mas vem apresentando taxa de crimes violentos crescentes, embora bem inferiores à média estadual. Quanto à taxa de homicídio, os indicadores são decrescentes em Serro e Diamantina, e também muito menores que a média estadual. Com relação à taxa de roubo a mão armada, os números das duas cidades são insignificantes perto da média estadual, o que permite inferir que a situação da segurança pública em geral é boa, com exceção para alguns indicadores.

Já na área da saúde, Diamantina conta com os hospitais mais bem-estruturados, mas o Serro possui também um hospital de médio porte, além de diversos postos de saúde. Somente os casos mais complicados não são atendidos em Diamantina e então encaminhados a Belo Horizonte.

Com relação à acessibilidade, o Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha está inserido em uma das regiões de menor densidade de rodovias pavimentadas do estado. A distância aos principais centros econômicos (e emissores de fluxos turísticos) - Diamantina, principal destino turístico, está a 280 km de Belo Horizonte e Serro, a 312 km - implica longo período de deslocamento. O acesso aos municípios dá-se principalmente por rodovia. Há linhas diretas regulares de ônibus a partir de Belo Horizonte para Diamantina e Serro. Nos finais de semana, há vôos comerciais regulares partindo de Belo Horizonte para Diamantina.

No campo do Patrimônio, a região apresenta grande destaque. Somente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) possui dois escritórios na área, a 16ª Sub-Regional, sediada em Diamantina, e a 14ª, no Serro, em função do tombamento federal de seus núcleos históricos. Abaixo, apresenta-se o número de bens tombados nas duas cidades, lembrando que os conjuntos arquitetônicos abarcam grande quantidade de bens, conforme explicado na seqüência. No nível federal, os municípios concentram mais de 90% dos bens tombados da região do Pólo do Jequitinhonha; este percentual alcança quase 50% no que se refere aos tombamentos em nível estadual, e cai consideravelmente nos de instância municipal. Vale ressaltar que, como a maioria dos bens foi tombada em nível federal, às outras instâncias (estadual e municipal) resta proteger legalmente somente aqueles patrimônios excluídos da extensa lista do IPHAN.

TABELA 8
Municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Patrimônio Histórico-Cultural da Área de Planejamento – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	BENS IMÓVEIS TOMBADOS			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Diamantina	14*	01***	01	16
Serro	05**	02	07	14
Total Geral	21	7	57	85

Fonte: IEPHA/MG

* Incluindo o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Diamantina, cujo perímetro de tombamento corresponde a aproximadamente 1.300 imóveis.

** Incluindo o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade do Serro, cujo perímetro de tombamento corresponde a aproximadamente 450 imóveis.

*** Trata-se do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri, cujo perímetro de tombamento corresponde ao núcleo do povoado, englobando a igreja e os imóveis do entorno.

O estado de conservação dos conjuntos arquitetônicos de Diamantina e Serro é bom. Para receber o título da UNESCO de Patrimônio Cultural da Humanidade, Diamantina movimentou os agentes locais para a promoção de investimentos privados e públicos na conservação e restauração de seu patrimônio. Além disso, as duas cidades participam do Monumenta/BID (Programa de Revitalização de Sítios Urbanos através da Recuperação do Patrimônio Cultural), com várias obras previstas e em andamento. Também o IPHAN, por intermédio das duas sub-regionais supracitadas, vem realizando outras obras nos municípios. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p. 47, 48).

Em Diamantina, do casario colonial destacam-se o Mercado dos Tropeiros (atual Mercado Municipal), a Biblioteca Pública, o prédio da prefeitura (antiga Casa da Intendência), o Museu do Diamante, a Casa de Chica da Silva e diversas igrejas. Também se encontram manifestações folclóricas e culturais tradicionais de grande atratividade, com destaque para a Festa do Divino, o carnaval, as serestas e vesperatas e o artesanato (especialmente os conhecidos tapetes arraiolos). Há ainda o Parque Nacional das Sempre Vivas, Parque Estadual do Biribiri, várias cachoeiras e grutas, entre outros atrativos naturais. Diamantina concentra os melhores serviços turísticos do Pólo em termos de hotéis, pousadas e restaurantes. Possui também hospitais, aeródromo, rede bancária, emissora de rádio e jornais, dentre outros serviços e equipamentos.

Além do núcleo urbano da sede do município, devem ser destacados como de interesse, em termos do patrimônio histórico e cultural, o povoado de Biribiri, a capela de Santa Rita, localizada no distrito de Sopa, e a Igreja de Santana, no distrito de Inhaí, todos monumentos tombados. Os distritos de Extração, Mendanha e São João da Chapada também devem ser destacados, apesar de não possuírem bens imóveis tombados. O distrito de Currealinho, atual Extração, foi criado oficialmente em 1862 e guarda ainda em sua arquitetura alguns exemplares de interesse histórico. Mendanha tem sua origem na primeira metade do século XVIII e mantém ainda preservadas algumas edificações de características coloniais. São João da Chapada tem sua fundação em 1833, porém possui um pequeno povoado, também chamado Chapada, que, ao que parece, também seria da primeira metade do século XVIII (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

O Serro dispõe de significativo acervo de arte religiosa brasileira, com alta qualidade da ornamentação interna dos templos e com a presença da pintura em perspectiva nos forros feitos por Silvestre de Almeida Lopes. O município possui atrativos naturais representados pelo Parque Estadual do Pico do Itambé e inúmeras cachoeiras, bem como manifestações culturais relevantes (festas religiosas, musicais e folclóricas). O conjunto arquitetônico da cidade do Serro também apresenta bom estado de conservação e no âmbito do Programa Monumenta/BID está prevista uma série de projetos para o núcleo tombado, compreendendo obras de restauração e paisagismo, além de intervenções em infra-estrutura (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

O sítio histórico tombado corresponde à cidade histórica original, sendo o acervo arquitetônico da cidade dentro do perímetro tombado de 450 edificações. Foram realizadas algumas intervenções, como a construção da rodoviária de linhas modernas, que interferiram

negativamente na ambiência histórica e na unidade do conjunto arquitetônico. Já as edificações existentes fora do sítio histórico tombado diferem do modelo original. Essa ocupação ocorreu de forma desordenada, pois o município não possui legislação urbana, e só recentemente a prefeitura abriu novas ruas. De forma geral, o município possui significativo número de hotéis, pousadas, restaurantes, bem como dispõe de estabelecimentos bancários e hospital, dentre outros serviços e equipamentos de apoio ao turismo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p. 49). Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras são os de maior potencial e aproveitamento turístico, mas existem outras localidades de interesse, como Três Barras (com uma igreja tombada) e Deputado Augusto Clementino, que se torna anualmente um dos centros da tradicional Festa do Rosário local.

A população local reconhece e valoriza o patrimônio das duas cidades, como foi enfatizado em algumas falas de moradores entrevistados:

Sabe? Isso é que eu vejo muito na cidade. Mais é uma cidade de um... de um patrimônio riquíssimo. Né? Tanto um patrimônio é... material né? Que a gente vê das casas... a gente perdeu muita coisa! Porquê esse Serro daqui do centro de cima, que a gente vê hoje, num é o Serro do século dezoito! Né? O Serro do século dezoito ele tá... na parte de baixo. (Maria do Rosário).

A, eu vejo Diamantina um, um... um presépio, um beco. O conjunto arquitetônico de Diamantina... Eu já viajei demais... Então... eu acho daqui é disparado, as coisa. E num é só eu não... sabe? Porquê, o, o chefe do patrimônio histórico chamava Soel... Eu tinha muito contato com ele no Rio. E ele falava comigo, falava olha, o conjunto de Diamantina, cês num pode deixá mexê, porquê é um... Em questão de conjunto é o melhor que existe. Na, no conjunto de, de Colonial Barroco! (Antônio Pádua)

No aspecto ambiental, a região situa-se em sua maior parte no maciço da Serra do Espinhaço, área de importância biológica especial em nível internacional, que estende-se de Belo Horizonte à divisa norte da Bahia com Piauí. O complexo é uma Reserva da Biosfera, por abrigar espécies de plantas ameaçadas de extinção – com destaque para os campos de sempre-vivas - e constituir-se eixo importante de migrações pré-históricas. A região, com predominância de vegetação de cerrado e remanescentes de mata atlântica, apresenta como aspectos positivos a diversidade de ecossistemas naturais, predominância de clima ameno, existência de número expressivo de Unidades de Conservação (quadro abaixo) e número expressivo de atrativos naturais. Os principais problemas ambientais são decorrentes de atividades econômicas, como a mineração, agropecuária e o turismo, a deficiência no sistema de saneamento básico e a estrutura deficitária para fiscalização das áreas de preservação (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

Serro e Diamantina apresentam, de acordo com o Atlas da Biodiversidade em Minas Gerais, a maior parte de seus territórios classificada como de importância biológica especial, por conterem áreas e/ou ambientes únicos no Estado que abrigam espécies endêmicas. A região é banhada pela bacia do Rio Jequitinhonha, que nasce no Serro, e seus afluentes. Existem 7 unidades de conservação que abrangem terras dos municípios, conforme tabela abaixo. Todas carecem de uma infra-estrutura turística e serviços de apoio ao turismo adequados, constituindo-se este um gargalo a ser superado para maximizar o aproveitamento do grande potencial da região no segmento de natureza/aventura.

TABELA 9
Áreas das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável nos municípios

Unidades de Conservação de Proteção Integral (1)	Municípios	Área (em ha)
Parque Nacional Sempre Vivas	Diamantina, Bocaiúva* e Olhos d'Água* e Buenópolis	124.000,00
Parque Estadual do Pico do Itambé	Serro, Serra Azul de Minas* e Santo Antônio do Itambé*	4.700,00
Parque Estadual do Biribiri	Diamantina	16.998,66
Unidades de Conservação de Uso Sustentável (2)	Municípios	Área (em ha)
Área de Proteção Ambiental Águas Vertentes	Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Rio Vermelho*, Sto. Antônio do Itambé*, Serra Azul de Minas* e Serro	76.310,00
Área de Proteção Ambiental Santa Polônia	Diamantina	13,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Cruzeiro	Diamantina	180,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural Campos de São Domingos	Diamantina	4.502,00

Fonte: SEMAD/IEF/IBAMA – Agosto de 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro – Adaptada pelo autor.

*Município que não integra a Área de Planejamento

Com relação à utilização das terras, o Serro revela grande área ocupada por pastagens, fator histórico que originou a grande perda de cobertura de mata atlântica por parte do município. Diamantina apresenta alto percentual de terras inaproveitáveis (pelo terreno rochoso) e uma área de matas e florestas menor que a média regional.

TABELA 10
Utilização de terras por estabelecimento em percentuais – Municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Jequitinhonha – 1996

UTILIZAÇÃO DE TERRAS	DIAMANTINA	SERRO
	%	%
Total	100,00	100,00
Matas e florestas naturais	17,85	20,77
Matas e florestas artificiais	4,12	0,06
Pastagens naturais	30,29	26,36
Lavouras permanentes	2,07	2,70
Pastagens plantadas	10,18	33,02
Terras inaproveitáveis	20,48	6,91
Terras produtivas não utilizadas	4,52	2,67
Lavouras temporárias	4,08	6,29
Lavouras temporárias em descanso	6,40	1,22

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1996)
 Adaptada pelo autor.

Os principais impactos da ação do homem na região, que impactam negativamente o meio-ambiente, são:

TABELA 11
Principais atividades antrópicas na Área de Planejamento e seus impactos

ATIVIDADE	PRINCIPAIS IMPACTOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lavra garimpeira ▪ Mineração de diamante e ouro ▪ Desmatamento para produção de carvão vegetal ▪ Reflorestamento de eucalipto ▪ Uso de agrotóxicos principalmente nas lavouras de café ▪ Urbanização em condições precárias de saneamento ambiental ▪ Corte de candeia na serra do Espinhaço ▪ Coleta de sempre-vivas 	<p>Alterações significativas na paisagem e no processo hidrológico local, afetando o índice de turbidez dos cursos d'água. Retirada da cobertura vegetal e movimentação do solo. Supressão da vegetação ciliar. Carreamento de sedimentos para os cursos d'água e comprometimento da biodiversidade. Lançamento de rejeitos diretamente no rio Jequitinhonha Abertura de processos erosivos Exploração irracional das matas Impacto nas nascentes Alteração na qualidade e quantidade das águas Evasão e alteração nos hábitos da fauna local População de candeia e sempre-vivas drasticamente reduzida</p>

Fonte: Fundação João Pinheiro / PDITS, v.5, p. 88.

No quesito educação formal, as cidades apresentam situações distintas. Enquanto em Diamantina os percentuais de crianças analfabetas (6,11%) são menores que a média estadual de 6,6%, no Serro são grandemente superiores, atingindo o incrível número de 18,14%. (PDITS, p. 89).

De maneira geral, apesar das dificuldades e carências, as cidades são amadas pelos seus habitantes, que possuem também esperança em um futuro melhor, como pode se verificar nas falas a seguir:

Que eu sô apaixonada por Diamantina! Eu vejo um potencial muito grande... Todo mundo gosta de ajudá. Todo mundo gosta de vê as coisa acontecê. Eu, eu gosto muito. Eu acredito nela. Eu, eu acho que ela tem tudo pra dá certo. (Placidina).

Ah, eu... Eu gosto muito do Serro, *** é daqui... mora aqui né? E fui nascida... e... criada *** cuidei da minha família, minha família é toda daqui... também! Eu gosto muito daqui, acho aqui muito bom. Um lugar mais tranquilo de vivê né? Aqui tá muito bom... Agora sim... tá melhorando muito, o Serro já desenvolveu demais né? Da época do quê... *** aqui agora, ele é... já é alguma... um fator bom mesmo... de crescimento. Né? (Maria das Dores).

O fato de as duas cidades, após longo período de estagnação econômica, virem apresentando um desenvolvimento recente, é a razão pela qual a população encontra-se confiante em um futuro melhor. Além de serem profundamente identificadas com as comunidades em que nasceram, as pessoas têm percebido que existem alternativas atualmente para o desenvolvimento das mesmas, que precisam ser exploradas de maneira efetiva. Uma destas certamente é o setor de turismo, cujas potencialidades e desafios para Serro e Diamantina serão abordados nos capítulos seguintes.

2 CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO – CONCEITOS E DISCUSSÕES PERTINENTES AO TEMA COM FOCO EM DIAMANTINA E SERRO.

2.1 Cultura, Memória e Patrimônio – Conceitos

O conceito de cultura permeia todas as instâncias sociais, e, notadamente no turismo, é indissociável da atividade. Há diversos conceitos na literatura para definir o que é cultura. Segundo o Ministério do Turismo (2006, p. 13), cultura é a “totalidade ou o conjunto da produção, de todo o fazer humano de uma sociedade, suas formas de expressões e modos de vida”. Para Ascanio (2003, p. 34), “cultura é aquilo que une as pessoas em um todo e que se manifesta como resultado e estímulo do desenvolvimento social”. Antonacci citado por Nora, 1981, p. 5) define cultura como “sistemas de valores, crenças, hábitos, tradições, no contexto dos quais os sujeitos históricos experimentam suas relações sociais e atribuem significado a suas ações, considerações e expressões”. Para Martins (2003, p. 45), cultura “representa as idéias, os conceitos e os valores que regulam coletivamente e individualmente as relações sociais, transmitidos no processo de socialização”. Já Santos citado por Botelho (2007, p. 22) conceitua o termo como “um conjunto de significados partilhados pelos membros de uma sociedade, mas também associado à diferenciação e hierarquização, no quadro das sociedades nacionais, de contextos locais ou de espaços transnacionais”. A cultura não pode ser vista como imutável, pois é dinâmica e constantemente reconstruída e ressignificada (BOTELHO, 2007, p. 34).

Panofsky citado por Bourdieu (1992, p. 349) afirma que a cultura

Não é só um código comum, nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas comuns ou um grupo de esquemas de pensamento particulares e particularizados; é sobretudo um conjunto de esquemas fundamentais, previamente assimilados, a partir dos quais se engendram (...) uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares.

Geertz (1978) citado por Poletto (2000, p. 14) define o termo da seguinte maneira: “Acreditando (...) que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como essas teias e sua análise; (...) não como uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa, em busca de significados”.

A cultura, portanto, conforme se infere dos conceitos, abrange todas as esferas da vida social. É um sistema criado exclusivamente nas sociedades humanas, a partir do uso e transformação do espaço natural em espaço social. Todas as idéias e criações deste novo espaço passam a constituir uma cultura autêntica, que buscará sempre sua reprodução através das gerações.

Durante as entrevistas em campo, algumas pessoas definiram o que representa o termo cultura para elas. Em um caso, remeteu-se ao caso de cultura agrícola, ou seja, entende-se a palavra como sinônimo de plantação. Outros dois entrevistados entendem cultura como o mesmo que educação formal. A cultura, neste caso, remete ao tempo de estudo em que a pessoa foi formalmente instruída.

Esta confusão quanto ao significado do termo é comum no Brasil, onde ainda são limitados os estudos teóricos no campo da cultura e sua difusão não alcança grandes parcelas da população. Todavia, já se revela um despertar para sua importância, e seus pressupostos básicos vem sendo progressivamente absorvidos e valorizados pela sociedade em geral.

A cultura está intimamente ligada a outros dois conceitos: memória e patrimônio. A reconstrução da memória e a valorização do patrimônio são fundamentais para a construção da identidade de um povo e para o fortalecimento de sua cultura, o que por sua vez aumenta a atratividade local sob o ponto de vista turístico.

Discorrendo inicialmente sobre a identidade, podemos apresentar os seguintes entendimentos: 1) a identidade aparece como uma possibilidade de marcar as diferenças, as especificidades, as particularidades de cada grupo social que procura se afirmar politicamente através de atitudes determinadas (ORTIZ *apud* POLETTTO, 2000, p. 59); 2) a identidade não é fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados e interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL *apud* POLETTTO, 2000, p. 60).

Diante das inúmeras modificações geradas na atualidade, as identidades estão em constante processo construtivo, expressando as características pessoais dos indivíduos frente à atual estrutura social e são feitas e refeitas ao sabor das mudanças sociais e das novidades culturais (KELLNER *apud* POLETTTO, 2000, p. 61).

Para Lima Filho citado por Poletto (2000, p. 22), é possível perceber a identidade de um grupo quando a contrastamos com a alteridade. A dinâmica negociação com o Outro torna a

identidade um conceito maleável, aberto às influências do contato. Assim, o turismo, por permitir este encontro, apresenta-se como atividade altamente propensa à identificação e compreensão de identidades distintas.

Já a memória é a marca ou sinal da cultura de um grupo, e baseia-se na afirmação de sua própria identidade (WEHLING *apud* BATISTA, 2005, p. 29). A memória, segundo Japiassú citado por Batista (2005, p. 28), é a “capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto como uma capacidade de evocar o passado através do presente”. No Dicionário da Língua Portuguesa, a palavra é entendida como “a faculdade de reter idéias ou reutilizar sensações, impressões ou quaisquer informações adquiridas anteriormente” (BATISTA, 2005, p. 28).

Segundo Veloso citado pelo Ministério do Turismo (2006, p. 13) “a memória coletiva imprime vida e historicidade às práticas culturais. Estas, por sua vez, transformam o bem cultural em matéria viva”.

Para Woortmann (1998), o termo ‘memória’ também tratado como ‘história oral’, envolve os mitos de origem de determinado grupo social. Trata-se de relatos orais sobre um passado, cada vez mais imaginado, transmitido de geração a geração. Segundo a autora, a memória dá presença ao passado, construindo e dando significado ao presente, além de objetivar o que é subjetivo. Além disso, na medida em que a memória retém significado, ela é significativa que constrói para constituir identidades.

Para Pollak (1992, p. 204), a memória é um fenômeno fortemente atrelado ao sentimento de identidade individual e coletiva, por ser um elemento importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo em sua reconstrução de si. A memória remete sempre a indivíduos, coletividades e lugares. Halbwachs (1990) afirma que não existe uma memória puramente individual ou coletiva, mas que na evocação do passado há uma fusão de elementos da lembrança pessoal com a da comunidade ao qual o indivíduo pertence. Segundo o autor, “a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens; não obstante, eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Para Nora (1981), quando a memória não se encontra mais em todo lugar, ela se perderia se um indivíduo não se encarregasse dela. Para o autor, “menos a memória é vivida

coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens memória” (NORA, 1981, p. 28). Estes homens, por meio de suas lembranças, estabelecem e fixam os chamados “lugares de memória” – no sentido, material, simbólico e funcional. Nestes lugares, a memória é ancorada, condensada e exprimida, sendo assim legitimada. Woortmann (1998) denomina os homens que desempenham esta importante função de ‘narradores oficiais’, ou guardiães da memória.

Segundo Poletto (2000, p. 16), a memória dos personagens da vida cotidiana é, juntamente com os documentos históricos, a base da história. Esta não é apenas a soma de acontecimentos ordenados através de fatos, mas a relação de múltiplos fatores, uma reformulação de conteúdos, significados, que são gerados através de crises, rupturas e conflitos, que são muito bem registradas pela memória coletiva. Sturken (1997) defende a noção de que memória e história estão entrelaçadas. Para ela, memória cultural³, memória pessoal e a história não existem de forma estanque, mas interdependentes. Já Nora citado por Sturken (1997) considera a separação entre a memória, que se anexa a localidades, e a história, que se anexa a eventos. O autor aponta que há correntes que acreditam que a história suspeita perpetuamente da memória e sua verdadeira missão é suprimi-la e destruí-la.

Existe, além da memória oficial, as memórias subterrâneas. Sobre estas últimas discorre Pollak (1989) citado por Poletto (2000, p. 83):

As lembranças produzidas, indizíveis ou vergonhosas (...) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (...) A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa (...) uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar ou impor.

Durante as entrevistas realizadas em Diamantina e Serro, foram apresentados discursos da memória coletiva subterrânea que não fazem parte das versões oficiais, o que revela a organização e consenso da primeira junto à população das localidades pesquisadas.

Para Conway (1998), a memória pode ser classificada em três categorias: episódica (eventos experimentados), semântica (significado das palavras e números) e procedimental (conhecimentos para realizar atividades específicas). A importância da memória, segundo

³ Memória que é compartilhada fora das avenidas do discurso histórico formal e que ainda é entrelaçado por produtos culturais imbuídos de sentidos culturais, sendo produzida por meio de representações. (Struken, 1997).

Sturken (1997) deriva do fato de esta formar o tecido (ou estrutura) da vida humana, afetando tudo, desde a habilidade para desempenhar as tarefas simples do dia-a-dia até o reconhecimento de si mesmo (a essência da identidade). A memória dá o senso de importância do passado, estando por isso ligada a fortes interesses e significados políticos.

No turismo, atrelado ao resgate da memória, a preservação do patrimônio é fundamental, visto que a atividade impacta as culturas das comunidades que recebem o fluxo. Segundo Camargo (2002, p. 31), “o valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribuímos a memória coletiva”. E é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento.

A palavra patrimônio deriva do latim *patrimonium*, que significa herança do pai ou ancestral. O termo remete, portanto, a uma propriedade herdada, ao invés de adquirida (TAMASO, 2002, p. 20). No Dicionário Aurélio, o significado é de "herança paterna, riqueza". Já no sentido jurídico, é o "complexo de bens suscetível de apreciação econômica", ou a designação formal de uma possibilidade de perda. “Pode ser visto ainda como a manutenção de pontos de contato com o passado e a continuidade imaginária de um povo” (BO, 2003, p. 17) A UNESCO (2002, p. 290) define o conceito como o "legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras". Segundo Fonseca citado por Tamaso (2002, p. 14), patrimônio é “o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos”. Kirshenblatt-Gimblett (1998, p.150) afirma que o patrimônio é “um modo de produção cultural no presente que recorre ao passado”. Já para Prats (2004, p. 7), “el Patrimonio es el legado del padre que recibimos en herencia y que nosotros transmitimos a su vez en aras de la continuidad del linaje”.

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) define o conceito de patrimônio como o conjunto de bens tangíveis, como ambientes naturais e culturais, compreendendo paisagens, locais históricos, sítios, ambientes construídos, bem como bens intangíveis, como coleções, práticas culturais, conhecimentos e experiências de vida (MCKERCHER, 2002, p. 7). Trata-se de uma evolução do conceito, deixando de entender-se patrimônio apenas como monumentos⁴, grupos de edifícios e lugares para abranger todos os

⁴ A raiz da palavra de origem latina nos remete a momento ou lembrança. Se quisermos, os monumentos, na acepção comum do termo, são edificações ou construções que pretendem perpetuar a memória de um fato, de uma pessoa, de um povo (CAMARGO, 2002, p. 24).

elementos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, que são herdados ou criados recentemente (IBARRA *apud* ROSA, 2003, p. 107). Para Figueiredo (2005, p. 44), a palavra patrimônio designa aquilo que pertence ao pai, à pátria, remetendo diretamente à figura do Estado.

A noção do patrimônio vem do período da Revolução Francesa, no final do século XVIII, e está diretamente ligada à idéia de nação. As noções de arte e história passam a ser instrumentais, utilizadas para a construção de uma representação de nação (FONSECA, 2005, p. 37). Os sentidos atribuídos ao patrimônio, originalmente naquele país, relacionam-se a seis eixos explicativos: religioso, monárquico, familiar, nacional, administrativo e científico. Segundo Lowenthal (1998, p. 7) somente no fim do século XVIII os europeus começaram a apreciar o passado como herança que dava validade ao presente e o exaltava. Isto resultou no aumento do interesse por preservar relíquias e restaurar monumentos como emblemas da identidade, continuidade e das aspirações comunitárias. No século XIX a conservação se converte em um conjunto de programas nacionais, e no século XX cada país busca assegurar sua própria herança contra a espoliação e deterioração em geral.

Há duas categorias básicas de patrimônio: natural e cultural. O patrimônio natural refere-se às "formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçadas e zonas que tenham valor científico, de conservação ou estético" (UNESCO, 2002). Já o patrimônio cultural, segundo a UNESCO (2002, p. 290), compreende "monumentos, grupos de edifícios e sítios que têm valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico". Para Martins (2003, p. 49), patrimônio cultural "é um conjunto de bens materiais e imateriais representativos da cultura de um grupo ou de uma sociedade". O patrimônio cultural implica a existência de significados que o definem desta forma para determinada comunidade.

O conceito de Camargo (2002, p. 15) para patrimônio cultural é o de "herança e identidade cultural que não se quer perder. Ou enquanto identidade nacional que se quer afirmar ou reafirmar". O autor, discorrendo sobre patrimônio nacional, aponta-o como decorrente do termo vigente do direito de sucessão das estirpes, onde os descendentes são herdeiros dos bens do pai, cujos bens materiais constituem o patrimônio. E, ao conjunto de bens, legado ou patrimônio herdado do pai, acrescentou-se o qualificativo de nacional. Ou seja, os cidadãos, com a Revolução Francesa, eram livres e iguais perante a lei (Liberdade/Igualdade), e, nascidos no país, são todos irmãos (Fraternidade) e herdeiros do mesmo pai, o Estado Nacional.

Os bens patrimoniais cumprem 4 funções básicas: 1) reforçar a noção de cidadania através de bens de interesse público geridos pelo Estado; 2) materializar a idéia de nação e reforçar a coesão nacional; 3) servir como provas materiais e documentais das versões da história de um povo e de sua ocupação territorial; 4) servir como instrumento pedagógico, visando a instrução dos cidadãos (FONSECA, 2005).

Segundo Prats (2004, p. 105), o patrimônio apresenta vários benefícios à sociedade: aumenta a atratividade de uma região; participa da reabilitação do marco geral de vida, ambiente natural e arquitetônico, atividades culturais; representa um valor simbólico formidável, que marca uma região, fator de identidade e inclusive de integração da população autóctone. Se a ativação do patrimônio é bem feita, é um fator de dinamização social e motor de investimento, mas também fator de curiosidade, de abertura de espírito, de atenuação de complexos.

De acordo com Prats (2004, p. 7), o conceito de patrimônio tem expandido sua abrangência e significados:

La razón de esta expansión semántica es de sobra conocida. El fantasma de la ruptura y del desorden que esta parece provocar ha conducido a nuestras sociedades, enfrentadas a cambios excesivamente rápidos, a buscar en el patrimonio un “refugio compensatorio”. Por ello, la sociedad demanda a las instituciones que asuman en su nombre transmisiones que ya no son operativas, que reconozcan, preserven y defiendan todo aquello cuya desaparición podría a medio y largo plazo amenazar su existencia, es decir, sus entornos naturales y culturales, sus identidades, sus valores.

Assim, o patrimônio aparece como fator de solidariedade e coesão social e cultural, diante de um ambiente global de intensas mudanças, sendo cada vez mais valorizado e necessário para as comunidades.

Uma das questões apresentadas aos entrevistados durante o trabalho de campo foi que procurassem definir o que representa para eles um patrimônio cultural. Estas respostas serão apresentadas a seguir: “Uai? Patrimônio... deve sê... as coisa da antiguidade né?” (Maria das Mercês).

Esta definição revela certa dúvida da entrevistada quanto ao conceito. Todavia, denota que existe uma compreensão superficial do que é patrimônio, identificando o termo a objetos do passado. O mesmo se percebe na resposta de uma entrevistada sobre por que considera a igreja um patrimônio e de outra que relaciona o conceito apenas ao conhecimento que as pessoas possuem (isto em certa medida relaciona-se ao patrimônio cultural imaterial, em especial o saber-

fazer): “(Por que a senhora considera a igreja um patrimônio?) Porque ela é muito antiga né, é a mais antiga. De alguns anos pra cá as coisas novata já são diferentes. É por isso” (Rosa).

“Eu acho que é o valor da pessoa.. da cultura da pessoa né? Esse patrimônio cultural é... lembrá dos antigo, das culturas dessas pessoas importantes que tiveram aqui conosco” (Maria das Dores).

Pra surgirem novos... pessoas, novos homens ou senhoras tamém, íntegras, com cultura. Porque toda pessoa culta é diferente num é? E eu falo isso... Foi bom essa Puc vim pra cá, porque assim... cresceu o nível cultural. Cê vê uma pessoa preparada é outra coisa né? Então esse patrimônio cultural... deve cê isso mesmo né? É que a gente procurá a conservá essa cultura em nossos filhos... Que tem estudado, dá sequência à vida, de formado, de advogado... de dentista, ou médico, o que fô, mais ir crescendo né? Tendo preparo. Porque... a cultura num pode caí não! E um lugar que tem uma cultura melhor, ela tem desenvolvimento melhor tamém, o povo é mais educado né? E faz falta. E tem que conservar esse patrimônio cultural e acho que é isso mesmo né? É ocê preservá e querê que dê sequência essa cultura dos nosso antigos! Que tiveram por aí né? Como nós já tivemos diversos né? Nomes famosos, é... que são pessoas preparadas, cultas né? E tem muitos que tão desenvolveno. Então.... procê vê, esses meninos que fizeram essas prova agora na OAB... Qué dizê, que já é um patrimônio cultural aqui do Serro! Quer dizê que lá tem gente inteligente, dá continuidade num é?”. (Maria das Dores)

O conceito de patrimônio algumas vezes é restringido a uma única edificação, sendo ainda confundido com os órgãos de patrimônio que atuam na cidade, como no caso abaixo:

Ah... é porque eu vejo o povo falá que ele faz parte do patrimônio histórico da cidade né? Desde pequena que eu já vi falá que o patrimônio, o patrimônio funcionava aqui. Tinha uma... tinha uma casa lá embaixo que eles falam que era patrimônio histórico lá perto do Matozinhos... (Maria das Dores).

O patrimônio também é entendido no sentido de bem privado, posse, o que não é etimologicamente incorreto, mas desconsidera o seu viés cultural:

(O que significa pro senhor falar que alguma coisa é um patrimônio cultural?) Dessa parte eu nem entendo, pra dar procê uma solução certa. Porque muita gente fala assim: patrimônio, quer dizer, eu tenho um patrimônio, eu tenho essa casa. Não, eu não acredito porque amanhã; eu tenho hoje e amanhã eu posso precisar dele e num ter (Geraldo).

Outras respostas foram concedidas diretamente sobre o que é patrimônio, sem hesitação. Todavia, mesmo corretas em parte, apresentam-se como superficiais e inconclusivas:

(Por que a senhora considera isso patrimônio?) São especiais. Todos os nossos antepassados falavam: aqui morou fulano, aqui recebia as pessoas que passavam por aqui e hospedavam, pessoas que tinham os familiares (Dalva).

(O que é o sentido da palavra patrimônio?) A gente herda das danças, das músicas. Vai passando de geração em geração, até quando não sabemos, acho que é igual aos numerais, indefinido (Dalva).

Aquilo que vale à pena cê preservado! E pra preservá isso tem que tê tradição. (Josefina)

Patrimônio é o que tem... valor (Rosa)

Um coisa que tem que preservá né? Porque é onde que vem turista pra conhecê (Maria das Dores).

Uai, é tudo aquilo que... nós temos e que temos que cultivar né? A nossa cultura, o nosso folclore... é.. tudo nosso (Placidina).

Uma entrevistada, perguntada por que o patrimônio deve ser conservado, revelou em sua resposta ter consciência da importância histórica do mesmo e ainda saber que patrimônio não se refere apenas a objetos antigos, mas também a modernos, que possuam grande significação para uma comunidade:

Ah... porquê tem muuuita história em cima disso né? Tem muita coisa, muita coisa boa! Tem, tem muita lembrança, tem, tem... É porquê... é tem que sê patrimônio mesmo, tem que sê conservado né? (...) Porque mesmo a Catedral, ela tem cinquenta e poucos anos só, mas ela tornou-se um patrimônio, né? (Placidina).

Alguns entrevistados apresentaram conceitos mais rebuscados de patrimônio, revelando um entendimento maior sobre o assunto:

Bom... eu acho que patrimônio é tudo que faz parte da nossa história! É o que te conta alguma coisa! É o registro de uma época (Belmiro).

Patrimônio é aquilo que... de alguma forma mantém viva uma, uma história né? Uma memória... De alguma forma é isso aí (Maria do Rosário).

Apenas uma entrevistada desconhece completamente o sentido da palavra patrimônio e não soube dar alguma definição: “Nem entendo” (Odília). (Perguntada sobre o que entende ser patrimônio).

Percebe-se, portanto, que dez dos onze entrevistados possuem similiaridade com a palavra patrimônio e buscaram defini-la conceitualmente. Todavia, apenas dois chegaram a definições mais próximas dos conceitos clássicos – sendo todavia incompletas. Pode-se inferir, portanto, que

existe alguma noção dos habitantes das cidades históricas do período colonial de Diamantina e Serro sobre o que seja patrimônio, o que é natural pelo ambiente em que vivem. Porém, há ainda considerável grau de incompreensão sobre a amplitude do significado do termo, ensejando a realização de campanhas informativas e de educação patrimonial junto a estas comunidades.

2.2 Preservação e valorização do patrimônio – O instituto do tombamento

A existência de um patrimônio implica a necessidade de proteção. No Brasil, durante o período colonial, as ações de preservação patrimonial constituíam-se apenas iniciativas individuais e pontuais. “A primeira medida oficial de reconhecimento do patrimônio cultural e da necessidade de sua preservação, em forma de Decreto, ocorreu em 12 de julho de 1933, quando a cidade de Ouro Preto foi erigida como Monumento Nacional” (CAMARGO, 2002, p. 83). Tamaso (2002, p. 14) afirma que “as políticas de proteção do patrimônio no país só tiveram início no período republicano, com a criação de um órgão preservacionista em 1937, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)”.

Estas políticas, de acordo com Fonseca (2005), são mais afetivas que racionais e atuam, basicamente, no nível simbólico, objetivando o reforço da identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Assim, mais que um bem protegido, um patrimônio é um símbolo de determinada região, que cristaliza a memória de um povo, conduzindo-o à sua valorização e desenvolvimento. Segundo Roseman (2004, p. 70), as políticas de patrimônio são a reconstituição daquilo que é considerado "velho" e a recriação de novas narrativas da cultura material.

No mesmo ano de 1937, o instituto do tombamento é estabelecido pelo Decreto-Lei nº 25, efetivando a proteção de bens culturais pelo Estado brasileiro. “Este dispositivo legal estabelece a tutela do Estado sobre os bens considerados de interesse público, por seus valores culturais e se constituírem referências da identidade e nacionalidade” (FONSECA, 2005, p. 38).

Gonçalves citado por Tamaso (2002, p. 20) afirma que o tombamento é o “procedimento legal por meio do qual os bens culturais são apropriados ou oficialmente reconhecidos como patrimônio”. Fonseca citado por Tamaso (2002, p. 22) afirma que “o tombamento pode ocorrer com base nos valores de nacionalidade, humanidade, ancianidade, excepcionalidade, de determinado bem”. Estas características, significados pessoais e significação ideológica, no caso

das rotas e destinos, são continuamente construídas (ROSEMAN, 2004, p. 69). Desta forma, freqüentemente ocorrem mudanças, com a valorização de bens outrora ignorados ou sua ressemantização.

O IPHAN (2009) define tombamento como um ato administrativo realizado pelo poder público, nos níveis federal, estadual ou municipal, que tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens. Pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental. É o caso de fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas, dentre outros, sendo aplicado somente aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.

A instituição afirma que o tombamento pode se iniciar pela iniciativa do órgão, dos cidadãos ou instituições públicas. O processo, após avaliação preliminar, é submetido à avaliação das unidades técnicas. Caso seja aprovada a intenção de proteger o bem, é expedida uma notificação ao proprietário, que significa que o bem já se encontra sob proteção legal, antes de sua submissão ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, homologação ministerial publicada no Diário Oficial, inscrição no Livro do Tombo e Comunicação formal do tombamento aos proprietários (IPHAN, 2009).

Outra definição do IPHAN (2009) sobre tombamento é a seguinte: “mecanismo que permite a conservação e proteção dos bens culturais móveis e imóveis, marcando um predomínio do social e coletivo sobre a propriedade privada.”

Percebe-se claramente, nestas citações, que o foco do IPHAN ainda encontrava-se na preservação dos patrimônios materiais, edificados, pois em momento algum cita-se a preocupação em salvaguardar e registrar o patrimônio imaterial. Atualmente, este cenário vem sendo revertido, como provam o grande número de registros de bens culturais imateriais recentes, como o do modo de fazer do queijo do serro e a capoeira, e a intenção de tombamento de paisagens culturais, como se verá posteriormente neste trabalho. Esta mudança foi iniciada lentamente a partir de 1970, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural e da Fundação Pró-Memória. Todavia, verifica-se que ainda permanece nas políticas do órgão a ênfase nos bens materiais e no instituto do tombamento.

Segundo Tamasso (2002, p. 20), um bem, ao ser tombado, recebe o reconhecimento oficial de sua importância artística, cultural, histórica. Trata-se de instrumento jurídico, que apresenta

implicações econômicas e sociais. Pode acarretar benefícios econômicos (notadamente através do turismo), simbólicos e políticos, ou então conduzir a prejuízos financeiros, a proprietários de imóveis e empresários (FONSECA, 2005, p. 180).

Um bem privado, ao ser tombado, continua tendo a posse por parte de seu proprietário, mas seu domínio simbolicamente é retirado, passando a ser do poder público (TAMASO, 2007; POLETTO, 2000).

Nos últimos anos, notadamente a partir da década de 90, o instituto do tombamento adquiriu crescente importância em nível mundial. Milhares de bens foram patrimonializados, seja por municípios, estados e nações, e observou-se ainda a “corrida” pelo título de patrimônio mundial junto à UNESCO (TAMASO, 2007, p.1).

Por patrimonialização, entende-se “a tomada de consciência social de um grupo com referência a algum de seus bens culturais” (MARTINS, 2003, p. 45).

Segundo Prats (2004, p. 27, 28), os critérios para patrimonialização de um bem cultural são: obsolescência, escassez e nobreza; natureza, história e inspiração criativa. Tendo estes requisitos, um bem não se constitui automaticamente patrimônio, mas potencialmente patrimonializável, devendo para tanto ser ativado.

“O tombamento é considerado o instrumento de preservação por excelência, de tal forma que se chega a confundi-lo com a preservação” (CASTRO *apud* FONSECA, 2005, p. 180).

É considerado, ainda, um “rito de consagração do valor cultural de um bem” (FONSECA, 2005, p. 180). Por esta razão, as políticas de patrimônio necessariamente envolvem a questão do tombamento dos bens aos quais se deseja preservar, o que revela a forte inter relação entre os temas em questão.

Diamantina e Serro possuem diversos bens tombados por variadas instâncias. A seguir, serão apresentados os tombamentos existentes, em nível mundial, nacional, estadual e municipal.

2.2.1 Tombamento mundial

Diamantina recebeu em 1999 o título de Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO. O centro histórico da cidade é tombado, com seus diversos remanescentes do século XVIII. A área tombada pela UNESCO é de 27,5 hectares, e encontra-se bem preservada, especialmente por já

ser tombada pelo SPHAN desde 1938 e pelo relativo isolamento geográfico da cidade, situada em uma zona interiorana inóspita (UNESCO, 2002).

A candidatura apresentada baseou-se na avaliação de que a cidade se adequa a dois critérios da UNESCO - em uma lista que totaliza dez - para definir um bem como de “valor universal excepcional”, ou seja, conferir-lhe o título de Patrimônio Mundial. Tratam-se dos critérios II e IV, a saber:

- II) exibir um intercâmbio importante de valores humanos, ao longo de determinado período ou dentro de uma área cultural do mundo, a respeito de desenvolvimentos em arquitetura ou tecnologia, artes monumentais, urbanismo ou projeto de paisagem;
- IV) ser um exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (a) fase (s) significativa (s) na história humana”.

No documento de 18 de setembro de 1998, que embasa a candidatura da cidade junto à UNESCO, a adequação a estas exigências é justificada da seguinte maneira: quanto ao critério II, Diamantina “ilustra como os exploradores do Brasil, aventureiros em busca de diamantes, e representativos da Coroa conseguiram adaptar modelos europeus a um contexto americano no século XVIII, criando então uma cultura que era fiel a suas rotas ainda completamente originais.” Já em relação ao critério IV, “o conjunto urbano e arquitetônico de Diamantina, que se integra tão perfeitamente com a paisagem natural, é um exemplo fino de um espírito aventureiro combinado com uma busca por refinamento, uma característica significativa da história da humanidade”.

O tombamento de Diamantina pela UNESCO em 1999 elevou a cidade a uma posição destacada no Brasil, em termos culturais e turísticos. Se o município já há algumas décadas encontrava-se em posição destacada em relação ao vizinho Serro, após esta data é possível constatar que Diamantina experimentou um surto de desenvolvimento ainda maior. Nota-se hoje que a cidade respira cultura e turismo, e faz destes seus pilares de crescimento.

O sucesso da candidatura diamantinense se valeu da beleza e do excelente estado de preservação do patrimônio edificado da cidade, e teve ainda como grande diferencial seu rico patrimônio imaterial. A riqueza da cultura diamantinense, expressa através das artes, em suas diversas manifestações – mas com destaque para a música – foi um “diferencial competitivo” explorado na argumentação junto à UNESCO. A detecção desta força auxiliou a cidade na obtenção do título e, após sua concessão, enraizou-se e desenvolveu-se ainda mais.

Prova disso é que desde 2001 Diamantina é a sede do Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tradicional evento cultural do estado, outrora realizado em outras cidades históricas do período colonial, principalmente Ouro Preto e São João Del Rei. E o evento musical Vesperata, realizado nas sacadas históricas do centro da cidade, tem sido um sucesso absoluto de público nos últimos anos. Além disso, grandes investimentos nos setores de cultura e turismo passaram a ser realizados na cidade, consolidando-a como um dos pólos nacionais destas áreas.

2.2.2 Tombamentos nacionais

O Serro foi a primeira cidade brasileira que teve o conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo SPHAN, hoje IPHAN. Isto se deu em 08 de abril de 1938, compreendendo uma área de aproximadamente 17 hectares. Juntamente com Diamantina, foi uma das 6 cidades do Brasil listadas como patrimônio naquele ano.

Apesar de ter sido tombado pouco mais de um mês antes da vizinha Diamantina, o Serro não hesita em utilizar o jargão “primeira cidade a receber o título de patrimônio nacional” para valorizar sua importância, que todavia é muito maior e rica do que este simples detalhe.

O perímetro de tombamento federal abrange área composta por cerca de 450 imóveis. Diretamente, são 141 bens identificados e tombados pelo IPHAN no município, conforme tabela a seguir. Destaques podem ser dados, além do conjunto arquitetônico, à Igreja do Bom Jesus de Matosinhos, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Casa dos Ottoni e Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

TABELA 12
Bens tombados pelo IPHAN no Serro

Localização	Número de bens tombados	Descrição
Praça Ângelo Miranda	06	Comércio nº 04, 06, 26, 36, 56, 108
Praça Dom Epaminondas	06	Comércios nº 06, 20, 42; Residência nº 34, 50, 120
Praça Doutor Andrade	06	Comércio nº 12, 44; Residência nº 122, 34, 28, 104
Praça Doutor Antônio Tolentino	11	Residências nº 08, 20, 2 s/n, 88, 68, 78; Comércio nº 11, 32, 44, 66
Praça João Pinheiro	11	Comércios nº 20, 36, 140, 184, 188, 194; Residência nº 58, 154, 110, 206; Igreja do Carmo s/nº
Praça Presidente Vargas	03	Residências nº 272, 282, 110
Rua Alferes Luís Pinto	17	Residências nº 10, 56, 46, 82, 106, 126, 72, 13, 67, 97, 115, 41, 5 residências s/nº.
Rua Doutor Simão	01	Residência nº 06
Rua Doutor Antônio Honório Pires	09	Comércios nº 07, 27, 39, 61, 69, 38, 16; Residência nº 21, 60
Rua Fernando Vasconcelos	18	Residências nº 18, 28, 56, 73, 17, 64, 8, 82, 102, 124, 121, 91, 43, 23, 2 s/nº; Comércio nº 53, 23
Rua Luís Advíncula Reis	09	Residências nº 159, 169, 164, 176, 190, 11, 22, 12, 60
Rua Nagib Bahamed	13	Residências nº 26, 58, 70, 92, 104, 120, 103, 93, 45, 6, 3, 37, 75
Rua Nelson de Sena	21	Residências nº 7, 17, 25, 65, 75, 91, 107, 117, 131, 161, 08, 18, 44, 98, 140, 162, 141, 151; Comércio nº 35, 47; Lote s/nº
Rua São José	02	Comércio nº 25, 6
Travessa da Independência	01	Sem identificação
Travessa da Purificação	01	Sem identificação
Travessa Magalhães	06	Comércio nº 07, 25, 46; Nº 10, 30, 56

Fonte: Tabela elaborada pelo autor (2009)

Baseado, a partir da relação constante no site www.iphan.gov.br

Além dos bens supracitados, o IPHAN registrou em 15 de maio de 2008 o modo de fazer do queijo artesanal do Serro, fazendo como que o mesmo se tornasse patrimônio cultural imaterial do Brasil, por meio do seu registro no Inventário Nacional de Referências Culturais. O registro destaca ainda a forma de se fazer queijo em outras três regiões do estado: Araxá, Serra da Canastra e Salitre/Alto Paranaíba. Esta inclusão segue uma tendência da valorização dos chamados bens culturais imateriais, opondo-se à visão restrita do patrimônio apenas como edificação. Segundo Veloso (2006. p. 438), a idéia de patrimônio cultural foi ampliada, deixando de incorporar só os bens materiais, especialmente os chamados de “pedra e cal” mas também passou a assimilar práticas culturais expressivas da diversidade brasileira – manifestações históricas e estéticas genuínas, vivas, concretas e provindas dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira.

A este respeito, uma entrevistada, representante do Conselho Municipal de Patrimônio, comenta sobre a importância dos registros de bens imateriais, sua peculiaridade e o plano de que se aumentem os processos oficiais neste sentido:

(Em termos imateriais, por enquanto o Serro é só o queijo.) O queijo. Isso. As festas num tem nenhuma (...) As festas não. A gente tem até vontade, sabe? Mas há uma discussão muito grande.... Porquê eu, eu, eu, eu temo muito essa coisa docê ficá, também não é um tombamento, é um registro. Registrando tudo! Né? Registrando tudo. Então eu acho que aqui se deveria fazê uma coisa conjunta, sabe? Serro, Diamantina, distritos, e, assim, sabe? Porquê existe um... todo circuito do Rosário. Então eu acho que devia tombá isso. Eu num acho que é.... Tudo bem a festa do Rosário sim, é a maior da região...Mais eu num acho que deveria cê...Diamantina num tem Congado, o Congado daqui é que vai pra lá! Agora é que eles tão criando o Congado. Entendeu? Então. Mas mesmo assim eles vão continuá, levando o Congado daqui pra lá. O do Serro chama atenção, é mais rico, é mais autêntico... né? Mais eu acho que deveria, sabe, é uma coisa que eu tenho muita vontade de fazê, é... Esse tombamento como um, um, um conjunto. Seria as tradições do Rosário na Comarca do Serro. Entendeu? Pegando até Montes Claros, que tem a mesma tradição de Rosário nosso aqui. Um município fazeno seu registro, acho que isso num vai levá a lugar nenhum. Acho que a gente num pode ficá com essa....esse processo. Eu num concordo muito de ficá tombando aqui, tomba ali, tomba aqui, sabi? Ah o... pastel de angú que é de fulano... Né? Então eu acho que isso aqui devia cê tombada como toda. Acho que isso.... é muito mais, forte pra região. Né? (Maria do Rosário).

O projeto oficial do Serro, portanto, é que os registros dos bens imateriais continuem sendo feitos, porém em nível regional, e não apenas local. A idéia é que as manifestações e saber-fazer similares sejam registradas por região, de forma a se consolidar uma imagem local de determinado bem imaterial. Trata-se de uma proposta polêmica - pois geralmente as cidades têm

buscado individualizar os tombamentos e registros para conseguirem maior visibilidade - mas ao mesmo tempo inovadora, merecendo atenção e reflexão sobre suas implicações.

A mesma entrevistada conclui sobre a importância dos bens materiais e principalmente dos imateriais do Serro, ressaltando que os últimos não são imutáveis ao longo do tempo, mas que sua essência permanece:

É justamente. Pela...a, a, a igreja, o, o material pela riqueza, que elas representam né? Do tempo que elas representam. Né? E... o imaterial, né? É... são os... fazeres, as tradições.... né? Que se permanecem através delas. Né? Igual a gente tá falano aí... sem... sem que elas sejam engessadas, porquê... elas sofreram mudanças, elas num são iguais. Né? Mais elas passam por um viés que é o mesmo. Né? O fazer do queijo.... é o mesmo fazer. Né? Apesar de ser transformada.... a forma num é a mesma... a mesa num é a mesma... já tem, né? Toda.... houve uma estrutura... o quarto de queijo já ta... Mas o fazer, né, o pingo como o povo fala é o mesmo. Hum. Pra dá o ponto do queijo, né? E a festa, a mesma coisa! Né? É lógico que a festa num é a mesma, as datas mudaram, mais.... tem um viés. Tem coisas que não se perdem, que são as mesmas, e ter esses rituais iguais... é o que mantém essa tradição! Né? Então.... aí é que tá a questão de serem patrimônios, né? Não estão engessadas, paradas no tempo. Né? Elas acompanharam, mas elas mantêm aquilo que é importante pra que você perceba que a festa é a mesma de meio século, atrás. Né? Então... por isso que eu acho que são...Patrimônios (Maria do Rosário).

Diamantina tem também grande número de bens tombados pelo IPHAN. O conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade foi tombado pouco mais de um mês após o do Serro, em 16 de maio de 1938, abrangendo uma área aproximada de 66 hectares. O perímetro de tombamento corresponde aproximadamente a 1.300 imóveis. São tombados diretamente 127 bens, conforme tabela a seguir.

Alguns bens tombados da cidade que possuem maior destaque são as seguintes edificações: Museu do Diamante, Casa de Chica da Silva, Fórum de Diamantina, Biblioteca Antônio Torres, Mercado de Diamantina, Casa do Muxarabi, Casa do Forro Pintado, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de São Francisco de Assis, Igreja de Nossa Senhora das Mercês, Igreja de Nossa Senhora do Amparo, Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, Igreja de Santana (distrito de Inhaí).

TABELA 13
Bens tombados pelo IPHAN em Diamantina

Localização	Número de bens tombados	Descrição
Beco da Tecla	02	Boutique Cyrillo – nº 05/16 e nº 20.
Beco das Beatas	04	Residências nº 34, 36, 42, 56
Beco das Gaivotas	02	Residências nº 21, 35
Beco do Amparo	01	Comércio nº 16
Praça Antônio Eulálio	01	Comércio nº 04
Praça Barão de Gracuí	01	Isabella Boutique/Unimed – nº 68
Praça Barão de Guaicuí	01	Residência e comércio – nº 77
Praça Corrêa Rabelo	04	Thiago Confeccões – nº 67/73, Adega 77 – nº 75/77, Telemig – nº 81, Casa Jove – nº 93
Praça Dom Joaquim	03	Residências nº 28, 48 e 112
Praça Cavahada Velha	01	Residência nº 237
Praça Dr. Prado	03	Residências nº 31,61/75 e n 129
Praça Monsenhor Neves	01	Comércio nº 49
Praça M. Neves	03	Residências nº 20 e 38 e pensão nº 30
Rua Coqueiros	01	Residência nº 103
Rua Campos Carvalho	01	Comércio nº 18
Rua da Quitanda	07	Comércios nº 04/08, 13, 23, 54, 83; Residências nº 61, 77
Rua das Mercês	04	Residências nº 107, 111, 125 194
Rua Direita	12	Residências nº 36, 44, 131, 156, 157, 170, 188, 194; Comércios nº 48/62, 68/70, 148, 157 A,
Rua Burgalhau	02	Residência nº 436, 304
Rua do Amparo	16	Residências nº 69, 105, 114, 146, 155, 162, 167, 171, 175, 187, 193, 197, 235, 239, 241; Comércio nº 118
Rua do Bonfim	05	Residência nº 88, 102, 116; Comércio nº 96, 140
Rua do Carmo	05	Comércio nº 91; Residências nº 112, 113, 122, 131
Rua do Contrato	04	Residências nº 45, 47, 59, 65
Rua do Rosário	01	Residência nº 72
Rua Espírito Santo	08	Residências nº 172, 201, 215, 225, 227, 242, 243, 247
Rua Gutemberg	02	Residências nº 26, 36
Rua Macau de Baixo	08	Comércios nº 52, 40, 172; Residência nº 52, 104, 214, 347, 413
Rua Macau de Cima	03	Residências nº 67, 115, 129
Rua Rio Grande	04	Comércio nº 56, 219; Residência nº 157, 165
Rua Silvério Lessa	10	Residências nº 142, 08, 53, 98, 114, 116, 117, 124, 125; Comércio nº 100
Rua Vieira Couto	01	Residência nº 246
Rua Zé de Lota	04	Residências nº 66, 78, 84; Comércio nº 100
Travessa Espírito Santo	02	Residências nº 96, 106

Fonte: Tabela elaborada pelo autor (2009)

Baseado, a partir da relação constante no site www.iphan.gov.br

Existe uma Superintendência Regional do IPHAN sediada em Diamantina, no Museu Casa de Chica da Silva. O papel do órgão é “assegurar que as obras realizadas nos prédios e estruturas dentro da área protegida estejam de acordo com os princípios e regras estabelecidos para este propósito.” A documentação, análise e acompanhamento das ações de restauração estão sob sua responsabilidade. O Instituto em si realiza ou coordena obras nos principais monumentos da cidade (UNESCO, 2002, p. 23).

A presença do IPHAN nas duas cidades é, portanto, muito significativa. Desde a constituição do antigo SPHAN, Diamantina e Serro podem ser consideradas prioridades na política patrimonial brasileira. Por esta presença marcante, a atuação do órgão, além de ter muitos elogios, sofre também muitas críticas, como veremos posteriormente.

2.2.3 Tombamentos estaduais

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) foi criado pela Lei Estadual 5.775, de 30 de setembro de 1971. O objetivo inicial estabelecido foi tombiar os bens arqueológicos, etnográficos, paisagísticos, bibliográficos e artísticos de interesse público do estado de Minas Gerais, tendo portanto ênfase no instituto do tombamento. Todavia, após duas reformulações, em 1985 e 1993, o órgão evoluiu para novas formas de atuação além do tradicional tombamento, instituindo o inventário, o registro, a vigilância, a conservação e a desapropriação de bens como diretrizes (BOTELHO, 2006, p. 476-77).

A atuação do órgão, historicamente destacada, sofre as restrições de um aparato estatal ainda centralizador em nível federal no que tange às políticas patrimoniais – a magnitude do IPHAN e por outro lado com as restrições de uma Constituição que outorga ao município, e não ao estado, grande poder nas políticas urbanas, incluindo no campo patrimonial. Assim, cabe mais ao órgão estadual estabelecer as políticas e normas de proteção ao patrimônio cultural pelos municípios, do que propriamente executá-las (BOTELHO, 2006, p. 477).

Isto explica porque, em nível estadual, o número de tombamentos não é grande. O IEPHA tem apenas 3 bens tombados em cada cidade. Na cidade de Diamantina, são tombados:

- 1) Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri, na categoria “Conjunto paisagístico - Século XIX”, que teve seu tombamento homologado em 11 de novembro de 1998.
- 2) Serra dos Cristais, na categoria “Bem natural”, que teve seu tombamento aprovado em 14 de dezembro de 2000.
- 3) Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha, tombado pela Constituição Estadual de 1989.

Em Serro, são tombados :

- 1) Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, no distrito de Milho Verde, na categoria “Bem imóvel – primeira metade do século XVIII”, tombada pelo Decreto 20.581, de 26 de maio de 1980.
- 2) Igreja Matriz de São Gonçalo, no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, na categoria “Bem imóvel – primeira metade do século XVIII”, tombada também pelo Decreto 20.581, de 26 de maio de 1980.

Além destes tombamentos, o órgão possui um Registro de bem imaterial no município, referente ao processo de fabricação artesanal do queijo do Serro.

No que se refere às políticas patrimoniais, o IEPHA tem atuado de forma conservadora e tradicional, “estimulando a ênfase nos tombamentos por parte dos municípios, realizando assim poucos avanços para práticas mais renovadas de construção da memória local” (BOTELHO, 2006, p. 486-87). Percebe-se, também em nível estadual, que prevalecem os tombamentos de bens materiais, os patrimônios edificados. Todavia, esta diferença não é tão acentuada como ocorre em nível nacional. No caso dos dois municípios estudados, encontram-se os já citados dois tombamentos de bens naturais e um registro de bem cultural imaterial.

Sobre este último, referente ao processo de fabricação do queijo do Serro, cabe uma análise mais aprofundada. A origem e importância do mesmo na região se deve à intensificação da atividade agropecuária, quando da decadência do ciclo do ouro. O queijo foi o produto que mais gerou divisas para a região, por sua quantidade e qualidade. Ressalta-se que a designação “Queijo do Serro” não refere-se somente à cidade, mas à região, abrangendo os municípios

cercanos de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas, Dom Joaquim, Sabinópolis, Materlândia, Serra Azul de Minas e Rio Vermelho.

No Serro, o queijo não é apenas um produto agro-industrial, mas uma tradição, herança cultural e motivo de orgulho regional. Como um patrimônio cultural é algo que confere identidade e personalidade própria a um povo, o Modo de Fazer do Queijo Artesanal do Serro se configura como patrimônio Imaterial ou Intangível. O seu registro no Livro dos Saberes reconhece, protege e estimula sua produção, além de proporcionar a sustentabilidade da economia local (IEPHA, 2008).

Fala-se aqui em registro, pois, segundo o IEPHA (2008):

O tombamento é inaplicável, ou melhor, inadequado à preservação dos bens e manifestações de caráter processual e dinâmico, chamados de imateriais. A esses bens não se aplicam ações e procedimentos de proteção tal como os adotados para os bens chamados materiais. Cabe aos bens imateriais, antes, identificar, documentar e produzir conhecimento sobre eles, de modo a subsidiar políticas de reconhecimento e apoio adequados às suas características.

Assim, os Registros ou Inventários vem sendo desenvolvidos pelos órgãos de patrimônio, por se constituírem instrumentos mais adequados ao levantamento, identificação e proteção dos bens culturais considerados imateriais. Para oficializar esta política, foi publicado em 04 de agosto de 2000 o Decreto Federal 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituirão Patrimônio Cultural Brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, visando à implantação de política específica de inventários, para valorizar este patrimônio.

Seguindo esta linha, o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto 42.505, de 15 de abril de 2002, instituiu as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível, que constituirão Patrimônio Cultural de Minas Gerais, e criou o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial, visando inventariar, referenciar e valorizar este tipo de patrimônio (IEPHA, 2008).

O registro do queijo do Serro pelo órgão estadual pode ser considerado uma boa notícia no campo das políticas patrimoniais estaduais, pois refletem o alvorecer de novas concepções de patrimônio e de preservação da cultura local, que transcendem as tradicionais.

2.2.4 Tombamentos municipais

Os municípios passaram a ter papel destacado no campo da proteção patrimonial somente a partir da década de 1970. Até esta data, existia uma grande predominância das ações do IPHAN. No “I Encontro dos Governadores Sobre a Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil”, que ocorreu em Brasília no ano de 1970, detectou-se a necessidade de “ação supletiva dos estados e dos municípios à atuação federal, no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional”. Esta tendência se intensifica a partir da Constituição de 1988, que delegou ao município muitas funções da área cultural antes exclusivas das esferas federais e estaduais. O Artigo 30, inciso IX da Carta Magna estabelece como competência dos municípios “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (BRASIL, CF/88, art. 30).

Na gestão local do patrimônio, “a atuação dos municípios inova na incorporação dos discursos identitários regionais e locais, mas permanece tendo o tombamento como prática fundamental” (BOTELHO, 2006, p. 474-75). Além disso, depara-se com o grande limitador de recursos da gestão local para a proteção dos patrimônios, dependendo fortemente de programas estaduais, federais e internacionais de incentivo à conservação.

Outro fator importante na inserção dos municípios nas políticas patrimoniais é o despertar dos mesmos, no contexto de globalização, para a importância cultural do patrimônio a ser protegido. A cultura e a tradição podem se constituir elementos importantes de inserção de cada cidade nos fluxos globais de pessoas (turistas) e capitais (Botelho, 2006, p. 476), o que apresenta-se como excelente alternativa de desenvolvimento sócio-econômico para as regiões.

A relação entre patrimônio, cultura e turismo se fortaleceu tanto, que reflete na estrutura administrativa responsável por estes setores nas prefeituras. Em Diamantina, existe a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio, que trata das três áreas, demonstrando nitidamente sua inter-relação para o poder local. No Serro, existe a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que denota também a integração destes setores na política local.

Em nível municipal, o Serro possui 13 bens tombados, e 3 em processo de tombamento, segundo a Prefeitura Municipal do Serro - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

- Capela de São Geraldo (distrito de Três Barras), tombada em 18 de fevereiro de 1999;
- Igreja de Santa Rita (Serro), tombada em 27 de abril de 1999;
- Rancho de Tropas (distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras), tombado em 31 de março de 2000;
- Prédio da Prefeitura Municipal (Serro), tombado em 07 de abril de 2003;
- Casa General Carneiro (IPHAN – Serro), tombado em 07 de abril de 2003;
- Prédio da Escola Estadual Ministro Edmundo Lins (Serro), tombado em 07 de abril de 2003;
- Cemitério Municipal e Capela São Miguel (Serro), tombado em 07 de abril de 2003;
- Chácara do Barão (Serro), tombado em 07 de abril de 2003;
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário (distrito de Milho Verde), tombada em 26 de novembro de 2003;
- Imagem de Nossa Senhora do Rosário (Igreja do Rosário – Serro), bem móvel, tombado em 23 de março de 2006;
- Capela de Santo Antônio (Pasto Padilha – Serro), bem tombado em 31 de agosto de 2007;
- Capela de Nossa Senhora do Rosário (distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras), tombada em 29 de novembro de 2007;
- Conjunto arquitetônico e paisagístico da Serra da Caroula (Distrito de Vila Deputado Augusto Clementino), tombado em 29 de novembro de 2007;
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Serro) – em processo de tombamento;
- Painel do Banco do Brasil (Serro) – em processo de tombamento;
- Imagens da extinta Igreja da Purificação (Serro) – em processo de tombamento.

Já Diamantina possui 7 bens tombados em nível municipal de acordo com a Prefeitura Municipal de Diamantina - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio.

- Capela de Santa Rita (distrito de Sopa);
- Cemitério dos Escravos (distrito de Mendanha);
- Imagem de Sant´ana Mestra (distrito de Mendanha);

- Asilo do Pão de Santo Antônio;
- Seminário Arquidiocesano;
- Clube Social da Praça de Esportes;
- Estação Ferroviária (distrito de Conselheiro Mata).

A data recente dos tombamentos nas duas cidades comprova que a inserção efetiva dos poderes públicos municipais nas políticas patrimoniais se deu apenas nos últimos anos, mas vem sendo fortemente ampliada, em termos quantitativos (número de bens protegidos) e qualitativos (natureza dos bens selecionados e representatividade dos mesmos para a população). A percepção clara é que existe uma evolução no âmbito das políticas públicas patrimoniais em nível municipal nos últimos anos.

2.2.5 As comunidades, os patrimônios e os tombamentos

Os entrevistados em Serro e Diamantina foram questionados sobre quais eram os patrimônios culturais da sua cidade. O objetivo da pergunta era aferir a compreensão dos mesmos sobre o termo e sua interrelação com a realidade local. Os bens mais citados, com o número de citações entre parênteses, foram: Igreja (10); Festa de Nossa Senhora do Rosário (7); Colégio (6); Festa do Divino Espírito Santo (5); Rios (4); Semana Santa (3); Cachoeiras (3); Casarões (3); Artesanato (2); Festa de São Geraldo (2); Festa de São Sebastião (2); Distritos (2); Museu (2); Festa de Santo Antônio (2); Queijo do Serro (2).

Além destes, foram citados apenas uma vez: Festa de Nossa Senhora dos Prazeres; Folia de Reis; Processo de garimpagem; Centro histórico; Pessoas da comunidade; Marujada; Chica da Silva; Juscelino Kubitschek; Francisco Sá; João Pinheiro; Raial Pinheiro; Doutor Edmundo Lins; Placas da igreja; Escadaria da igreja; Festa da Padroeira; Cemitério; Posto de Saúde; Festa de Santa Cruz; Deus; Telefone; Cavalgada; Festa Junina; Causos; Teatro; Danças; Mercado dos Tropeiros; Praça; Processo de fabricação de jóias e técnica de lapidação; Batalhão; Banda mirim; Conservatório de música; Caminho dos Escravos; Asilo; Festival de inverno; Retreta; Circuito de

corais; Música; Joalheria Pádua; Tropas/Tropeiros; Serras; Quitandas; Chácara do Barão; Rancho de Tropas; Congado.

Dentre os 59 (cinquenta e nove) itens que foram citados pelos entrevistados, 15 (quinze) – o que corresponde a 25,42% - são oficialmente reconhecidos como patrimônio, sendo efetivamente tombados/registrados pelos órgãos de patrimônio: Chácara do Barão (Serro), Rancho de Tropas (Serro); Cemitério (Diamantina e Serro); Asilo (Diamantina); Serra - Conjunto arquitetônico e paisagístico da Serra da Caroula (Serro) e Serra dos Cristais (Diamantina); Centro Histórico (Diamantina e Serro); Igrejas (Diamantina e Serro); Colégio (Diamantina e Serro); Caminho dos Escravos (Diamantina); Rio – Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha (Diamantina); Casarões (Diamantina e Serro); Mercado dos Tropeiros (Diamantina); Museu (Diamantina e Serro); Queijo do Serro (Serro).

Alguns itens citados não são tombados diretamente, mas são protegidos legalmente devido à sua localização junto a locais tombados: placas e escadaria da igreja (Serro), onde a igreja de Santa Rita é tombada; Praça (Diamantina e Serro), localizadas no perímetro dos centros históricos. Incorporados aos bens tombados, o percentual de bens protegidos supracitados sobe para 30, 51%.

Não são tombados ou registrados, por impossibilidade material, os seguintes patrimônios citados pela população (13,56% do total): pessoas da comunidade; personalidades históricas (diversas); Deus. Estes podem ser bens culturais para a comunidade, mas pela sua mortalidade, no caso das pessoas, não podem ser tombados ou registrados pelos órgãos de patrimônio.

Outros bens culturais foram citados de forma muito genérica, de forma que é impossível registrá-los ou tombá-los sem uma especificação mais detalhada: causos; teatro; danças; música; quitandas; artesanato; cachoeiras; distritos. Caso fosse fornecido dentro destes tópicos um item mais detalhado, poderia ser incluído como bem cultural passível de ser registrado ou tombado, o que todavia ainda não aconteceu no que se refere a estas categorias, que representam 13,56% do total de citações pelos entrevistados.

Outros bens culturais citados são passíveis de tombamento ou registro, mas ainda não são patrimônios oficiais: posto de saúde, telefone público; Batalhão; Conservatório de Música; Joalheria Pádua. Eles representam 8,47% do total. São plenamente justificáveis o enquadramento do conservatório como patrimônio regional, dada a riqueza musical de Diamantina, e da Joalheria Pádua, que existe há mais de 200 anos em Diamantina. Já a proteção dos outros bens citados

(telefone público, posto de saúde, batalhão) pode ser questionada a meu ver e no dos órgãos de patrimônio por não se constituírem bens culturais de primeira importância. Todavia, não se pode esquecer que como o patrimônio deve estar em consonância com os valores e significados da comunidade em primeira instância, há que se averiguar se este desejo pela proteção destes bens é realmente coletivo, e caso seja, iniciar-se o processo para seu tombamento.

Percebe-se uma distância entre o que a população considera patrimônio e aquilo que efetivamente já é tombado. Dentre as 20 (vinte) festas religiosas, saberes-fazer e manifestações culturais / folclóricas citadas pelos entrevistados – o que representa 33,9% do total -, nenhuma é ainda registrada (além do já citado queijo do Serro) seja pelos órgãos nacionais, estaduais ou municipais de patrimônio: Festa do Rosário; Festa do Divino; Semana Santa; Festa de São Geraldo; Festa de São Sebastião; Festa de Santo Antônio; Festa de Nossa Senhora dos Prazeres; Folia de Reis; Garimpagem; Marujada; Festa da Padroeira; Festa de Santa Cruz; Cavalgada; Festa Junina; Processo de fabricação e lapidação de jóias; Festival de Inverno; Retreta; Circuito de Corais; Banda Mirim e Congado.

A discrepância entre o que é apresentado pela população como patrimônio e aquilo que efetivamente acaba registrado ou tombado se revela de grande magnitude no caso de Diamantina e Serro, notadamente no caso dos bens imateriais, onde existe apenas um registro. De forma geral, apenas 30,51% dos bens considerados patrimônios pelas comunidades são de fato protegidos legalmente, o que revela que as políticas patrimoniais locais não estão em completa sintonia com as aspirações da população. Deve-se procurar rever as diretrizes das políticas patrimoniais na região, incorporando os bens materiais ainda não protegidos na relação de tombamentos, mas principalmente focando a valorização e preservação do patrimônio imaterial, extremamente valorizado pela população e pouco defendido pelo poder público.

Tratam-se de comunidades atuantes, que valorizam os patrimônios locais e se sentem parte integrante do conjunto tombado, contribuindo para sua preservação e manutenção, como se denota nas duas falas abaixo:

Então eu acho que isso é muito, muito importante, muito importante. E a gente procura fazê com que os filhos, com que os jovens continuem gostando disso né? (Josefina)

Porque eu cumpro a campanha... e a gente incentiva... e pede pra dá assim um apoio... então eu acho que isso vai, vai... se mantendo... Mantê a tradição. Que é, é uma coisa extremamente importante numa cidade! Cidade que num tem tradição, não funciona! (Josefina)

Existe, todavia, junto à população, uma ilusão quanto à abrangência dos tombamentos existentes. Devido ao fato de tratarem-se de cidades com grande número de bens tombados e que já vêm sendo alvo de proteção desde o início da política patrimonial brasileira em 1937, as pessoas em geral pensam que a localidade é integralmente protegida contra a descaracterização do seu patrimônio. Em Diamantina, onde o centro histórico é tombado pela UNESCO em uma área de 27, 5 hectares, e no Serro, onde o conjunto histórico é tombado pelo IPHAN em uma área de 17 hectares, esta percepção é muito mais forte, como revelam as falas a seguir:

Ah, eu acho qui o patrimônio é Diamantina intêra!... Aqui tudo é tombado... Acho eu acho que num tem mais nada pra, pra defini não né? (Antônio Pádua).

Acho que todos são tombados pelo patrimônio. A cidade é né? Tombada pelo patrimônio...(Maria das Dores).

O Serro é tombado num, num espaço muito maior que o centro histórico. O tombamento do Serro vai desde lá da, da, da chegada até a saída. (Risos) Ele tá tombado como um todo (Maria do Rosário).

Todas as igrejas são tombadas... A casa da Chica é tombada. Mais a cidade toda, o, os bens nossos todos já foram tombados (Placidina)

Até porque acho que tombô, bendizê a cidadi toda né? Eles pegaram bendizê, todos os pólos... interessante e já foi tombado (Placidina).

Percebe-se, nestas transcrições, e foi percebido ainda mais fortemente durante a realização das entrevistas, que o fenômeno da “ilusão do tombamento” é recorrente nas duas cidades. A idéia de que todos os bens culturais são tombados é completamente falsa, muito embora o número de bens protegidos seja extenso. Porém, tomando-se apenas os bens citados pela população como patrimônios culturais do município, percebemos que de um total de 59, apenas 15 são diretamente tombados ou registrados.

Notadamente no que se refere aos bens imateriais, essa questão é ainda mais interessante. Só há registro imaterial de 1 bem no Serro e nenhum em Diamantina, sendo que somente nas entrevistas foram citados outros 20 como passíveis de registro. Porém, ainda assim permanece a ilusão de que tudo é protegido. Dois entrevistados declararam que acreditam não haver proteção sobre os bens imateriais ou que as formas existentes são insuficientes:

Bom. Que eu saiba não. É tradição mesmo (Josefina). (Perguntada se há proteção legal sobre as manifestações culturais).

Olha eu vejo Diamantina com olhos de turista. Curiosamente eu tenho esse procedimento, porque eu adoro esse lugar aqui. Esse lugar é cheio de história, cheio de energia... é cativante... porém precisa de uma... de uma participação maior das autoridades aí no que diz respeito a essa questão de resgate e preservação da nossa cultura, da nossa verdadeira cultura (Belmiro).

Assim, a população em geral desconhece e não atenta para o perigo de descaracterização ou destruição dos bens que julga mais valiosos, devido à uma sensação irreal de super-proteção por parte dos órgãos patrimoniais. Este é um aspecto interessante a ser trabalhado e esclarecido junto às duas comunidades, pois sua continuidade ao longo do tempo pode trazer futuramente graves danos ao conjunto dos bens culturais locais.

2.3 A ação dos órgãos patrimoniais e a participação da comunidade

Diamantina e Serro, por serem cidades-patrimônio, são alvo de diversas intervenções por parte dos órgãos patrimoniais mundiais, nacionais, estaduais e obviamente municipais. Não obstante, a comunidade das duas cidades apresenta-se como atuante, configurando alto grau de participação nas políticas patrimoniais quando comparado a outras cidades. Segundo Neto citado por Martins (2003, p. 23) participação é o “grau de integração do indivíduo em um grupo, sociedade ou instituição, expresso na intensidade, categoria e natureza dos contatos que mantém com os demais”. A participação é um instrumento norteador das estratégias para resolução de assuntos de interesse público, é um fenômeno de ação coletiva que provoca integração social e diálogo entre a comunidade e o governo. Para efetivar a participação, os indivíduos precisam romper as barreiras da assimetria de poder e da assimetria de informações, de forma a ter acesso pleno e consciente às instâncias decisórias.

A participação é uma premissa para as políticas patrimoniais. Em Diamantina e Serro, a preponderância de atuação é do órgão federal – IPHAN. Isto não é exclusividade da região, visto que, de sua fundação até 2008, o IPHAN tombou 20 mil edifícios, 83 centros e conjuntos urbanos, cadastrou 12.517 sítios arqueológicos, mais de um milhão de objetos, 250 mil volumes bibliográficos, documentação arquivística e registros fotográficos e cinematográficos no Brasil.

Desde sua fundação, o foco da atuação preservacionista do órgão foi o patrimônio arquitetônico, especialmente o de origem portuguesa, do período colonial e de estilo

arquitetônico barroco (BOTELHO, 2006, p. 473). Desta forma, as cidades históricas mineiras receberam prioridade nas políticas do órgão, constituindo-se os primeiros objetos de proteção. Assim, o IPHAN sempre teve presença destacada nas cidades de Diamantina e Serro.

Positiva pelo fato de contribuir grandemente para a preservação patrimonial nas duas cidades, esta presença do IPHAN traz também certos incômodos. A comunidade entende que o órgão muitas vezes determina para si um papel de “dono da cidade” e “dono do patrimônio”, centralizando as decisões de tombamento e das modificações urbanas a serem efetuadas. Segundo Botelho (2006, p. 472), o SPHAN desenvolveu-se como componente de um aparato estatal centralizador, o que explica sua forma de atuação. Isto explica o fato de muitos cidadãos, tanto em Diamantina como no Serro, declararem-se não simpáticos ao órgão e a seu excessivo controle sobre o município e suas edificações. Percebe-se, ainda, não se tratar de uma gestão participativa, mas centralizada na tecnocracia da entidade. No detalhamento de processo de tombamento, a iniciativa popular aparece como uma possibilidade para o início do processo, mas sabe-se que na prática a grande maioria dos processos que são concluídos são iniciados e propostos pelo corpo técnico do órgão, sem grande envolvimento das populações locais.

Remete-se aí ao que Veloso (2006) chama de lutas simbólicas no campo do patrimônio cultural, que envolvem a produção, valorização e apropriação dos bens da sociedade. Um bem cultural não tem valor em si mesmo, um valor intrínseco. Isto é atribuído por sujeitos, em função de critérios e interesses historicamente condicionados. Assim, a definição do que é patrimônio em uma localidade é um processo complexo de definição de prioridades, onde se escolhem os bens de maior valor para serem protegidos. Todavia, para que estas escolhas se efetivem, é necessário que se perpassasse a luta simbólica, entre atores de visões e interesses divergentes. É isso o que se dá entre o IPHAN e a população de Diamantina e Serro, que muitas vezes não concordam quanto às práticas patrimoniais adotadas, ensejando um conflito latente entre as partes. Muito embora o IPHAN tenha atuação destacada na valorização e preservação do patrimônio regional, não é muito bem visto por setores da sociedade, que o enxergam como agente externo intromissor na dinâmica local. De acordo com Rodrigues (1996, p. 198), os tombamentos tem como pontos negativos principais para as comunidades a alteração do valor dos bens sem oferecer compensação aos proprietários e a apresentação de custos sociais altos, podendo levar ao esvaziamento do significado dos conjuntos urbanos e das redes sociais.

No que se refere às instâncias estadual e mundial dos órgãos de patrimônio, a situação apresenta-se de forma distinta. Tanto a UNESCO e o IEPHA auto-proclamam-se órgãos participativos e possuem baixa rejeição junto à população. No caso da UNESCO, atuante apenas em Diamantina, pode-se perceber que a participação da comunidade é uma exigência desde a elaboração do Dossiê de candidatura que foi apresentado à entidade. Assim, no início do processo de tombamento de Diamantina como Patrimônio Cultural Mundial os moradores já foram envolvidos, de forma a demonstrar ao órgão que o projeto de tombamento era uma aspiração de diversos setores da sociedade. De 1999 em diante, após o tombamento, a UNESCO efetua basicamente o monitoramento das condições em que se encontram os bens tombados de Diamantina, verificando seu grau de preservação e apoiando ações de valorização do patrimônio. Para que o patrimônio local continue preservado, nota-se que a participação da comunidade é fundamental e contínua, o que vem sendo acompanhado pela UNESCO. Por estas razões, pode-se concluir que a atuação da instituição vem se pautando por princípios participativos, ainda que sua atuação no cotidiano local seja relativamente discreta. Isto pode ser comprovado nestas duas falas de uma entrevistada, sobre a atuação da UNESCO na vida diamantinense, especialmente durante o decisivo momento de patrimonialização da cidade:

Na época foi. Inclusive eu era presidente de uma associação, da Finanst e o prefeito nos procurou sabi? É. Ele fez reunião, fez várias reunião com, com a sociedade. E mostrou os benefícios, sabe? Foi muito interessante. E teve participação sim. (Placidina).

Então veio o pessoal de fora, aquela confusão toda, ***. Mas sempre a gente participava! Eles convidaram a sociedade. Quem num vai, num participa é porque num interessa. Sabe? Porque tem muita gente que não interessa por nada também né? Mais eu toda reunião que chama, tô ino! Muito melho iscutá né? (Placidina).

No âmbito estadual, a presença do IEPHA no cotidiano de Serro e Diamantina é bastante restrita. Devido ao já citado “vazio” legal/institucional que concentra os poderes das políticas patrimoniais nos níveis federal e municipal, a atuação do Instituto nesta área é pouco significativa. Basta ver que, além de 2 bens naturais e um cultural imaterial (o queijo do Serro, também protegido em nível nacional), só há um bem cultural material de Diamantina (Conjunto do Biribiri) e 2 do Serro (Igrejas em Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras) tombados pelo órgão, sendo que os três não encontram-se na área urbana dos municípios, e sim em distritos/povoados próximos. Isto revela que o IEPHA vem atuando apenas nos vazios de atuação das outras esferas de poder, o que em si pode até ser considerado positivo, por incorporar atores e

localidades outrora excluídos da política principal. Todavia, pelas entrevistas, não é possível detectar se o Instituto pauta sua atuação pelo princípio da participação da comunidade, devido ao fato de estar pouco presente no cotidiano e na memória local.

Já em nível municipal, onde o número de bens tombados é bem mais significativo (13 em Serro, mais 3 em processo, e 7 em Diamantina), nota-se um caráter mais participativo de atuação, mas que também desperta polêmicas. Tanto por estarem mais próximos da população, como por sua vinculação aos Conselhos Municipais de Patrimônio (que são representativos de diversos segmentos), as políticas municipais de patrimônio apresentam-se como mais descentralizadas, atuando principalmente na preservação dos bens culturais “não-clássicos” mas que são representativos da história local e valorizados pela comunidade.

Percebe-se, nas duas cidades, uma semelhança nas categorias dos patrimônios tombados. Tanto em Diamantina como em Serro predominam os bens materiais – patrimônio edificado – demonstrando que a política nacional se reflete em âmbito local. Porém, no que tange aos bens tombados, percebe-se que aqueles protegidos em nível municipal são mais representativos da dinâmica local. Tratam-se de locais de baixo valor turístico ou cultural, mas que para a população constituem-se patrimônio, como cemitérios, asilos, imagens, escolas e clubes. Este é o lado positivo da descentralização das políticas patrimoniais nas últimas décadas, que permitiu maior representatividade dos bens definidos como patrimônio e maior identificação dos mesmos com as comunidades locais.

Todavia, a atuação das instâncias municipais de patrimônio não são unanimemente bem-aceitas. Uma entrevistada criticou severamente a atuação dos órgãos municipais de Diamantina:

Num tem não. Isso depende muito também.... Pra tê esse tipo de proteção depende muito de interesse...Municipal né? Que é uma coisa que a gente num vê acontecê aqui. Pode cê que mude... Com a mudança de políticos né? Pode cê que mude, mas até o momento.... Não tem muito interesse não. A valorização vem muito mais de fora. Muito mais! Os, os órgãos públicos municipais são bem... bem fracos (Josefina).

Opostamente, uma entrevistada do Serro considera que a atuação da prefeitura neste campo tem melhorado, devido ao maior volume de recursos existentes, o que se reflete no aumento do número de tombamentos municipais realizados. Acredito que, pela data recente destes tombamentos e pela evolução das políticas patrimoniais locais, esta fala encontra-se mais próxima do que ocorre na realidade, ou seja, diagnosticando uma evolução no âmbito regional:

É... agora tem alguns que têm tombamento, é...específico. O caso da, da Chácara do Barão tem tombamento.... municipal, específico. É.... a lá, o ginásio, né? A casa do Barão de Diamantina tem tombamento... específico. Algumas igrejas têm, outras não têm. A igreja do Rosário não tem, a Santa Rita tem tombamento municipal... Então, sabe? E algumas coisas que tão... E a gente tá nesse processo! Eu, eu sô do conselho né? Então agora a gente tem procurado tombá.... municipalmente, né, é.... essas coisas assim... né? Pela proteção e pela possibilidade que cê tem a partir disso aí de conseguir recursos... né? Então a gente tem feito esses tombamentos, também (Maria do Rosário).

A participação da população nas políticas patrimoniais de qualquer esfera de poder é tão importante que sua ausência ou ineficácia pode ter efeito desastroso na preservação dos patrimônios locais, como ilustram as citações a seguir, extraídas das entrevistas com moradores de Serro e Diamantina:

É. Mais aí que foi inda... os escravos que construiu né? Mais aí o....o moço que desmanchou ela, num conseguiu fazê ela... que gastô o dinheiro todo, num conseguiu fazê ela! Então o povo reuniu, fez aquela capelinha pra colocá Nossa Senhora! Que ela tava lá na igreja da Matriz! Que ela tava né? O outro moço falou que... e ela... num precisava dele tê dismanchado ela não!? Podia tê só... reformado ela né? Mais ele resolveu jugá ela no chão... podia tê... aproveitá...E acabou que tornou-se um nada, porque num fez nada! Acabô com tudo. Aí teve que construí aquela dali! Fez aquela... é até pequena, mais... em todos casos... (Maria das Mercês).

Esta fala, de uma moradora do distrito de Milho Verde, relata o fato passado de destruição de uma igreja que necessitava apenas de reformas, mas acabou sendo destruída por decisão de uma pessoa, e não da comunidade. Como efeitos negativos, além da perda do patrimônio, teve-se posteriormente que a nova capela construída fosse bem menor que a anterior. Esta destruição do patrimônio gera graves traumas na população local, pela perda de seu patrimônio, como revela outra fala da mesma entrevistada, abordando o episódio de roubo de imagens sacras na igreja local:

Uai... intigamente... tinha... uma dona aqui, que ela morreu... Que mudou pro Serro e morreu...*** ela tomava conta da igreja. E essa era a moça que trabalhava lá, ajudava na igreja tamém né? Aí ela mudou daí, passou pra outras pessoas, aí... arrasou a igreja né? Cê sabe que tem muitas pessoas que... destrói tudo né? Ah é... Deus toma conta, fica tomano conta, sabe daquelas coisa! Intigamente tinha até uns livro, agora eu num sei... Que já tem bem tempos que eu num mexo lá. Depois que roubaram as duas imagem então? Eu levei uns três mês pra intra na igreja! Eu olhava o lugar, onde tinha, é... o lugar dela.. chorava demais, porque ... já mexi lá né? Aí... eu levei uns três mês pra entrá lá. Aí agora as outras imagem que já tem já é a gente mesmo que vai trocano e pono no lugar... Mais... então...num dá certo não...Depois que... essa dona saiu, entregô pra outro, entregano pra outro...o outro num... Então tinha o livro né? A gente tinha o livro... contava quantas coroa....contava quantos castiçais... quantas imagens... quantas toalha... O tanto que tinha aqui era a procissão de Nossa Senhora dos Prazeres e a procissão de Passos! Então... quando cabava as procissão de Passos, acabava a festa da

Nossa Senhora dos Prazeres!? A gente ia lá... eu mais a Geni, ia lá, olhava quantos castiçais, quantas imagens, quantas coroa... quantas coisa. Olhava no livro e ia contano né? Intão nem sei pra ondê que esse livro foi!

(As pessoas ficaram muito tristes, com o sumiço dessas imagens?) Nossa senhora, num fala em tristeza não... Até hoje!...já deve tê uns seis anos! Num aparece mais não... Diz que ela tava em Paracatu, Que ia até pagá uma pessoa pra olhá se ela tava lá. Depois diz que tava em Belo Horizonte! Afinal, eu falei assim, se fô pra mim í lá... eu vô e se eu num pudé... eu pago a passagem, dô até uns quinhentos reais pra í... daqui em Belo Horizonte pra olhá. Mas aí... num foram que.... Cê sabe. As pessoa... como diz, onde tem os maiores serve os menores! Né? Os maiores já num liga... (Maria das Mercês). .

Percebe-se que os roubos marcaram profundamente, de forma negativa, a memória local. Mas a origem destes roubos, pode-se inferir pela fala, reside na ausência de mecanismos eficientes e institucionalizados de controle e proteção ao patrimônio, resultando em uma facilidade de seu roubo. A mesma moradora continua relatando outros episódios de depredação do patrimônio na localidade, neste caso das talhas em ouro na igreja e mesmo de furtos de objetos de valor de corpos enterrados no interior da mesma:

Uai menino.... tem (proteção) uai. Ali mesmo tinha né? Mais ês mexe assim mesmo! Até dentro da igreja lá... Que.. dizem... enterrava as pessoas lá na igreja né? Enterrava!... E... Diz que antigamente as coisa num tinha... ouro num tinha muito valor....né? Do jeito que a pessoa tivesse... se tivesse com brinco, com anel, com corrente, enterrava com aquilo tudo né? Enterrava!... enterrava os corpos é lá na igreja! Eles andaram...e... até abriro as tampa lá pra podê lavá, pra pudê tirá as coisas que.. Que tinha lá dentro! Teve gente aí que andô...(É mesmo? Tirô tudo?) Uai, deve tê tirado. Eu num sei... porque eu num enxerguei. Pra mim falá as coisa tem que vivenciá. Mais teve gente aí que abriu lá, as tampas, pra pudê lavá lá dentro... e tirá né? Eu num acho isso certo não. E aquela igreja lá tamém... era foliado, todos bordado de ouro né? Eles andaram até rapano ela lá? do lado de... da... do lá... tá raspado o lugar... os desenhos né? Que eles raspam pra.... pra tirá os ouro né? E demais... tinha... robaram pouco tempo.... pouco tempo o quê... deve tê uns seis anos! Umas seis imagens que robaram aí! Do patrimoin tamém né? (Maria das Mercês).

Estes não foram os únicos relatos de depredação e destruição do patrimônio no município do Serro, como comprovam as falas a seguir:

Nós tinha um colégio muito bom tamém, chamado colégio Nossa Senhora da Conceição... Foi pena que o prédio dele acabou, porque o prédio dele era bonito! ... Diamantina tem um passadiço, aqui tinham dois passadiços, era uma maravilha! Cê precisa de vê, lá embaixo...: Onde termina a praça de esporte, pra cima ali, perto do colégio era imenso, grande! Tinha um passadiço do lado de cá pro lado de lá e depois da parte do colégio *** no orfanato onde funciona ***. Então era uma maravilha! Foi pena eles terem deixado esse prédio acabá! Nunca vi, o povo num teve cabeça né?... acho que num pensô. E... dois passadiço, inda mais bonito que Diamantina! (Maria das Dores).

Nesta fala, é importante destacar a consciência da moradora quanto ao patrimônio perdido (dois passadiços que existiam no Serro), evidenciada por seu pesar na fala, e sua colocação quanto à “falta de cabeça” das pessoas da época, que não entenderam o valor daquele bem e permitiram que ele se perdesse (tendo em vista que hoje o Passadiço da Glória, que foi conservado, é um importante patrimônio e atrativo turístico de Diamantina).

Outros relatos de depredação do patrimônio foram ouvidos, desta vez em Diamantina. No primeiro caso, trata-se da destruição de um patrimônio material – Caminho dos Escravos, parte da Estrada Real. No segundo, de bens imateriais, como as danças folclóricas e artesanato, que necessitam ser resgatados:

E ês fizeram o capeta com ela viu? Porquê ês chegaram a furá ela, porquê diz que tinha tesouro lá, e tal.... Num foi só depredação do tempo não. É... (Sobre o Caminho dos Escravos) (Antônio Pádua).

Purquê, eu mais Soraia agora tamo tentando resgatar todas as nossas danças folclóricas. Tinha coisa bonita aqui, que acabô sabe? E.. eu acho que essa cultura tem que voltá! Mais aqui num tem muita coisa, mas nós tamo tentando buscá esse resgate. Os nossos rios, as, as nossas, o coco e... ouro... Tudo que já teve né? (Placidina).

No distrito diamantinense de Mendanha, a perda dos poucos patrimônios locais é ainda mais sentida pela comunidade, como denota a fala da moradora. A perda da ponte, dos sobrados e da igreja foi um duro golpe em uma localidade como esta, carente de atrativos turísticos e bens patrimoniais edificadas. Como consolo, restou o cemitério, um patrimônio tombado que ainda persiste em Mendanha:

Olha nós tínhamos uma ponte, só que ela caiu, o prefeito a transformou numa passarela, cê vai conhecer...Era um encanto...Mas aí havia três sobrados, acredita, tudo demolido, um era da minha irmã...Coisa antiga...O madeirão da construção perdeu, uma pena, mas não teve como não tive voz ativa nem condições financeiras...Tinha a igreja também, a igreja era linda. Foi demolida também...Foi demolida. Teve uma plenária, o bispo fez uma reunião conosco e disse: que que vocês acham: ela está pra cair, vamos demolir e levantar novamente? A maioria apoiou, e foi demolida. Pra fazer uma nova. E está feita, muito bonitinha mas não é aquela beleza, os altares não tem aquela arte, o pintor não é aquele pintor, sabe. Agora nós temos o cemitério, não sei se é patrimônio, onde era sepultado os escravos, mas está em desuso. A muralha que você precisa de ver, pena que você não dá para ir lá ver. Agora tem o novo, né, que enterra as pessoas (Dalva).

Os relatos não se resumem a destruição, roubo e depredação. A comunidade também sente e guarda registros de descaracterização patrimonial. A entrevistada lamenta na primeira fala a descaracterização que o Serro sofreu nas últimas décadas. Na fala seguinte, ela se mostra

satisfeita pelo fato de esta descaracterização não ter atingido ainda o nível de Diamantina, que segundo ela é bem mais alto:

Né? Esse centro que tá aqui a gente perdeu muito. Muitos casarões... né? O centro ali da matriz.... ainda tem algumas coisas né? (Teve muita transição?) Muita, muita, muita, muita.... A rua debaixo que tinha grandes casarões... onde tinha a Casa da Intendência.... que hoje é o hospital, *** são construções novas! (Maria do Rosário).

E com isso o Serro vai perdendo! Vai perdendo! Eu num sei se é perdê, ou se é ganhá.... quem sabe o futuro! (Risos) A gente vive com tranquilidade aqui, né? Porquê eu acho que, que como patrimônio material, Diamantina perdeu muito! Né? Acho que assim quando cê sai daquele centro ali cê vê, muito mais descaracterizado! Aqui cê tem muito mais harmonia...Ainda! Né? Então.... De alguma forma nós tamo ganhando. (Risos) (Maria do Rosário).

A consciência da necessidade de preservação e conservação dos patrimônios locais foi sentida de forma aguda durante as entrevistas, com denotam as falas a seguir. Os moradores clamam aos órgãos responsáveis por cuidados com seus patrimônios, devido ao valor que atribuem aos mesmos. Os pedidos são para a manutenção da integridade dos mesmos, bem como pela segurança, conservação, limpeza e cuidados em geral com os bens:

Pode dismanchá não. (...) Ah... não pode porque as coisas da... intiguidade, dos patrimoin! Né? (Maria das Mercês).

Tem essas igreja aí que tem que cê muito olhada... Tem essas *** aí que precisa de olhá.... muito também né? Tê uma pessoa que interessa por aí né? Num é? Precisava de tê! Nós tamo aqui, com esse cemitério aqui... Esse cemitério foi o povo que construiu ele aqui né? E eu é que... eu é que olhava ele! *** Mais olha cumé que tá? Eu num tô podeno! Porque num é eu que falo que vô pra lá! Num é eu que falo que tem gente lá né? Como eu mesmo... pagava, capinava pra zelá! Eu num dô conta! Agora num tô mexeno com isso mais não! Tá lá. Tô tentano é consegui Guilherme *** lá do Serro, Qui ele é muito meu amigo né? Vou pedi ele, se ele me dá uma ajuda eu vô mandá capiné ele. Agora eu só num vô não. Agora num vô mais não! Já tô de idade, já tô velha... e num é eu só que vô pra lá!? (Maria das Mercês).

Num é? É.. precisava de... de tê muito cuidado né? Num precisava de destruí não! Umas coisas assim num pode destruí não! Tem que conservá... (Maria das Mercês).

Estes relatos de abandono e descaso na proteção e conservação dos patrimônios locais denotam relativa insatisfação da população com a atuação dos órgãos patrimoniais, que não cumpriram nestes e em outros casos com sua atribuição básica de salvaguarda dos bens culturais. Porém, a ação dos mesmos nas duas cidades é também aprovada por parte da população. Mesmo vivendo sob rígidas regras de proteção, este segmento da comunidade entende que elas são

necessárias para a preservação do patrimônio local. As normas polêmicas citadas pelos entrevistados, como proibição de mudança da cor da fachada do imóvel e de realização de reformas no mesmo sem a autorização do órgão patrimonial, a rejeição ao asfaltamento das ruas, a proibição de lançamento de fogos de artifício nas festas locais e a limitação do tráfego de veículos pesados no centro histórico, são toleradas em nome do bem comum, que consiste na preservação do valioso patrimônio municipal:

É. Porque, por exemplo cê num pode, na, na... Foi proibido agora o mastro né? O mastro é ***, aquele negócio todo. Agora foi proibido aquele lá do mercado, por causa do mercado, por causa daquele casaril todo, qui é lindíssimo. Então... Os bombeiro agora... O patrimônio não permite, e os bombeiros também. Que já entrô corpo de bombeiro aqui. Eles não deixam. O pessoal tá mei revoltado! Ah porque a cultura é nossa e faz parte... Eu até concordo, cê tá intendo? A, a, nunca aconteceu nada. Mais de, de... num sei quantos anos. Essa festa tá aí, mais de cem anos aí, nunca aconteceu... Mais sei lá, hoje tá tudo mais fragilizado! Esses, esses *** que o pessoal faz, esses foguete deles... A genti tá veno tantas bagunças que tá aconteceno tamém! E se pegá fogo numa casa, pega no centro todo! Porquê é tudo colado. Cê viu as casas são todas geminadas. É toda geminada. Então num tem jeito. Se pegá fogo numa casa aqui, acabô Diamantina! Então eu acho, desse lado eu acho... Tá. É cultura? É. Mas se nós temo, é... preservar o bem maior, então vamo soltá o foguete lá na serra! (Placidina).

Inclusivi esses dias, pra mim mudá a cor da casa aqui eu tenho que perguntá se pode. Pra consertá o telhado, tudo cê tem que procurá o patrimônio lá. Agora, eu, eu arespeito e acho isso interessante. Porque se cada um começá nas, nas cidade histórica pintá a casa de verde limão, de azul piscina, de amarelo... Vai se descaracterizá tudo. Então se as cores, essas cores que nós temo aí na frente são cores padrões. O azul, o vermelho, é... vermelho né? E o marrom, e o caramelo, são as cores que...são as cores autorizadas. Então a gente num pode. Por exemplo é... essa jardineira que eu coloquei aí, tudo cê tem que tá perguntano se ocê tá podeno fazê. Tem gente que não gosta, mais eu acho que nós devemos dá satisfação sim. Porque tem gente que num tem miolo! Daqui a pouco pinta as casa como eu tô te falano aí. (Placidina).

É horrível mesmo, cheio de buraco e tal... Mais é o calçamento gente. Então... era pior. Porque era umas bola assim de... pé de moleque. Então... pôs esse aí. Agora tirá e pô asfalto? Vai descaracterizá a nossa cidade (Placidina).

Dentro cê pode até mexe, que eles num incomoda não. Assim mesmo, aqui nós, nós...qué trocá o telhado ****, não pode trocá não... Num podi pô ôtras telhas, a não cê francesa. Eu acho que tem que respeitá essas coisa. Né!? Porque se a gente tá construino... continuano construí não. Nós tamo continuano essa história né? Que a gente já, tem que dá continuidade a essa história, eu acho que tem que cê dentro, den das regras.Porquê, é... o que eu falo quando diz... num vamo discutí regra não. O mundo diz, se o sol nascê antes da lua, ou nascê os dois junto, o fuá que vai dá. Então... Vamo respeitá. Eu acho interessante, eu gosto, eu... (Placidina).

Eu acho que se ocê voltá, há sessenta anos atrás, o pessoal num tinha essa... num valorizava isso. Que hoje é, cê intendeu? Se deixasse por conta do povo, eles num... fazia. Então o patrimônio um, foi um freio! Pra num deixá... depredá nada, e mantê as coisa. E mesmo assim tem muita coisa que foi feita aí...Que ficô fei! Se num tivesse então... num teria conservado! (Antônio Pádua).

Sem dúvida! Diamantina hoje é um pólo internacional e é considerada patrimônio cultural da humanidade. Então existe sim uma... uma preocupação muito grande com esses patrimônios, a maioria deles já foram restaurados, outros estão sendo restaurados. Sem dúvida nenhuma o ... o ... cumé que fala gente? Sem dúvida nenhuma... o poder público! Tem se preocupado muito com isso! Eles têm até um... um procedimento que às vezes... a gente considera exagerado! Mas infelizmente é necessário. Porque quando você abre mão de uma coisa pra uma pessoa cê tem que abri pra outra! Aí eu acho que... por causa desse procedimento também a gente tá conseguindo mantê mais Diamantina... preservada. E eu acho que é válido esse trabalho que tem sido feito aí. E a conscientização da população também. Porque às vezes as pessoas realmente não querem participar disso e até... procuram prejudicar um pouco, mas é a minoria! A maioria das pessoas têm essa consciência... Diamantina tem melhorado muito no que diz respeito à atividade turística. E... isso aí a gente deve sim à preservação do patrimônio, que é feita pelo poder público! (Belmiro).

Teve até aquela reunião no mercado né? O prefeito fez a reunião no mercado, chamô todo mundo. Falô que ia tirá os carro do centro.... porquê tava abalano os casario, muita gente foi contra, muita gente foi a favor.... Mas acabô que ganhô o que tava a favor. Porque de fato era caminhões pesados...aquele trânsito... E o casario de Diamantina...Ele num vai resistí muito tempo, se ficá com isso balançano! Aqui já tem muita trinca, justamente de carro que passa.... Diamantina num foi preparada pra isso não (Placidina).

Aprovação em consenso à política patrimonial ocorre no que se refere ao Programa Monumenta, desenvolvido pelo Ministério da Cultura e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que visa a recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro em cidades históricas protegidas pelo IPHAN. Uma das principais ações do Programa é conceder financiamentos a empresas e moradores interessados em reformar seus imóveis históricos. Para tanto, aposta na gestão descentralizada do recurso, que é direcionado para o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. Este Programa é conhecido por parte dos entrevistados e valorizado como uma importante iniciativa governamental de apoio à população na preservação do patrimônio local:

É... O ano passado tiveram um negócio dum Monumenta aí, num sabi? Que tá ajudano o povo. Mas assim... se ocê tomá quarenta mil reais, cê vai pagá os quarenta mil reais, com juros barato, mais cê vai pagá! Então num é nada, de graça não, num sabe? Veio foi pra pudê ajudá, o povo! Porquê a manutenção dessas casa é muito cara! É... Na hora que cê entra na área de madeira, de carpintêro... aí... aí o bicho pega mesmo! Então o ano passado foi que eles instituíram esse, esse negócio do, do, do governo federal!? De dá uma ajuda ao povo, pra pudê mantê os patrimônios e esse processo de tombamento... tanto da Unesco né? Patrimônio mundial, como os tombamentos que já tiveram nacionais... estaduais... pra comunida...Tão, aqui desde que eu me entendo por gente, num sabe? Já tinha o patrimônio histórico...Artístico nacional! que num dexava ocê mexê, nem, nem depredá, nem fazê nada que num fosse do consentimento deles (Antônio Pádua).

Eu sei que eles ajudam quando a pessoa procura e tem condições de saldar aquela dívida provavelmente, aí eles confere o crédito e a pessoa faz isso. Agora o bem, é... o público,

como igrejas, casarões, da história, de órgão de... de prefeituras, de museus, essas coisas... aí sim, o IPHAN toma conta. Aí é patrimônio... faz bem feito! Eles procuram restaurar sempre, manter... né? Tudo muito bem cuidado (Belmiro).

E... agora o ano passado é que foi votado uma verba pro pessoal restaurá as casas. Oê vê a cidade toda arrumadinha aí, tal coisa. Era os próprios moradores é que fazia a manutenção! (Antônio Pádua).

E umas casas também né, Que tão conservano. Cê vê a minha mesmo, nós tão...o Monumenta né? Pra ficá conservado, a gente vai fazê assim tudo dentro.... daquilo que é pra conservá, pra ficá continuado né? (Maria das Dores).

Agora eu acredito com esse fundo dá pra mudá um pouco essa idéia, sabe como? Dá pras pessoas acreditarem mais... sabe? Essa questão do, da, da... do Monumenta também, com esses é, essas reformas de casas....Que é dinheiro, né, são empréstimos, com juros baixíssimos, sabe? Então eu acho que isso revitaliza e muda um pouco, sabe essa idéia de patrimônio como uma coisa... que só traz coisas ruins. Né? Que é a idéia de muitas pessoas. Ah! Patrimônio.... Só pra pará as coisas, pra num deixá progresso. Né? E nunca traz nada. Então eu acho que esse projeto Monumenta ele tá trazendo coisas. Então acredito que aí a gente.... Tem uma outra visão. E as pessoas vão acreditar mais nos tombamentos, ***, como, né? Pegá o dinheiro, porquê, na verdade a grande questão que eu sempre fiz do, do patrimônio era isso né? Criou-se uma lei estadual né? É a cidade tem um, um recurso por causa dos, dos tombamentos que faz, mas esse recurso num é direcionado! Ele entra na prefeitura como um todo.e aí cê sabe que a gente num consegue. Cultura... sempre difícil. Então a gente conseguiu agora com esse fundo que a gente..... vinte cinco por cento do que entra, vai cê gerido pelo Conselho. Então... a gente sabe que a gente vai podê ajudá mais. Né? E aí eu acho que muda um pouco a visão da, da comunidade quando ela vê que a coisa tá sendo feita. É, isso. Que quando cê melhora, cê melhora em torno, né? Dá condição de vida melhor pras pessoas. Então. Eu acho muito bom (Maria do Rosário).

Nesta última fala, a entrevistada menciona, além do Monumenta, outra importante ação governamental de incentivo á preservação patrimonial. Trata-se da Lei Estadual 12.040/1995 (conhecida como Lei Robin Hood) que estabeleceu novos critérios para o repasse da cota de ICMS do Estado de Minas Gerais aos municípios. Passaram a ser privilegiados não os maiores e mais desenvolvidos municípios, mas aqueles que comprovadamente passassem a investir em áreas consideradas como fundamentais pelo Governo, como meio ambiente, educação, saúde, produção de alimentos e patrimônio cultural.⁵ Para cada setor, é aferida uma pontuação por município, e a partir deste é definido o valor do repasse. No setor de patrimônio, esta verba é conhecido como ICMS Cultural. Em 2008, Diamantina recebeu R\$ 419.365,28 e o Serro R\$ 312.574,34, oriundos do ICMS Cultural. Não se tratam de somas vultuosas para cidades patrimônio como estas, mas que certamente são um grande auxílio a municípios pouco providos de recursos para investimento nesta área (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

⁵ O investimento em turismo também fará parte dos novos critérios de repasse, a serem implementados a partir de 2010.

Já algumas ações dos órgãos patrimoniais são polêmicas. O tombamento pela Prefeitura do Serro do Rancho de Tropas, localizado no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, é um caso típico. A representante do conselho patrimonial defende o tombamento, enquanto o morador da comunidade critica a forma como foi feito. Em comum, defendem que deve ser dado um uso para este bem, que está sem função atualmente.

Ah, eeu acho que não tem é nada. Porque eles... como patrimônio que eles falam é conservar as coisas, algumas coisas que tem no lugar. Mas em vez de ajudar o povo, tira a ajuda do povo, no sentido, porque eles num dão nada de cobertura. Por exemplo, tem ali do lado de lá ainda um lugar onde eles fala que era rancho de tropa. Mas “era” rancho de tropa. Os dono transformaro em, em quase um salão de comércio. Tem barcão, tem um, um... num é aquele rancho de tropa que dava pros tropeiro ranchar. E eles num deixam mexer, não deixam o proprietário melhorar a casa dele lá. Porque era pra aumentar a casa e eles num deixaram. Aí ficaram conservando como rancho de tropa fechado à toa ali na rua. Quer dizer que tá dando prejuízo pros proprietário, em vez de lucro. Fica dando prejuízo os proprietário. Porque o patrimônio num ajuda nada a ninguém aqui, uai. Nada, nada, nada. Num ajuda nada. Apenas fica, assim, regulando, né? Como fala, que é igreja, que é rancho de tropa, que esse trem tudo é tombado pelo patrimônio, mas eles num vem consertar, num vem pôr uma telha, por exemplo, na igreja se tiver choveno lá dentro da igreja. Isso ninguém vem ajudar não, só tirar. (riso) (Eles falam então que é tombado aqui a igreja de São Gonçalo, a matriz?) É. Esse rancho de tropa, calçamento. Esses trem assim eles num qué que muda nada, mas num melhora nada tamém, uai, pra ninguém (Geraldo).

E também porquê... Aqui o poder público nunca deu... nunca deu muita possibilidade, sabe? Agora eu acredito que vá mudá. Porquê a gente conseguiu... agora pelo Conselho, é.... se criar um fundo, para o Conselho gerir. Porquê aí a gente pode restaurá... né? O rancho. E dá a eles alguma coisa de retorno. Porquê num adianta cê simplesmente tombá lá e é propriedade privada. Né? São poucas as coisas que são tombadas de propriedade privada, mas lá é. Mas a gente tombou na época, porquê se a gente não tombasse aquilo tinha ido pro chão. Sabe? Então foi a única maneira que a gente teve de, resguardar aquilo ali. Sabe? Mais eu acredito sim, na hora que saí esse fundo, uma das coisas que eu queria... vamo.... arrumá aquilo lá e deixá o uso deles! Mais que a gente arrume com o dinheiro do estado. Acho que isso a gente deve fazê. Sabe? Mais, foi uma discussão assim... a princípio eles aceitavam, não aceitavam... Entendeu, assim, foi difícil! Então tem algumas coisas que são assim, tem outras que a própria, a própria comunidade procura, né? Pra, pra que seja feito o tombamento... Porquê sabe da questão do recurso.... né? (Maria do Rosário).

Entretanto, em muitas situações a população se opõe fortemente às ações dos órgãos de patrimônio. São críticas à forma de atuação ou mesmo à omissão dos órgãos patrimoniais, que emanam quando estes não atuam de forma participativa e eficiente no cumprimento de sua missão:

Ah não, não muda não porque é patrimônio eles não deixa mudar não. (A igreja local).
(..) É protegida, não deixa mudar não porque estes anos todos e nunca mudou ela, vai ver

que é o patrimônio que não deixa né? Agora ela tá precisando de reforma, tá estragando de velha né. (...) Tá trincando, tá trincando todas paredes né, tem o piso, o mofo, as paredes estão trincando tudo (...) (Rosa).

(E muitas vezes eles tomam decisões que são contrárias a que a população queria. Acontece isso?) Acontece. Por exemplo, se falou nisso, num sei se vai acontecer, da estrada real, falando ni asfalto. A maioria desses grandão num quer asfalto, diz que acaba com o lugar, eu nunca vi asfalto acabar com lugar. (riso) melhora o lugar, num é? (riso) então, né? (Quem mora aqui quer o asfalto, né?) É claro. A gente vai levar um doente daqui pra Diamantina, ocê demora duas hora pra chegar com o doente lá em Diamantina, já morreu, o tanto que ocê podia demorar em meia hora. (riso) (Geraldo).

(...) o patrimônio restringe muito essa questão de, de publicidade aqui dentro (Belmiro).

Por exemplo, tem um terreno aí que é considerado ser da igreja. Então fica sendo da mitra, do bispo, de Diamantina que abrange a região. Dizem, diretamente eles num falaram, mas dizem, assim, que o prefeito quis construir um posto de saúde, um prédio pra posto de saúde, num terreno que tá vazio, e que o bispo proibiu, porque é da mitra. E a mitra num vem aqui cair a igreja, tirar uma goteira da igreja, num vem fazer nada. Da ig... do bispo. Quer dominar o lugar sem fazer nada pra ajudar o lugar. (... a comunidade então não é ouvida, não tem uma reunião, assim, com vocês pra falar, assim, o que que vocês queriam proteger...) Mas quando tem uma reunião eles só falam. E quer ser superior e não concorda com os dizeres do povo. Assim quando é o caso do patrimônio, quando é o caso, por exemplo, assim, do meio ambiente, você quer plantar uma roça ali porque o povo vive disso, não pode plantar uma roça porque não pode cortar madeira pra poder plantar. Como é que você vai plantar uma roça no meio do mato? Esses trem de proibição, invés de ajuda...Vem pra proibir, e não pra ajudar. Se tivesse outra maneira de ajudar tudo bem, uai, mas não. (E o senhor acha que a comunidade aqui devia participar mais, né?)...É, uai. O povo vive aqui, então tem que viver do que tem. E eles num concorda. (E isso sempre foi assim?) É não, isso é urtivamente. (Ultimamente?) É. uns dez anos pra cá vem essas proibição severa (Geraldo).

Estas “proibições severas” dos órgãos de patrimônio incomodam a população porque não vem acompanhadas de medidas paleativas. Ou seja, proíbe-se o asfalto, mas também não se investe em um calçamento melhor. Proíbem-se obras na igreja para não descaracterizá-la, mas não se resolvem os problemas de mofo e trincas na parede. Restringe-se a publicidade, mas não são oferecidas compensações. Por mais que a fala do morador: “Vem pra proibir, e não pra ajudar” seja injusta com os órgãos patrimoniais, em certa medida é justificável a insatisfação com as medidas adotadas. Creio que há consenso em que a salvaguarda do patrimônio seja buscada incessantemente em nome do bem comum, mas também se faz mister que esta proteção não se converta em um fim em si mesmo, desvinculada da realidade e das necessidades da região, sob pena de tornar-se inócua ou até mesmo contra-producente para a dinâmica local.

Além disso, existe uma insatisfação latente quanto ao fato de os moradores do local não serem suficientemente considerados nos momentos de tomada das decisões que afetarão o

cotidiano da localidade em que vivem. O sentimento de restrição à participação popular nas decisões dos órgãos patrimoniais foi sentido durante as entrevistas:

Quem decide é o patrimônio né? Que deve decidir (...) tentando mandar a conta da igreja, chamar para reunir o pessoal e informar um parecer pro pessoal, né? Porque um sozinho não resolve nada, o trabalho é primeiro Deus, segundo Deus vem a comunidade, né? Tem que reunir. Até hoje nunca fizeram reunião com nós para decidir alguma coisa. Foi a cumadre velha que fez uma reunião pra poder arrumar (Rosa)

Não... a população num participa não. Quem escolhe mesmo é... são os órgãos públicos mesmo... Esse tipo de coisa a população num participa não. A população não é consultada pra isso não (Josefina).

Faz a reunião, faz a reunião, fala que vai fazê isso, vai fazê aquilo... vou dá isso, dá aquilo... Acaba que num dá nada!? Num vejo saí nada! (Maria das Mercês).

Não, não conversam porque a dona que toma conta é aquela dona que mora subindo o morro (...) Não, não, nunca chamaram não. Porque eles não moram aqui e eu não saio, também não tem como saber né? (Rosa).

Isso já vem definido, já vem definido desde tempo do patrimônio histórico artístico nacional, isso já veio definido de lá... Tais, e tais ruas, e tais não pode cê mexido. (Pois é, a população num foi consultada!?) Num foi não (Antônio Pádua).

Pra mim é o poder público né não? Eu fico achano que é, porque eu nunca ouvi falá que tivesse participação da gente pra resolvê isso! Deve cê o poder público né? (Nunca ouvi assim uma reunião pra decidír...) Não. (Se isso ia ser tombado ou se... ia virá uma outra coisa...) Não. (O que que... Investir recurso...) Não. (Não né? E no caso assim, quando a comunidade, é... resolve propor de tomar algum lugar, isso é aceito...) Não. Nunca teve isso (Maria das Dores).

Olha pra cê sincero eu acho que essa questão de quais bens vão ser tombados... a população não participa disso. Isso é o poder público! E... creio que seja o IPHAN. O órgão responsável por isso (Belmiro).

É... O centro todo foi tombado. Foi decisão deles lá... Com, com, com, com a ... Unesco ... (Placidina).

É é... mais é os de fora mesmo, que...o município, quer dizer, os serranos. Quer mandar no que é do lugar sem ajudar. O pior é isso, que é sem ajudar. (Os serranos que decidem?) É... pertence a Serro. Eles mesmos que decidem isso, sem ajudá. O pior que é sem ajuda (Geraldo).

Outros entrevistados afirmam que existe participação, porém limitada, da comunidade nas decisões sobre o patrimônio local e nas atividades cotidianas que envolvem sua preservação e valorização. A impressão passada é que a limitação da participação ocorre com mais intensidade no Serro que em Diamantina. Na primeira fala, infere-se que o próprio Conselho Municipal de Patrimônio do Serro limita esta participação comunitária, atuando de forma mais centralizadora. Nas demais, argumenta-se que a limitação da participação se dá pelo caráter pouco atuante do

cidadão serrano, que por questões culturais não se envolve na valorização do patrimônio local, como o fazem seus vizinhos diamantinenses:

É, o conselho de patrimônio geralmente, é... centraliza de alguma forma, mas... quando você tomba um, um bem, dependendo dele você tem que tê uma consulta á, á comunidade. Né? (Maria do Rosário).

A boierata teve umas vezes, mas o povo aqui do Serro é muito assim... Eu falo que esse povo reclama que não tem nada aqui, mas ninguém participa das coisa! Eu tenho que falá a verdade! É bom assim que todo mundo fosse, fosse como em Diamantina, né? O povo é que promove as coisa, é que faz, é que vão... Tanto é que tá peicisando quase acontecê isso também. Pra melhorá né?... É chato né? Fica assim... a pessoa perde o entusiasmo e vai deixano! E vai passano, e... e o Serro fica parado. Por isso tem que crescê mesmo né? (Maria das Dores).

Chama. (para participar da reunião). Nunca participei... Reunião de vez em quando tem... Reunião do sindicato (Odília).

Então o Serro ele teve um vazio muito grande assim.... num período muito, por causa disso aí. Sabe, isso.... reflete muito na questão cultural.... na história mesmo, na continuidade da história. A valorização do patrimônio... né? Que hoje a gente tem problemas.... As pessoas assim..... é, discute, ah patrimônio, já essa cidade num, num..... é.... num desenvolve..... por causa de patrimônio, e tal, mas é porquê.... elas num tem essa relação com a casa! A casa num é a casa de família, delas, muitas delas, né? Então pra eles tanto faz ficar, como.... mudar né? (Maria do Rosário).

Então isso não, não abriu a mente das pessoas.... sabe? Não abriu um leque maior de participação.... Então hoje a gente tem dificuldade de participação... tem dificuldade na política.... porquê as pessoas não têm essa prática!? Né? Purquê muitas cidades **** a ditadura, ela... né? Mais as cidades, muitas.... continuaram, depois. E aqui.... agora é que eu vejo agora, a sociedade se movimentando, se mobilizando, participando mais... entendeu? Então é, é uma.... uma, uma coisa assim, que..... acho que agora eu vejo a coisa mudando mais. Sabe? Acho que principalmente com essa questão do jovem tê possibilidade de fazê uma universidade aqui.... que a gente vê muito que num é a elite que tá lá, que é a periferia.... Sabe? É muito interessante isso. A elite aqui ainda é muito rural... muito, ainda.... ainda tá naquela coisa de tá recebendo.....É..... a herança. Então ainda num tá muito preocupada! Né? (Maria do Rosário).

A igreja de Milho Verde mesmo, aquela, uma igreja pequena que tem, igreja do Rosário né? Porquê ela é uma igreja relativamente nova. Ela é... feita em mil novecentos. Só que.... o, a, tinha uma igreja grande no lugar, a igreja tava ruim, eles demoliram, e com o que sobrô fizeram uma igreja pequena, não no mesmo lugar, mas no mesmo lado. Né? Enfim, é um cartão postal, muito bonitinha, né? Então a própria comunidade... mas só que ela num tinha amparo! Nenhum. Até mesmo, ah... vamo restaurá! Aí quando foi vê não, essa num pode mexê aqui. Né? Então aí procura sabe, a comunidade procura querendo..... Então tem essas situações, tem alguns que não querem, tem outros que já procuram (Maria do Rosário).

Já para alguns moradores os mecanismos de participação existem e são eficientes nas duas cidades, muito devido ao perfil atuante das comunidades, que reivindicam e conseguem seu espaço nas políticas públicas patrimoniais. Isto é visto como uma qualidade dos habitantes locais:

O próprio dono da casa, num espera o patrimônio, pra consertá, pra pintá, pra fazê isso... Num fica dependeno de dinheiro de patrimônio não. Todo mundo qué ficá, com a casa bonitinha! Em Ouro Preto dizem que eles ficam dependeno do patrimônio. E diz que as casa tão caino aos pedaço (Placidina).

Agora... quando a gente fala da população, eu acho que existe essa preocupação de preservação... por exemplo nas fachada das casas, que é uma ativi.... Que é uma iniciativa privada. Porque existe sim, a facilidade do poder público no sentido de cedê empréstimos pra que essa preservação seja feita, a restauração. Mais desde que o o ... proprietário procure esse órgão, que consiga a verba dentro de uma exigência (Belmiro).

Existe (participação). Inclusive esta centenária foi uma que gritou que não concordaria ...só você vendo ... que demolisse... A comunidade quando quer uma coisa o vigário reúne pra saber a nossa opinião. Ninguém resolve nada....sozinho não pode, né?...A prefeitura também ajuda, reúne...Nós tamo construindo um salão paroquial, mas não é da igreja, é para todos. Precisa de uma reunião, é lá. Então o padre pede todo mundo ajuda de um cimento, pede, comunica com todos, fala o que que vai fazer, faz uma reunião, os oficiais... de preferência aquilo que cada um tem pra dar. Então tudo isso ele fala. Quer dizer que tá uma participação, não tá? (No caso dos sobrados demolidos) não teve (participação) não... Cada um fez por conta própria. Vendeu. Você que é dono, vou comprar, te dou x (Dalva).

Gente, eu tô aqui, tenho uma missão, tem ***. Eu tenho que deixá um legado pros meus filhos, pra quem vié depois. Então, assim, eu... vibro muito. Então é por isso que eu tô sempre buscando... às vezes aquilo que eu já, que eu já, que eu adquiri dos meus pais.... (Placidina).

No que tange à participação da comunidade, existem, portanto, versões distintas. Entrevistados dizem que os mecanismos de participação são insuficientes, e a população não tem suas opiniões respeitadas e não é sequer ouvida. Já alguns dizem que há canais de participação que possibilitam a interferência dos habitantes nas decisões a serem tomadas. O comum entre os entrevistados é que todos concordam com a importância de a população local ser ouvida no que diz respeito às ações no campo patrimonial.

Este conflito aqui relatado vem sendo minorado pelo aumento das possibilidades de participação da população na política patrimonial e pela incorporação dos bens imateriais na patrimonialização, mas ainda encontra-se distante de uma situação de completa harmonia entre as partes. Como afirma Camargo (2002, p. 92, 93), “talvez fosse mais produtor se os processos de escolha fossem discutidos e negociados, com uma participação mais ampla e significativa de diversas comunidades, criando oportunidades para que o patrimônio fosse um meio de expressão de todos os segmentos sociais.”

Um bem legitimamente tombado é aquele que representa as idéias e sentimentos de uma população, e a partir daí se torna para ela um bem patrimonial, sendo assim valorizado e ensejando o seu reconhecimento pelas esferas oficiais. A participação é, assim, o ponto

fundamental para o êxito das novas políticas patrimoniais a serem realizadas nestes municípios - sejam elas em nível mundial, nacional, estadual ou municipal - pois garantirá a valorização dos elementos representativos da cultura local. Esta discussão deve se dar internamente em cada cidade, de forma que se mantenha aquilo que já é protegido e urja-se em valorizar e proteger os bens culturais excluídos das políticas oficiais, mas que se constituem verdadeiro patrimônio para as comunidades, que por sua vez devem ser efetivamente incorporadas nos processos de formulação e implementação das políticas patrimoniais.

2.4 O Processo de construção social do patrimônio

As políticas de preservação dos patrimônios, como relatado anteriormente, trazem intrinsecamente conflitos, distâncias sociais e clivagens ideológicas, pois as representações e apropriações dos bens culturais são plurais e por vezes antagônicas (TAMASO, 2007, p. 4). Desta forma, a efetiva participação comunitária, mais que desejável, é necessária na definição das políticas patrimoniais. É fundamental auferir o grau de “recepção social” dos bens tombados (Arantes *apud* Tamaso, 2007, p. 7), ou seja, sua apropriação por parte da comunidade, de forma a evitar a emergência de conflitos ensejados pela patrimonialização. É da própria comunidade que deve surgir a decisão do que deve ser preservado entre seus produtos culturais (Martins, 2003, p. 53), para que assim haja sustentabilidade desta preservação.

Segundo Bourdieu (1992), “os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais (...) por aqueles que detém o código que permite decifrá-los. Em outros termos, a apropriação destes bens supõe a posse prévia dos instrumentos de apropriação”. Sobre a questão, Prats (2004, p. 29) afirma que a “eficácia simbólica depende de fatores como a contextualização dos símbolos em práticas e discursos e o nível de consenso que os referentes e significados possuem”. Assim, as pessoas só podem se apropriar de um bem cujo significado conheçam e valorizem.

Os significados atribuídos aos patrimônios são reclamados numa situação de crise e marcam o interesse de uma afirmação identitária, enquanto visa a manutenção do poder interno para referenciar e manipular suas identidades. Esse interesse é defendido pelos membros de uma “comunidade de memória”, que têm como principal objetivo manter, por razões práticas e

simbólicas, a diferença no tempo. Esta diferença é construída ao longo de um processo histórico interativo com o Outro, e evocado pela memória (LIMA FILHO *apud* POLETTTO, 2000, p. 14-15).

Uma constante idealização do passado é observada na criação e reforço de emblemas que afirmam o *habitus* local, na medida em que esse é o “sistema de esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e as ações características de uma cultura” (BOURDIEU, *apud* POLETTTO, 2000, p. 15).

Assim, denota-se a complexidade do processo de apropriação de bens culturais e a existência de um “jogo de interesses” nos processos de escolha daqueles a serem tombados. Isto se adequa ao afirmado por Pollak (1992, p. 204), de que a memória constitui um objeto de disputa importante, organizada em função das preocupações pessoais e políticas do momento, mostrando que “a memória é um fenômeno construído”.

Rosa (2003, p. 108) afirma que todo patrimônio é uma construção social. Assim, a escolha dos elementos mais representativos de uma cultura, em detrimento de outros, passa por um processo social de seleção. Para a autora, “politicamente o patrimônio pode ser manipulado para reforçar ou inclusive criar uma identidade cultural concreta, afim a uma postura ideológica concreta”. Figueiredo (2005, p. 47) afirma que a seleção dos elementos a serem valorizados passa por filtros políticos e ideológicos. Assim, os elementos podem vir a perder seu significado pela representatividade que têm junto à comunidade ou pela sua importância histórica. Pollak (1992, p. 9) discorre sobre o trabalho de enquadramento da memória, afirmando que ele deve obedecer a certas exigências de justificação, não podendo ser construído arbitrariamente por se alimentar do material fornecido pela história.

Para Camargo (2002, p. 96), o “Patrimônio cultural em qualquer sociedade é sempre produto de uma escolha e, portanto, tem um caráter arbitrário. O mesmo deriva da seleção de alguns elementos, enquanto outros seriam passíveis de esquecimento e destruição”. Para ele, o patrimônio cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos, que precisam ser desconstruídos e interpretados para aprendermos seu significado. Esta desconstrução e interpretação, no processo anterior à patrimonialização, é que ocorre de forma arbitrária e tendenciosa.

Prats (2004), explica de forma consistente a questão da construção social do patrimônio:

Que el patrimonio sea una construcción social quiere decir, en primer lugar, que no existe en la naturaleza, que no es algo dado, ni siquiera un fenómeno social universal, ya que no se produce en todas las sociedades humanas ni en todos los períodos históricos; también significa, correlativamente, que es un artificio, ideado por alguien, (o en el decurso de algún proceso colectivo), en algún lugar y momento, para unos determinados fines, e implica, finalmente, que es o puede ser históricamente cambiante, de acuerdo con nuevos criterios o intereses que determinen nuevos fines en nuevas circunstancias (PRATS, 2004, P. 19-20).

Um exemplo prático deste processo de construção social historicamente modificável descrito por Prats é dado por Lewgoy (1992), em seu estudo sobre o tombamento de bens na cidade de Antônio Prado (RS). O pesquisador detectou interesses divergentes no processo, realizado de forma autoritária segundo ele. Sob a justificativa de que o tombamento de 48 casas de madeira seria benéfico para a cidade, pois fomentaria o turismo no município, bens desprezados pela maioria da população se converteram em seus símbolos após o tombamento. Fez-se necessário um trabalho posterior de legitimação social destes tombamentos, por meio da tentativa de convencimento da população quanto à importância dos mesmos para a cidade. Trata-se de um caso clássico de inversão da ordem natural do processo de patrimonialização, onde grupos que se encontravam no poder definiram qual deveria ser a identidade da localidade, impondo significados patrimoniais, decisão tomada sem amparo nos sentimentos da população, o que ocasionou sérios debates quanto à legitimidade das políticas patrimoniais adotadas.

Deve ser compreendido o fato de que o reconhecimento de um bem enquanto cultural por determinada comunidade não implica automaticamente seu reconhecimento enquanto bem patrimonial. O bem tombado pode representar apenas os discursos e valores oficiais e institucionais, sem ser apropriado pelos moradores do local. Além disso, a escolha dos bens tombados implica a negação do valor patrimonial de outros, o que pode ser considerado um instrumento de espoliação (TAMASO, 2007, p. 8).

Por mais que seja inventado um bem patrimonial, para sua legitimação junto à população certamente o mesmo deverá passar pelo processo de construção social, ainda que na ordem anti-natural do processo. A citação de Prats (2004, p. 21) é esclarecedora sobre o assunto:

Invención y construcción social no me parecen pues procesos antagónicos, sino más bien fases complementarias de un mismo proceso. En este sentido, para mí, la invención se refiere sobre todo a procesos personales y conscientes de manipulación, mientras que la construcción social se asocia principalmente con procesos inconscientes e impersonales de legitimación (lo cual no tiene por qué darse necesariamente en una secuencia lineal). En cualquier caso, la invención, para arraigarse y perpetuarse, necesitará “convertirse” en construcción social, es decir, alcanzar un mínimo nivel de consenso.

Este consenso, para ser alcançado, tem como premissa que os cidadãos participam das políticas patrimoniais locais. É preciso remeter-se, então, ao conceito de cidadania. Toro citado pelo Ministério do Turismo (2006, p. 15) aponta que “a cidadania constitui um processo por meio do qual uma sociedade consegue entender e formular seus desafios e tarefas. E, além disso, ser capaz de potencializar ações comuns e cotidianas e traduzi-las em um processo de mobilização social”. Cidadão é, portanto, o homem participante (MARTINS, 2003, p.14). Para Botelho (2007, p. 29) a participação deve ser encorajada como um caminho da comunidade alcançar o pleno exercício da cidadania.

Todavia, a prática cotidiana mostra que o instrumento mais utilizado pelo poder político é o exercício do poder nomear e fazer existir pela virtude da nomeação. A nomeação oficial é o ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ele é operado por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima (BOURDIEU, 1989, *apud* BOTELHO, 2007, p. 484). As políticas patrimoniais podem ser entendidas como sistemas simbólicos.

O poder público tem se apropriado dos bens culturais locais, entendendo-se apropriação como atitude de poder e controle sobre o objeto, além de identificação e construção de identidade. As justificativas para a apropriação dos bens culturais são o resgate e a preservação, pois, ao colocá-los como algo em extinção e que carece de cuidado, justifica-se o exercício da autoridade do poder público, na medida em que a ele foi designado o papel de guardião dos bens culturais (SOUZA, 2005, p.49).

A este respeito afirma Prats (2004, p. 9), “sin poder, no existe patrimonio. (...) cualquier empresa de carácter patrimonial en ningún caso puede prescindir de un apoyo político”. Para o autor, a variável política é fundamental nos processos de ativações patrimoniais, o que reforça o poder do estado neste campo: “ La correlación entre intereses, valores y situaciones históricas cambiantes, creo que perminten entender estas activaciones patrimoniales como estrategias políticas. (...) la decisión de promover una activación patrimonial (...) es siempre una decisión política” (PRATS, 2004, p. 32).

Este exercício do poder pelo estado, no que tange às políticas patrimoniais, gera graves contradições nas mesmas, na medida em que limitam o exercício da cidadania neste campo onde a mesma faz-se tão necessária. Esta forma de atuação desconsidera que não existe apenas um patrimônio, mas patrimônios, cada um dos quais referenciados em memórias específicas ou locais

cujo valor tem que ser auferido por critérios múltiplos. Os excluídos precisam ser considerados. Caso contrário, a política patrimonial se tornará contraditória em si mesma, por pretender defender bens culturais de uma sociedade que ela não representa.

Percebe-se, todavia, que, ainda que lentamente, o entendimento da preservação como um ato de interesse de todos os segmentos sociais vem se ampliando. Neste sentido, é fundamental que sejam incluídos nas estratégias de preservação bens representativos da cultura de todos os segmentos da sociedade (RODRIGUES, 1996, p. 198).

Os tombamentos realizados para os municípios de Diamantina e Serro pela UNESCO, IPHAN, IEPHA e Prefeituras podem ser vistos como grandes avanços, extremamente benéficos e que vem incorporando cada vez mais a sociedade nas decisões. O que se requer é sua continuidade, trazendo evolução e aprimoramento. O tombamento é visto como cerceador, mas é viável que novas políticas busquem um tombamento maleável e adaptável às novas exigências, que tenha como pressuposto a dinâmica natural das cidades. Além disso, deve estar articulado dentro de uma política urbana clara, com fóruns de decisão democráticos e representativos de multiplicidade de interesses (DIÊGOLI, 1990, p. 208-09).

Outro desafio existente é que nas cidades de médio e pequeno porte (especialmente essas) a presença de bens patrimoniais para os moradores pode simbolizar a “estagnação” e o impedimento para o “progresso”, como visto em algumas entrevistas realizadas. Nas metrópoles, a destruição e a desfiguração estão simplesmente ligadas à especulação imobiliária e é justamente este “dinamismo” das metrópoles – a verticalização ou os efeitos estéticos obtidos pelas grandes edificações, como os painéis de vidro espelhado, por exemplo – que é tomado como paradigma de progresso pelos centros menores, arruinando sua originalidade por descaracterização.

Ao contrário do que se pode imaginar, os moradores locais, embora possuindo afetividade por elementos do patrimônio constituído ou potencialmente a constituir, não têm geralmente condições para distinguir sua importância enquanto tal. Os objetos estão incorporados ao seu cotidiano. É preciso afastamento e estudo para superar tal desafio, compreendendo que aquilo que as pessoas têm diante de si apresenta diferenças que não podem ser conhecidas intuitivamente. Portanto, são os habitantes da localidade e do entorno imediato os primeiros a ser sensibilizados, com apoio na afetividade, para valorizar o patrimônio. São as comunidades e grupos locais que irão garantir sua preservação, formalmente por intermédio das escolas ou informalmente por intermédio do lazer (CAMARGO, 2002, p. 98). Este processo de

sensibilização encontra-se bem adiantado nas duas cidades, conforme verificado na pesquisa, mas ainda é necessário ampliá-lo e fortalecê-lo junto á população.

Por estas razões, o processo de construção social do patrimônio deve transcorrer desde o início incorporando as mais diversas camadas da sociedade. Somente com a valorização, desejo de preservação e conseqüente apropriação dos bens culturais pela população local, será possível implementar práticas patrimoniais que se sustentem ao longo do tempo. Caso contrário, o risco é grande de incorrer-se no grave erro de serem patrimonializados bens não representativos para a cultura regional, o que inevitavelmente resulta em retrabalho da política patrimonial para sensibilizar a população ou no insucesso completo das medidas empreendidas.

3 TURISMO EM DIAMANTINA E SERRO

3.1 Conceitos e importância da atividade

A importância do turismo para a humanidade não é recente. Desde o início das civilizações, homens solitários ou em grupos realizavam viagens por motivações diversas como comércio, religiosidade, saúde, busca de riquezas, conquista de povos, eventos, cultura, dentre outros. Constituíam-se viagens esporádicas, realizadas por grupos específicos, mas fundamentais enquanto embriões da área. Com o passar dos séculos, foi crescendo o interesse das pessoas por viagens, e, à medida que as condições se tornavam favoráveis para tal, o turismo ia se engrandecendo em todo o mundo. Em Lickorish & Jenkins (2000), verifica-se que o Lorde inglês Shaftesbury realiza, já no século XVIII, a seguinte apologia ao turismo:

Sobre conhecimento de mundo, eu me refiro àquele que resulta da observação dos homens e das coisas a partir das relações com os hábitos e usos de outras nações; de *insights* em suas políticas, governos, religião; em suma, do estudo e contemplação dos homens, como eles se apresentam no maior palco do mundo em diversas formas e sob diferentes aspectos. Esta é a maior ciência que um cavalheiro deve compreender e da qual nossas escolas e faculdades nunca ouviram falar (LICKORISH e JENKINS: 2000, p.24)

Etimologicamente, a palavra turismo deriva do latim *tornus*, substantivo que significa a ação de movimento e retorno, e que dá origem a *tornare*, girar. Desse modo as raízes *tour* e *turn* tem precedência latina e significariam aproximadamente “viagem circular”, ou seja, há ida e volta, o retorno é essencial nesse sentido. No século XII, aparece no francês a palavra *tour*, com o significado de “circuito, movimento circular”; encontra-se registro, em inglês, em 1643, do vocábulo *tour*, de onde se derivou *tourist* (1800) e *tourism* (1811) (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 21).

Outros estudos indicam que a origem da palavra é hebraica, estando presente já na Bíblia, quando Moisés envia à terra de Canaã um grupo de espias para visitar e recolher informações do lugar. A palavra *tur* em hebraico significa “viagem de vanguarda, reconhecimento ou exploração” (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 21).

Existem três tendências, segundo Beni (2001), para a definição de turismo: a econômica, a técnica e a holística. Cada uma enfoca determinado aspecto para a definição do termo. As definições econômicas só reconhecem as implicações econômicas ou empresariais do turismo. O primeiro a fazer uma definição desta natureza foi Herman von Schullern, que definiu o turismo como “A soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região.” Já o Departamento Australiano de Turismo e Recreação determinou o seguinte conceito: “Turismo é uma importante indústria nacionalmente identificável. Compreende um amplo corte transversal de atividades componentes, incluindo a provisão de transporte, alojamento, recreação, alimentação e serviços afins”. As definições técnicas se limitam à distinção dos termos turista e excursionista. O excursionista é aquele que permanece menos de 24 horas e não efetua pernoite no núcleo receptor. Já o turista é aquele que permanece mais de 24 horas e/ou pernoita no núcleo receptor. Os adeptos desta tendência estendem esta definição, por dedução, ao turismo em geral. Por último, existem as definições holísticas, que procuram abranger a essência total do assunto, permitindo abordagens multidisciplinares e pluridisciplinares no estudo do turismo. É o caso do conceito de Jafar Jafari, que enxerga o turismo como “o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora”. Esta corrente incorpora ao estudo do turismo teorias e conceitos de campos afins, como antropologia, sociologia, economia, geografia, ciência política, ecologia, estudos urbanísticos, marketing, direito, administração e psicologia (BENI, 2001, p. 34-36).

Focando em outra tendência, a social, De La Torre citado por Marques (2002) faz a seguinte definição de turismo:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, *apud* MARQUES, 2002, p. 14) .

Já o Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, citado por Marques (2002) em sua definição, enfatiza o campo econômico:

Turismo é uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações (compra e venda de bens e serviços turísticos) efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerada pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área em que tem residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local em que visita (EMBRATUR, *apud* MARQUES, 2002, p. 14).

Para Dias e Aguiar (2002, p. 21), turismo “é a busca de viajar para conhecer um país ou uma região e a organização dos meios que permitem e facilitam essas viagens para a recreação, passeio, conhecimento e diversão.” Segundo Herman Von Schullard citado por Dias e Aguiar, (2002, p. 23), turismo é “a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”.

Arthur Bormann citado por Dias e Aguiar (2002, p. 23) define o termo como “o conjunto de viagens cujo objetivo é o prazer, motivos comerciais, ou profissionais ou outros análogos e durante os quais a ausência da residência habitual é temporária. Não é turismo viagens realizadas para deslocar-se para o local de trabalho”.

Unziker e Krapf citado por Dias e Aguiar (2002, p. 23) afirmam que turismo é o “conjunto das relações e fenômenos originados pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocamentos e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal”, seja permanente ou temporária.

Para Moesch citado por Montoro (2003, p. 9), turismo é:

Uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sócio-cultural gera um fenômeno recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

Para a Organização Mundial de Turismo (OMT) citada por Dias e Aguiar (2002), turismo são “as atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e estadias em lugares diferentes do de sua moradia habitual, por um período de tempo contínuo inferior a um ano, com fins de lazer, por negócios ou outros motivos”, não estando relacionadas com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado. Dentro da atividade, encontram-se os visitantes (“toda pessoa que se desloca a um lugar diferente de sua moradia habitual, por uma duração inferior a doze meses”), os turistas (visitantes que pernoitam ou permanecem pelo menos 24 horas no

destino) e os excursionistas (visitantes de um dia, que permanecem menos de 24 horas no local visitado e não pernoitam) (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 24).

Este tipo de definição, que remete ao número de noites de permanência no local de destino, desconsidera a complexidade da atividade, que envolve mais que estas informações operacionais. É preciso que a análise inclua também a orientação que as pessoas possuem e as levam a fazer turismo, e analisar ainda a questão do escape, envolvido na prática do turismo ou desejo da mesma (ROJEK e URRY, 2005, p. 2). Além disso, muitas definições desconsideram o turismo de negócios, que atualmente é um dos segmentos em maior ascensão em nível mundial na atividade.

Todos os conceitos, entretanto, possuem certos pontos em comum. São eles: a realização de uma viagem ou deslocamento; o retorno do viajante (temporalidade do deslocamento); a existência de um núcleo emissor e de um receptivo; e a motivação turística. Porém, o conceito do termo está longe de alcançar um consenso. De acordo com Rojek e Urry (2005, p. 1):

Tourism is a term waiting to be deconstructed. Or as Marx might have said it is a chaotic conception, including within it too wide a range of disparate phenomena. It embraces so many different notions that it is hardly useful as a term of social science, although this is paradoxical since Tourism Studies is currently being rapidly institutionalised within much of the academy.

Esta “concepção caótica” pôde ser comprovada durante as entrevistas em Diamantina e Serro. Constatou-se que alguns moradores, apesar de viverem em municípios turísticos, não possuem nenhuma idéia de qual seja o significado do termo.

(O que é turismo para a senhora?) “Ah, isso eu não sei te responder, não vou saber te responder” (Rosa).

“Não entendo” (Odília).

Como ressalva, é possível destacar que as duas falas acima são de moradoras do distrito de Três Barras (Serro), onde o turismo ainda não se encontra desenvolvido, sendo forte apenas em localidades vizinhas.

Outros moradores possuem noções vagas sobre o conceito de turismo, como as falas transcritas a seguir revelam. Nestes casos, a atividade é vista apenas como uma visita a locais de interesse na localidade ou ainda como tão somente intercâmbio de experiências.

O turismo eu tenho muito pouco pra falar... olha, vem as pessoas, por exemplo, uma van, cheia. Olha lá nós vamos conhecer a cachoeira, vamos conhecer a ponte, vamos conhecer um lugar que eu vou como guia turística pra conhecer a pintura que os escravos pintaram lá na serra e eu com setenta e tantos anos de Mendanha nunca vi. Mas eu falei com ele, vou com você, eu gosto muito de andar, e vou com você para eu ver... (Dalva).

(...) Pra mim turismo é esse, essa troca né? De, de experiência que a gente tá tendo com o pessoal que vem de fora (Placidina)

Esta indefinição sobre o que realmente constitui o turismo e sua restrição ao ato de visitar locais de interesse resulta em confusões conceituais como a abaixo, onde a visita de um morador de uma cidade a sítios do próprio município é enxergada equivocadamente como turismo.

Porque seria interessante se as pessoas tivessem mais interesse em conhecer a sua própria região. E eu acho que aqui em Diamantina isso é uma falta grande. E... Muitas pessoas que você pergunta aí na rua... ah cê conhece o garimpo? Cê já viu um diamante? Já, já vi, já conheço! Mais não conhece, nunca viu um procedimento. E... viajá é isso. Turismo é isso. Você pode cê turista dentro da sua própria cidade. Ou próximo dela (Belmiro).

Alguns entrevistados apresentaram definições mais elaboradas de turismo, que embora não completas, permitem inferir que parte da comunidade possui uma compreensão mais ampla do que se constitui a atividade e reconhece sua importância:

Bom... turismo... creio eu que seja aí a oportunidade que a pessoa tem de conhecer outras, outros costumes né? Os lugares, as tradições... turismo é conhecer. É viajar. E... quando a gente fala viagem, não só pra outras regiões não, mas dentro da sua própria região (Belmiro).

O turismo pra mim, eu acho uma indústria muito importante. Embora nós ainda tamos aqui engatinhando. Que se ocê compará o turismo de, de, Ouro Preto, Tiradentes, e tal, e o nosso aqui, a gente tá muito ***. (Antônio Pádua).

Apesar dos citados problemas epistemológicos, que impedem o alcance de uma unidade conceitual, o crescimento do fenômeno turismo em nível mundial é notável. Nunca os habitantes do planeta viajaram tanto ou estiveram tão engajados na descoberta de novas culturas. Segundo a organização Mundial de Turismo citada pela UNESCO (2006, p. 9) “a estimativa de desembarques internacionais para o ano de 2020 é de 1.56 bilhão”. Este intenso fluxo de pessoas consolidará o setor como uma das mais dinâmicas atividades de comércio, geradora de

desenvolvimento em nível mundial. Conforme afirma Botelho (2007, p. 9) o turismo deixou de ser uma atividade supérflua para ser considerado necessário pelas pessoas.

Esta afirmação está de acordo com o texto de Prats (2004, p. 40), que destaca a importância do turismo na contemporaneidade, classificando-o como o fenômeno de massas mais importante da segunda metade do século XX:

El turismo, entendido como desplazamiento temporal fuera de nuestra residencia habitual por motivos de ocio, hace siglos que existe, pero, como decíamos respecto del patrimonio, pecaríamos de presentismo (no digamos ya de etnocentrismo) si identificásemos el fenómeno turístico actual con sus precedentes formales sin tener en cuenta las enormes diferencias de función y significado. El turismo, tal como lo conocemos actualmente, requiere una serie de condiciones (facilidad de desplazamiento, tiempo libre, existencia de unas clases medias con poder adquisitivo y diferencias geoeconómicas) que no se dan plenamente hasta después de la segunda guerra mundial. En los años sesenta, al amparo de estas condiciones y en la medida en que se advierte que puede constituir un próspero mercado, el turismo se desarrolla en progresión geométrica, produciendo, como se suele decir, el fenómeno de masas más importante de la segunda mitad del siglo XX, un fenómeno que se ha desarrollado en un tiempo muy breve y que ha tenido, sin embargo, un alcance mundial.

Pereira (2000) aponta como fator fundamental para o desenvolvimento do setor de turismo o processo de universalização dos direitos ocorrido no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. O marco de tal processo é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1948. Tal declaração estabeleceu parâmetros mais justos e igualitários para as relações nas sociedades, através do reconhecimento de um sistema de valores e de direitos básicos para toda a humanidade. Os direitos humanos reconhecidos são, dentre outros, o direito à saúde, à educação, ao trabalho, à moradia, à segurança, à previdência social. Também se reconheceu nesta declaração o direito ao lazer e ao turismo (incluindo-se aí o direito a férias remuneradas), que foram incorporados posteriormente, como os demais, nas Constituições democráticas modernas. O caráter normativo destas mudanças modificou substancialmente o tratamento dispensado ao turismo, respeitado agora como direito humano, devendo, portanto, ser trabalhado de maneira compromissada e universalista.

Outra mudança significativa para o turismo no período pós-guerra foi sua integração enquanto setor econômico. Segundo Lickorish e Jenkins (2000), o turismo era um tipo de indústria fragmentada; hotéis, operadores de transporte, agências de viagens e operadoras de turismo tendiam a trabalhar de forma independente entre si. Os diversos serviços passaram a ser

prestados de forma mais integrada, facilitando para os turistas as viagens. Thomas Cook foi uma personalidade notável no início deste processo ainda no século XIX, fundando uma grande rede de agências de viagens na Grã-Bretanha, que organizavam viagens com roteiros e serviços completos. Esta interdependência dos diversos segmentos do turismo teve como conseqüências, além da aglutinação de atividades esparsas em um único setor, mais coeso e funcional, o desenvolvimento do mercado do setor, motivado pelo crescimento da demanda e da concorrência. Os serviços turísticos, portanto, tiveram um incremento significativo na sua qualidade.

Outras causas para o crescimento da atividade podem ser destacadas, como o desenvolvimento dos meios de transporte (notadamente o aéreo); o fortalecimento e aprimoramento das estratégias de marketing, bem como o aumento dos investimentos dos destinos nesta área; e a melhoria da situação sócio-econômica em diversos países, permitindo a prática do turismo.

Este contexto ocasionou um despertar e interesse global por desenvolver a atividade e auferir seus notáveis benefícios para as comunidades de destinos. Primeiramente, o turismo contribui para o desenvolvimento de uma consciência global, não apenas sendo influenciado, mas contribuindo para sua expansão e consolidação, uma vez que propicia maior intercâmbio de idéias e movimento de pessoas no mundo. Assim, tem um importante papel como promotor da compreensão e da paz entre os povos (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 11).

Além disso, o turismo é considerado a principal indústria⁶ do mundo, em total de bens e serviços na exportação mundial, superando a automobilística, eletrônica, petrolífera, química, têxtil, dentre outras, segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT). Isto se considerando que os estudos econômicos da atividade são incipientes e a mensuração dos seus benefícios é difícil e imprecisa, devido ao caráter transversal e interdisciplinar da atividade (DIAS e AGUIAR, 2002). O turismo cresce a uma taxa anual média à da expansão da riqueza mundial, e gera mais empregos que muitas outras, proporcionalmente ao capital investido. (NICOLETTI, *apud* MONTORO, 2003, p. 58). O setor é ainda responsável por cerca de 1 em cada 11 empregos no mundo, estimando-se o total de 260 milhões de ocupações. No Brasil, a

⁶ O turismo pode ser caracterizado como indústria devido ao fato de apresentar as seguintes características: fluxo de capitais através da comercialização de bens e serviços que tem caráter cumulativo e circulam através de todos os componentes do setor; a maior parte do produto turístico é formada por serviços e bens não materiais, que possuem potencial ilimitado de venda; o produto turístico é do tipo exportação; é ferramenta importante para os governos na integração nacional e internacional e no desenvolvimento de outras indústrias. (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 155).

proporção é de 1 para 13, totalizando 6.5 milhões de empregos. Isto se deve também ao fato de que a velocidade de geração de empregos na indústria do turismo é 59% mais rápido do que nas indústrias tradicionais (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 165).

Estes grandes impactos causados pela circulação e recirculação das despesas do turista, isto é, os impactos contínuos dos gastos do turismo, provocam efeitos indiretos na economia e são chamados de multiplicadores econômicos. O efeito multiplicador pode se dar das seguintes formas: multiplicador de receita – gastos dos turistas geram ganhos na população local; multiplicador de empregos; multiplicador de transações – circulação do dinheiro entre diversas pessoas; multiplicador de capital – crescimento dos negócios demanda mais investimentos em infra-estrutura (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 171). Como ressalva, se houver compra de produtos importados ou aplicação do dinheiro gerado pelo turismo em poupança, considera-se como uma perda, não havendo estímulo à economia e portanto não ocorrendo efeito multiplicador (DIAS e AGUIAR, 2002).

Para muitos países, como os caribenhos, o turismo contribui com a maior fatia do PIB. O setor pode contribuir positivamente para o balanço de pagamentos e gerar desenvolvimento para a região exportadora, através da entrada de divisas no país receptor. Alguns estudiosos desmistificam esta questão, afirmando que o turismo nos países em desenvolvimento beneficia principalmente as empresas de países desenvolvidos, ficando somente a menor parte dos rendimentos no país receptor. O que é inegável é que o turismo movimenta imenso volume de capitais (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 156).

Devido a esta grandiosa dimensão econômica da atividade turística, percebe-se nos discursos acadêmicos e políticos que o setor é visto por muitos apenas como um rol de atividades econômicas. A prática social e cultural são abstraídas e consideradas exógenas à atividade e os indivíduos são vistos apenas como consumidores com dadas preferências. Esta análise econômica, embora crucial, é limitada, pois correm o risco de reificar a experiência turística e reduzir a política pública do setor à interpretação e manipulação de indicadores econômicos (ROJEK e URRY, 2005, p. 2). A este respeito, Barreto citado por Montoro (2003, p. 15) afirma: “Turismo é movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de mais nada, gente. É um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas e transcende a esfera das meras relações da balança comercial”.

Visto pelo prisma social e cultural, o turismo pode passar a ser enxergado como problema para as localidades, e não mais como solução. Como impactos negativos da atividade nas comunidades, Poletto (2000) ressalta primeiramente que o grande afluxo de turistas impõe um ritmo diferenciado para as cidades, marcado não só pela movimentação e pela novidade, mas também pela preocupação e pela insegurança, provocando a idealização de um passado tranquilo, seguro, ordenado e limpo. Além disso, ocasiona outros problemas, como poluição sonora, desordem, sujeira, desrespeito às convenções do local, consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas, mistura de diferentes vestuários tidos como impróprios, aumento dos preços, especulação imobiliária, dentre outros.

Durante as entrevistas realizadas em Diamantina e Serro, foi possível constatar que alguns moradores absorveram o discurso do turismo como uma atividade maléfica para a localidade. Como dito por uma entrevistada, perguntada sobre o que é turismo: “Ouvi falar que não é boa coisa não né? Ouvi falar né? Ouvi falar que não é boa coisa né”. (Odília)

O turismo pode, então, ser visto de maneira otimista - como a salvação econômica dos países - e de forma pessimista, como uma forma de colonialismo que agrava as desigualdades e gera desordem social. Mas, isoladamente, nenhuma destas visões contempla a complexidade do fenômeno turístico. A atividade precisa ser enxergada a partir do seu caráter multidisciplinar, que impacta residentes e visitantes de variadas formas (ROSA, 2003, p. 106). Longe de ser uma panacéia para os problemas das localidades, o turismo também não pode ser considerado um inimigo destas. A atividade em si não é benéfica e tampouco maléfica, pois o que determinará e possibilitará esta adjetivação será o modelo de desenvolvimento turístico a ser adotado por determinada localidade.

3.2 Turismo Cultural – Conceitos e discussões

Turismo e cultura são dois termos que com muita frequência aparecem juntos, pois a cultura e os elementos culturais são atrativos básicos em qualquer destino turístico (ROSA, 2003, p. 107). De acordo com a UNESCO (2006, p. 23) o “turismo é principalmente uma forma de desenvolvimento econômico que tem recursos culturais em seus alicerces”.

O turismo é também uma atividade cultural, pois permite a interação entre culturas distintas e possibilita ao indivíduo o sentimento de alteridade, ou seja, de colocar-se por alguns momentos na condição do outro (MARTINS, 2003, p. 59). Segundo Rojek e Urry (2005, p. 3), “Tourism and culture now plainly overlap and there is no clear frontier between the two. They cannot be kept apart.”

O turismo como prática cultural é constantemente significativo nas sociedades ocidentais. Este segmento, denominado Turismo Cultural, é baseado no desejo das pessoas aprofundarem seus conhecimentos de outras culturas, patrimônios e destinos. O conceito engloba várias atividades que compartilham recursos e resultados comuns, como turismo histórico, étnico, artístico, museológico, dentre outros.

O Ministério do Turismo (2006) conceitua Turismo Cultural como “as atividades relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.” Já Ascanio (2003, p. 34) define o segmento cultural como “a bifurcação de identidades culturais de ordens distintas em que se concretiza a unidade e a diversidade que tem por base a relação entre o que provém de outros entornos e o local e as formas híbridas que possam surgir e que são parte do desenvolvimento social”. Para Rojek e Urry (2005, p. 121), “Cultural tourism consists of customised excursions into other cultures and places to learn about their people, lifestyle, heritage and arts in an informed way that genuinely represents those cultures and their historical contexts.” O turismo cultural também pode ser entendido como “o movimento de pessoas impulsionadas por motivos culturais como viagem de estudo, viagens a festivais ou outros eventos artísticos, visitas a sítios e monumentos, viagens para estudar a natureza, a arte, o folclore, as peregrinações” (BOTELHO, 2007, p. 23).

Segundo a OMT, o turismo cultural “seria caracterizado pela procura por estudos, culturas, artes cênicas, festivais, monumentos, sítios históricos ou arqueológicos, manifestações folclóricas ou peregrinações.” Para a instituição, grande parte destes turistas é do tipo institucionalizado, de massa ou buscadores do prazer, que se movem em grupos numerosos, ocasionando grandes impactos no ambiente e na cultura (BARRETTO, *apud* Poletto, 2000, p. 53-4).

Para Dias e Aguiar (2002, p. 133), turismo cultural é “uma atividade de lazer educacional que contribui para aumentar a consciência do visitante e sua apreciação da cultura local em todos

os seus aspectos – históricos, artísticos, etc.” É ainda uma forma de turismo que envolve a apreciação de monumentos e sítios históricos, contribuindo dessa forma para a manutenção e proteção do patrimônio cultural e natural da humanidade.

De acordo com Rojek e Urry (2005, p. 118), o conceito apresenta grande amplitude, identificando vasta gama de experiências turísticas. Além disso, o autor aponta diversas causas para o crescimento deste segmento em nível global.

The term “cultural tourism” has become an umbrella term both to identify specially organised culture-based tourism experiences and to provide unity and add depth to a diverse range of culturally-related aspects of tourism more generally. The former concept can be conveniently divided into cultural tourism as “experiential tourism based on being involved in and stimulated by the performing arts, visual arts and festivals; and heritage tourism which includes “visiting preferred landscapes, historic sites, buildings or monuments” and seeking “an encounter with nature or feeling part of the history of a place” (Hall and Zeppel). The latter concept can include a multitude of special interest tourist preferences: “anthropology, antiques, archeology, art, architecture, biblical history, castles, cave art, crafts, festivals, gardens, historic houses, history, literature, military events, museums, music, dance, opera, painting, pilgrimages, pottery, mythology, religion, spirituality, and textile arts.

This cultural mantle provides a way to reconsider the motivations of tourists, the range of tourist experiences, and the ways in which destinations can be packaged. It seems to have developed as a response to a number of conditions: greater sophistication and travel experience among tourists; international competitiveness between broadly similar destinations; the exhaustion or declining popularity of previous or traditional tourist attractions; international growth and diversification of markets and sites; globalisation of culture and international dissemination of cultural knowledge and development of international patterns of cultural taste; and the recent emphasis on new approaches to cultural development internationally (ROJEK e URRY, 2005, p. 118).

Segundo Mendonça citado por Montoro (2003, p. 41), paralelamente ao turismo de massa alienado, surgiram nichos de mercado da elite detentora de capital financeiro e cultural. O turismo cultural, assim, pode ser considerado uma questão de classe social, restrita às elites. Para outros autores, no entanto, o segmento alcança proporções muito mais significativas, estimando-se que entre 35 e 70 por cento dos turistas atuais sejam considerados turistas culturais. A demanda do setor tem crescido em torno de 15% ao ano, e estima-se que 240 milhões de viagens internacionais são realizadas com este propósito.

Apesar de ser uma atividade antiga, somente na década de 1970 passou a receber a importância devida pelo mercado. Além disso, nesta época se fortaleceu a consciência preservacionista do patrimônio mundial, especialmente após a Convenção da UNESCO em 1972. Desde então, as localidades se esforçam em promover seus bens patrimoniais, visando aproveitar a grande potencialidade deste mercado. Os bens são transformados em produtos para o consumo

turístico, transcendendo seus valores intrínsecos. De acordo com Rojek e Urry (2005, p. 114), “The cultural component of a tourism experience has become a key feature in its own right.”

Este fenômeno contemporâneo do turismo cultural pode ser comparado com o turismo “Grand Tour”, que remonta aos séculos XVII e XVIII, quando grupos da elite social da Inglaterra viajavam para determinados locais culturais na Europa para conhecer antiguidades e o legado da cultura renascentista. O “Grand Tour” preparava cavalheiros jovens para a carreira diplomática que tinham como pré-requisito o profundo conhecimento cultural da Europa. Somente no século XIX a atividade começou a passar por grandes mudanças, com as mulheres sendo incorporadas às viagens, especialmente nos grupos organizados por Thomas Cook, quando o turismo passou gradualmente de educacional para ser ligado mais à exploração, escape e prazer. A popularidade no século XX do turismo de sol e mar resume a consolidação desta nova tendência (ROJEK e URRY, 2005, p. 119).

Como explicitam Rojek e Urry (2005, p. 113), o turismo cultural se torna um fenômeno a partir da metade da década de 1980. O componente cultural se torna ao mesmo tempo um recurso, um produto, uma experiência e um resultado da atividade turística.

Since the mid-1980s, another phase of tourism has emerged, namely, one which highlights the cultural component of tourist experiences. This focus has entailed rethinking the nature both of tourism and of its impacts. Specifically, the culture of tourism includes: maximising the culture of tourism, and dealing with the changing culture of the industry itself. A niche form of tourism that emphasises the cultural dimension of tourism above all is cultural tourism (where cultural sites, events attractions and/or experiences are marketed as primary tourist experiences); the creation of purpose-built cultural attractions for tourists. Thus the culture of tourism encompasses a range of phenomena from targeted tourism based on culture to the unintended cultural components of mass tourism. (...)The role of culture (on tourism) is multi-faceted: culture is simultaneously a resource, a product, an experience and an outcome (ROJEK e URRY, 2005, p. 113).

Roseman (2004, p. 71) afirma que áreas política e geograficamente marginalizadas têm desenvolvido o turismo, especialmente com enfoque cultural, com ênfase em características étnicas e regionais distintas. Estas ações visam aproveitar o *boom* do turismo cultural no mundo, devido ao crescente aumento da demanda por novos destinos e à necessidade das nações desenvolverem seu setor de serviços, dada a decadência do setor industrial.

O turismo cultural pode trazer benefícios diversos às localidades, tais como: valorização econômica dos lugares; valorização cultural e reforço da identidade; novos usos para edifícios do passado, integrando o presente em novo contexto cultural; propagação de informações sobre a

herança cultural da localidade, estimulando a tolerância e compreensão (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 137-38). Além disso, pode-se citar: aumento do conhecimento das culturas locais pelos visitantes; difusão de novas idéias e valores na comunidade receptora; criação de serviços úteis para a população; maior valorização do patrimônio histórico; maior troca cultural entre os povos.

Entretanto, a atividade, ao mesmo tempo em que favorece a preservação dos atrativos culturais para mantê-los como atração, pode degradá-los ou mesmo destruí-los caso a exploração ocorra sem controle (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 134). Para Rojek e Urry (2005, p. 114), a cultura do turismo não mudou fundamentalmente, e a ênfase na cultura é no curto prazo. Além disso, “even niche developments like cultural tourism will incur significant disbenefits and will undetermine rather than enhance the recent commitment to cultural development.”

Como problemas gerados pela atividade, podemos elencar: perda do orgulho e da identidade cultural – aculturação; conflitos culturais internos devido às mudanças ocorridas na sociedade após a introdução do turismo; diminuição ou perda da estabilidade social; perda da autenticidade das manifestações culturais locais, que passam a ser comercializadas como qualquer mercadoria; industrialização da produção artística local, enfraquecendo o artesanato autêntico; conflitos quanto aos costumes dos turistas, que podem ofender a população local e quanto aos costumes da comunidade, que pode ofender os visitantes (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 148). É possível ainda citar: mudanças dos valores morais; aumento da prostituição e difusão de doenças venéreas; aumento do consumo de drogas e do turismo sexual; aumento do alcoolismo; mudanças na rotina local, substituindo um ambiente pacífico por um tumultuado e barulhento.

Sobre a aculturação das comunidades receptoras, Rojek e Urry (2005, p. 135) afirmam que “o turismo, por sua natureza, continuará contribuindo para que isto ocorra, potencializando os conflitos entre a cultura local e a cultura produzida para o turista”:

What is clear is that tourism is a constantly evolving culture and that tourism development changes the dynamics of the cultures in which it is embedded. There is no single cultural form or consequence of the contemporary set of changes that are occurring. Nevertheless, since the dynamics of cultural production are about cultural differentiation and elitism, while tourism is about cultural identification and access, the gulf between the two threatens to increase, not decrease. The acculturation of tourism may not therefore bring the mooted synergies and benefits; rather, it may well exacerbate long-standing hostilities and demarcation disputes between rather odd bedfellows (ROJEK e URRY, 2005, p. 135-36).

Além destes malefícios, o turismo cultural pode não ser um segmento de mercado tão atraente como aparenta. Rojek e Urry (2005), através da exibição de resultados de pesquisas, fazem um contraponto ao senso-comum que apregoa ser o turismo cultural uma “mina de ouro” a ser explorada. A primeira pesquisa, de Bywater, na Europa, detectou o perfil do turista cultural típico. Existem três tipos: 1- o turista cultural genuíno, que escolhe a viagem dependendo das oportunidades culturais, que constitui apenas 5% do mercado; 2 – uma minoria – quase um terço – dos turistas são inspirados pela cultura para fazer uma viagem “uma vez na vida” para um sítio ou atração especial; 3 – e cerca de dois terços de todos os turistas atraídos pela cultura gostariam de algumas atrações culturais em destinos que eles escolhem por outras razões.

Na segunda pesquisa, de Silberberg, são distinguidos quatro graus de motivação do consumidor para o turismo cultural, que ele separa entre residentes e turistas: apenas 5% dos residentes e 15% dos turistas são grandemente motivados (especialmente atraídos) pelo turismo cultural; 15% dos residentes e 30% dos turistas são parcialmente motivados pela cultura e outras razões; 20% dos residentes e 20% dos turistas tem motivações adjuntas (podem incluir atividades culturais em um destino escolhido por outras razões); e 20% dos residentes e 20% dos turistas são acidentalmente motivados, sendo as visitas culturais não planejadas e contingenciais. Os remanescentes 40% dos residentes e 15% dos turistas não estão interessados no turismo cultural em nenhuma circunstância.

Estes dados sugerem que apenas uma minoria dos turistas são verdadeiramente turistas culturais, enquanto um número significativo são “à prova de cultura”. Daqueles que se encontram no “meio-termo”, muitos turistas podem ser motivados a aproveitar as atrações culturais uma vez estando satisfeitas as motivações primárias. Armar laços para o turista cultural e formatar pacotes com recursos culturais para a maioria dos turistas não é, portanto, fácil como se parece. Defensores do turismo cultural freqüentemente esperam atrair o turista cultural ideal que é grandemente motivado para consumir cultura e possui um grande nível de capital cultural, mesmo sendo a maioria dos consumidores de turismo cultural apenas visitantes adjuntos, acidentais ou relutantes.

A conseqüência, segundo os autores, é que o turismo cultural (ou o componente cultural do turismo) não é tão sublime ou auto-desenvolvedor como seus defensores teriam acreditado. Contudo, transferir preferências para incluir um componente cultural de uma visita indica uma reestruturação das orientações e motivações de um número crescente de turistas. Mas enquanto

muitas das estratégias de marketing tem sido primeiramente direcionadas ao grupo altamente motivado, e é dirigida pela esperança de expandir este grupo através de atividades e pacotes atraentes, os perfis sugerem que a maioria dos visitantes (residentes e turistas) são relativamente consumidores culturais relutantes para quem a cultura ocupa o segundo ou terceiro lugar em relação a outras motivações e atividades.

Assim, pode-se inferir que o consumidor de turismo cultural não é a maioria do mercado, e sim um nicho do mesmo. Este turista cultural apresenta perfil específico, com determinadas características: pertencem a extratos sócio-econômicos mais elevados, com maior renda, maior nível educacional e maior capital cultural e consciência social. A preferência é por museus e locais patrimônio, e menos para galerias de arte e apresentações artísticas. A atividade tem mais apelo para mulheres e jovens do que para homens e pessoas mais velhas, o que não é muito abordado na literatura (ROJEK e URRY, 2005, p. 127).

O perfil dos visitantes sugere, portanto, que os turistas culturais são uma minoria distinta, apesar das crescentes oportunidades para incluir componentes culturais em pacotes turísticos. Eles são figuras dos viajantes chiques que são ricos, sensíveis culturalmente e ecologicamente responsáveis. Neste contexto, atrações culturais que apelam para um largo grupo representativo (atrações como Disney ou simulacros, mas que incluem formas culturais acessíveis como shows de rock e artesanatos turísticos) são mais propensos a ter sucesso no longo prazo que a formatação de formas culturais de elite. Geralmente, o apelo da cultura aos turistas toma segundo lugar em relação a outras motivações, experiências e apelos (ROJEK e URRY, 2005, p. 120, 121).

Os autores apontam a existência de dois tipos de turistas culturais - o real e o casual:

There is an interesting relationship between “true” cultural tourists and “casual” cultural tourists: while the former tend to be better educated, earn more and possess more cultural capital, they seek out new forms of cultural tourism experiences and hence spearhead new forms of tourism development. And while some specialist forms of cultural tourism and specific ventures are successful purely catering for niche markets, they benefit from other ventures which package modified cultural experiences in forms that are more attractive to larger, accidental cultural tourists. Merchandising (through posters, caps or T-shirts) is an especially effective way to create synergies between “elite” cultural tourism and “casual” cultural tourism (ROJEK e URRY, 2005, p. 126).

Para alcançar este público, existem basicamente duas estratégias de turismo cultural: moldar a cultura para o turismo/turistas (adaptando as atrações culturais para o perfil da

demanda) e moldar o turismo/turistas para a cultura (incorporando e destacando elementos da cultura local nos atrativos culturais) (ROJEK e URRY, 2005, p. 122).

Todavia, nenhuma destas estratégias é simples, pois tornar a produção local atraente para os turistas sem descaracterizá-la é uma árdua missão. Principalmente levando-se em conta que as experiências ofertadas pelo turismo são consumidas em termos de conhecimento, expectativas, fantasias e mitos⁷ gerados na cultura de origem do turista, e não nas ofertas culturais da localidade. Como afirmam Rojek e Urry (2005, p. 123):

Combining culture and tourism is a complex and strategic activity which involves reconciling local cultural producers to niche marketing possibilities and modifying cultural production accordingly. Cohen argues that tourist art is dynamic and adaptive: this may involve modifying motifs and designs to better suit tourists' tastes or expectations, standardising products, simplifying detailed art work, developing miniature or gigantic versions of objects, replacing traditional materials with industrial ones, and turning functional objects into decorative ones. Klemm has argued that the consequence is that traditional arts are bolstered at the expense of new artists and performers and new and innovative arts forms. Thus the culture of the tourist can have a significant influence in modifying local cultural production (ROJEK e URRY, 2005, p. 123).

Outro aspecto crucial que deve ser ressaltado é o fato de hoje, com a globalização, existir um “hibridismo cultural” cada vez mais significativo. Assim, as preocupações com a manutenção da integridade cultural das localidades devem levar em conta que a cultura local, embora singular, já apresenta componentes e influências de outras culturas e que é impossível blindá-la completamente quanto às mesmas, dado o próprio caráter dinâmico da cultura. Como afirmam Rojek e Urry (2005, p. 4):

Many border-maintaining distinctions and discriminations have been overwhelmed by cultural innovations which have swept across frontiers, including those historically exerted around and by the nation-state. Migration has brought many “exotic”, “foreign” cultures into the cities of Europe, the Americas and Australia. (...) both objects and people are increasingly mobile, and such mobilities are culturally encoded. The diffusion of peoples between cultures can no longer be understood through the employment of conventional notions of control and resistance. Instead, the notion of hybridity which brings to mind the organic binding of different cultural conventions and symbols is more appropriate.

⁷ “O mito e a fantasia desempenham grande papel na construção social de todas as visões de turismo e viagens (...) Primeiramente, por que as visões de viagem estão distantes do nosso local cotidiano. (...) Ao mesmo tempo, existe um nível psicológico, interno, relacionado à viajar que tem que ser considerado. Isto se refere ao nosso conhecimento da cultura dos contos, símbolos e fantasias que circundam as visões. Através de metáforas, alegorias e fabricações, viajamos a um mundo interior que fornece uma paisagem interna esculpida pela experiência pessoal e influências culturais bem como uma jornada através do espaço (ROJEK e URRY, 2005, p. 53).”

Este fenômeno se intensifica à medida que o turismo em uma localidade cresce. As culturas resultantes da mobilidade do fluxo turístico são mais fragmentadas, híbridas e desarticuladas. Assim, as culturas produzidas e consumidas por turistas não são artificiais ou idealizadas como pensado. Todas as culturas são não autênticas e idealizadas, sendo refeitas como resultado do fluxo de pessoas, objetos e imagens através das fronteiras, seja pelo colonialismo, migração, viagem individual ou turismo de massa (ROJEK e URRY, 2005, p. 11).

Assim, em uma sociedade contemporânea em que o fluxo de pessoas é intenso, as marcas deste movimento na cultura das comunidades serão inevitavelmente sentidas. Tende a diminuir o desejo de conhecer novos lugares ou espaços “parados” no tempo, pois cada vez mais é desmistificada a noção do “outro” em suas variadas dimensões, revelando as limitações dos paradigmas culturais estabelecidos pelas sociedades.

O turismo cultural, portanto, deve ser compreendido dentro de um contexto de enorme intercâmbio entre os povos, onde as mudanças culturais já vem ocorrendo e são inevitáveis. O crescimento deste segmento, assim, constitui-se apenas um reflexo de mudanças ocorridas em nível global, onde cada vez mais o contato com o outro é, mais do que um desejo, uma necessidade.

3.3 O patrimônio como recurso turístico

O patrimônio apresenta papel destacado no crescimento do turismo cultural. Neste contexto, Kirshenblatt-Gimblett (1998, p. 150-52) afirma que existe uma indústria do patrimônio, uma nova forma de produção cultural que produz elementos novos. O patrimônio agrega valor aos bens existentes, em termos de seu passado, diferença, potencial de exibição. Muitas vezes, os bens em si não são mais viáveis (como minas abandonadas, tecnologias obsoletas), mas após a patrimonialização voltam a ser economicamente relevantes, por meio de seu uso enquanto atrativo turístico. Segundo Rosa (2003, p. 109), o turismo precisa do patrimônio, e vice-versa. Assim, patrimônio e turismo são indústrias colaboradoras, sendo que o patrimônio transforma as localidades em destinos turísticos – por meio de sua diferenciação - e o turismo as torna economicamente viáveis, enquanto exibições de si mesmas. Lowenthal (1998) destaca a crescente importância da indústria da nostalgia atualmente, que busca mercantilizar todas as formas de

expressão do passado, e considera positiva a valorização do patrimônio e seu usufruto pela sociedade

Segundo Choay (2001, p. 211), o patrimônio apresenta atualmente dupla função: é um bem à disposição de todos, para propiciar saber, e ao mesmo tempo é um produto cultural, criado para o consumo. Este acréscimo de valor econômico ao valor de uso do patrimônio se deve a uma bem-sucedida “engenharia cultural” por parte de empreendedores públicos e privados que visam à exploração total dos bens patrimoniais, por meio do aumento incessante do número de visitantes ao destino turístico. É o caso do Caminho de Santiago de Compostela, paisagem cultural da humanidade, que tem na publicidade ativa desde séculos anteriores a base de sua sustentada popularidade mundial (ROSEMAN, 2004, p. 77).

Esta é uma prática comum e geralmente apoiada pelas comunidades. Foi percebido, inclusive nas entrevistas realizadas em campo, que habitantes de Diamantina e Serro entendem que a preservação patrimonial é um meio para que se alcance um fim maior, que é a atração de turistas para a localidade, como ilustram as falas das moradoras abaixo transcritas:

Então essas coisa tem que cê preservada pra... dá continuidade e... e pra tê um meio de vim turista né? (Maria das Dores).

Tem que tê uma história pra contá... Porquê senão tem nem interesse procês vim. Cê veio aqui, porque... alguma coisa te chamô atenção! (Placidina).

Prats (2004, p. 40, 41), aponta que o patrimônio se converteu em espetáculos, artigos de consumo, seja para a televisão, seja para o turismo cultural, ao ponto que se tornou o único ou principal *modus vivendi* para muitas comunidades. Para o autor:

Con la espectacularización de la realidad y la masificación del turismo, se produce un cambio cuantitativo y cualitativo en la asociación entre patrimonio y turismo. Por una parte, los destinos patrimoniales clásicos se ven sometidos a una presión turística cada vez más intensa y en algunos casos tan brutal que llega a hacer temer por su conservación. De forma paralela, esos destinos patrimoniales activados entran en la lógica del espectáculo y del consumo y se adaptan a nuevas exigencias expositivas so pena de quedar marginados. Finalmente, se activan repertorios patrimoniales entonces inviables y que ahora se hacen accesibles gracias a la facilidad de desplazamientos y a la creciente demanda de atracciones turísticas (PRATS, 2004, p. 40-41).

Assim, a espetacularização do patrimônio tem sido a alternativa mais encontrada pelos destinos para de alguma forma auferirem benefícios através do turismo cultural. Esta indústria é hoje uma das maiores fontes de renda para as nações, sendo em muitos casos a garantia de

sobrevivência e do futuro econômico. Por esta razão, práticas inicialmente com vocação pedagógica e democrática não lucrativa se converteram em empreendimentos altamente rentáveis para aqueles que realizam a exploração econômica dos bens. A indústria do patrimônio, por meio da venda de ilusões ao público, vem alcançando grande êxito econômico, muito embora gere frustração nos consumidores interessados nos valores históricos, artísticos e culturais que ensinam a patrimonialização dos bens (CHOAY, 2001). Semelhantemente, Lowenthal (1998) alerta quanto aos perigos de standardização e comercialização dos bens patrimoniais, que ao serem explorados de forma estritamente comercial, podem vir a perder parte importante de seus atributos intrínsecos.

O desafio, portanto, tem sido conciliar os interesses de preservação com a gestão do turismo. Muitas vezes, o interesse é conflitante, pois a atividade turística visa geralmente aumentar o fluxo de visitas aos destinos e atrativos, enquanto a gestão patrimonial muitas vezes tem que buscar redução dos fatores de degradação do bem, como seu uso pelas pessoas. Além disso, muitos bens patrimoniais não possuem apelo turístico, e não se tornam fontes de receitas, mas são significativos para a comunidade, pela sua singularidade, e necessitam ser cuidadosamente preservados. De qualquer maneira, por fazer parte da indústria turística, o turismo cultural privilegia o desenvolvimento de sua atividade, buscando convencer a sociedade e os preservacionistas de que o uso sustentável do bem se reverte em benefícios para as próprias atividades de conservação. O turismo vem cada vez mais sendo considerado uma das formas potenciais de uso para o patrimônio, com seu convincente argumento de geração de receitas. Entretanto, o descontrole no fluxo turístico pode trazer graves danos ao patrimônio, advindos do seu uso acima da capacidade, da desapropriação, do seu uso como *souvenir* e do comércio ilegal de artefatos (MCKERCHER, 2002).

Tais riscos necessitam ser gerenciados pelas instituições de patrimônio, pois, os turistas culturais autênticos estão interessados no estilo de vida das outras pessoas, o que contrasta com o turismo de lazer, focado na diversão pessoal. Já McKercher (2002, p.4) afirma que o turismo cultural genuíno é uma atividade de experimentação, sentimentos, inter-relação entre pessoas, lugares e patrimônios, constituindo-se uma prática vivencial intensa e não afeta a simulações. Seu crescimento contínuo depende, portanto, da efetiva gestão e preservação dos bens culturais existentes, de forma a manter sua atratividade junto aos visitantes pelos seus valorados aspectos de singularidade, autenticidade e integridade.

Na prática, todavia, o que vem ocorrendo muitas vezes é a estandarização destes bens patrimoniais, que vem perdendo características autênticas na busca de se adequar às expectativas e preferências dos visitantes. Para Rokek e Urry (2005, p. 3), “Tourist sites had been increasingly “McDisneyized”, becoming places in which people seek tourist experiences which are predictable, efficient, calculable and controlled.” Passam a ser constituídos, assim, simulacros, que “subverte (m) o real, introduzindo um corte entre essência e aparência; entre verdadeiro e falso; entre real e irreal. A imagem do simulacro não é nem a sombra do objeto nem o objeto propriamente dito” (DELEUSE *apud* POLETTI, 2000, p. 45).

Como contraponto, pode-se dizer que o patrimônio, ainda que estandardizado, jamais será interpretado da mesma forma pelas pessoas. Por sua característica, um bem patrimonial pode ser entendido de distintas formas. Como afirmam Rojek e Urry (2005, p. 13), “There are various possible readings of the same heritage. Extreme versions of the heritage-critique presuppose a somewhat condescending, uniform and one-dimensional reading of such sites.” E ainda, segundo os autores:

There is no evidences that sites are uniformly read and passively accepted by visitors... People actively use such sites as bases for reminiscence: “as the point of departure for their own memories of a way of life in which economic hardship and exploited labour were offset by a sense of community, neighbourliness and mutuality” (ROJEK e URRY, 2005, p. 14).

Ainda assim, pode-se observar que em grande parte do mundo o patrimônio cultural passou por um processo de padronização e tornou-se simplesmente uma questão econômica (devido às isenções fiscais concedidas a empresas que se dispõem a preservar) e política de marketing (produzindo retorno positivo de imagem aos governantes). O crescimento do mercado de antiguidades traz a idéia que “qualquer objeto, documento ou texto pode aceder à condição de objeto-significação ou de objeto histórico a partir das decisões de determinado tipo de mercado sobre o que é antigo”. Tudo se tornou mercadoria e objeto de marketing (CHAUI, 2006, p. 120, 121).

Como o turismo, segundo Kracauer, citado por Rojek e Urry (2005) é um bombardeio organizado dos sentidos, a comercialização da atividade não mais permite às pessoas saborear a sensação de lugares estrangeiros. O turismo não mais envolve a captura de uma imagem

longamente imaginada. A experiência se resume ao consumo de determinados símbolos, criados, promovidos e comercializados pela indústria turística (ROJEK e URRY, 2005, p. 4, 6).

Como afirma Mendonça citado por Montoro (2003, p. 39), no processo de globalização,

Em que se destacam o intercâmbio incessante de informações, idéias, produtos materiais e simbólicos, e em que o aprimoramento dos meios de transporte possibilita o deslocamento físico dos indivíduos e de mercadorias para todos os recantos do planeta, apela-se para o consumo voraz também de lugares, culturas e experiências.

Esta afirmativa constata que o fenômeno relatado, de estandardização e comercialização do patrimônio, é contemporâneo e está carregado de fortes raízes ideológicas.

Uma das raízes é ideologia neoliberal, que começa a deitar raízes desde meados dos anos 1980, minimizando o papel do Estado no plano da cultura e enfatizando apenas o encargo estatal com o patrimônio histórico enquanto monumentalidade oficial celebrativa do próprio Estado, colocando os órgãos públicos de cultura a serviço de conteúdos e padrões definidos pela indústria cultural e seu mercado. De acordo com Chauí (2006, p. 68):

A tradução administrativa dessa ideologia é a compra de serviços culturais oferecidos por empresas que administram a cultura a partir dos critérios do mercado, alimentando privilégios e exclusões. Expressa-se pelo efêmero, liga-se ao mercado de consumo da moda, dedica-se aos espetáculos enquanto eventos sem raiz e proliferação de imagens para consagração do consagrado, e volta-se para os aspectos intimistas da vida privada, isto é, para o narcisismo (CHAUÍ, 2006, p. 68).

Esta ideologia subverte o valor da produção cultural em nome dos lucros advindos com a exploração turística dos recursos patrimoniais. Os bens passam então a ser classificados entre “melhores” e “piores”, de acordo com sua capacidade de atrair público e despertar interesse dos visitantes. O mercado, assim, passa a ditar uma nova escala de valores, geralmente nocivos à cultura, ocasionando a produção de manifestações padronizadas e sem vida. Conforme afirma a autora:

A cultura não pode ser definida pelo prisma do mercado, não só porque este opera com o consumo, a moda e a consagração do consagrado, mas também porque reduz essa forma da cultura à condição de entretenimento e passatempo, avesso ao significado criador e crítico das obras culturais (...) sob a lógica do mercado, a mercadoria cultura torna-se algo perfeitamente mensurável. A medida é dada pelo número de espectadores e de vendas, isto é, o valor cultural depende da capacidade para agradar (CHAUÍ, 2006, p. 135-36).

A indústria cultural passou, desta forma, a dominar a consciência popular e promover a obediência e conformidade de massa. Contra isso, existe a resistência de atores sociais enquanto críticos e oponentes das formas de controle (ROJEK e URRY, 2005, p. 57). Devido a isto, Chauí (2006, p. 102) apregoa que deve ser desenvolvida a cidadania cultural, afirmando que tomar a cultura sob o prisma dos direitos e realizar uma concepção democrática do trabalho e da vida culturais são possíveis, férteis e suscetíveis de multiplicação e inovação. Compreende os seguintes direitos: à informação, à fruição cultural, à produção cultural e à participação. Para ela, afirmar a cultura como um direito é opor-se à política neoliberal, que abandona a garantia dos direitos, transformando-os em serviços vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe.

Nos espaços turísticos, este problema evidencia-se na criação de um ambiente com a presença de uma autenticidade encenada, onde o desenvolvimento de uma atração turística é construído como resultado do modo como reagem aqueles que estão sujeitos ao olhar do turista, não só para preservarem alguma privacidade, mas até mesmo para tirarem vantagem da oportunidade que se apresenta (URRY *apud* DIAS e AGUIAR, 2002, p. 140).

Idealmente, em oposição a esta lógica, os turistas buscam constantemente autenticidade em suas viagens, e incentivam (cultural e economicamente) a consolidação daquilo que é autêntico, pois se trata de uma de suas motivações e desejos básicos. A atividade, assim, deveria revalorizar aspectos da cultura popular que poderiam vir a desaparecer na sociedade moderna. Paradoxalmente, o que ocorre é que a presença do turista vem trazendo muitas vezes um impacto cultural que vem desconstruir a identidade cultural da comunidade receptora, por meio da interação social que introduz novos hábitos e costumes aos nativos (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 141). Isto se torna um problema na medida em que as localidades, ao se adaptarem às exigências e padrões do mercado do turismo cultural, correm o risco de eliminar elementos autênticos e únicos de suas manifestações culturais, fazendo-as perder grande parte de seu valor intrínseco.

Neste contexto, os turistas e a comunidade que se apresenta artificialmente para eles se frustram e enganam-se mutuamente. A apresentação cultural “sem alma” é uma forma de alienação e mercantilização pura e simples da cultura, fazendo com que todos os valores sejam submetidos ao valor comercial. Como afirmam Rojek e Urry (2005, p. 156):

Heritage representations, like performances of culture and history for tourists more generally, are regarded in a good deal of tourism research as inherently artificial or

inauthentic. (...) Not only is tourists who are duped, but also who perform for them. (...) Local people risk losing the authentic meanings of their culture and dabbling it to mere local colour by performing for outsiders (...) a distinctive form of alienation, a kind of loss of soul (...) turning culture into something which can be bought and sold (...) The market, and market values, subsume everything, to the exclusion of all other values. Nothing is valued in itself but only as currency (ROJEK e URRY, 2005, p. 156).

A preocupação com esta descaracterização e adaptação ao turismo das manifestações locais foi constatada durante as entrevistas realizadas em Serro e Diamantina, como revelado pelas falas da moradora a seguir, preocupada em manter a “alma” do folclore regional e em evitar que as atrações culturais do Serro sejam apenas para atrair o turista. Ela acredita que não se deve incorrer no erro de “inventar tradições”, segundo o conceito de Hobsbawn, da forma como ocorre com o distrito de Ipoema (município de Itabira), que criou o Museu do Tropeiro há alguns anos:

Que é uma coisa **** a gente tem uma preocupação muito grande com isso A gente sabe que ela tem uma dimensão né? Do Congado. A gente sai com o Congado.... Muito, muito mesmo... Tivemos em Parati, agora.... Mais a gente tem essa preocupação de quê... não nos transforme numa.... numa festa pra turista, vê. Que ela continue sendo... tem a apropriação da cidade.... da fé das pessoas.... né? Que as pessoas continuem dançando por alguma, alguma forma... é pela fé, que num é pela.... né? Porquê gosta.... mas também pela fé... né? Pela, pela continuidade *** do pai, né? Que num seja pra cê um espetáculo. Né? Então isso a gente, tem essa preocupação e... e as coisas têm mantido assim. Eu acho importante isso! Né? De mantê da mesma, da mesma maneira... por essa.... né? Passando por esse viés aí, da tradição.... mais da relação familiar.... né? E da fé das pessoas. (Maria do Rosário).

As pessoas vão em Ipoema, achando que tão vendo aquilo de Ipoema! E Ipoema... aquilo tudo foi criado, tudo é criado! Num existe nada de real naquilo ali... Mas as pessoas se preocupam tanto em criar o novo, pra podê chamá o turista, que aquilo que, seria de mais valor, fica... pra trás. Entendeu?... Acho que a gente tem que tê cuidado! Porquê senão a gente tá... Como diz Hobsbawn, nós vamo ficá aí inventando né? (Risos). Inventando tradições.... né? E vamo passando por aí. E num é? Já tem muitas... As tradições já são muito inventadas, a gente vai ficá criando novas, né? (Maria do Rosário).

Este processo de descaracterização, embora indesejável, parece ser inevitável, em um contexto global de intenso fluxo de pessoas. Nenhuma cultura consegue se manter incólume a mudanças, e a consequência é a perda de autenticidade de diversos bens culturais oferecidos aos turistas. Segundo Rojek e Urry (2005, p. 11):

Tourism should be interpreted as a quest for authenticity. The world of habitual life is so ordered and managed that authentic feelings are subdued or choked off. Through tourism we are said to have the chance of expressing real feelings. But if cultures travel they cannot be closed off from other cultures. The admixture of elements and the unintended production of new cultural values are an inevitable consequence of movement. The

traditional idea of a tourist culture which exists in clear contrast with the rest of the society becomes implausible.. Indeed, tourist sights are increasingly using extravagantly inauthentic accessories to attract tourists.

Sendo mais comum em um contexto de integração mundial, esta perda de autenticidade torna-se cada vez mais perceptível aos visitantes. Como, devido ao avanço da globalização e telecomunicações, o turista está mais informado e mais experiente quanto á autenticidade das manifestações, as improvisações encenadas e estereotipadas são mais difíceis hoje de serem absorvidas pelos viajantes, que buscam a autenticidade histórica e a afirmação da identidade local (DIAS e AGUIAR, 2002, p. 142). Assim, as conseqüências negativas da ação da indústria cultural no turismo são mais facilmente percebidas e criticadas pelos turistas, devendo-se portanto estabelecer um limite para esta descaracterização nas manifestações.

Para alguns autores, todavia, esta não é uma batalha perdida. Para Dias e Aguiar (2002), a preservação da autenticidade da manifestação folclórica é a forma que pode ser encontrada pelas comunidades para resistir às tentativas de homogeneização cultural promovidas pelo processo de globalização. A interação folclore e turismo pode levar a uma revitalização das práticas tradicionais da comunidade, num processo de renascimento das atividades culturais voltadas para o turista, mas mantendo uma funcionalidade local mais fortemente associada à construção de uma identidade. O turismo, neste caso, pode estimular a manutenção da autenticidade, passando de vilão a herói da história.

Este interesse e busca do turista por autenticidade, todavia, não é consenso na literatura. Rojek e Urry (2005, p. 71) tem uma visão distinta do tema. Para eles, a busca por autenticidade não é mais uma das motivações principais do turista contemporâneo em geral, ficando em segundo plano em relação às motivações egoístas de distração, descanso e diversão:

The quest for authenticity is a declining force in tourist motivation. Indexing and dragging problematise the proposition that sights have a single or original meaning. Switching codes of patterned behaviour is, in itself, a source of attraction for the tourist. The desire to keep moving on and the feeling of restlessness that frequently accompanies tourist activity derive from the cult of distraction. Pure movement is appealing in societies where our sense of place has decomposed and where place itself approximates to nothing more than a temporary configuration of signs (ROJEK e URRY, 2005, p. 71).

Ainda segundo os autores:

Tourists revel in the otherness of destinations, peoples and activities because they offer the illusion or fantasy of otherness, of difference and counterpoint to the everyday. At the same time the advantages, comforts and benefits of home are reinforced through the exposure to difference. This is a different argument from that which proposes that tourism is a quest for authenticity, or the search for deep and meaningful cross-cultural communication, self-discovery, origins, cultural forms "untainted" by "civilisation", and so on. Rather, it is an ego-centric pursuit, involving a fascination with self-indulgence and self-delusion through simulacra: approximations and analogues of "the real" (ROJEK e URRY, 2005, p. 114).

Pode-se questionar também, além do interesse do turista pela autenticidade, a ausência da mesma nos bens patrimoniais. Segundo Vargas citado por Montoro (2003, p. 59), a grande maioria deles apresenta sim elementos autênticos. As representações brincam com o patrimônio para fins identitários, turísticos e sociais diversos. Os fins podem ser discutíveis, mas não sua utilização, sob o risco de cair-se em um tipo de integralismo patrimonial dificilmente justificável desde o momento em que admitimos que a identidade e a realidade social são mutáveis e dependem da versão.

O fato é que toda manifestação cultural sofre modificações ao longo do tempo, em função das necessidades e mudanças da comunidade, e isto não faz com que deixem de ser autênticas. Estas modificações enriquecem a ação coletiva, e interrompê-las em nome da "pureza" de uma manifestação é impedir que isso ocorra. Quem deve decidir quais as mudanças, reinterpretações e incorporações devem ser os atores sociais locais, por meio de planejamento participativo, evitando mudanças excessivas e que o folclore se torne mero espetáculo e encenação, desvalorizando a manifestação pela perda de sua maior riqueza, a autenticidade (DIAS e AGUIAR, 2002).

Existe, nos bastidores destes debates, certo desconhecimento quanto ao que é cultura e quanto às formas de expressão cultural. Não se pode reduzir a cultura a objetos e coisas, mas deve-se enxergá-la como algo vivo, que dá sentido e cujo valor não é intrínseco, mas está na apreciação que cada época histórica lhe atribui. Este conhecimento e compreensão (que pressupõe estudo e vivência) é base para evitar-se a mercantilização, descaracterização e folclorização do patrimônio cultural, bem como a visão integralista do mesmo, e ainda para harmonizar as relações entre turistas e comunidade (MENDONÇA *apud* MONTORO, 2003, p. 48). Somente partindo do pressuposto de que a cultura é dinâmica, e sua mudança não significa necessariamente descaracterização, pode-se partir para uma análise mais aprofundada e isenta sobre os impactos do turismo na cultura de uma localidade.

Desta forma, deve ser ponderado o apregoado malefício do turismo à cultura e ao patrimônio. Apesar de muitos considerarem que a atividade descaracteriza e gera perdas de valor nas manifestações culturais locais, sob outros pontos de vista podemos perceber que o turismo pode ser um canal para revitalização e fortalecimento de bens culturais outrora relegados ao esquecimento. E diante deste argumento, de que a atividade pode fazer ressurgir a cultura local, as críticas quanto aos seus efeitos nocivos, embora sempre pertinentes, tornam-se secundárias diante da contribuição do turismo à preservação da diversidade cultural.

3.4 O Turismo em Diamantina e Serro: Contextualização, desafios e possibilidades.

O potencial turístico do Estado de Minas Gerais é imenso. Embora apresente opções de destinos que contemplem variados segmentos turísticos (como natureza/aventura; bem-estar/saúde; rural; pesca; negócios/eventos, dentre outros), a grande força do estado é o turismo cultural. Como afirma Soares citado por Dias e Aguiar (2002, p. 132), embora rico em atrativos naturais, como grutas e estâncias hidrominerais, é a história o principal bordão do Estado para se consolidar como potência turística.

Neste contexto, Diamantina e Serro apresentam posição de destaque. Trata-se de duas cidades que compõem o tradicional roteiro das Cidades Históricas Mineiras, o mais antigo e bem-sucedido produto turístico do estado. O diferencial mineiro é que, diferentemente de outros estados do país, onde existem cidades históricas⁸ do período colonial com localização geográfica dispersa, em Minas existe um complexo destas cidades, com grande concentração geográfica. Além disto, o estilo arquitetônico e artístico do estado é singular, dentre outras peculiaridades históricas, como ressaltado no primeiro capítulo.

As cidades históricas, como Serro e Diamantina, atraem turistas principalmente pelo fato de que a visita a elas se assemelha a uma visita ao passado, visto que mantém intactas certas características de séculos anteriores. Como afirmam Rojek e Urry (2005, p. 15):

⁸ A expressão “Cidade Histórica” é criticada na literatura, pois se contesta, com razão, que toda cidade é histórica, pois possui uma formação espacial e temporal peculiares. Todavia, neste trabalho optou-se por utilizar a expressão, já consagrada como marca do famoso roteiro turístico mineiro.

Some places do attract visitors because they are almost timeless, they have (it seems) not been ravaged by time, or at least not by instantaneous or clock times. They represent what has been termed “glacial time”...In commodified cultures, marking off these sights as replete with time becomes crucial, since the rest of society is experienced as increasingly instantaneous and placeless.

Na dinâmica turística regional, Serro e Diamantina estão inseridos no Circuito Turístico dos Diamantes, que vem trabalhando para divulgar cada vez mais os atrativos turísticos destes municípios e dos demais que o integram, visando o aumento do fluxo turístico na região. O conceito de Circuito é:

O Circuito Turístico compreende um conjunto de municípios com relativa proximidade em determinada área geográfica, caracterizado pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza, com possibilidades de atrair e seduzir turistas. A formação de um circuito pressupõe a identidade e o associativismo entre esses municípios que, na verdade, se consorciam para somar os atrativos, equipamentos e serviços turísticos, com o objetivo de enriquecer a oferta turística, ampliar as opções de visita e a satisfação do turista, com conseqüente aumento do fluxo e da permanência dos visitantes naquela área geográfica, geração de trabalho, renda e qualidade de vida (www.descubraminas.com.br).

Além disso, as duas cidades fazem parte da área de influência da Estrada Real, no denominado Caminho dos Diamantes, trajeto que em sua rota principal liga Ouro Preto a Diamantina e Serro. Todos estes são fatores que estimulam e promovem o desenvolvimento turístico da região, agregando valor às potencialidades locais.

Serão apresentados a seguir dados de uma pesquisa de demanda e oferta turística realizada na região do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, ao qual pertencem as duas cidades, em 2003 e 2004. Denominado Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) o documento foi elaborado por uma equipe de pesquisadores da Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte. Trata-se de um estudo que subsidia a implantação do PRODETUR/ NE II para a região nordeste e o semi-árido mineiro. Muito embora as informações não sejam tão recentes, trata-se do último diagnóstico completo da atividade turística na região, permitindo uma análise global da situação atual das duas cidades.

As principais conclusões do estudo foram, de forma sucinta:

- a) Diamantina e Serro concentram os atrativos de maior valor turístico (hierarquia I e II) capazes de atrair fluxos internacionais e nacionais. Os dados indicam que a marca do

turismo da região deverá ser associada ao seu valioso patrimônio histórico-cultural, aliado aos atrativos naturais.

- b) O fluxo turístico para a área pesquisada é predominantemente regional, sendo que Diamantina e Serro atraem a maioria dos turistas regionais, nacionais e internacionais, interessados no seu patrimônio histórico-cultural e natural. Há também demanda potencial para esse tipo de produto e para a região, em especial para estes dois municípios. Ressalte-se que a região é competitiva em termos de preços e ainda pouco conhecida, sobretudo nos mercados nacional e internacional. Sendo assim, e dadas às condições gerais de acessibilidade e de infra-estrutura para recepção nos destinos, é pertinente e mais factível priorizar em um primeiro momento o mercado nacional e a melhora do perfil dos fluxos regionais (intra-estaduais). Simultaneamente, objetiva-se, também, aumentar os fluxos internacionais para a região. Como os principais produtos turísticos comercializados, equipamentos de hospedagem, alimentação e outros serviços concentram-se em Diamantina e Serro, estes deverão se constituir nos principais destinos turísticos da área pesquisada.

Como a OMT estima que, em 2020, 76% das viagens sejam de curta distância, o que aponta a tendência do desenvolvimento do turismo intra-regional e de curta distância, as duas cidades, ao adotarem a recomendação de se focarem em destinos emissores próximos, apresentarão posicionamento correto no mercado, buscando fortalecer-se prioritariamente no que tange ao fluxo turístico nacional/ estadual/ regional (MENDONÇA *apud* MONTORO, 2003, p. 30).

Serão apresentados, de agora em diante, os dados da pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro. O estudo do PDITS comprovou, em relação á atratividade turística, a grande concentração do potencial do Pólo nas cidades de Diamantina e Serro. Dos 384 atrativos levantados nos 30 municípios, 195 (50,78%) encontram-se localizados nas duas, conforme tabela a seguir. Infere-se ainda que prevalecem grandemente os atrativos de caráter cultural sobre os demais.

TABELA 14
Número e tipo de atrativos por município da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003

Município	Total de atrativos	Histórico-culturais	Atrativos Naturais	Manifestações culturais	Acontecimentos Programados	Realizações técnicas e científicas
Diamantina	106	46	22	30	7	1
Serro	89	29	28	29	2	1
TOTAL PÓLO	384	125	112	123	22	2

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2003.

Elaboração: Turminas/Setur. Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Adaptado pelo autor.

No que tange à hierarquização dos atrativos, conforme anteriormente citado, Serro e Diamantina concentram os de categoria superior. Lembrando que o PDITS utilizou a seguinte classificação, de acordo com a Fundação João Pinheiro (2003, p. 65):

Hierarquia I: de 3,26 a 4,00 – Atrativo turístico de excepcional valor e grande significado para o mercado turístico internacional, capaz, por si só, de motivar importantes correntes de visitantes, atuais ou potenciais, tanto internacionais como nacionais.

Hierarquia II: de 2,51 a 3,25 – Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente, atual ou potencial, de visitantes nacionais ou internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.

Hierarquia III: de 1,76 a 2,50 – Atrativo turístico com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.

Hierarquia IV: de 1,00 a 1,75 – Atrativo turístico complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.

S/H – Sem Hierarquia.

Localizam-se nos municípios 60% dos atrativos histórico-culturais do Pólo, abrangendo o único atrativo classificado na hierarquia 1 (o Conjunto Arquitetônico de Diamantina), 25 dos 26 da hierarquia 2 e 34 dos 45 da hierarquia 3. Somente no grupo 4 a participação é mais discreta, sendo 15 em um total de 53 bens.

No que se refere aos atrativos naturais, o percentual permanece significativo (44,6%), mas não representa mais a maioria. Nas manifestações culturais (47,9% do total) e acontecimentos programados (40,9%) ocorre o mesmo. A preponderância retorna apenas nas realizações técnicas e científicas contemporâneas, onde 100% foram realizadas nas cidades de Serro e Diamantina. Estes dados são ilustrados pelas tabelas a seguir.

TABELA 15
Atrativos histórico-culturais e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003

Município	Histórico-culturais	Hierarquia				
		1	2	3	4	S/H
Diamantina	46	1	14	24	7	0
Serro	29	0	11	10	8	0
TOTAL PÓLO	125	1	26	45	53	0

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2003.

Elaboração: Turminas/Setur. Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Adaptado pelo autor.

TABELA 16
Atrativos naturais e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003

Município	Atrativos Naturais	Hierarquia				
		1	2	3	4	S/H
Diamantina	22	0	0	12	10	0
Serro	28	0	0	6	12	10
TOTAL PÓLO	112	0	1	32	56	23

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2003.

Elaboração: Turminas/Setur. Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Adaptado pelo autor.

TABELA 17
Manifestações culturais e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003

Município	Manifestações culturais	Hierarquia				
		1	2	3	4	S/H
Diamantina	30	0	7	9	3	11
Serro	29	0	3	8	9	9
TOTAL PÓLO	123	0	10	43	23	47

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2003.

Elaboração: Turminas/Setur. Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Adaptado pelo autor.

TABELA 18
Acontecimentos programados e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003

Município	Acontecimentos Programados	Hierarquia				
		1	2	3	4	S/H
Diamantina	7	0	1	5	0	1
Serro	2	0	0	2	0	0
TOTAL PÓLO	22	0	1	11	8	2

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2003.

Elaboração: Turminas/Setur. Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Adaptado pelo autor.

TABELA 19
Realizações técnicas e científicas contemporâneas e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003

Município	Realizações técnicas e científicas	Hierarquia				
		1	2	3	4	S/H
Diamantina	1	0	0	1	0	0
Serro	1	0	0	0	1	0
TOTAL PÓLO	2	0	0	1	1	0

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2003.

Elaboração: Turminas/Setur. Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Adaptado pelo autor.

O detalhamento dos atrativos das categorias I a IV de Serro e Diamantina encontram-se a seguir:

TABELA 20
Atrativos com hierarquia I e II nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003

MUNICÍPIO	ATRATIVO	CATEGORIA	HIERARQUIA
Diamantina	Conjunto Arquitetônico da Cidade de Diamantina	Histórico-culturais	I
Diamantina	Casa de Chica da Silva	Histórico-culturais	II
Diamantina	Casa de Juscelino	Histórico-culturais	II
Diamantina	Casa do Forro Pintado	Histórico-culturais	II
Diamantina	Casa do Muxarabi/Biblioteca Antônio Torres	Histórico-culturais	II
Diamantina	Casa e Passadiço da Glória/Instituto Eschwege	Histórico-culturais	II
Diamantina	Conjunto Arquitetônico do Biribiri	Histórico-culturais	II
Diamantina	Fórum de Diamantina	Histórico-culturais	II
Diamantina	Igreja Nossa Senhora das Mercês	Histórico-culturais	II
Diamantina	Igreja de Nossa Senhora do Amparo	Histórico-culturais	II
Diamantina	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Histórico-culturais	II
Diamantina	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Histórico-culturais	II
Diamantina	Igreja São Francisco de Assis	Histórico-culturais	II
Diamantina	Mercado Velho	Histórico-culturais	II
Diamantina	Casa do Padre Rolim / Museu do Diamante	Histórico-culturais	II
Diamantina	Carnaval	Manif. culturais	II
Diamantina	Dia da Seresta/Aniversário de JK	Manif. culturais	II
Diamantina	Festa do Divino	Manif. culturais	II
Diamantina	Festa do Rosário dos Pretos	Manif. culturais	II
Diamantina	Semana Santa	Manif. culturais	II
Diamantina	Tapetes arraiolo (artesanato)	Manif. culturais	II
Diamantina	Vesperata	Manif. culturais	II
Diamantina	Festival de Inverno da UFMG	Acont. Programados	II
Serro	Casa dos Ottoni	Histórico-culturais	II
Serro	Capela de Santa Rita	Histórico-culturais	II
Serro	Conj. Arquitetônico e Paisagístico do Serro	Histórico-culturais	II
Serro	Chácara do Barão do Serro	Histórico-culturais	II
Serro	Casa do Barão de Diamantina/Escola Estadual Ministro Edmundo Lins	Histórico-culturais	II
Serro	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Histórico-culturais	II
Serro	Igreja do Bom Jesus de Matozinhos	Histórico-culturais	II

Serro	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Histórico-culturais	II
Serro	Casa do Comendador Carneiro/Prefeitura do Municipal do Serro	Histórico-culturais	II
Serro	Distrito de Milho Verde	Histórico-culturais	II
Serro	Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras	Histórico-culturais	II
Serro	Festa do Divino	Manif. culturais	II
Serro	Festa do Rosário	Manif. culturais	II
Serro	Semana Santa	Manif. culturais	II

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2003.

Elaboração: Turminas/Setur. Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Adaptado pelo autor.

TABELA 21
Atrativos com hierarquia III nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003

MUNICÍPIO	ATRATIVO	CATEGORIA	HIERARQUIA
Diamantina	Basílica do Sagrado Coração de Jesus	Histórico-culturais	III
Diamantina	Beco do Mota	Histórico-culturais	III
Diamantina	Capela de Nossa Senhora da Luz	Histórico-culturais	III
Diamantina	Capela de Santa Rita (Distrito de Sopa)	Histórico-culturais	III
Diamantina	Capela do Senhor do Bonfim (Distrito de São João da Chapada)	Histórico-culturais	III
Diamantina	Casa da Intendência /Prefeitura	Histórico-culturais	III
Diamantina	Casa da Pedra (Distrito de Extração)	Histórico-culturais	III
Diamantina	Chafariz da Câmara	Histórico-culturais	III
Diamantina	Chafariz do Rosário	Histórico-culturais	III
Diamantina	Cruzeiro da Serra	Histórico-culturais	III
Diamantina	Distrito de Extração	Histórico-culturais	III
Diamantina	Estação Ferroviária	Histórico-culturais	III
Diamantina	Fundação Cultural e Artística de Diamantina	Histórico-culturais	III
Diamantina	Igreja de Nosso Senhor do Bonfim	Histórico-culturais	III
Diamantina	Igreja do Rosário (Distrito de Extração)	Histórico-culturais	III
Diamantina	Igreja Matriz de Santana (Distrito de Inhaí)	Histórico-culturais	III
Diamantina	Museu da Seresta / Projeto Memorial Musical	Histórico-culturais	III
Diamantina	Museu da Memória do Pão de Santo Antônio / Pia União do Pão de Santo Antônio	Histórico-culturais	III
Diamantina	Palácio Arquiepiscopal	Histórico-culturais	III
Diamantina	Paróquia Santo Antônio da Sé	Histórico-culturais	III
Diamantina	Rua do Burgalhau	Histórico-culturais	III
Diamantina	Santa Casa de Caridade	Histórico-culturais	III
Diamantina	Vilarejo de Quartéis	Histórico-culturais	III
Diamantina	Pinturas Rupestres	Histórico-culturais	III
Diamantina	Praia da Ponte do Acaba Mundo (Distrito de Extração)	Naturais	III
Diamantina	Cachoeira das Fadas (Distrito de Conselheiro Mata)	Naturais	III
Diamantina	Cachoeira do Figueiredo	Naturais	III
Diamantina	Cachoeira de Mendanha (APA Santa Polônia)	Naturais	III
Diamantina	Cachoeira do Tombadouro	Naturais	III
Diamantina	Cachoeira Três Quedas (Distrito de Conselheiro Mata)	Naturais	III
Diamantina	Caminho dos Escravos	Naturais	III
Diamantina	Gruta do Salitre (Distrito de Extração)	Naturais	III
Diamantina	Parque Estadual do Biibiri	Naturais	III
Diamantina	Parque Nacional das Sempre-Vivas	Naturais	III
Diamantina	Represa de Curralinho (Extração)	Naturais	III
Diamantina	Serra dos Cristais	Naturais	III
Diamantina	Arranjos de sempre-vivas (artesanato)	Manif. culturais	III
Diamantina	Feira do Mercado Velho	Manif. culturais	III
Diamantina	Festa de Nossa Senhora do Carmo	Manif. culturais	III
Diamantina	Festa de Nossa Senhora de Santana	Manif. culturais	III
Diamantina	Festa de Santo Antônio	Manif. culturais	III

Diamantina	Oratório (artesanato)	Manif. culturais	III
Diamantina	Bordados em Ponto-cruz	Manif. culturais	III
Diamantina	Porcelana Pintada à Mão	Manif. culturais	III
Diamantina	Gastronomia típica	Manif. culturais	III
Diamantina	Café no Beco	Acont. Programados	III
Diamantina	Circuito de Corais	Acont. Programados	III
Diamantina	Encontro Musical Lobo de Mesquita	Acont. Programados	III
Diamantina	Exposição de Artesanato	Acont. Programados	III
Diamantina	Oficina Viva de Artesanato	Acont. Programados	III
Diamantina	Garimpo Desativado Lavra Lavrinha	Real. Téc. Cient. Cont.	III

MUNICÍPIO	ATRATIVO	CATEGORIA	HIERARQUIA
Serro	Casa de Fundação/Casa de Caridade Santa Tereza	Histórico-culturais	III
Serro	Casa de General Carneiro	Histórico-culturais	III
Serro	Casa de João Pinheiro	Histórico-culturais	III
Serro	Casa de Pedro Lessa – Pousada do Príncipe	Histórico-culturais	III
Serro	Povoado de Capivari	Histórico-culturais	III
Serro	Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres (Milho Verde)	Histórico-culturais	III
Serro	Igreja Matriz de São Gonçalo (São Gonçalo do Rio das Pedras)	Histórico-culturais	III
Serro	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Histórico-culturais	III
Serro	Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Milho Verde)	Histórico-culturais	III
Serro	Residência do Doutor Advíncula Reis	Histórico-culturais	III
Serro	Cachoeira do Carijó (Milho Verde)	Naturais	III
Serro	Cachoeira do Lajeado (Milho Verde)	Naturais	III
Serro	Cachoeira do Moinho (Milho Verde)	Naturais	III
Serro	Cachoeira do Piolho (Milho Verde)	Naturais	III
Serro	Parque Estadual do Pico do Itambé	Naturais	III
Serro	Pico do Itambé (Deputado Augusto Clementino)	Naturais	III
Serro	Arranjos em sempre-viva (São Gonçalo do Rio das Pedras)	Manif. culturais	III
Serro	Artesanato em pedra sabão e barro	Manif. culturais	III
Serro	Corpus Christi	Manif. culturais	III
Serro	Festa do Cavalo	Manif. culturais	III
Serro	Festa do Queijo	Manif. culturais	III
Serro	Procissão de Cinzas	Manif. culturais	III
Serro	Queijo do Serro	Manif. culturais	III
Serro	Gastronomia típica	Manif. culturais	III
Serro	Bolerata	Acont. Programados	III
Serro	Festa Agropecuária	Acont. Programados	III

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2003.

Elaboração: Turminas/Setur. Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Adaptado pelo autor.

TABELA 22
Atrativos com hierarquia IV nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003

MUNICÍPIO	ATRATIVO	CATEGORIA	HIERARQUIA
Diamantina	Arquivo Municipal	Histórico-culturais	IV
Diamantina	Distrito de Inhaí	Histórico-culturais	IV
Diamantina	Distrito de Mendanha	Histórico-culturais	IV
Diamantina	Distrito de São João da Chapada	Histórico-culturais	IV
Diamantina	Distrito de Sopa	Histórico-culturais	IV
Diamantina	Distrito de Guinda	Histórico-culturais	IV
Diamantina	Mercado (Distrito de Extração)	Histórico-culturais	IV
Diamantina	Córrego do Guinda	Naturais	IV
Diamantina	Cachoeira dos Cristais (Parque Estadual do Biribiri)	Naturais	IV
Diamantina	Cachoeira da Estrada	Naturais	IV
Diamantina	Cachoeira da Sentinela (Parque Estadual do Biribiri)	Naturais	IV
Diamantina	Cachoeira da Toca	Naturais	IV
Diamantina	Escorregador	Naturais	IV
Diamantina	Gruta do Monte Cristo	Naturais	IV
Diamantina	Praia do Vau	Naturais	IV
Diamantina	Pedra da Tromba D'anta	Naturais	IV
Diamantina	Serra da Miúda	Naturais	IV
Diamantina	Festa de Nossa Senhora das Mercês	Manif. culturais	IV
Diamantina	Festa do Sagrado Coração de Jesus	Manif. culturais	IV
Diamantina	Festa de Santa Cruz	Manif. culturais	IV
Serro	Capela de São Miguel e Almas / Cemitério Municipal	Histórico-culturais	IV
Serro	Capela de Santa Teresa	Histórico-culturais	IV
Serro	Capela do Menino Antônio	Histórico-culturais	IV
Serro	Capela de nossa Senhora do Rosário (São G. do Rio das Pedras)	Histórico-culturais	IV
Serro	Casa da Rua do Rosário nº 86	Histórico-culturais	IV
Serro	Distrito de Deputado Augusto Clementino	Histórico-culturais	IV
Serro	Pinturas Rupestres – Serra do Raio	Histórico-culturais	IV
Serro	Rancho de Tropas	Histórico-culturais	IV
Serro	Alto da Serra do Caroulo (Deputado Augusto Clementino)	Naturais	IV
Serro	Cachoeira do Amaral (Deputado Augusto Clementino)	Naturais	IV
Serro	Cachoeira do Buraquinho (Deputado Augusto Clementino)	Naturais	IV
Serro	Cachoeira e Cascata do Malheiros (Deputado Augusto Clementino)	Naturais	IV
Serro	Cachoeira da Cascatinha (São Gonçalo do Rio das Pedras)	Naturais	IV
Serro	Cachoeira do Comércio (São Gonçalo do Rio das Pedras)	Naturais	IV
Serro	Cachoeira da Grotta Seca (São Gonçalo do Rio das Pedras)	Naturais	IV
Serro	Cachoeira Pedra da Rapadura (São Gonçalo do Rio das Pedras)	Naturais	IV
Serro	Cachoeira do Tempo Perdido (Milho Verde)	Naturais	IV
Serro	Pedra Redonda (Deputado Augusto Clementino)	Naturais	IV
Serro	Pico do Raio (São Gonçalo do rio das Pedras)	Naturais	IV
Serro	Poção (Deputado Augusto Clementino)	Naturais	IV
Serro	Aniversário de Serro	Manif. culturais	IV
Serro	Carnaval	Manif. culturais	IV
Serro	Festas Juninas	Manif. culturais	IV
Serro	Procissão para Pedra Redonda	Manif. culturais	IV
Serro	Semana de Santa Cecília	Manif. culturais	IV
Serro	Escultura em madeira	Manif. culturais	IV
Serro	Miniaturas, maquetes e esculturas	Manif. culturais	IV
Serro	Pilão, jarros e cofres	Manif. culturais	IV
Serro	Vasos, cinzeiros, panelas e esculturas	Manif. culturais	IV
Serro	Fazenda Delis (Distrito de Milho Verde)	Real. Téc. Cient. Cont.	IV

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2003.

Elaboração: Turminas/Setur. Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais Adaptado pelo autor.

Outros aspectos identificados na pesquisa referem-se à concentração temporal do fluxo e à deficiência de infra-estrutura. Nos atrativos para os quais existem dados sobre o fluxo turístico, há registro de visitação mais intensa nos fins de semana, feriados e férias escolares, indicando, portanto, certa sazonalidade, comum na atividade turística. Já a existência de infra-estrutura e serviços aparece apenas em 15,2% dos atrativos inventariados, revelando que os mesmos, em geral, não estão bem preparados para receber os turistas. Alguns dos principais atrativos turísticos da região – em especial, os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras no Serro, e o distrito de Extração, em Diamantina – têm acesso de terra precário e necessitam de melhorias na sua pavimentação (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p. 77).

É importante ressaltar que a existência de infra-estrutura e serviços de apoio ao turismo são imprescindíveis para o êxito da atividade em dada localidade. Como afirmam Rojek e Urry (2005, p. 124):

While sights/sites have been the mainstay of tourism, the combined pressures of visitation rates and heightened expectations of visitors have resulted in more elaborate forms of preservation and presentation. Many localities are attracted to develop tourism because they believe that simply having an attraction is sufficient to attract tourists; it is assumed that tourists will flock there irrespective of marketing (the lack of) and infrastructure development. As they discover to their surprise and cost, tourism is a demanding industry, in terms of the cost of infrastructure, maintenance and the need to regularly upgrade facilities and tourist packages (ROJEK e URRY, 2005, p. 124).

Com relação à força dos intermediários no serviço turístico local, dentre os vários atrativos existentes na região do Pólo, apenas 47 (13%) já são comercializados por agências de turismo. Dentre eles, 27 são atrativos histórico-culturais, 13 atrativos naturais, 5 manifestações culturais, 1 acontecimento programado e 1 é considerado realização técnica e científica contemporânea. Este baixo percentual de produtos comercializados da região, em face do número de atrativos existentes e de seu potencial de atração, pode ser explicado por diversos fatores, como: dificuldades de acesso, limitações de infra-estrutura geral e de visitação aos atrativos, falta de informações sobre os mesmos e limitações de mercado. Neste contexto regional, somente Diamantina e Serro destacam-se como efetivamente produtos turísticos, atraindo fluxos de turistas regionais, nacionais e internacionais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p. 78).

Sobre os serviços de apoio ao turismo, Serro e Diamantina novamente concentram boa parte do total existente no Pólo. No que se refere aos meios de hospedagem inventariados, 29, 57% encontram-se em Diamantina e 22,53% no Serro. Dos 71 meios de hospedagem do Pólo

(2015 leitos), 21 estão em Diamantina (722 leitos) e 16 no Serro (426 leitos). Os 13 hotéis da região classificados pelo Guia 4 Rodas encontram-se nas duas cidades. A taxa de ocupação nas duas cidades gira em torno de 45% (menos que a média do Pólo devido à maior oferta de estabelecimentos) e o período de permanência médio é de 4,3 dias em Diamantina e 2,3 no Serro, denotando como Diamantina tem sido mais atrativa para os visitantes que a cidade vizinha. No estado de Minas Gerais, a permanência média do turista é de cerca de dois dias e bastante sazonal, vinculada a feriados, bem inferior à média de sete dias de estadia nos principais destinos do Nordeste (SOARES *apud* DIAS e AGUIAR, 2002, p. 133).

A motivação principal dos turistas que visitam a região é o lazer (58,9%) seguida por negócios/eventos (40,4%) e trabalho diário (0,7%). É importante destacar que a motivação de eventos está muito ligada ao lazer – pois as cidades não realizam grandes eventos de negócios, por não possuírem espaços apropriados para tal - o que poderia aumentar o percentual do mesmo caso se aprofundasse nesse mérito.

Com relação à hotelaria, a estimativa é que haja 186 pessoas empregadas em Diamantina neste setor e 94 no Serro, dentro de um contingente de 441 no Pólo. Com relação aos problemas destes estabelecimentos, os mais graves detectados são: a qualidade do atendimento e dos serviços prestados, baixa capacitação de funcionários, equipamentos inadequados e infraestrutura em geral.

Os serviços de alimentação foram bem avaliados em Serro e Diamantina, que apresentam as melhores opções da região, concentrando 40,37% da oferta regional. Estima-se que haja 187 empregados em restaurantes e similares em Diamantina e 93 no Serro, de um total de 515 no Pólo. Todavia, detectou-se que os mesmos carecem de maior qualidade nos serviços, capacitação dos funcionários e promoção da gastronomia local. Dados da Secretaria de Estado da Fazenda mostram que estes dois setores – alojamento e alimentação – que são bastante sensíveis ao turismo, vem aumentando sua importância na arrecadação de impostos das duas cidades. Atualmente, o valor de Diamantina já corresponde a 34,84% do total arrecado pelos setores no Pólo, enquanto o Serro ainda tem participação pequena -3,69% - mas com tendência ascendente (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p. 82, 83).

Em relação às agências de viagens e turismo, existem 6 no Pólo, sendo 1 emissiva e 2 receptivas em Diamantina, e 2 receptivas no Serro. Trata-se de um número pequeno se comparado ao potencial turístico da região. O mesmo ocorre com as locadoras de veículos. Só

existem duas no Pólo, sendo uma em Diamantina e nenhuma no Serro. As transportadoras também são escassas – 6 no total, sendo 2 em Diamantina e nenhuma no Serro. Os estabelecimentos de lazer e entretenimento detectados nas cidades foram apenas 6 em Diamantina (além de 1 noturno) e 3 no Serro, em um total de 37 no Pólo, demonstrando grave lacuna do turismo local. Já no número de estabelecimentos que comercializam artesanato, as duas cidades voltam a ter a primazia e significância. Dos 29 existentes, 41,3% estão em Diamantina e 20,7% no Serro. Os produtos artesanais principais de Diamantina são o tapete arraiolo, oratórios, porcelana pintada à mão, arranjos de flor e bordado em ponto cruz, e no Serro vasos, frutas de cera, ponto cruz, crochê, esculturas, colchas, tapetes, painéis, chapéus e bonecas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p. 84-86).

A deficiência na infra-estrutura básica e nos serviços de apoio ao turismo, diagnosticadas pelo PDITS, são sentidas e diagnosticadas pela comunidade, como revelam os trechos de entrevistas a seguir, que versam sobre o mesmo problema, porém sobre óticas distintas. No primeiro caso, a moradora do distrito sede do Serro diagnostica que há fluxo turístico, mas carece-se de estruturação para recebê-lo. No segundo e terceiro, as habitantes do distrito serrano de Três Barras avaliam que a causa da inexistência de fluxo turístico para a localidade é a inexistência de atrativos e serviços de apoio ao turista. E no último, a entrevistada afirma que, mesmo no distrito sede do Serro, onde já existe fluxo turístico considerável, falta ousadia dos empresários para investir em novos equipamentos, que poderiam dinamizar o turismo e a economia local.

Tem, tem um número de pessoas também, muito grande. É. Isso. Tem muito. Mas a gente num tem uma estrutura ainda! (Maria do Rosário).

Num atrapalha porque eles não para aqui né, principalmente porque não tem uma pousada boa aqui, se tivesse uma pousada boa pelo menos, parava, né, mas não tem, então eles não para. (Rosa)

Milho Verde é que enche lá de turista. Aqui eles não vêm não. Nem aqui nem São Gonçalo eles não aceitou né? Turistas. Aqui eles nunca... vem alguns aí pro poção, que sente calor pra nadar, né? (Odília).

Se você pensá, não, vou fazê um projeto e vô trazê pra cá x ônibus, cê num vai tê... leito. Né? Então, qué dizê, é ainda.... porquê, porquê os empresários aqui num acreditam! Não acreditam. Então, realmente cê num tem, cê num vê assim, as pessoas num, num gastam fazendo um café... uma coisa interessante, sabe? Porquê elas não acreditam ainda. Sabe? Então eu num sei quando, quando vai cê isso. Né? (Maria do Rosário).

Quanto à avaliação do marketing turístico da região, foi detectado que a principal forma de divulgação vem sendo o “boca-a-boca” – indicação de amigos, seguida pela televisão. Isto denota que a região investe ainda pouco no marketing direto ao consumidor, valendo-se mais de formas indiretas. Existe, portanto, grande potencial para crescimento neste campo por parte das instituições e empresas locais.

TABELA 23
Meios de comunicação que influenciaram a visita ao Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MEIOS DE COMUNICAÇÃO	FREQUÊNCIA	
	Abs.	%
Folders e guias de agências	9	6,2
Recomendações de amigos	55	37,7
Internet	6	4,1
Jornal / Revistas	10	6,8
Televisão	17	11,6
Outros meios de comunicação	67	45,9

Fonte: Resultados da pesquisa

Elaboração: Turminas/Setur. Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Este aspecto foi inclusive citado por uma entrevistada de Diamantina, que por seu conhecimento da cidade percebe como o marketing “boca-a-boca” é fundamental para o crescimento do turismo na cidade:

Então a propaganda, na mídia.... uma propaganda dessa aí é extremamente importante. Mas o boca a boca também é. Turista que não fica satisfeito numa cidade ele num volta mesmo! E fala pras pessoas, e... Isso que eu acho que a população, atualmente, já começô a se preocupá com isso. Tem que dá um bom exemplo, tem que tratá bem, pra que os outros voltem. (Josefina)

Foi abordado ainda no estudo um breve perfil do público que visita a região. Este tipo de informação é fundamental para os planejadores turísticos da cidade, pois permitem avaliar como devem ser direcionadas as estratégias de estruturação do produto, bem como as de marketing, tendo em vista os objetivos e metas locais. Em relação aos meios de hospedagem que os turistas pesquisados tinham utilizado ou pretendiam utilizar durante a viagem, os mais citados foram casa de parentes e/ou amigos, 34,9%; hospedagem em hotéis, 30,8% (turistas que viajavam de automóvel); pousadas, 16,4%; e camping e imóveis alugados, cada, com menos de 1%.

Dos turistas entrevistados, 53,9% viajavam em grupo de três ou mais pessoas para a região; 33,3% viajavam sozinhos; e 12,8% eram compostos por casais turistas que viajavam de automóvel.

Com relação à renda mensal individual dos entrevistados, o intervalo de renda entre 5 a 10 salários-mínimos, foi o que se apresentou como o mais freqüentemente apontado, com 36,3%; entre 1 e 5 salários-mínimos, 30,1%; entre 10 a 20 salários mínimos, 12,3%; acima de 20 salários mínimos, 8,9%; e até 1 salário mínimo, 8,9%. Não responderam a essa questão, 3,4% dos turistas. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, v. 10, p. 36).

Segundo as percepções de uma entrevistada do Serro e duas de Diamantina, o perfil do turista local é interessante e adequado ao tipo de turismo que se pratica na região, de caráter diferenciado dos destinos de massa:

O Serro, a vida inteira a gente teve um turismo, mesmo quando era pouco, mais... de família. Sabe? Muito família. E pessoas que vêm por mais tempo. Né? Que vem pra ficar mais tempo. Num, num é aquele turista que... fica um dia, e... Quando eu falo Serro, eu falo muito é de São Gonçalo também. Né? Principalmente São Gonçalo e Milho Verde são distritos mais de jovens....E tal. Mas principalmente São Gonçalo, cê vê *** famílias inteiras, né? Então esse, eu acho que é um turismo diferenciado. As pessoas quando vêm pra cá.... E é engraçado que por muito tempo a gente tinha um turismo grande de paulistas! E acho que até hoje inda continua isso. Sabe? Sempre teve muito.... essa, eu sempre percebi muito isso. Né? São pessoas que, vêm pra descansar mesmo.... né? Que vem pra ficar um tempo... Talvez até por causa dessa questão docê num tê a possibilidade do ônibus... de turista, e tal. Então as pessoas vêm muito *** né? Tanto pela região... né?: Então, mais é um pouco que fica por mais dias. Né? Tem muito isso. (E é um pouco assim, que traz, benefícios ou é um pouco que incomoda? Como é que fica nesse sentido?) Olha, a maioria traz benefícios. Né? Aqui eu tenho até aquele trabalho do turismo solidário... É! E essa, esse turista que sempre disponibilizô, de, de um pouco da sua profissão pelo lugar, entendeu? Médicos, que, que atendiam, dermatologistas... sabe? Que sempre teve essa relação. É... mesmo profissionais, né? Que ajudaram escolas, fizeram projetos, que ajudaram a associação, então... Acho que isso sempre teve! (Maria do Rosário).

Eu, eu espero que continue esse turismo, sabe? Num crie uma avalanche de pessoas por aqui. (Risos) Esse turismo, que.... (Que não traz benefício, mas.... degrada né?) É. Se apropriam da cidade... sabe? Convive com a cidade, de uma maneira mais tranquila... né? Eu acho que é por aí. É um turista que vem pra conhecê realmente o quê que é né? O que que é vivê numa cidade pequena. (Maria do Rosário).

Eu acho, eu acho positiva sim. Não... eu acho interessante isso. E a população acha... Porque é um público mais tranquilo, é um público mais calmo... Tem tido muito jovem, mais assim de excursão de escola. (Josefina).

E num vem gente da baderna aqui também não, né? Engraçado! Nosso turista num é baderneiro. Até os estudante nosso, que vem ônibus, das regiões aqui perto... ou mesmo de outra cidade, o pessoal sai encantado! E a gente fica encantado com eles também, sabe? (Placidina).

O estudo identificou um crescimento anual do fluxo turístico para a região, embora em pequena escala. Apesar de os dados não estarem divididos por municípios, foi informado que a grande maioria deste fluxo concentra-se nas cidades de Diamantina e Serro. Um dado fornecido foi que em Diamantina observa-se uma evolução da receita média mensal das hospedagens na ordem de 0,57% de 2001 para 2002 e de 2,94% de 2000 para 2001.

TABELA 24
Fluxo turístico anual estimado para os municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

ANO	NÚMERO DE TURISTAS
2000	322.424
2001	331.907
2002	333.804

Fonte: Resultados da pesquisa.

Elaboração: Turminas/Setur. Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

A comunidade local percebe o aumento do fluxo turístico local, como denotam as falas de entrevistados. Em Diamantina, como mostram as duas falas a seguir, o fato marcante que ocasionou este aumento é, segundo os moradores, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade obtido em 1999 junto à UNESCO.

Eles têm vindo muito. Depois que passou a patrimônio. Antes não. (Josefina).

A cidade deu uma... melhorada.! E o turismo também melhorou muito depois de que Diamantina passô a patrimônio! (Josefina).

Outros entrevistados apenas constataam o crescimento do fluxo nos distritos de São Gonçalo (Serro) e Mendanha (Diamantina), ainda que com certo grau de indeterminação sobre estas afirmações.

(E o turismo aqui tem crescido, como é que tá?) Parece que tem crescido. Todo dia ocê vê turma de fora por aí. (Geraldo).

Acho muito bom ...Uai, vem sempre, vem sempre... como eu tô contando a você, eu não participo. Eu participo, eu preparo as meninas para recebê-los, para eles verem... O que já fizemos de encomendas pra turistas! (Dalva).

Já no Serro, o crescimento do turismo é relacionado ao trabalho conjunto do governo, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade em prol do desenvolvimento da atividade na cidade, como revelado nestas transcrições.

Hoje melhorô muito... Hoje e dia o crescimento assim na parte de turismo aqui tá muito bom! Eles tão fazendo um trabalho muito bom aí né?... Com o secretário de turismo! E tão chamando mais turista aqui, *** a gente crescê mais, pra tá aí pelejano... E eles agora tão fazendo uma... era primeiro só bolerata né? Agora eles inventaram tamém a retreta!... tem vindo muito turista aqui. Agora mesmo em época de férias, as pousadas, *** ficam sempre cheias de gente né? (Maria das Dores).

Né? *** eu acho assim, já aumentô muito. O número de, de visitas.... essa possibilidade de, das igrejas abertas... né? Então que é, é poder público junto com, com Ong né? Que tem conseguido isso! (Maria do Rosário)

Como única exceção, uma moradora do distrito serrano de Milho Verde acredita que o fluxo turístico na localidade tem diminuído:

Aumentô muito. Agora tá diminuindo mais! Hoje tem menos do que tinha antes! (...) Dessa vez teve menos agora! Agora nesse encontro cultural tava muito menos! E.. todo ano aqui... essa rua fica... repleta de gente mesmo. (Maria das Mercês).

Retornando-se ao diagnóstico sobre o ambiente interno, outros pontos fracos das cidades constatados pelo PDITS foram: a deficiência dos terminais rodoviários das duas cidades, em sua estrutura e na ausência de postos de informação turística; inexistência de centros de convenções de médio porte para eventos; percepção da comunidade de baixo investimento municipal no fomento ao turismo; necessidade de implantação de sistemas de qualidade nas empresas do setor; fragilidade do associativismo local e dos mecanismos de participação; baixa integração das empresas turísticas locais às redes de comercialização do produto turístico; necessidade de disponibilização de linhas de crédito ao setor privado; deficiência na sinalização turística indicativa e interpretativa; estratégias inadequadas e investimentos insuficientes no campo do marketing dos destinos; baixa capacitação dos taxistas e prestadores de serviços turísticos em geral (apesar das crescentes ações de qualificação empreendidas na região pelo SEBRAE, SENAC, EMATER e outras instituições); ausência ou deficiência de treinamentos em turismo para os empresários (e seus empregados) das cidades; baixo investimento privado na melhoria dos serviços de apoio ao turismo em geral, devido à falta de sensibilização dos mesmos e da

comunidade para o potencial e importância da atividade; aumento sazonal da criminalidade (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p. 86, 87).

Sobre este último aspecto, criminalidade, apesar de não existir um crescimento significativo dos índices, existe um aumento detectado na sensação de insegurança da população local. Esta tem receio da presença constante do visitante, a quem atribui a responsabilidade pela diminuição da tranquilidade local e pela inserção de drogas como a maconha, demandando-se assim um maior contingente policial para a localidade, como percebe-se nas falas a seguir, de uma moradora do pequeno distrito serrano de Milho Verde:

Porque aqui tá crescendo demais! Tamém... Deus vai mais Deus vai ajudá que num vai atrapalhá... Que aqui antigamente ocê podia largá uma casa aberta, num precisava fechá, podia saí uma dona... uma moça... pra todo canto, mais sem perigo! Agora a gente num sabe, porque tem muita gente de fora, se vem muita gente boa que... eu num esqueço dos turista. Que aqui em casa é cheio dos turista! Gosto muito deles. Mais tá vindo gente de muitos lugares! A gente num conhece né? Num dá pra confiá né? (Maria das Mercês).

Alguns traz... a ... alguma maconha né? Mais.... maconha tá... pro mundo todo!? Não gostei não... Que aqui num tinha isso não! Agora tá pra todo canto! Mais é pra todo canto! *** Alguma trouxe né!*** Mais agora o mundo tá atrapalado é pra todo lado!? Num pó falá que só que trouxeram né? Que aqui num é todo mundo que usa esses trem não! (Maria das Mercês).

Inda mais agora que tá ficando muito movimentado aqui né? E... precisava de tê...muita proteção aqui né? Precisava de tê umas polícia aqui tamém! Que aqui tá ficando muito... revoltoso agora! *** Outras coisas que num tinha...Que eu tô dessa idade, nunca vi e tô vendo aí certas coisas ***. Não tá dando certo né? (Maria das Mercês).

Em geral, porém, a convivência dos moradores das duas cidades com os turistas é bastante harmônica. O diamantinense e o serrano são hospitaleiros, e gostam de receber visitantes, que por sua vez são bem vistos pelas comunidades, como revelam as transcrições de entrevistas a seguir. Exceção feita ao período do Carnaval, citado (de maneira velada) por dois moradores como uma época em que esta convivência deixa de ser tão pacífica.

(O turismo) Ah, representa muito! Eu acho que quando vem turismo aqui, que vem praqui os turistas, eu acho bom que vem movimento pra mim. (Risos) ... É uai! A gente tem que tratá bem, gostá, porque eles vem... vem trazê alguma coisa pra gente! Conhecimento tamém né? (...) Então... turista é bom e a gente assim... faz amizade, toma conhecimento de outras pessoas, ocê conversa, bate um papo... Vê o valor que todo mundo tem né? (...) Traz o desenvolvimento, traz o crescimento... traz novas.... é... sobre todo ponto de vista né? Comercial, mas como assim... a fazê amizades e... de um aconchego né? Com a gente! Vem muita gente boa também, num vem gente ruim não. Vem muita gente boa né? (É... o turista que vem mais aqui pro Serro, ele é um turista assim, que ele trata bem ou ele trata mais com....) Não. Eu nunca vi *** Que trouxesse

problema não! Nessa época de carnaval vem muita gente de fora... a gente faz até umas... liga som aqui na porta, dá muito movimento, tem muita gente de fora, mas graças a Deus ele nunca veio.... ele nunca deu amolação não? (Maria das Dores).

São pessoas excelentes! Eu, eu, eu tenho a oportunidade agora de estar mexendo com isso... De tá... de tá em contato direto com o turista, são pessoas amáveis, interessadas, educadas! Eu... como eu te disse tem apenas um ano e dois meses esse projeto do nosso garimpo. E... pelo menos agora, até agora todas as pessoas que eu tive contato e não foram poucas... eu considero amigas. Foi muito gratificante... conhecê-las. E eu acho que a maioria é assim, a maioria. Só precisa de uma oportunidade pra... né? Se deixar conhecê. (E algum aspecto negativo... dos turistas, que ocê acha que traz pra cidade, pra região...?) Não... não... Eu acho que não! Eu acho que o turista, ele sempre traz vantagens! O turista educado! É claro que a gente tá falando de pessoas educadas!?! Como tudo na vida tem os dois lados da moeda, é possível sim que venham turistas que não procedem direito, procedam direito, mais eu não tive a oportunidade de conhecê-los não, até agora... tá indo muito bem! Em Diamantina no carnaval... É que as vezes a gente tenha informações aí de pessoas que num procederam direito? Mais é uma festa... uma vez por ano... o pessoal bebe muito né... sai de controle... então existi... nós temo que dá também um desconto pra isso! Mais normalmente o turista ele é cem por cento. (Belmiro).

Como eu falei com ocê, de turismo eu entendo pouco. Turismo é quando os visitante. Os visitante que inrusive vem, dá endereço e lugar, porque eu num tenho um visitante aí que, assim, que a gente queixa dele, acha que ele foi aborrecido, acha que ele maltratou alguém, acha que ele fez alguma coisa errada em São Gonçalo, não. Todos eles que vêm, inclusive como você tá aí, todos eles que vem, vem pro bem, vem gastar um dinheirim na rua, ou que num gaste nada. Alguns às vezes até trazendo as coisas, dentro do carro, anda em qualquer lugar, num aborrece ninguém e nada. (Num aborrece não?) Não. Os turista que vem aqui tudo é decente. Como diz, num é os turista de bernal, como dizia muita gente aí não. (Não faz confusão não?) Não. Turista aqui só de linha. (A comunidade daqui gosta dos turistas?). É, uai. É porque eles num dão, num dão trabalho a ninguém, num aborrece ninguém. (Geraldo).

Pra mim é... todo mundo é bom também meu coração!?! Tem ninguém ruim pra mim não! E eu gosto! Gosto deles todos! Por enquanto nunca trouxeram nada ruim não né? (Maria das Mercês).

Não (tenho problema). Eu acho lindo que é pra a pessoa dialogar, ver pessoas diferentes, e saber que elas vieram pra nos conhecer, conhecer a nossa comunidade. (Dalva).

Eu sempre vi o turista assim, de muito bom grado, e muito feliz, e assim.. eles trazem muita coisa boa sim. Pelo menos eles trazem pra gente a vontade de que a gente continue, sabe? Porque, se eles compram o seu produto, se eles valorizam o seu produto. Cada dia cê vai crescer mais né? Então eu acredito muito no turista... Vai também crescê, vai ficá.... Eu gosto.... (Placidina).

É um ponto positivo pro lugar. Se veio, se gostou e voltou é porque achô bom né? (É... verdade. Porque se num gostá cê num volta... né?) Num volta. Num volto naquela cidade mais, povo feio, aborrecido... Né? Então é bom que tem que crescer, ficá educado! E tratá bem né? (Maria das Dores).

No campo da preservação do patrimônio cultural, o estudo detectou que o maior problema enfrentado hoje por Diamantina é a contenção da ocupação desordenada da Serra dos Cristais,

que interfere negativamente na paisagem histórica e na ambiência da cidade. Este monumento, tombado pelo IEPHA/MG, confere maior excepcionalidade ao patrimônio da cidade ao emoldurá-la. Para deter este processo de ocupação, além dos instrumentos legais e da atuação mais incisiva do Poder Público local, é necessário uma ampla discussão com a sociedade, evidenciando os impactos negativos dessa ocupação indevida, que prejudica a imagem, a qualidade ambiental e, portanto, o potencial turístico de Diamantina. Além disso, é necessário restaurar patrimônios antigos e importantes da cidade, como o Clube Social e a Cadeia Antiga. Faz-se necessária também, sob a ótica da valorização do acervo histórico de Diamantina, a complementação da rede subterrânea, pois existem ainda no núcleo tombado algumas ruas onde a fiação elétrica interfere negativamente na paisagem histórica (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p. 48, 49).

Já os distritos de Diamantina necessitam por parte da administração municipal e do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Diamantina de um trabalho maior de registro histórico e de identificação do patrimônio, a partir da realização de inventários. O órgão responsável pela política municipal de proteção é a Secretaria de Cultura e Turismo, que possui, inclusive, uma diretoria específica de cultura. O Conselho Municipal de Cultura foi criado em 9 de maio de 1997, pela Lei n. 2.414. Mais recentemente, a Lei n. 2.824, de 25 de março de 2003, estabeleceu as normas de proteção do Patrimônio Cultural do município de Diamantina, mais de acordo com as determinações do IEPHA no que diz respeito aos repasses do ICMS do Patrimônio Cultural. Dentro das suas limitações orçamentárias, o município vem investindo na restauração de alguns bens culturais e na realização de inventários. Além disso, vem acompanhando e participando das ações do Programa Monumenta/BID.

Com relação ao Serro, o estado de conservação do distrito sede é bom, mas verificam-se problemas graves de conservação patrimonial nos seus distritos, de grande importância histórica. Em São Gonçalo do Rio das Pedras, além da Igreja Matriz, tombada pelo IEPHA/MG, existe o tombamento municipal apenas do Rancho de Tropas. Tanto nesta localidade como na vizinha Milho Verde, contudo, todo o núcleo histórico deveria ser objeto de proteção, tendo em vista que, em função de seu conjunto histórico e das belas cachoeiras que existem no entorno, vem crescendo cada vez mais o número de visitantes, configurando-se o turismo, paralelamente à agricultura, como uma das fontes de renda da população local. Em ambos os casos, Milho Verde e São Gonçalo, são necessárias medidas urgentes de proteção e valorização do patrimônio para

evitar que esse potencial turístico venha se transformar em fator de destruição e descaracterização.

No que diz respeito à política municipal de patrimônio, o estudo destaca a Lei n. 1537, 8 de março de 2002, que criou o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Serro, em consonância com as exigências da Lei do ICMS do Patrimônio Cultural. Em virtude da importância do conjunto histórico e arquitetônico do Serro, as ações municipais nessa área já vêm de longa data, apesar da falta de recursos técnicos e financeiros, problema que atinge a grande maioria dos municípios mineiros. Além do inventário do patrimônio cultural dos distritos de Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras e Deputado Augusto Clementino, dado que o núcleo urbano já se encontra devidamente inventariado pelos órgãos do patrimônio estadual e federal, o governo municipal vem investindo na reforma e manutenção de alguns prédios e na reconstituição do calçamento das ruas do Centro Histórico.

É um fator positivo neste campo a existência da Superintendência Regional do IPHAN em Diamantina, com sua Sub-Regional no Serro, contando com três funcionários. Essa equipe faz um trabalho sistemático de conservação e preservação. Também já foram realizados trabalhos de educação patrimonial, o que vem contribuindo para a formação de parcerias entre instituições locais e governamentais.

Uma alternativa apresentada para os dois municípios, diante da sempre alegada falta de recursos para proteção do patrimônio, tem sido a utilização do ICMS Cultural em Minas Gerais, ação que vem contribuindo para a melhoria do estado de conservação dos bens patrimoniais. Para que possam obter os repasses pelo critério do patrimônio cultural, os municípios têm de apresentar o dossiê de tombamento e um laudo técnico acerca do estado de conservação do bem. Ressalte-se que não se considera, para efeito de pontuação, o bem que apresentar por dois anos consecutivos laudo de vistoria comprovando estado de conservação precário, estimulando o município a investir na restauração desses bens (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p. 53).

Para os moradores de Diamantina e Serro, em geral a cidade encontra-se bem preservada, como percebido nas entrevistas e detalhado no capítulo anterior, e evidenciado pela fala de uma diamantinense:

Então vem mantendo aquela, aquela tradição...Em termos de tradição eu acho que Diamantina tá bem... bem boa! É uma coisa que... pra preservá-la.... Com pequenos, pequenos erros e tudo, mais.... bem preservada! (Josefina).

Passando do diagnóstico do PDITS às propostas e ações do PRODETUR, que tem execução prevista até 2010, podem-se destacar diversas iniciativas previstas para a região. No tocante às manifestações culturais, grande atrativo regional, o Plano fez importantes recomendações; melhorar a infra-estrutura paralela aos eventos; valorizar a gastronomia; promover mais assertivamente as manifestações; sensibilizar a comunidade (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p. 109-10).

Quanto às propostas para o saneamento, as cidades de Diamantina e Serro são as mais contempladas no PRODETUR: projeta-se implantar/ampliar os sistemas de abastecimento de água nos distritos serranos de São Gonçalo e Milho Verde; ampliar o sistema de esgotamento sanitário de Diamantina e Serro; implantar sistemas de esgotamento sanitário em Milho Verde (Serro), São Gonçalo do Rio das Pedras (Serro), Capivari (Serro); fazer a drenagem, coleta seletiva de lixo, compostagem e reciclagem de resíduos sólidos em Diamantina e Serro; realizar ações complementares de drenagem e coleta de lixo nos distritos serranos de Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Capivari, e diamantinenses de Guinda, Mendanha e Sopa (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p. 111).

Propostas polêmicas do Programa são a pavimentação dos trechos Serro/Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras/Extração/Diamantina e a pavimentação asfáltica do trecho da MG-010 entre Serro e a cidade de Santo Antônio do Itambé.

A ligação asfáltica entre os distritos de Milho Verde e São Gonçalo, em especial, desperta indignação em setores da comunidade, apesar de ser aprovado por outros. O receio é que este projeto traga um grande fluxo para as localidades, que não possuem infra-estrutura básica para comportar um contingente maior de pessoas, o que pode ocasionar a degradação dos patrimônios natural e cultural locais. A moradora do Serro apresenta diversos argumentos contra este asfaltamento, inclusive fazendo uso do discurso histórico de rivalidade entre Diamantina e Serro, em que o serrano se sente sempre prejudicado pelas ações isoladas do diamantinense, tido como egoísta. Além disso, ela alega, com certa razão, que os benefícios irão majoritariamente para Diamantina, que poderá ter sua taxa de permanência média dos turistas aumentada, tendo em vista que as pessoas poderão passar o dia nos distritos, enquanto o Serro deverá arcar com os ônus da degradação patrimonial e ambiental destas localidades, sem auferir quase nenhum benefício:

E eu vi por exemplo, esse projeto da Prefeitura é horroroso! É horroroso para o ***. Sabe? E eles num querem conversa! Além de descaracterizá **** que são *** do ouro, né?... ainda que se conservam, descaracterizá.... Porquê querem passá com bloquete... com essas coisas... Na verdade num é nem pra desenvolvê lá, primeiro, assalto, eu acho que num é um turismo saudável. Porquê isso é um turismo de massa. Né? Num é o interesse. Né? E segundo, aí no meio do lugar passá bloquete! Pô!?! Pôe pedra! Então, pelo menos. Sabe. Né? Mas num é o interesse desenvolvê o Milho Verde e São Gonçalo não! Porquê Milho Verde e São Gonçalo vão virá pontes do quê? O turista, tá lá em Diamantina, ele vai, passa o dia em Milho Verde e São Gonçalo, e volta, pra dormir em Diamantina! Vai virá lugar de passagem, num é.... pra desenvolvê o turismo! E.... num recebe. Porquê, na verdade quem é que vai pagá os, os custos de tudo isso? É Diamantina? Não. O distrito é do Serro! E cadê! Né? Então é isso que eu falo, acho que num é uma rivalidade, mas Diamantina não pensa na região. Ela pensa nela! Ela quê.... resolvê os seus problemas. (Maria do Rosário).

É. Mais é.... As pessoas querem vê também desenvolvimento. Fala, ah... Diamantina, ah.... num sei o quê.... né? Num sei se é.... se é isso também. Mas podia pensar mais regionalmente, porquê.... por exemplo eu acho que se saí essa, Essa estrada Milho Verde, São Gonçalo que eu acho que a gente pesô tanto, que até hoje num conseguiu saf. (risos) Que eu espero que ela não saia, eu acho que ela pra Milho Verde e São Gonçalo é péssimo! Pra cidade é péssimo. Vai nos trazer só ônus! Né? E pra eles também vai. Porquê lá num vai cê o que é hoje! Né? As pessoas vão, ficam, né? Ficam dias e tal lá, vai cê.... E Diamantina está precisando disto! Se ocê conversá com, né, as pessoas que trabalham com turismo lá, sabem, Diamantina... não tem... é, o turista vai, fica dois dias... viu tudo. Pronto. Precisa, tá precisando de quê agora? De ter.... né? É.... outros lugares pra levá o turista. Então eles querem isso! Né? Porquê algum, um tempo atrás eles faziam isso aqui com o Serro. Mas aí a gente bateu o pé, falou não, perai, num é por aí não. Traziam de dia, e muito pior! Num deixavam a pessoa comprá nem um grão aqui. Nem o queijo daqui. Falava que lá tinha o queijo. Num tem. Diamantina num faz queijo do Serro. Nem isso eles deixavam. Sabe. Aí a gente começô a falá... né, começamo a discutír aqui na prefeitura e falá não, perai uai! Né? Num é por aí não! Nós num vamo.... vamo abri o nosso.... né o, a, a veia turística pra cá, e tal. Vamo.... né? Resolvê! Aí conseguimos né? (Maria do Rosário).

É. Ela é faca de dois gumes né? Aquilo que eu falei no princípio. Ela pode trazer desenvolvimento, né? Coisas boas, né? Mais ela também pode trazê esse turismo de massa, que não é interessante. Eu acho que não é interessante. É.... pra nossa região. Por isso que eu temo muito o asfalto, é.. de uma certa maneira. (...) Mas se asfaltá Serro, passando Milho Verde São Gonçalo, eu acho que num é por aí. Eu acho que deveria tê calçamento, nos lugares mais difícil, de mantê algumas coisas, pra que não fique tão perto, que as pessoas não chegue tão rápido, que aqui num seja um turismo de massa. Né? Porquê aí realmente você vai destruír, porquê.... não tem uma estrutura pra isso. O município num tem uma estrutura pra isso. Não tem uma centralização pra isso. É uma região que não tem só o patrimônio cultural, tem o patrimônio natural, né? A gente tem regiões ali de pinturas rupestres, que tão lá guardadas, mas que vão começá a cê, né? Vistas, e aí mexidas, tiradas... né? Então o turismo é muito interessante, mais eu acho que tem que sabê chegá. Tem que sabê chegá. Sabe? É... e aqui no Serro falta, falta até.... um crédito dada ****. Tem tanto tempo que se fala em turismo, turismo, turismo aqui e ele num chega! (Maria do Rosário).

Com a comunidade. Então eu, eu.... eu num acho que é por aí não. Eu acho que tem que.... tem que repensá isso, sabe? Tem que repensá. E eu senti isso muito, com essa história, da, dessa... asfalto. Porquê eles num quiseram ouví a comunidade... sabe? Foram grosseiros. Que eu escrevi no jornal, a mulher foi super grosseira, sabe? Escrevi! Mandeí uma carta pro jornal mesmo! Acho que a gente tem que.... sabe? Então qué dizê, eles não querem ouví a comunidade, não qué discutí. Porquê, ela foi discutí lá em São

Gonçalo, como é que cê vai falá pra uma comunidade, não, num traz asfalto. Uma comunidade que não tem uma possibilidade de, de ir e vir! Boa. Né? *** pra eles esse asfalto é uma maravilha! Mais... vai discutí com eles, tudo, as consequências pra vê si eles vão falá assim, não, então vamo calçá, purquê calçá também eu tenho! Não. Aí eles trazem a coisa, e colocam ****. Só aquilo que eles querem vê. Né? Até pra mostrar o negócio da, da... eles não me mostraram aquilo não! O negócio apareceu porquê a mulher clicô, e... apareceu. Aí nós rimo. Fala ah, quê quê isso. Eu falei uai, mas cê vai fazê uma, uma vila antiga e vai discharacterizá a que existe!? Então eu, eu tenho meus pezinho atrás. E, e ponho no jornal mesmo, eu num fico calada não. Pode cê só eu, mais eu falo. (Risos)... É. Foi o que eu falei. A cidade do Serro, ela se acomodô... As pessoas, elas têm muito medo de se... colocar. Então a gente acaba virando Cristo, mas eu... num me importo com isso não. (Maria do Rosário).

Polêmicas à parte, as projeções para o crescimento do turismo na região são animadoras, tornando os investimentos em infra-estrutura imprescindíveis para a sustentabilidade da atividade. Projeta-se um grande crescimento no número de dias de permanência dos turistas, e conseqüentemente nos seus gastos, que devem saltar de aproximadamente R\$ 18.939.108,89 em 2001 para R\$ 72.575.549,55 em 2020.

TABELA 25

Cenário otimista – Situação desejada com o aumento de dias DE permanência e dos gastos turísticos no Pólo

ANO	TURISTAS QUE UTILIZAM OS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM		TURISTAS QUE NÃO UTILIZAM OS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM		GASTO TOTAL DOS TURISTAS (R\$)
	Permanência de turistas (dias)*	Gasto total dos turistas no Pólo (R\$)**	Permanência total de turistas (dias)	Gasto total dos turistas no Pólo (R\$)	
2001	185.868	4.310.277,08	1.347.038	14.628.831,83	18.939.108,89
2002	196.277	4.660.030,69	1.354.737	14.712.442,28	19.372.472,96
2003	214.540	5.214.908,21	1.380.953	14.997.148,87	20.212.057,08
2004	235.056	5.849.644,99	1.410.880	15.321.938,51	21.171.583,50
2005	258.202	6.578.653,44	1.445.002	15.692.724,99	22.271.378,42
2006	284.434	7.419.562,12	1.484.023	16.116.493,84	23.536.055,96
2007	314.309	8.394.071,26	1.529.687	16.601.541,99	24.995.613,25
2008	348.510	9.529.071,70	1.579.906	17.157.781,30	26.686.853,00
2009	387.883	10.858.119,81	1.638.778	17.797.125,58	28.655.245,39
2010	433.478	12.423.396,91	1.706.629	18.533.987,76	30.957.384,68
2011	477.983	14.040.740,70	1.785.076	19.385.923,29	33.426.664,00
2012	513.544	15.885.345,93	1.876.102	20.374.469,52	35.459.815,45
2013	554.729	16.295.160,08	1.982.159	21.526.249,91	37.821.409,99
2014	602.756	17.705.968,69	2.106.302	22.874.439,41	40.580.398,10
2015	659.171	19.363.157,56	2.252.369	24.460.727,26	43.823.884,82
2016	725.955	21.324.937,82	2.425.228	26.337.971,65	47.662.909,47
2017	805.670	23.666.556,97	2.631.107	28.573.827,12	52.240.384,09
2018	901.663	26.486.362,67	2.878.062	31.255.755,04	57.742.117,71
2019	1.018.358	29.914.280,68	3.176.614	34.498.023,62	64.412.304,30
2020	1.161.666	34.123.943,87	3.540.664	38.451.605,69	72.575.549,55

Fonte: Dados básicos: Pesquisa de campo realizada em 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Observação: na situação desejada, considerou-se o crescimento do número de dias de permanência ano a ano, a uma taxa de 5%, até atingir o valor desejado de 4 dias de permanência.

** Observação: na situação desejada, considerou-se o crescimento do gasto diário ano a ano, a uma taxa de 7,5%, até atingir o valor desejado de R\$ 47,00 por dia de permanência

Percebe-se, portanto, um cenário otimista, para uma população que vê o turismo como uma ótima alternativa para geração de desenvolvimento sócio-econômico local. Apesar de hoje, como constatado nas falas abaixo, alguns moradores de Diamantina e Serro acreditarem que o

benefício econômico do turismo ainda seja pequeno, os mesmos possuem esperança que futuramente este retorno seja bastante incrementado.

(O turismo) Eu acho até bom ***né? Dá uma rendazinha pra gente né? Traz um dinheirinho né? Pra gente né? Porquê o lugar é...*** mesmo né? Mais é... quando eles vem.... é muito bom! (Maria das Mercês).

(E como que o senhor vê os turistas, que vem aqui na região?) Ah... eu acho que... deixa muito a desejá. (Em quantidade?) Em quantidade, e, e...Em qualidade.Eu acho o seguinte, que pelo menos, eu. Si eu fô saí de casa, eu num vô saí de casa pra pudê ficá regulano, regrano... então eu num saio! Eu acho que o cara tá passiano, ele gostô duma coisa, e tal, ele vai e compra, e... Com essa facilidade que tem hoje, de comprá as coisa. E... o pessoal, aqui, do interior de Minas, Belo Horizonte, tal e coisa, é... nessa parte é muuuito fraco! (Gasta pôco.) É. Agora... o pessoal de Rio, São Paulo, Brasília e tal. Esse pessoal não, esse pessoal vem pra passá, e pra divertír! (Antônio Pádua).

Tem que tê um meio de vim turismo, tem que tê acolhida, carinho com os turista né? Pra podê... crescê o lugar. Né? (Maria das Dores).

Eu tenho uma visão positiva! Eu acho que mesmo esse turismo, pequeno que a gente tem aqui, mesmo esse eu acho positiva. (Antônio Pádua).

(É verdade! E é um turista que gasta aqui? No Serro? Ou é um turista econômico?) Gasta. Eles num deve gastá muito não purque a vida tá meio difícil, mas *** com alimento, bebe né? Às vezes compra uma lembrancinha, as coisa pra levá né? (Maria das Dores).

E como já tem muita gente vivo de turismo!? Aqui na cidade!? Então é interessante né?.(Josefina).

E só tá... tá teno assim... um desenvolvimento melhor agora... com a universidade...e com o turismo (Josefina)

(E o turismo é uma esperança? O senhor acha que o turismo é uma esperança pra São Gonçalo crescer? O turismo?) É uma ajuda, né? Já é uma ajuda. Através disso vem outras, né? Vem ocê, por exemplo, gostano daqui, vai vir morar aqui, vai construir uma casa. Então... (Geraldo).

O pessoal fala, ah... o turismo tá muito fraco, e tal... Mas num é o turismo que tá fraco. Acho que é o país intêro. A situação que nós tão vivo né? Cê vê que nós tamo numa... parece que nós tamos numa época de transição, de, de tudo! Então... Tá difícil pra todo mundo. Mais a gente tem o turista sim! Quem vem sai satisfeito! A vesperata é muito linda, a cidade é muito acolhedora... Num é porque eu sô daqui não. Mais a genti sabe que... todo mundo acolhe muito bem, né? A gente escuta deles próprios.... sabe? E... ocê vai lá, cê num tá assim.... muita coisa a desejar não. É que é tudo muito novo ainda. O turismo tá, pra todo mundo muito novo. Então eu acredito, eu acredito numa Diamantina ainda bem badalada... sabe? (Placidina).

O, o objetivo que a gente vê nisso... é financeiro. E... principalmente nessa cidade. Que não tem outro tipo de renda! Isso depende, vai dependê muuuuuito pra sobrevivência da cidade, vai dependê muito de turismo! (Josefina).

Então eu acho que... O turista, o turismo vai acontecê daqui uns ano ele vai incrementá... ele vai ficá forte....e...com o país tamém mais estabilizado! (Placidina).

Diamantina e Serro, por concentrarem o maior potencial e estrutura turística do Pólo do Jequitinhonha, e também pela referida previsão de aumento no fluxo turístico, serão as cidades que receberão o maior investimento do PRODETUR/ NE II. Dos recursos previstos de R\$ 124.947.110,00, cerca de 50% (R\$ 62.157.055,30) referem-se a investimentos nos dois municípios, conforme detalhado nos quadros abaixo. O investimento em Diamantina será muito mais significativo que no Serro, o que gera insatisfações e reacende discussões ligadas à rivalidade regional. Todavia, pode-se constatar que a diferença de recursos refere-se ao fato de Diamantina ter conseguido viabilizar mais recursos de outras fontes e às obras do aeroporto municipal.

Esta rivalidade histórica, por sinal, que tem como um dos seus marcos o fato de ter Diamantina ter recebido um acesso asfáltico privilegiado a Belo Horizonte, em detrimento do Serro, pode ser atenuada por uma importante meta do PRODETUR. Uma das propostas do PDITS para melhorar esta situação é a “pavimentação completa do acesso rodoviário pela MG 010, que, além de reduzir em cerca de 100 km a distância entre os municípios de Serro e Belo Horizonte, principal centro emissor do turismo para o Pólo do Vale do Jequitinhonha, permitirá a formação de um corredor turístico interligando os Circuitos da Serra do Cipó e dos Diamantes”. (Fundação João Pinheiro, 2003, p. 41). Esta ação é aprovada pela maioria dos moradores do Serro, como ilustram as falas da moradora abaixo, que confere a este projeto um papel primordial na dinamização do turismo serrano:

Por exemplo, eu acho que tudo bem, é... fazê o asfalto Conceição Serro, a cidade tá mais amparada pra isso. (Maria do Rosário).

Eu acho que o asfalto até Conceição é que daria mais.... liga nisso aí sabi? Daria mais liga. Que o povo acreditaria mais. Purquê ficaria muito mais perto de Belo Horizonte... Não é prioridade do empresário do Serro o turismo. Mesmo aquele que tem sua pousada, não é pra ele a coisa mais importante, ainda não... O empresariado do Serro ainda não, não tem essa visão. Sabe? Ele ainda... tem o pé atrás com o turismo. Em investir, sabe? Ainda tem. Mais aos poucos. Eu acredito, que.... que se começa esse asfalto aí muda a idéia das pessoas. Começarem asfaltar, muda. (Maria do Rosário).

TABELA 26
Plano de Ação: Projetos a serem financiados pelo PRODETUR/NE II

PROJETOS	VALOR		
	Absoluto (R\$1,00)	Participação no Plano	Participação dos projetos
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	6.886.480,00	5,51	100,00
Planos e projetos de estruturação de atrativos	372.000,00	0,30	5,40
Restauração e preservação de bens histórico-culturais	3.114.000,00	2,49	45,22
Rede subterrânea de iluminação	2.985.480,00	2,39	43,35
Sinalização interpretativa do patrimônio histórico	415.000,00	0,33	6,03
ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E ATRATIVOS NATURAIS	4.196.230,00		100,00
Estruturação dos parques	3.100.000,00	2,48	73,88
Parque Estadual do Biribiri	1.000.000,00	0,80	23,83
Parque Estadual do Rio Preto	950.000,00	0,76	22,64
Parque Estadual do Pico do Itambé	1.150.000,00	0,92	27,41
Áreas de Preservação Ambiental (APAs)	600.000,00	0,48	14,30
Outros atrativos naturais	148.600,00	0,12	3,54
Preservação de mananciais e controle da água	155.040,00	0,12	3,69
Ações de capacitação	92.590,00	0,07	2,21
Cartografia básica e sinalização turística	100.000,00	0,08	2,38
SANEAMENTO	34.108.000,00	27,30	100,00
Sistema de abastecimento de água	2.208.000,00	1,77	6,47
Sistema de esgotamento sanitário	25.270.000,00	20,22	74,09
Outras ações de saneamento (drenagem e lixo)	6.630.000,00	5,31	19,44
TRANSPORTE	68.178.070,00	54,57	100,00
Adequação do aeródromo Juscelino Kubitscheck	12.023.570,00	9,62	17,64
Rodovias	56.154.500,00	44,94	82,36
EQUIPAMENTOS DE APOIO TURÍSTICO	1.800.000,00	1,44	100,00
Terminal rodoviário de Diamantina	1.800.000,00	1,44	100,00
GESTÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	4.417.480,00	3,54	100,00
Ações de capacitação	3.687.480,00	2,95	83,47
Plano Diretor	730.000,00	0,58	16,53
CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA O TURISMO	3.860.850,00	3,09	100,00
Capacitação do setor privado	771.000,00	0,62	19,97
Capacitação do profissional para o turismo	3.089.850,00	2,47	80,03
MARKETING	1.500.000,00	1,20	100,00
TOTAL DO PLANO	124.947.110,00	100,00	

Fonte: Plano de ação do PDITS do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – 2004.

TABELA 27
Resumo dos Investimentos para Diamantina

SEGMENTO	PRODETUR (R\$1,00)	OUTRAS FONTES (R\$1,00)
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	2.384.000,00	
ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E ATRATIVOS NATURAIS	1.248.046,13	127.820,00
SANEAMENTO	19.630.000,00	
TRANSPORTE (Aeroporto)	12.023.570,00	
QUALIDADE E OFERTA DE EQUIPAMENTO	1.800.000,00	5.300.000,00
CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	436.608,00	
CAPACITAÇÃO DO SETOR PRIVADO	201.385,44	
CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO E DO PROFISSIONAL PARA O TURISMO	858.316,68	
PROMOÇÃO E MARKETING	166.666,67	
TOTAL	38.748.592,92	5.427.820,00

Fonte: Plano de ação do PDITS do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – 2004.

TABELA 28
Resumo dos Investimentos para Serro

SEGMENTO	PRODETUR (R\$1,00)	OUTRAS FONTES (R\$1,00)
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	2.975.480,00	
ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E ATRATIVOS NATURAIS	1.807.855,61	17.860,00
SANEAMENTO	12.130.000,00	
CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	367.608,00	
CAPACITAÇÃO DO SETOR PRIVADO	148.300,14	
CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO E DO PROFISSIONAL PARA O TURISMO	366.871,96	
PROMOÇÃO E MARKETING	166.666,67	
TOTAL	17.962.782,38	17.860,00

Fonte: Plano de ação do PDITS do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – 2004.

Além destes investimentos, os municípios já contam com os programas realizados pelos próprios municípios para desenvolvimento do turismo e apoio á cultura, e dos parceiros captados para o mesmo fim, conforme quadros a seguir.

TABELA 29
Ação político-administrativa dos governos locais com relação às políticas culturais e de apoio ao turismo nos municípios selecionados do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais – 2003

MUNICÍPIO	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	POLÍTICAS E PROGRAMAS	EQUIPAMENTOS CULTURAIS	ARTICULAÇÃO SE PARCERIAS
Serro	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à Cultura - banda e grupo de seresta • Apoio ao Turismo - Centro de Informação – Sala do Turista • Cultura e Turismo - tombamentos de bens - pesquisa sobre turismo • Projeto Artesanato • Exposição do Circuito Diamantes – BH. Multiminas • Polo Turístico de Minas Gerais (2002) • Levantamento de acervo cultural • Projeto Cartão Postal – plantio de árvores • Sinalização Turística • Plano Diretor • Reforma das Igrejas 	<ul style="list-style-type: none"> • Sala do Turista • Exposições e feiras 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social • UNA-BH • Prefeitura (Educação, Saúde, Agricultura) • SEBRAE • Associação Comercial • Municípios do Circuito dos Diamantes • Instituto Estrada Real • MULTIMINAS • Secretaria de Estado de Turismo • Fundação João Pinheiro • Ministério do Turismo • CVC
Diamantina	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Diamantina Cultural • Banda Mirim • Cia. Municipal de Danças Folclóricas • Fortalecimento do Turismo (em implantação) • Feira Cultural do Mercado Velho • Projeto Carnaval • Circuito de Diamantes (intermunicipal) • Festival de Inverno (UFMG) 	<ul style="list-style-type: none"> • Casa de Cultura • Casa do Artesanato (prédio da secretaria) – Não tem teatro e cinema 	<ul style="list-style-type: none"> • EMBRATUR (Diamantina Cultural) • Prefeituras – Pouca integração – Carnaval: mais integração – Empresas – UFMG – Faculdades de Turismo JF, BH, Goiás (estágios)

Fonte: Prefeituras Municipais
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP)
 Adaptado pelo autor.

Percebe-se, portanto, que os dois municípios, muito embora possuam graves problemas para o desenvolvimento turístico local, e estejam inseridos em uma região de maiores carências no país, vem encontrando alternativas para vencer os desafios impostos. O crescimento contínuo do fluxo turístico para Diamantina e Serro nos últimos anos certamente vem sendo um fator de estímulo para o poder público e o empresariado investirem cada vez mais na melhoria da estruturação destes destinos, tornando-os promissores enquanto pólos turísticos de Minas Gerais e ampliando, assim, a perspectiva de geração de desenvolvimento sócio-econômico regional por meio da atividade turística.

4 ESTRADA REAL: CONCEITOS E DISCUSSÕES PERTINENTES AO TEMA

4.1 Histórico da Estrada Real

Neste momento, será retomado parte do histórico da formação de Minas Gerais, já abordado no capítulo 1, para que permita-se compreender o surgimento da chamada Estrada Real. É fato histórico que a colonização do Brasil por Portugal, iniciada no século XVI, concentrou-se na região litorânea por um longo período. Em razão da disputa da posse do território com espanhóis, holandeses e franceses, e ainda do insucesso das primeiras expedições ao interior da colônia em busca de riquezas, até meados do século XVII a Metrópole fortaleceu sua estratégia de ocupação com base no litoral. Como afirmou o Frei Vicente do Salvador, em 1627:

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2008, p. 42).

Apenas no último quartel do século XVII, foram descobertas as primeiras minas pelos bandeirantes, nas regiões onde hoje se situam os municípios de Sabará, Ouro Preto e Mariana. O ouro era abundante nos cursos de água da região das Minas Gerais, trazendo um grande fluxo de pessoas para o interior da colônia, o que ocasionou a formação de vários núcleos urbanos. Este movimento se intensificou no início do século XVIII com a descoberta dos diamantes na região do atual município de Diamantina (INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2006, p.2).

Neste contexto, a mineração constituía-se importante atividade, tendo contribuição decisiva para a constituição dos núcleos urbanos do interior brasileiro. No início, devido à abundante presença de ouro e diamantes no leito dos rios, as técnicas de extração eram rudimentares, utilizando-se de ferramentas precárias, como pás, picaretas, enxadas, peneiras, importados da Europa. Na segunda metade do século XVIII, as reservas de aluvião se esgotaram, exigindo nova tecnologia para extração dos minerais em minas e grupiarias (depósitos em encostas de montanhas). Desenvolveram-se ferramentas de ferro e o salitre, para a pólvora, visando melhor eficiência na exploração. No início do século XIX, iniciaram-se as experiências

de mineração do ouro em minas profundas e a extração de minério de ferro em Minas Gerais. Este último mineral, que possui ricas reservas no Estado, constituiu-se até hoje um dos mais importantes componentes da economia mineira (INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2006, p. 2,3).

Este período de exploração da região gerou marcas profundas no processo de ocupação do Brasil. A região mineradora, seus entornos e os caminhos até o litoral, para escoamento das riquezas para Portugal, se tornaram as principais vias do Brasil-colônia. Às suas margens se concentrava a massa populacional do período, atraída pela pujança econômica do local. Segundo o Instituto Estrada Real; Instituto Terra Azul (2006, p. 04), em 1700, a estimativa populacional alcançava 30 mil pessoas nas regiões das minas, contra 500 mil na colônia, sem contar a população indígena. Já 60 anos depois, o quantitativo populacional aumentou para 300 mil pessoas. A população escrava cresceu de 33 mil, em 1717, para 274 mil, em 1786.

A metrópole, objetivando maior controle e fiscalização destas riquezas, o que lhe renderia uma quantidade maior de tributos, estabeleceu caminhos oficiais (estradas reais), que se tornariam as únicas vias autorizadas para a circulação de pessoas, mercadorias, ouro e diamante. Segundo Renger (2007, p. 127), esta era uma prática comum por parte do reino de Portugal, que desde o século XV já possuía legislação definindo as vias públicas como “direito real ou regalia pertencente à Coroa e que por direito lhe era devido para a conservação do seu Real Estado”. Constituíam-se crime contra a Coroa a abertura e utilização de novos caminhos.

A expressão Estrada Real, encontrada em documentos da história do Brasil desde 1653, designa, portanto, os caminhos controlados pela Coroa, onde ocorria cobrança de direitos de passagem. Tratavam-se das principais vias de circulação do período colonial.

Como afirma Renger (2007, p. 135), a aplicação do termo “Estrada Real” se dava:

Aos caminhos do período colonial onde o poder do Estado de fez presente em forma de registros ou outros pontos de cobrança, seja de pedágios, dos direitos de entrada, seja do quinto do Ouro. Assim, nas Minas, as Estradas Reais surgiram em decorrência da inserção do interior do Brasil na política fiscal exercida pela Colônia. Nas Minas, o objetivo primordial do controle dos caminhos era a arrecadação dos quintos de ouro, sempre confiada a funcionários régios (...) Formaliza-se, assim, a aplicação do título Estrada Real aos caminhos de Minas, como um conceito fiscal.

Devido a isto, em locais estratégicos destas estradas foram instalados os Registros, uma espécie de alfândega, onde se cobravam pedágios dos passantes, de acordo com o número de

escravos, cavalos e muares, bem como impostos sobre mercadorias e o quinto do ouro. Eram instalados em locais estratégicos dos caminhos, como passagens entre serras, desfiladeiros, margens de cursos d'água. No seu interior, se colocava um administrador, um contador, um fiel e dois ou quatro soldados. Segundo Santos citado no livro *Estrada Real* (2008, p. 33), estes registros eram de diversos tipos: registros de ouro (onde se cobrava o quinto do ouro), registros de entradas (cobravam pelo tráfego de pessoas, mercadorias e animais), registros da Demarcação Diamantina (responsável por coibir o contrabando e cobrar os direitos de entrada na zona) e contagens (que tributavam o trânsito de animais). Além disso, ocorriam patrulhamentos militares ao longo dos caminhos, buscando evitar o contrabando (INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2006, p. 04).

Santos citado no livro *Estrada Real* (2008, p. 18) afirma que a função fiscal das estradas reais era a mais importante, pois estava relacionada às áreas de mineração, mas não era a única. Muitas, como as da pecuária, foram abertas sem este intuito, mas objetivando abrir vias para abastecer as zonas mineradoras. O Caminho da Bahia, por exemplo, por ser principalmente uma rota de abastecimento de fazendas de gado e circulação de boiadas e escravos, (mesmo também sendo uma via legal e ilegal de escoamento mineral), mantinha-se mais ou menos livre do controle régio.

Minas Gerais, a mais produtiva capitania mineradora, concentrou as mais conhecidas estradas reais. Neste contexto, três caminhos apresentavam notável importância em nível nacional: Caminho Velho, Caminho Novo e Caminho da Bahia (SANTOS *apud* MARQUES, 2002). Havia ainda um quarto trecho, chamado Caminho de Sabarabuçu, que se constituía um prolongamento do Caminho Velho, e uma quinta rota, de grande importância regional, denominado Caminho para o Distrito Diamantino.

Num primeiro momento, foi utilizado como via de acesso às minas o caminho estabelecido pelos bandeirantes, nas suas andanças à procura de riquezas. Tratava-se de uma junção de caminhos: ligava-se Guaratinguetá (SP) ao porto de Parati (RJ), e este à cidade do Rio de Janeiro, e os dois primeiros à região mineradora, cujo pólo era Vila Rica (hoje Ouro Preto). Esta junção de caminhos, primeiramente denominada Caminho Geral do Sertão, ficou conhecida como Caminho Velho, a partir do século XVIII, e se constituía a principal rota de chegada e de abastecimento da região das minas na fase inicial da exploração aurífera (SANTOS *apud* MARQUES, 2002).

Neste período, a Coroa, identificando a necessidade de um caminho mais seguro, rápido e eficiente, mudou a rota de escoamento das riquezas, ligando Vila Rica diretamente ao Rio de Janeiro. Este trajeto, concluído em 1707, ficou conhecido como Caminho Novo ou Estrada Real de Vila Rica, sendo chamado ainda de Caminho do Ouro ou Caminho dos Mineiros. Ao contrário de outros, que foram sendo abertos intuitivamente, quase que por acaso, sem nenhum planejamento por parte dos bandeirantes, colonos e exploradores, o Caminho Novo foi projetado e construído a pedido oficial da Coroa Portuguesa.⁹ Tal caminho se fazia necessário, segundo Santos (2001), pela dificuldade de travessia da Serra da Mantiqueira pelo Caminho Velho e pela longa volta que a produção aurífera que escoava pelo Rio de Janeiro tinha que dar para chegar àquele porto, incluindo ainda uma perigosa viagem marítima entre Santos ou Parati e o Rio de Janeiro. A redução do tempo das viagens chegava a mais de dois terços, incentivando o desenvolvimento da nova via, no início desprovida de infra-estrutura para os viajantes, consolidando-a assim como a principal do Brasil-colônia. Uma alteração importante introduzida por tal caminho foi à reordenação econômica e política do país, com as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro adquirindo *status* superior às da Bahia e de São Paulo. o que se confirma com a mudança da sede do governo-geral de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. Santos (2001) afirma, entretanto, que mesmo depois da consolidação do Caminho Novo, o Caminho Velho manteve sua importância, continuando a circular por ele o ouro extraído no sul do que é hoje o estado de Minas Gerais, nas minas do Rio das Velhas e na região do Rio das Mortes.

O terceiro grande trecho, de importância nacional, foi aberto a partir da segunda metade do século XVII, ligando o Recôncavo Baiano ao Vale do Rio das Velhas. Sua origem está ligada ao avanço de exploradores paulistas e ao deslocamento de criadores de gado baianos e pernambucanos a partir do nordeste da colônia. Sua função básica era prover de carne bovina a

⁹ Renger (2007, p. 130) afirma que na prática a construção do Caminho Novo partiu de uma proposta do governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, enviada em 24 de maio de 1698 ao Rei de Portugal, que foi aprovada no mesmo ano. A seguir, segue o resumo da carta enviada: “Senhor – Depois de ter adquirido algumas notícias de pedras que podem produzir metais (...) pareceu-me conveniente ao serviço de Vossa Majestade buscar todos os caminhos para que os quintos do ouro de lavagem não se extraviem e continue o aumento das Minas; (e) como as dos Cataguases são tão ricas, pareceu-me preciso facilitar aquele caminho de sorte que convidasse a facilidade dele aos mineiros de todas as vilas e os do Rio de Janeiro a irem minerar e poderem ser os mineiros mais providos de mantimentos, o que tudo redundará em grande utilidade da Fazenda de V. Majestade (...) porque depende o interesse de se aumentar os quintos pela brevidade do caminho; porque por estes donde agora vão aos Cataguases se porá do Rio não menos de 3 meses e de São Paulo, 50 dias, e pelo caminho que se intenta abrir, conseguindo-se porão pouco mais de 15 dias...”

zona mineradora e ligar a região das minas à cidade da Bahia, maior núcleo da América Portuguesa e um dos portos mais movimentados no período. Este trecho era ainda conhecido como Descaminho do Ouro, ou caminho do contrabando, por onde se escapava da pesada carga tributária imposta nos outros trechos. Estima-se que, pelo menos até 1727, o fluxo comercial e de ouro que deixava as minas por este caminho era muito maior que o que circulava pelos Caminhos Velho e Novo. Isto incomodava bastante a Coroa, que chegou a determinar o fechamento do caminho em 1701, mas a medida se revelou inaplicável e acabou revogada. O percurso só perdeu importância quando o Rio de Janeiro se firmou como o grande entreposto das Minas Gerais (SANTOS *apud* ESTRADA REAL, 2008, p. 28-29).

Como trecho de importância regional, o Caminho de Sabarabuçu constituía-se um prolongamento de 150 km do Caminho Velho. O mesmo foi aberto por bandeirantes à procura de prata na região, mas acabou se consolidando como uma importante rota de escoamento de ouro, que era abundante na região, principalmente onde hoje estão localizados os municípios de Sabará e Caeté, em Minas Gerais.

Já o outro trecho regional, o Caminho para o Distrito Diamantino, se consolidou a partir da descoberta de grandes reservas diamantíferas, no ano de 1714, na região do arraial do Tejuco (hoje Diamantina). A região das jazidas, demarcada e denominada Distrito Diamantino, sofreu um intenso processo de controle por parte da metrópole, com o objetivo de restringir a produção de diamantes, para que seu valor crescesse no mercado europeu, e dificultar a extração e o comércio ilícitos. Foi desencorajada a ocupação humana e o fluxo comercial na região. O local, por sua importância estratégica, era asfiziado pelo mais rígido sistema de controle empreendido por Portugal, tornando-se uma região isolada dentro da capitania das Minas Gerais. O caminho entre Vila Rica e o Tijuco não se assentava numa base territorial extensa, de âmbito colonial, como os outros dois referidos anteriormente. Era uma via que ligava dois pólos dentro de uma mesma capitania, tendo portanto importância regional. Tal importância, entretanto, era bastante significativa, uma vez que a ligação comercial estabelecida se dava entre o maior núcleo urbano da capitania (Vila Rica) e a sede do Distrito que viveu décadas de pujança advinda da exploração do diamante (SANTOS *apud* MARQUES, 2002).

Apesar da precisão e coesão históricas dos relatos de Santos, que influenciaram em grande medida as diretrizes do Programa Turístico Estrada Real (que optou por não trabalhar até o momento com o Caminho da Bahia) e também a construção desta dissertação, os nomes e

extensões dos caminhos não são consenso junto aos historiadores, muito embora se assemelhem. Para Moraes (2007, p. 72), existiam 3 Caminhos Velhos: o primeiro, denominado Caminho de Fernão Dias, utilizado pelo bandeirante, saía de São Paulo, passando por Atibaia e Bragança Paulista, transpondo a Mantiqueira na região de Camanducaia e em sentido nordeste passava a se confundir com o segundo, o Caminho Velho de São Paulo. Este, por sua vez, saindo de São Paulo, atravessava núcleos paulistas mais conhecidos, como Lorena e Guaratinguetá, até na região da Mantiqueira de confundir com o Caminho de Fernão Dias, até a região mineradora. O terceiro se localizava no Rio de Janeiro, ligando a cidade por via marítima a Parati, e esta a Taubaté em São Paulo, se confundindo a partir daí com os outros 2 caminhos, até a chegada às minas. Percebe-se que o Caminho Velho único, relatado por Santos, é na prática quase uma junção destes 3 caminhos velhos existentes e descritos por Moraes.

Moraes (2007, p. 74) destaca outras vias importantes, como a Picada de Goiás, ligando a região mineira de Paracatu à Capitania de Goiás. O autor ainda cita a Picada de Pitangui; o Caminho dos Guianazes, que passava pelo vale de Mogi-Guaçu, também em São Paulo; a Picada que ligava as Minas ao sertão da Bahia e Pernambuco, passando por São Romão; e o caminho que transpunha o São Francisco na passagem do Espírito Santo. Diversas eram as picadas e caminhos, cada qual com fundamental contribuição para a integração das regiões.

Segundo o autor, a convergência da região das minas com o resto da colônia pode ser melhor resumida e materializada nos grandes eixos macrorregionais: Nordeste - , com ligações especialmente para as capitanias da Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Piauí (pelo Caminho da Bahia, ou Do São Francisco, o Caminho Novo do Gado e o Caminho de João Gonçalves do Prado); São Paulo (pelo Caminho Velho e o Caminho de Fernão Dias); Rio de Janeiro (Caminho Novo); Sul (caminho de São Paulo aos campos do Rio Grande do Sul) e Centro-Oeste (Picada de Goiás e suas variantes). Estes caminhos eram os fios estruturadores da organização territorial brasileira e do povoamento do país (MORAES, 2007, p. 74, 75).

Para Renger (2007, p. 129), no início do povoamento das minas haviam apenas dois caminhos para a região: o Caminho da Bahia (ou dos Currais ou do São Francisco) e o Caminho de São Paulo, trilhado desde o século XVII por paulistas, sendo posteriormente abertos outros.

Além dos polêmicos eixos principais, o fato é que existiam ainda outros caminhos no final do período colonial, clandestinos ou não, oriundos do desenvolvimento econômico do Brasil, não centrada mais somente na exploração do ouro e do diamante. Mas as três grandes estradas reais

continuaram a ser os caminhos principais, pois interligavam os eixos da colônia, as capitâneas de Minas, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Além de serem mais antigos, possuíam natureza oficial, o que incontestavelmente aumentava sua preponderância sobre os demais (MARQUES, 2002). Por estas vias, seguiam as riquezas minerais para a Europa, o que foi decisivo para a prosperidade de muitas nações e para o financiamento da Revolução Industrial Inglesa. Na rota inversa, chegavam ao Brasil por estes caminhos os produtos manufaturados, ferramentas, alimentos sofisticados e artigos de luxo europeus, que abasteciam a população e a elite que se estabeleciam no país (INSTITUO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2006, p. 2).

A importância das estradas reais na história brasileira é destacada por Santos (2001, p. 164-65):

Os caminhos coloniais estudados participaram, assim, da constituição da identidade histórica do povo brasileiro. Nas guerras de conquista, nos movimentos de sublevação contra o domínio metropolitano, na ocupação econômica, nas reações às “invasões estrangeiras”, na realidade tentativas de tomada do território por potências europeias concorrentes, foi-se amalgamando uma espécie de consciência nativista, que mais tarde veio a dar na unidade nacional brasileira. A via de propagação desta consciência assentou-se sempre nos caminhos terrestres da colônia.

Muitos outros movimentos políticos e econômicos tiveram como palco os caminhos coloniais do século XVIII e as estradas reais do século XIX. Outras estradas reais surgiram com o avanço das fronteiras econômicas e ampliaram a rede de comunicação interna da colônia e depois do império. Mas foi a expansão originária dos primeiros três grandes caminhos do centro-sul do território colonial que conformou o primeiro movimento significativo de apropriação do interior e de sua integração com a faixa litorânea. Por meio destas ações fundamentais se configurou a base física da sociedade brasileira e se teceu a unidade fundadora da nossa nacionalidade.

A política oficial do estado marcou forte presença neste momento, conseguindo rapidamente alinhar redes urbanas dispersas e isoladas. Como afirmou Sérgio Buarque de Holanda citado por Moraes (2007, p. 75), “toda uma geografia nova, política, social e econômica se estava escrevendo na América Portuguesa, fosse por ação livre ou decisão pessoal de sertanistas, fosse por obra e graça de política oficial metropolitana”. O que antes era um fenômeno espontâneo se converteu em uma política de estado para a territorialização, colonização e povoamento do Brasil.

As estradas reais foram intensamente percorridas no século XIX por viajantes estrangeiros renomados, como os naturalistas Spix e Martius, Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Burmeister. O movimento nesses caminhos era tão intenso que o francês Auguste de Saint Hilaire afirmou em 1816 que a Estrada Real, nas proximidades do Rio de Janeiro, era tão movimentada quanto as

melhores estradas da Europa, como a que ligava Paris a Toulouse (LEÃO, 1999, p.24). Outros, como o inglês Gardner, consideravam o percurso sofrível, classificando a estrada do Rio de Janeiro a Diamantina como a “pior do país”. Tratava-se, ainda, da primeira estrada oficialmente construída na América Latina, durante o período colonial. Como afirma a FIEMG (2003, p. 28), “pela Estrada Real foi construída a história de Minas e do Brasil”.

Não obstante sua relevância histórica, muitos estudiosos informam que os caminhos não cumpriram um de seus primeiros objetivos, que era coibir o contrabando de ouro e pedras preciosas. No que se refere ao Caminho Velho, Das Villas citado por Resende (2007, p. 45) relata a impossibilidade do controle:

(...) pois lhe poderão fazer tantas quantas as pessoas que o quiserem seguir, de todas e quaisquer povoações que saírem, porque todas estão entre matos, ou vizinhas deles, com moradores tão práticos nas suas veredas, que ainda sendo tantas as guardas como os paus dos mesmos matos, se pode duvidar os reprimam de entrarem por onde quiserem.

Semelhantemente, mas com relação ao Caminho Novo, o autor afirma:

(...) estando elas (as minas) entranhadas em tão vastos sertões, e tão distantes umas das outras, de qualquer parte delas se pode buscar o dito caminho por veredas incógnitas, e na chegada aos povoados (que não faltam entre as maiores populações do Brasil) e desta sorte livrar de se toparem com quaisquer ministros, ou sejam deputados nas minas, para impedirem a saída, ou nos povoados para registrarem a chegada, e muito principalmente sendo de presumir intentarão estas formas de saídas alguns, ou muitos dos que se acham nas ditas minas vivendo com a soltura, e liberdade notória, desprezando as leis por melhor reguladas que sejam, e por mais graves penas que fulminem, assim pelo não uso de as obedecer, como pelo couto dos matos para as evadirem (DAS VILLAS *apud* RESENDE, 2007, p. 45).

Outro grande problema era o grande número de assaltos que ocorriam ao longo dos caminhos. Muitos viajantes eram atacados e mortos por assaltantes, o que fazia com que os impostos arrecadados na Capitania das Minas fosse levado ao Rio de Janeiro, uma vez por ano, sob forte escolta militar, para então embarcar para Lisboa.

A dificuldade de controlar o fluxo de pessoas e mercadorias era tão grande que um dos governadores das Minas, Luis César de Meneses, pregou que fosse revogada a proibição de circulação nos caminhos, e propondo que se concedesse a liberdade geral de circulação nos mesmos.

Isto acabou ocorrendo, embora não por deliberação da Coroa. No século XIX, com a decadência da mineração e a Independência do Brasil, as estradas reais foram gradualmente perdendo sua importância fiscal, e firmando-se como vias de circulação. Elas deixam de ser propriedade do rei e passam a pertencer à toda a coletividade, se tornando então “estradas públicas”, ou seja, bens públicos, com custo e usufruto coletivo.

A partir daí, muitos trechos se incorporam ao ritmo do desenvolvimento do país, sendo asfaltados e convertendo-se em rodovias de importância estrutural para o país. Outros, em regiões mais inóspitas, permanecem sem calçamento, lembrando nos dias atuais com mais força os caminhos do período colonial. Todavia, independentemente do destino que tiveram, o fato incontestável é que as estradas reais são marcas significativas da história do Brasil, lembranças de um período de conquistas e de início do desenvolvimento do país, onde a face de uma nação chamada Brasil começou a se configurar, ganhando força e identidade próprias.

4.2 O conhecimento e as referências das comunidades de Diamantina e Serro sobre a Estrada Real

Diamantina e Serro são municípios destacados na região da Estrada Real, de fundamental importância histórica para o Brasil. Esta atualmente vem sendo alvo de um grande Programa de Desenvolvimento Turístico, numa área que compreende 168 municípios em Minas Gerais. As duas cidades encontram-se no chamado “Caminho dos Diamantes”, uma alusão à estrada que existia ligando a região ao litoral do Rio de Janeiro, passando por Vila Rica (Ouro Preto) e o “Caminho Novo”, visando a escoação da produção diamantífera e o abastecimento da zona mineradora.

A Estrada Real busca atualmente, junto à UNESCO, o título de Patrimônio Mundial. Tão logo a Lista Tentativa brasileira seja aprovada pelo órgão, será elaborado o Dossiê completo com a proposição para ser entregue à entidade, podendo resultar em mais um bem cultural brasileiro protegido pelo órgão. Diamantina e Serro são dois municípios que embasam a candidatura, pela riqueza de seu patrimônio, e que podem se beneficiar bastante com o aumento do fluxo turístico na região, caso o título se concretize.

Diante disso, a pesquisa de campo realizada nos dos municípios teve como um dos seus objetivos identificar qual o nível de conhecimento histórico das comunidades sobre a Estrada Real, bem como verificar em que referências se sustentam. O resultado que obtivemos foram múltiplas visões e referências sobre o tema, o que pode ser explicado pela seguinte passagem de Murta citado por Montoro (2003, p. 63):

As paisagens urbanas e naturais são multivocais: um mesmo objeto, lugar ou fenômeno tem geralmente vários sentidos e identidades, de acordo com quem os atribui ao longo do tempo. São as várias vozes da comunidade, as várias narrativas, tempos e motivos diferentes – os econômicos, os estéticos e os políticos (...) Mais que informação, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é prover uma experiência inesquecível com qualidade.

Assim, os entrevistados possuem referências e interpretações distintas sobre o que representa o tema. A seguir, tentar-se-á buscar as visões mais coincidentes, identificando em grupos o conhecimento que a população possui acerca da Estrada Real.

O primeiro grupo é representado pelos moradores que desconhecem completamente o que é a Estrada Real, não possuindo quaisquer referências históricas ou pessoais sobre o tema, ou que a conhecem superficialmente, mas ao serem perguntados não conseguiram relacionar cognitivamente. Este é o caso dos quatro entrevistados a seguir. Apesar de afirmarem não conhecer a Estrada Real e de o tema não trazer nada concreto à mente de imediato, o desenrolar das entrevistas permitiu concluir que todos possuem alguma referência sobre o mesmo. Porém, por alguma razão, entendem que o trecho do qual fazem parte não está contido no todo denominado Estrada Real, ou simplesmente não compreendem o que este conceito significa em toda a sua abrangência, o que é a hipótese mais provável.

Não. (perguntada se conhecia a Estrada Real). (Maria das Mercês).

Não. (perguntada se conhecia a Estrada Real). (Placidina).

Se eu conheço a estrada... Não, conheço não. (Maria das Dores).

Pra falar a verdade, eu sofro se eu mentir, não (conheço). Eu fui em Biribiri passando pela estrada dos escravos, pela serra... Os escravos que fizeram a estrada? (Será Dalva? Intervenção de terceiros.) Eu te pergunto. Então não tem portância não. Nós não somos obrigados, né? Eu aprendi com a minha delegada, informação... Intervenção de terceiros: A gente podia ter mais informação e num tem né? (Dalva).

Este último trecho ilustra bem a questão da população conhecer a Estrada Real, mas não identificar com a mesma aquilo que conhece. A entrevistada já saiu do distrito diamantinense de Mendanha, onde vive, com destino a Biribiri, outro povoado da cidade, passando certamente por trechos da Estrada. Todavia, ela não identifica esta experiência como uma passagem pela Estrada Real, demonstrando como para muitos o termo é incompreendido e não aplicável à realidade. O trecho a seguir enquadra-se na mesma situação. O morador do distrito serrano de São Gonçalo afirma não saber nada sobre a Estrada Real. Porém, no decorrer de sua entrevista percebeu-se que ele possuía certo conhecimento sobre o assunto, muito embora tenha sido incisivo na sua primeira afirmação:

(O senhor conhece a Estrada Real?) Não. (E o que que ela representa pro senhor? O que que essa Estrada Real representa pro senhor?) Uai, ainda nada, né? Enquanto eu tiver pra ver o que que é... ainda não se sabe o que é! ... Num lembro nada não. Num posso falar nada porque eu num sei. (Geraldo).

Outro grupo de entrevistados apresenta conhecimento parcial sobre a Estrada Real. São pessoas que conhecem e/ou já percorreram alguns trechos do percurso, mas não possuem um entendimento ou imaginário sobre o todo, conforme revelam os trechos transcritos a seguir. Os dois primeiros entrevistados conhecem um trecho local, próximo do seu local de residência. O terceiro entrevistado tem conhecimento também em nível estadual e o último em abrangência indeterminada.

Aqui eu conheço de Diamantina pro Serro... aqui tudo eu conheço! (Maria das Mercês).

Estrada Real é essa daí né, que o povo fala (...) É essa estrada nossa aí que fala que é Estrada Real... Já marcaram pra passar o asfalto, né? Deve passar, né? (Rosa)

Conheço parte.. Grande parte dela. De Minas né? Porquê de fora de Minas Gerais eu num conheço não (...) Aqui no Mendanha eu tenho um sítio aí, que a Estrada Real passa dentro dele. (Antônio Pádua).

Conheço trechos da estrada real. (Belmiro).

Outro grupo de entrevistados apresenta um conhecimento mais profundo sobre a Estrada Real, derivado de uma maior experiência percorrendo o caminho e/ou de referências históricas mais concretas sobre o tema. A entrevistada a seguir afirma conhecer todo o percurso, por meio de caminhadas com grupos específicos nos diversos trechos.

Conheço tudooooo. (risos) Que a gente andano conhece muito mais do quê de carro! (Josefina).

O morador diamantinense afirma, além de conhecer a Estrada Real, detalhes da história da mesma, citando inclusive detalhes de como era controlada pela Coroa. Pode-se inferir que o intenso controle da Metrópole ao longo dos caminhos permanece na memória coletiva, ainda mais na região diamantífera, onde este se fez deveras mais intenso.

Eu acho que a Estrada Real era... um passado distante né? Porquê ela existiu! Ela existiu... era Estrada Real, era real mesmo! Porquê... ela delimitada o, o, o o quê que ocê podia fazê e o quê que ocê num podia! Cê num podia andá fora da Estrada Real! E essa Estrada Real de hoje, eu acho que se fizesse uma história realmente.. num sabe? Positiva... Porquê é um fato que aconteceu, o que... é um legado. Esse nome de Estrada Real hoje, era a Estrada Real de, de mil e setecentos! (Antônio Pádua).

Outra entrevistada, em sua fala, revela conhecer a principal razão pela qual a Estrada Real foi aberta, especialmente no trecho da zona diamantífera:

[...] foi feita pra isso! Pra escoá, a riqueza toda de diamante até Parati. (Josefina).

Já outro morador tem consciência da importância de sua cidade, Diamantina, ao longo do período colonial brasileiro. Ele cita a remessa de riquezas da região para Lisboa, durante a época de intensa exploração diamantífera, posicionando historicamente de forma correta a região no contexto global, bem como a Estrada Real como meio criado para este fim de escoamento de riquezas.

A Estrada real também é uma coisa muito interessante Que... as pessoas deviam tomar mais conhecimento sobre ela. Que isso aí é parte da nossa história! Afinal de contas... essa estrada foi desenvolvida pra busca de riquezas, principalmente em Minas... e foi Diamantina que sustentou essa estrada real na época da descoberta dos diamantes e que recompôs Lisboa e enriqueceu muitos países da Europa. Então nós temos muita história aí nessa estrada real. Muita história. (Belmiro).

A entrevistada a seguir, serrana, também revela conhecer a importância de sua cidade no conjunto da Estrada Real, relacionando ao período colonial, onde muito ouro da região foi levado para Portugal. Cita ainda sua relação familiar com o trecho, a partir do momento que identifica que seus antepassados passaram pela região, e a percebe hoje como um espaço de uso turístico.

Isso também é outra coisa boa, não? Num é só aqui o negócio do Serro não, porque foi onde passou.... passou muitas pessoas né? Da família da gente... Que foi descendente deles né? E... tem os lugares aonde sai o ouro daqui por exemplo né? E saiu muito pra Portugal... levô tudo embora! (Risos) Inda deixô muita coisa, é só explorá que acha! Mas é bom bobo, porque assim... olha eu já vi muitos... as pessoas de bicicleta... os ciclistas né? Já passaram por aqui fazendo estrada real... (Maria das Dores).

A entrevistada a seguir também revela grande conhecimento histórico do caminho, não só pelo seu lado restritivo e fiscal para a região, mas como alternativa criada para abastecer a região de mineração de diamantes. Ela aponta, com propriedade, que a cidade não teria se sustentado sem estes caminhos, que permitiam a chegada de alimentos e mercadorias, que eram necessários para a continuidade da mineração. É interessante observar que ela cita ainda os constantes assaltos que ocorriam nestes caminhos, fato histórico marcante quando se fala de estradas reais.

Eu acho que historicamente, principalmente, historicamente é uma coisa muito interessante. Procê sabê que isso foi feito, esse caminho foi criado pra quê tivesse condições de esgotá riqueza, de trazer coisas... Cê vê por exemplo a, a minha família sempre, todo mundo comerciante. O meu avô e o bisavô eles.... buscavam as mercadorias no Rio de Janeiro... Através da Estrada Real! Tudo a cavalo! Na casa do meu avô tinha um piano alemão, que veio no lombo de... em carro de boi! Do Rio de Janeiro pra cá! E *** da Estrada Real. Que era o caminho mais tranquilo. Num tinha.... num tinha estrada de carro, essa movimentação. Então fazia tudo por esse caminho. E, e Diamantina era o final... porquê é daqui que saía, saía o dinheiro. O resto daqui, da cidade, da região, da cidade do Vale do Jequitinhonha... esses lados mais pobres! Eles vinham pra cá trazê as mercadorias. Comida. Porque essa região aqui, num consegue plantá nada praticamente. É pura pedra! É uma, uma região difícil de agricultura... Então quem abastecia, o município aqui, que tinha muuuuito mais habitante que os outros, por causa da quantidade de escravos principalmente. Quem abastecia isso era... a, a uma cidade vizinha. Que num era Estrada Real, mais era daqui partia. Então foi, historicamente então é, extremamente importante. E, e quando os assaltos começaram e que foi ficando perigoso, eles criaram um caminho novo né? Mudaram o roteiro. (Josefina).

Dois moradores revelaram possuir um conhecimento sobre o tema que supera o que hoje é tratado nas discussões em geral sobre o assunto. A divulgação do Programa Estrada Real, que se limita a trabalhar 4 caminhos (Novo, Velho, dos Diamantes e Sabarabuçu), pode induzir ao erro, a partir do momento que muitos podem entender que estes eram os únicos trechos existentes. Todavia, não pode ser esquecido um importante caminho, como citado anteriormente a partir dos relatos históricos de Santos, que é o Caminho da Bahia. Este é lembrado pelos entrevistados, o que pode ser justificado pelo fato de os mesmos possuírem grande conhecimento histórico e residirem mais ao Norte de Minas Gerais, onde as memórias e relacionamento histórico com a Bahia encontram-se mais vivos do que em outras regiões do Estado.

(E no caso aqui seria essa que vai até o Serro... que vai até Mendanha!) Não. Porquê a Estrada Real, eles considerava até Diamantina. Depois, esticaram pra Montes Claros, porquê... eles falava que Montes Claros fazia parte da Estrada Real por causa do couro, da criação de boi, e... o couro vinha daqui. Vinha a, a, a, a Rio Preto. Depois que começaram movimentá isso descobriram uma porção de, de, de documento lá. (Antônio Pádua).

Que também a gente vê que... sabe, essa coisa que vem do Nordeste....! Que é o outro caminho da Estrada Real! Né? É o outro caminho que a gente... fala pouco dele! Né? Mais que na verdade acho que a gente tem uma *** muito grande desse caminho... da Bahia.... né? Muito grande, pra, pra... essa região aqui foi muito importante, eu acho.... né? Tanto é que Teófilo Otoni tinha um projeto de continuar, (Risos). Segui daqui, até..... Tê o caminho né? Indo por... saindo pela Bahia pra podê... levá as coisas pro, pro Rio de Janeiro, através de... de navios, né? Era a Companhia do Mucuri, *** cidade dele né? Ligá aqui ao, ao mar.... Pra podê... né? Ter mais, acesso mais fácil ao Rio de Janeiro. (Maria do Rosário).

Esta última entrevistada, historiadora, revela conhecer tão profundamente o tema que possui questionamentos que fizeram com que as informações repassadas sobre a Estrada Real pelo órgão gestor do Programa (identificado por ela como o Instituto Estrada Real, e não a SETUR)¹⁰ fossem revistas ou ao menos repensadas. Como fato principal, ela cita que o caminho até Diamantina não pode ser o eixo original, como é divulgado, pois a fundação do Serro é anterior, o que obrigatoriamente torna o trecho da cidade mais antigo e diretamente ligado ao principal. Assim, a incongruência histórica de o trecho até o Serro ser uma variante do trecho original até Diamantina (aberto posteriormente) denota que nem sempre a história foi fielmente seguida nas definições tomadas para as ações de resgate da Estrada Real. Ela credita isso ao desconhecimento da história pelos gestores envolvidos e à já citada rivalidade diamantinense, que procura sempre se destacar nos projetos e preterir os vizinhos dos benefícios dos mesmos. Deve-se destacar que esta questão já foi corrigida pelos gestores do Programa, com a incorporação do Serro ao Eixo Principal.

A Estrada Real assim ela sai de um caminho como se houvesse um caminho do diamante! Eles criaram um, um, um circuito chamado Caminho do diamante... peraf. Diamante foi em mil setecentos e trinta! Isso aqui é de mil setecentos e dois! Então, por onde isso saiu então, se não tinha estrada pra Diamantina!? Eu questiono isso! Por onde isso saiu? Então, qué dizê, a Estrada Real ela vinha até aqui. Aqui era o ponto. Diamantina foi trinta anos depois! Que o ouro saiu. E foi uma época que saiu muito ouro daqui. Serro, é... Alvorada de Minas, Itapanhoacanga né? A bera do, do rio do peixe... saiu muito ouro durante trinta anos! E Estrada Real desconhece isso! Porquê eles

¹⁰ Esta identificação do Instituto Estrada Real como gestor do Programa Estrada Real, em detrimento da SETUR, gestora oficial, foi recorrente nas entrevistas. Pode-se creditar isso aos fatos de que, durante a maior parte do Programa, o Instituto e a FIEMG investiram mais recursos na região do que o Estado e ainda atuaram muito mais próximo das comunidades (inclusive com a criação de Núcleos Regionais) do que a SETUR.

colocam Caminho do Diamante. Diamante é mil setecentos e trinta, então!? O que aconteceu de mil setecentos e dois a mil setecentos e trinta? Então, como se o caminho não passasse por aqui! Como se ele fosse destino Diamantina. E num é! O destino veio primeiro por aqui. Depois ele foi até o Tijuco com a descoberta do diamante. A gente entende que o diamante, lógico, o diamante, gente, foi um... um *boom*. Né?

Né? Então ela num tem nenhum projeto pra Estrada Real, que ela pense num caminho... Serra do Cipó! Hum... de jeito nenhum! Sabe? Eu acho que isso até trava! Eles morrem de medo, porquê... o caminho de, de, de Estrada Real, lá vai cê o ***! Então eu acho que eles até morrem de medo! E travam isso. Porquê eles travam uma série de coisas que eu acho uma bobagem. Invês de assumi, né? De mostrá que tem uma região muito mais...Né..... Um patrimônio muito mais bonito, muito mais trabalhado junto, do quê....(Maria do Rosário).

Eu tenho, eu tenho, as minhas... um pé atrás com a Estrada Real, porquê eu te falei, eu acho que ela.... desde o princípio é um projeto que desenhô muito o Serro como... um, um local, que num foi importante pra Estrada Real, sabe? Eles terem criado o circuito, me incomodô muito, até... porquê... o, o, aí vem do próprio instituto. Num tenho muito contato, num sei, o próprio instituto que eu acho que foi quem geriu o primeiro projeto. Né? De chegá pessoas na sua escola, ah eu vim para o instituto, eu tô fazendo... o circuito, aí essa coisa, ah, a gente tá andando de bicicleta, e aí a gente vai *** de uma palestra. Aí o cara chega lá pra fazê a palestra, no meio da palestra ele começa a falá.... Ah porquê aqui o circuito do diamante, num sei o quê. Eu já tive que chamá, eu falei cara, per aí! Aí cê tá contradizeno o que eu falo em sala de aula de história! Mas per aí, se o circuito do diamante tem uma história paralela, ele tem que sabê chegá nos lugares! Porquê eles vêm com a história do instituto. E essa história do circuito. Aí eu falei com ele, falei cê tá falando de uma cidade que é de mil setecentos e dois, cê tá falando de mil setecentos e trinta! Cê num tá falano daqui! Cê tá falano de Diamantina. Tem qui separá as coisas. Aí eu ti pergunto, *** e aí? De mil setecentos e doze a mil setecentos e trinta num tinha Estrada Real? Aqui? Tinha, entendeu? Qué dizê, então é um projeto que desenhô, desde o princípio! Sabe. A, a, ele nunca colocô o Serro nem na marca da Estrada Real. Né? Assim.... Eu acho, que, eu....(Ficô como uma variante né? Do caminho original) Justo. Quando num era, né? O caminho novo, né, pra mim ele é criado em São Gonçalo. Pra mim, historicamente São Gonçalo. Né? Caminho velho, caminho novo. E o caminho novo ele começa não quando o diamante... Ele já vem pra cá quando aqui.... se acha ouro, né? Mil setecentos e doze, setecentos e treze o ouro sai daqui! Né? De alguma forma por onde? Por esse caminho novo, que chegava até Ouro Preto. Então eles criaram essa variante, quando eu acho que tem outros também. A questão do caminho da Bahia, que é importantíssimo, que eu acho que, muita cultura *** vem por aí... Né? Então... Ficô um negócio muito assim, e realmente o *** na Estrada Real passô muito pra São João Del Rei, Tiradentes, não é? E nós ficamos. Né? Aqui é um, um, um... (Maria do Rosário).

Outro aspecto interessante verificado nas entrevistas foi a identificação histórica da Estrada Real com as tropas. A lembrança recorrente do “tempo das tropas” pelos entrevistados pode ser classificada como o que Conway (1998) define como “memórias de destello”. O autor as define como: memórias vívidas como uma fotografia que formam-se a partir de experiências relacionadas a eventos únicos e surpreendentes que possuem alta importância pessoal para o indivíduo. A “memória de destello” pode relacionar eventos particulares com eventos públicos e sua relevância varia em diferentes grupos sociais que podem produzir diferentes “memórias de

destello”. Abaixo, alguns relatos de entrevistados que demonstram a forte lembrança do tempo das tropas presente na memória coletiva local.

A estrada real tinha... é as tropa... aqueles troço que tinha né? E vinha do, do Serro pra Diamantina... levando as coisa pra vendê né? Então... era no animal que a gente viajava né? Que num tinha *** tinha estrada de carro pra todo lado. Mais pra e daqui pra Diamantina daqui pro Serro ia... era... era a cavalo, ou então à pé. E agora tá bom demais, porque tem estrada de carro pra todo lado né? Consertô até muito né? (Maria das Mercês).

(Os pais da senhora falava já desta Estrada Real?) Falava, pai falava... Que eu ouvi falar tem muito tempo que usava Estrada Real, tem muito tempo. O povo andava com tropa, as tropa né, cavaleiro, hoje cê nem vê quase ninguém viajando a pé... porque tem ônibus, né? Ah, negócio de tropa assim, de cavaleiro e tropa eu não alembro não, alembro desse povo que é mais velho que eu mais velho falando né, eu mesmo de tropa e cavaleiro não alembro não... (Rosa)

É uma estrada antiga, né? Né? (...) não é estrada de carro, porque estrada de carro tem poucos anos. A Estrada Real passava mais era cavaleiro, tropa, né, hoje ce num vê tropa mais, só um caminhão que carrega as coisas, né, mercadoria mas primeiro era mais tropa né? (Rosa)

Da época das tropa, assim, as tropa, é... os alimentos vinham mais, assim, pra Diamantina, por exemplo. Porque vinha da região que a gente chama hoje aqui de Região da Mata, assim, de Valadares pra cá, de Guanhões pra cá, vinha as tropa cheia de feijão, rapadura, toicinho. Essas coisa pra vendê em Diamantia e comprá aquilo que nós produzía lá, como o querosene, o sal, a enxada. Então a gente fazia uma espécie de permuta, né? Vendia uma coisa e comprava outra. E aquilo dava movimento, assim, nos mercadinhos, rancho de tropa que a gente falava. Porque toda hora que... aqui mesmo em São Gonçalo, assim, a gente via até dez horas do dia, por exemplo, até dez, onze horas do dia, já tinha chegado no mínimo uns cem animais aí carregado de mercadoria. E os tropeiros já movimentano, pono as cangalhas no sol pra secá, pra amanhã retorná pra em cima do burro, e levano pra Diamantina pra vender em Diamantina e comprá e trazê de vorta. Eles viajavam sempre, assim, nessa base, assim, de quinze quilômetro por dia, mais ou meno, pros animais descansá. Porque vinha de longe, costumava viajar mês intero com carga nas costa, então tinha aqueles período pra descanso (Geraldo).

Com as tropas né? Aqui outra coisa que acabou *** fez muita saudade, que eu lembro demais era do mercado que tinha aqui, onde é a rodoviária hoje né? Era a estrada real que passava. Cê precisa de vê que beleza que era... os tropeiros fazendo comida, naqueles panelões no chão, fincava os ferro assim, dependurava aquelas panela de aço né? Eu lembro... Papai tinha padaria lá embaixo, e o mercado... eu me lembro demais! Que eu era novinha! A rodoviária era o mercado né, aquele mercadão grande. E papai tinha a padaria em frente ali sabe? É aquele cheirinho gostoso da fumaça do cozinhando feijão. O feijão tropero deles, num é feijão tropeiro de hoje não, porque eles faziam o feijão, cuzinhava na panela...Era só pô o feijão no prato, já tava refogado, punha o torresmo puro, punha farinha em cima sabe? Fritava o ovo, jogava por cima e os torresmo! Punha gordura quente assim em cima. Mas só cê veno. Os *** cheganô, com toucinho, farinha, rapadura...! Vendia tudo lá, lá no mercado né? Mais era muito bonito! Outra coisa que num devia tê acabado! (Maria das Dores).

É importante entender esta relação existente entre a Estrada Real e as tropas para a população, pois esta pode ser uma estratégia eficaz de comunicação dos gestores do Programa para com a comunidade, de forma que a mesma compreenda, assimile, se envolva e se aproprie do trabalho de resgate patrimonial e desenvolvimento local via turismo que vem sendo empreendido.

Um tema interessante e recorrente nas entrevistas, conforme descrito a seguir, é o fato de vários entrevistados considerarem que o tema Estrada Real é recente na vida local. Os mesmos afirmam que não receberam informações de seus pais sobre o assunto, e sequer haviam ouvido falar no mesmo antes de se iniciarem as ações para o resgate e desenvolvimento turístico da região.

(Mais no passado, alguns anos atrás... uns dez anos atrás já se falava de estrada real ou isso começou a pouco tempo?) Não. Foi pouco tempo que eu ouvi falá. (Antes assim, os seus avós... seus pais falavam alguma coisa de estrada real?) Não. Comigo num falô não. (Num tinha nada disso!) Não. Num tinha nada disso não. (Isso faz poucos anos?) Esse aí foi pouco tempo pra cá né? ... a estrada real, tem pouco tempo pra cá! Tem passado muita gente aqui, mais tem... tem pouco tempo... Já... a estrada real tinha. Vinha do Serro pra Diamantina...Tinha. Agora que ês começaram a renová, né? Agora que começaram a renová... (Maria das Mercês).

Estrada Real? Eu to ouvindo falar agora né. Agora que eu to ouvindo falar na Estrada Real. Pouco tempo. Tem até a marca aí cê viu? A marca do esteio. Da estrada do Serro até aqui nesta marca já tem a marca (Odília).

Nem ouvia falar disso, de Estrada Real não. É de agora pouco que nós ta ouvindo falar. Não tinha nada disso não (Odília).

Esse projeto agora do Instituto Estrada Real, dessa implantação do, da, da estrada real como atração turística... olha eu vô te contá que é uma coisa muito nova! Muito nova! Dois anos... talvez... (Belmiro).

(E antes de começar essa... esse movimento com o turismo na estrada real, já se falava de estrada real aqui na região?) Não, foi depois né Carmesita? Que começou... tem pouco tempo, tem muito pouco tempo que começou a ... propagar né, essa estrada real! *** a região quase toda aí né? É que abriu esse campo de estrada real né? (Mais por exemplo, os pais da senhora, avós da senhora já falavam de estrada real?) Não, nunca falaram. Papai lembra, contava história do Serro, do ouro, do diamante, dessas viagens por aqui... Num tinha esse nome não. Não tinha essa característica de estrada real. (Num tinha um nome né? Falava-se às vezes dos caminhos, mas não com esse nome.) É do caminho. Só de lugarejo aonde ia esse caminho, mas num falava assim... né Conceição? Aí passava com ouro, com diamante, mas falava... é por aqui! Com as tropas né? (Maria das Dores).

Estas passagens podem levar a duas conclusões: a primeira é que a abordagem do tema Estrada Real como algo histórico e intrinsecamente relacionado ao cotidiano dos habitantes da

região é uma farsa, tratando-se de um discurso criado por um Programa, que através de intensa divulgação e sensibilização conseguiu incorporar no discurso dos habitantes locais algumas falas, que falsamente levam a crer que o assunto é recorrente na memória local, assim como que o desenvolvimento turístico da região é uma aspiração e motivação das comunidades. Confesso que essa abordagem, apesar de radical, era a que mais acreditava antes de iniciar o trabalho de campo. Todavia, após as entrevistas, passei a partilhar da segunda conclusão para este polêmico assunto, onde se entende que o desconhecimento das pessoas e a ausência de referências passadas sobre o tema Estrada Real relaciona-se a uma questão de nomenclatura. Assim, o fato de muitos moradores entenderem o fenômeno como recente não significaria, portanto, seu caráter de invenção, mas um simples desuso e desconhecimento do termo Estrada Real (retomado com destaque apenas nos últimos dez anos), apesar de as histórias relacionadas à estrada em si estarem bastante presentes na memória coletiva local.

Desta forma, o estudo do tema não pode se limitar à estrita compreensão histórica. Esta, apesar de fundamental, não é a única envolvida, tendo em vista que as referências das pessoas sobre determinado assunto não são baseadas apenas em fatos, mas em impressões e símbolos. Como afirma Santos citado no livro *Estrada Real* (2008, p. 41):

Muito do interesse que cerca contemporaneamente o tema está relacionado a uma certa busca existencial de sentido, que se daria por meio do percurso de um caminho. A rota histórica ganha um significado simbólico, tanto no plano da existência individual como no plano das referências identitárias da sociedade. Percorrer atualmente uma dessas vias antigas teria, portanto, o “dom” de estabelecer uma conexão afetiva individual com elementos coletivos da formação histórica brasileira, materializados em edificações, monumentos, obras de arte e signos de representação da cultura imaterial.

Neste aspecto, pode-se concluir, pela análise da maioria das entrevistas, que a Estrada Real está presente nas referências identitárias das comunidades de Diamantina e Serro. Existem fortes componentes simbólicos e afetivos que conectam o tema à memória das pessoas, muito embora muitas vezes isso ocorra de forma indireta, ou seja, não através do termo em si, mas por meio de elementos que remetem a ele. Assim, a base para o desenvolvimento dos projetos de resgate e valorização da Estrada Real já encontra-se presente no tecido social, necessitando ser trabalhada e fortalecida para que as ações empreendidas sejam sustentáveis ao longo do tempo.

4.3 O Programa Estrada Real: uma síntese das ações realizadas para o desenvolvimento turístico

Os Caminhos da Estrada Real, no eixo principal e municípios do entorno, têm sido objeto de um grande programa de desenvolvimento turístico, voltado para uso sustentável do seu potencial histórico, cultural e natural. Este se encontra atualmente inserido no escopo do Projeto Estruturador Destinos Turísticos Estratégicos, da Secretaria Estadual de Turismo, que conta com o apoio do Ministério do Turismo e do Instituto Estrada Real, pertencente à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

Oficialmente, o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real surgiu em 20/01/1999, em forma de lei. Esta lei foi regulamentada pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em 08/08/2000, e determinou como objetivos do Programa (Decreto 41.205, art. 3º):

1. Possibilitar o incremento da arrecadação do Estado e dos municípios mineiros;
2. Incentivar o investimento privado no território do Estado;
3. Promover a alteração do perfil de distribuição de renda e elevar o nível de emprego da população do interior do Estado;
4. Promover e divulgar a atividade turística interna e de lazer no Estado;
5. Resgatar, preservar e revitalizar os pontos de atração turística e de lazer já existentes, bem como os sítios arqueológicos, espeleológicos, paleontológicos e as paisagens naturais não exploradas, interligadas pela Estrada Real.

É possível verificar que os objetivos da lei apresentam um Programa de viés econômico. Busca-se principalmente, através do desenvolvimento regional por meio do turismo, gerar-se incremento nos indicadores econômicos do estado. Outros aspectos, como os ambientais e culturais, embora primordiais, não aparecem com destaque nos termos anteriores, o que permite inferir qual era a visão principal quando da constituição do Programa.

A mesma lei define, de maneira imprecisa, a Estrada Real como os “caminhos e variantes construídos nos séculos XVII, XVIII e XIX, no território do estado”. Os caminhos eram aqueles de grande importância e natureza oficial, que eram propriedade da Coroa Portuguesa. Denominam-se variantes as opções construídas para o leito principal da Estrada Real, destinadas a interligar as regiões de abastecimento e mineração, ou que simplesmente foram abertas para explorar ou povoar outras regiões. Existiam também os descaminhos, que eram os desvios destes

caminhos, construídos com o intuito de burlar a fiscalização metropolitana. Melhor definição é dada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), que considera como Estrada Real “o conjunto dos caminhos oficiais, cujos traçados remontam ao início do século XVIII, e as suas variantes, que inter ligavam os centros mineradores como Vila Rica, Tijuco e São João Del Rey ao Rio de Janeiro e São Paulo, acrescidos dos traçados vicinais, construídos ao longo dos anos, que interligavam e davam vazão à produção rural dos núcleos urbanos históricos lindeiros.”

O Programa abrange cerca de 1700 km de percurso, em área de 76.608 km², englobando 168 municípios em Minas Gerais, 8 no Rio de Janeiro e 22 em São Paulo, totalizando 198 cidades. Consideram-se, para os fins do Programa, 4 Caminhos: Velho, Novo, Sabarabuçu e dos Diamantes. Não foram incluídos outros, como o da Bahia e a Picada de Goiás, o que se justifica pelo fato de já estar sendo trabalhada uma área de grande abrangência geográfica. Sua amplitude permite o desenvolvimento de diversas modalidades de turismo: rural, histórico, cultural, eventos e negócios, religioso, esotérico, gastronômico, aventura, termal e de saúde. Para a FIEMG (2003, p. 20) a Estrada Real se constitui uma área turística de multi oferta, “focada na história e nos atrativos naturais que uma cultura e uma forma de vida fortemente ligada às suas raízes, constitui um pólo de desenvolvimento no qual os agentes econômicos do setor podem realizar seus objetivos a partir do valor maior que é a própria Estrada”. Assim, o programa tem um público-alvo diversificado, pois se propaga que a Estrada pode ser percorrida a pé, a cavalo, de carro ou bicicleta. Isto está de acordo com a afirmação de Bourdieu (1992, p. 102) de que “o desenvolvimento do sistema de produção de bens simbólicos (...) é paralelo a um processo de diferenciação cujo princípio reside na diversidade de públicos aos quais as diferentes categorias de produtores destinam seus produtos”. Assim, tendo em vista a diversidade existente ao longo da Estrada, tem se buscado segmentá-la para os distintos nichos de mercado, de forma a potencializar sua atratividade e consumo.

Assim como é recente a idéia de explorar a Estrada Real turisticamente, mais recente ainda são as ações efetivas para sua constituição enquanto produto turístico. Como é no estado de Minas que se encontra a grande maioria do percurso (mais de dois terços), não surpreende que as iniciativas preponderantes para o desenvolvimento da Estrada Real surjam no Estado.

Trata-se de um Programa cuja administração e gerência do Poder Executivo estadual, representado neste caso pela SETUR. Seu principal foco está na estruturação e promoção do

destino, bem como no fomento aos empreendedores e municípios para investirem ou colaborarem com o desenvolvimento do produto turístico Estrada Real. Por ser um Programa de grande porte, a participação do Estado, embora primordial, não é suficiente. Necessita-se de uma grande colaboração de instituições privadas, de organizações não-governamentais (ONG's), dos municípios e das comunidades envolvidas.

No que tange aos municípios, percebe-se que se faz necessária uma maior participação e investimento no Programa. Não existem dados precisos sobre o investimento dos municípios em ações relativas ao desenvolvimento da Estrada Real, mas devido à limitada estrutura e orçamento dos órgãos de turismo municipais, sabe-se que se trata de um montante reduzido. A concentração dos gastos e ações no âmbito estadual é um óbice ao fortalecimento de um Programa tão amplo como este, que envolve 168 cidades mineiras e requer grandes investimentos. Como afirma Prates (2004, p. 44):

La proliferación de activaciones turístico – patrimoniales debe asociarse pues, principalmente, con la iniciativa pública (a menudo de carácter municipal y comarcal) y sobre todo con zonas en las que el desarrollo turístico, aunque sea a pequeña escala, se presenta como especialmente acuciante al no disponer de otros recursos comercializables más específicos.

Neste aspecto, a disparidade entre os próprios municípios é muito grande. Enquanto alguns se envolveram bastante nas ações do Programa e contribuíram para seu fortalecimento, outros permanecem à margem do processo, aguardando ações de terceiros para se desenvolverem do ponto de vista turístico. Como consequência, verifica-se a existência de regiões onde a Estrada Real é uma realidade enquanto produto turístico, já sendo comercializada por operadores em trechos específicos (caso de Diamantina e Serro), e zonas que participam do Programa apenas nominalmente, onde não há envolvimento da comunidade e poder público em ações para seu fortalecimento. Infelizmente, este último caso é ainda a realidade da maioria dos 168 municípios participantes do Programa.

Durante as entrevistas realizadas em campo, foram revelados estes e outros aspectos do Programa. Como afirmado por uma entrevistada - que diz conhecer bem o percurso - acerca da infra-estrutura turística ao longo da Estrada Real:

E a estrutura ainda é muito deficiente! Às vezes cê... encontra esses lugares que ocê... Pousadas horríveis! Horríveis! Mais cê encontra lugares ótimos! (Josefina).

Já outro morador afirma que um grande desafio é oferecer estrutura para o caminhante na Estrada Real - um público prioritário na visão do Programa – o que pode ser feito com iniciativas simples e pouco dispendiosas:

É... muito bonito! E... eu fa.... falo com as pessoas, gente? Oê tem que dá condição o cara dum lugá pra ele pisá! Purquê tem lugá lá que num dá! Agora puseram umas ponte, e tal e coisa, isso aquilo... Já melhorô bastante. Mas ainda falta fazê*** na terra lá, que num é uma coisa cara... (Antônio Pádua)

Uma das causas para esta deficiência de infra-estrutura, traduzida em crítica recorrente ao Programa, é o fato de o mesmo ter se focado em promover e divulgar a Estrada Real de forma exagerada, sem antes estruturá-la para a visitação turística. Como já citado anteriormente, esta inadequação da estrutura receptiva é um ponto fraco reconhecido pela própria comunidade. O risco assumido pela grande promoção e divulgação do destino foi o de levantar expectativas no público, que não seriam atendidas durante sua viagem à Estrada Real. Percebe-se que isso de fato ocorreu, razão pela qual, durante a evolução do Programa no decorrer dos anos, as ações de estruturação do destino adquiriram maior importância, entendendo-se que era preciso sanar falhas estruturais antes de buscar-se um fluxo turístico mais intenso para a região. Este risco é citado por Prates (2004, p. 44), que ressalta o perigo de confundir, nas ações de promoção, aquilo que é um recurso turístico com o que já é um produto turístico – recurso dotado de infra-estrutura básica e serviços de apoio ao turista:

La asociación entre la iniciativa pública y la promoción turística de los recursos patrimoniales es, por las razones expuestas, una constante que no admite excepciones (...) y que enmascara, a mi entender, la importancia real y virtual del patrimonio dentro del sector turístico, induciendo peligrosamente a la creación de falsas expectativas (entiéndase bien, mas por la excesiva relevancia que se le otorga y por la confusión implícita entre “recurso” y “producto”, que no por el hecho en sí.

Todavia, a população entrevistada não necessariamente compartilha desta visão. Para os entrevistados, cujas falas são transcritas a seguir, o investimento em promoção da Estrada Real é ainda insuficiente, e deve ser um dos pilares do Programa. Isto se deriva, em grande parte, do desejo imediato das pessoas em que sejam alcançados os objetivos finais do Programa, e que a partir possa-se auferir os benefícios advindos do incremento do fluxo turístico.

Tem investido bastante! Num é... soltano dinheiro pra população, mais é investindo em propaganda, investino...(Josefina)

Eu acho que, que tinha que tê mais coisas, mais promoções a respeito desse caminho... real! Mais ele todo é muito interessante (Belmiro).

Outra lacuna identificada no âmbito do Programa estadual é a inexistência de ações relacionadas à identificação e proteção do patrimônio cultural existente. Segundo Santos (2008, p. 37), “rotas histórico-culturais só vingam se estiverem lastreadas num esforço constante de pesquisa e de preservação do patrimônio cultural”. Este processo de levantamento, mapeamento e inventário completo ao longo do caminho é, segundo o autor, uma das principais ações que estão ainda por serem executadas. Isto se torna ainda mais importante na medida em que, com a criação do Instituto Estrada Real, o termo “Estrada Real” se tornou quase sinônimo do riquíssimo acervo de patrimônio cultural e natural de bens tangíveis e imateriais ao longo dos antigos caminhos, que ligam as áreas de mineração ao litoral fluminense (RENGER, 2007, p. 136). Segundo a publicação *Estrada Real* (2008), o termo se refere ao “patrimônio constituído pelas vias de acesso, os pontos de parada, as cidades e vilas históricas que se formaram durante o passar dos homens e do tempo, cercado de montanhas, natureza, cultura e arte”. Assim, o conhecimento e salvaguarda destas riquezas, que na prática representam a própria Estrada Real, é premissa para o êxito do Programa.

Na visão dos moradores de Diamantina e Serro, pode-se dizer que o Programa, em geral, é bem avaliado. Os entrevistados reconhecem o esforço realizado pelo Governo do Estado, Instituto Estrada Real (muitas vezes identificado pelos moradores como o gestor das ações, em detrimento do órgão oficial de turismo, SETUR) e outros parceiros na viabilização do destino. As seguintes falas de moradores diamantinenses revelam satisfação com as ações empreendidas:

Hoje já tem... Credibilidade principalmente. Então eu acho que aqui tá valendo à pena. Pra Diamantina principalmente (Josefina).

Outra coisa que tem ajudado um pouco também, é essa luta do, do governo de Minas pela Estrada Real! (Josefina).

O Instituto Estrada Real tá aqui em Diamantina quase na, na idade do nosso garimpo. Tive a oportunidade de estar com eles desde o princípio, é... aprendendo sobre a estrada real, conhecendo, o projeto deles, com a implantação dessa parte turística, da estrada real. Eu acho que eles trabalham muito bem. Eles têm feito... o, o trabalho de divulgação muito importante. A parceria com eles é muito importante (Belmiro).

Ah sim.... Eu acho que.... é um valor imenso! É um valor imenso! É uma coisa que... foi, foi um dentro do governo de Minas. Pra ti falá a verdade. (Risos) É uma maneira de, de..... Porquê Minas num tem, outros atrativos, como.... os estados praianos!?! Tem só

atrativo histórico. E se você souber aproveitá isso! Muito melhor... Eu acho que, que foi uma... o movimento da Estrada Real foi uma coisa muito... (Josefina).

Outras falas revelam satisfação relativa com as iniciativas desenvolvidas pelo Programa. Segundo a moradora, apesar de o mesmo demonstrar evolução em seus resultados, diante da expectativa da comunidade os esforços ainda vem ocorrendo em ritmo lento:

Tá demorando, tá demorando a ter esse desenvolvimento! Que tá demorando pra acontecer. Mais... eu acho que isso é natural. É divagá mesmo! E já melhorô muito! A, o crédito em cima de Estrada Real já melhorou muito! (Josefina).

Foram detectadas durante as entrevistas alguns pontos de insatisfação com o Programa. Uma moradora criticou o conteúdo de uma revista infantil distribuída pela FIEMG/ Instituto Estrada Real na região, que continha gravuras, segundo ela, de pinturas rupestres do Peru, e não da região, o que foi identificado pelas próprias crianças que tiveram acesso ao material:

Né? Até... eu tenho uma outra crítica a fazê, a, ao caderninho da Fiemg lá. A, a, a revistinha que a Fiemg fez da Estrada Real, que é... essas coisas. Pecam né? Colocam lá... pinturas rupestres lá da... do Peru. Nós temos tanta *** rupestre aqui! Os meninos vão visitá então... Eu, eu sei porquê a, a minha filha levô, e ela falô assim, ôh mãe, mas nós fomo lá no Milho Verde pra vê uma pintura, num é essa aqui! Qué dizê a criança que é a chave, que qué conhecê o que viu, fala, mas num é essa caveira, num é aquilo não! (Risos) (Maria do Rosário).

Outro morador considera que desenvolver ações em parceria com o Programa é um processo complexo e lento, o que inibe iniciativas da comunidade, que poderiam contribuir muito para seu fortalecimento. Como afirmado na fala a seguir transcrita:

E eu tinha vontade de fazê, de, de resgatá...(técnica de fundição a carvão no processo de lapidação de jóias) Eu já até falei com pessoal da Estrada Real, mas é... é muito difícil. O negócio deles é muito complicado! (Antônio Pádua).

A maior crítica realizada por um entrevistado foi feita por uma moradora serrana. Ela afirma ter medo do projeto, pois ele destaca municípios especiais, em detrimento de outros, não levando em consideração aspectos históricos fundamentais. Segundo ela, no Programa a história é instrumentalizada para fins turísticos, o que gera incorreções e injustiças na execução das ações do mesmo. Além disso, ela afirma que é imposto aos municípios alinhamento às suas estratégias sem possibilitar participação dos mesmos, o que ocasiona a propagação de equívocos, como no

caso citado, da sinalização dos caminhos municipais que pertencem à Estrada Real, que segundo ela foi realizada em modelo inadequado. E ainda afirma que o Programa, com suas ações padronizadas para as cidades, é um risco para a manutenção da diversidade cultural de cada localidade.

Gasta-se algumas coisas, né? Eu.... *** da prefeitura tê que comprá aqueles marcos, que eu acho... horrroso! Eu acho... horrroso! E eu acho que... Num gosto, e eu acho eles feio, eu acho que eles num aparecem... Num dão... medida de nada! E vieram só eles. Já veio de uns outros lugares eles têm um, um, um escrito, uma coisa que nunca vieram com isso, entendeu? Qué dizê. Eu acho que teve um desdém aí. Sabe? Obrigaram, *** discuti com o pessoal. Falô ah não, mais tem que comprá, e tal. Gente mais um negócio feio desse, pra quê que tem que comprá isso? Tudo bem. *** interessante. (Foi a prefeitura que pago?) É. Pagô, mais eu não **** isso. Ocê vê em outros lugares ele é muito mais completo do quê veio pra cá. Então eu acho que teve um desdém. Eu num acho que o instituto a, vê o Serro como... parte mesmo da Estrada Real não. A história deles é Diamantina! Mais eles têm que passá por aqui, porquê num tem jeito né? Então... (Risos) Eu num, num.... num sô muito. Eu acho que, eu acho que o investimento da Estrada Real ainda num veio pro lado de cá. Acho que ainda a Estrada Real é pra lá. Tenho muito medo... Então eu acho assim, eu acho que... historicamente eu acho que eu não gosto dessa Estrada Real. Eu acho que ela, ela não tem. Ela é um, um projeto turístico e que passa por cima da história. As pessoas que tão trabalhano nela, não têm o conhecimento real da história do lugar. E não se preocupam em ter. Sabe? Dessa relação Estrada Real e Prodetur. Eu acho que eles não têm o conhecimento, e não se preocupam... não tão preocupados em, em realmente manter. Sabe? Por ser uma estrada, pra manter realmente a, a não. Vão criá. E num é por aí! Se tem, pra quê cê tá criando!? A história é a estrutural que tem. Né? Então eu me decepcionei muito somente com esse projeto... Então eu tenho muito medo dessa coisa. Docê perdê, perdê na, na, na, nessa possibilidade cultural que você tem, na diversidade, sabe como? Perdê nas suas tradições.... Com esses projetos que vêm pronto e que não percebem a região. Que não tem preocupação. As pessoas que vêm, elas não conhecem historicamente a região... sabe? E vêm! Com um projeto... pronto!.... E o turismo às vezes num tá preocupado em mantê. Né? Mais eu acho que é importante. Você só vai tê o, o turista e de uma forma diferenciada se você mantê, aquilo que você tem. Com as nossas tradições. Porquê senão a gente vai ficá igual. Igual. Daqui a pouco vai vim pra quê?... Então eu acho que essa diversidade é muito importante. Por isso que eu tenho muito medo desse projeto (Maria do Rosário).

Após a descrição de aspectos abordados pela comunidade em relação ao Programa, serão analisados, a seguir, dados oficiais da participação do Governo do Estado, por meio da SETUR, no desenvolvimento do mesmo. Apesar de terem havido grandes investimentos de outras instituições – como Instituto Estrada Real, Ministério do Turismo, SEBRAE, dentre outros – a análise se limitará aos gastos governamentais, devido à acessibilidade e publicidade destas informações. Todos os investimentos da SETUR encontram-se contidas nos Relatórios anuais de execução do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) do Governo de Minas Gerais

(disponíveis no site www.planejamento.mg.gov.br), o que possibilita sua identificação e análise por qualquer cidadão.

Serão analisados dados a partir de 2004 - ano em que o Programa efetivamente inicia sua execução em nível estadual, por meio de dotação orçamentária específica (com a criação do Projeto Estruturador Estrada Real, então identificado como prioritário entre as ações governamentais) - até o presente ano de 2009. É importante destacar que a minha participação direta no Programa durante alguns anos torna possível a análise e interpretação mais completa dos dados, indo além do que é apresentado nos relatórios governamentais.

Em 2004, primeiro ano de existência do programa do ponto de vista orçamentário, foram definidas 16 ações para execução, por meio de 5 órgãos distintos: Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Departamento Estadual de Telecomunicações (DETEL), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU), Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG) e Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), sendo este o órgão responsável pela coordenação geral das ações.

O orçamento disponível para o exercício foi no total de R\$9.641.296,00. Destes, apenas R\$ 1.308.760,34 (13,57%) foram executados. Das 16 ações, 12 tiveram 0% de execução financeira. As justificativas apresentadas para o desempenho pífio foram: não liberação efetiva de recursos por parte do governo (nas ações de Saneamento Básico e Linhas de Financiamento); verificação de que determinadas ações planejadas não necessitariam do recurso para serem concluídas (caso da ação de Levantamento das Áreas não cobertas pela telefonia celular, realizada pelas companhias de telefonia móvel, e da Identificação das Localidades para o fornecimento de energia elétrica, cujo banco de dados já existia na Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG); entendimento, no decorrer da execução, que determinadas ações eram mais rotinas do que projetos – como o Gerenciamento da Qualidade e a Mobilização dos investidores; delegação de competências – como a criação do Fórum Interestadual, que ficou a cargo do Instituto Estrada Real; e remanejamento de prioridades (no DER, os recursos da ação de Recuperação e Manutenção das Vias de Acesso foram remanejados para a Sinalização Turística; já na SETUR, parte dos recursos foi remanejada para o DETEL e o restante, principalmente das ações com baixo orçamento, foi transferido para a ação Promoção e Divulgação, do próprio órgão, demonstrando naquele momento a priorização dos investimentos nesta área). A Tabela 30 resume a realização do Programa no ano de 2004.

TABELA 30
Execução do Programa Estrada Real em 2004

Ação	Órgão	Program. Financ. (R\$)	Exec. Financ. (R\$)	% de Execução	Unidade de Medida	Prog. Física	Exec. Física	% de Exec.
Recuperação e Manutenção das Vias de Acesso	DER	320.000	0	0	Km de Vias de Acesso Recuperada	270	0	0
Sinalização Turística	DER	40.000	320.0000	800	Sinalização Instalada	5	4	80
Implantação de Telefonia Rural	DETEL	25.000	48.470,58	193,88	Posto Telefônico Rural Instalado	5	9	180
FASTUR – Apoio Financeiro ao Turismo como Atividade Econômica	BDMG	500.000	0	0	Empresa Financiada	4	0	0
FUNDESE – Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais	BDMG	7.000.000	761.220	10,87	Financiamento Concedido	100	8	8
Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	SEDRU	547.296	0	0	Economia residencial atendida	15.243	0	0
Saneamento Básico – Coleta e disposição final de lixo	SEDRU	190.000	0	0	Família beneficiada	5.000	0	0
Saneamento Básico – Abastecimento de Água	SEDRU	250.000	0	0	Economia residencial atendida	15.625	0	0
Levantamento das áreas não cobertas por telefonia celular	SETUR	2.000	0	0	Município beneficiado	10	162	1.620
Integração dos Circuitos Turísticos no Desenvolvimento da Estrada Real	SETUR	25.000	0	0	Circuito Integrado	2	11	550
Mobilização e envolvimento dos investidores	SETUR	2.000	0	0	Beneficiário atendido	44	0	0
Potencialização do Ecoturismo	SETUR	5.500	0	0	Circuito potencializado	2	1	50
Gerenciamento da Qualidade dos Equipamentos e Serviços Turísticos	SETUR	25.000	0	0	Projeto Gerenciado	1	0	0
Criação do Fórum Interestadual	SETUR	2.500	0	0	Fórum Criado	1	0	0
Identificação de localidades para o fornecimento de energia elétrica	SETUR	2.000	0	0	Município atendido	9	162	1.800
Promoção e Divulgação	SETUR	245.000	179.069,76	73,09	Material de divulgação produzido	25	27	108
TOTAL		9.641.296	1.308.760,34	13,57				

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG.
Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG.
Dados disponíveis em www.planejamento.mg.gov.br

Os dados revelam que, no seu primeiro ano, o Programa Estrada Real apresentou, além de baixa execução orçamentária, grande discrepância entre o planejamento e a execução. Isto levou

à redefinição, ao longo do ano de 2004, das prioridades do Programa, fazendo com que se repensasse a pulverização de ações e recursos que se verificou naquele exercício. Isto ensejou uma grande revisão do mesmo para o ano seguinte, como será visto a seguir.

Em 2005, o número de ações do Programa caiu de 16 para 14. Foram excluídas 5 ações que estavam presentes no escopo de 2004, a saber: Mobilização e envolvimento dos investidores; Gerenciamento da qualidade dos equipamentos e serviços turísticos; Criação do Fórum Estadual; Levantamento das Áreas não cobertas por telefonia celular; Identificação de localidades para o fornecimento de energia elétrica na Estrada Real.

A justificativa do relatório oficial do exercício para estas exclusões foi o fato de todas terem sido concluídas em 2004. Na prática, sabe-se que a mudança também ocorreu devido aos fatos de a SETUR ter identificado não serem estas prioridades de sua atuação, de se tratarem de ações de rotina e/ou de competência de outros órgãos - não possuindo a Secretaria grande ingerência sobre estas variáveis.

Foram incluídas neste ano três ações: Geoprocessamento, Criação do Sistema de Coleta de Dados Estatísticos e Capacitação Profissional. A primeira adveio da necessidade de se mapear a localização exata dos caminhos da Estrada Real e geoprocessá-los, pré-requisito para sua demarcação e sinalização precisas.

A segunda foi uma emenda proposta durante Audiência Pública (forma participativa que permite alterações nos projetos de governo pela sociedade a cada ano), surgida com base na parca disponibilidade de dados sobre o turismo na região da Estrada Real, que permitam aferir a efetividade das iniciativas desenvolvidas na região. Por fim, a terceira inclusão se deu por questões técnicas, sendo identificada pelos gestores do Programa como uma das prioridades a serem trabalhadas. Abaixo, segue tabela resumindo a execução do Programa em 2005.

TABELA 31
Execução do Programa Estrada Real em 2005

Ação	Órgão	Program. Financ. (R\$)	Exec. Financ.(R\$)	% de Execução	Unidade de Medida	Prog. Física	Exec. Física	% de Exec.
Geoprocessamento	DER	200.000	0	0	Km	625	0	0
Recuperação e Manutenção das Vias de Acesso	DER	750.000	749.999,40	100	geoprocessado Km de Vias de Acesso	100	49	49
Sinalização Turística	DER	800.000	600.000	75	Recuperada Sinalização Instalada	6	9	150
Implantação de Telefonia Rural	DETEL	800.000	778.708,18	97,34	Posto Telefônico Rural Instalado	80	2	2,5
FASTUR	BDMG	1.000	0	0	Empresa Financiada	1	0	0
FUNDESE	BDMG	7.000.000	6.239.713	89,14	Financiamento Concedido	25	116	464
Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	SEDRU	10.000	0	0	Economia residencial atendida	100	0	0
Saneamento Básico – Coleta e disposição final de lixo	SEDRU	10.000	0	0	Família beneficiada	500	0	0
Saneamento Básico – Abastecimento de Água	SEDRU	10.000	0	0	Economia residencial atendida	100	0	0
Criação e Implantação de Sistema de Dados Estatísticos	SETUR	30.000	30.000	100	Pesquisa e estudo elaborado	1	1	100
Integração dos Circuitos Turísticos no Desenvolvimento da Estrada Real	SETUR	87.500	86.232,96	98,55	Circuito Integrado	8	10	166,67
Potencialização do Ecoturismo	SETUR	100.000	100.000	100	Circuito potencializado	4	5	125
Capacitação profissional	SETUR	1.000.000	1.000.000	100	Ação de Capacitação	40	106	265
Promoção e Divulgação	SETUR	1.000.000	500.000	50	Material de divulgação produzido	25	32	128
TOTAL		11.798.500	10.084.653,5	85,47				

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG.
Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG.
Dados disponíveis em www.planejamento.mg.gov.br

Estas modificações estruturais tiveram grande impacto na execução do Programa. O mesmo teve uma ótima execução orçamentária (85,47%), muito superior ao ano anterior, e a execução física foi também muito melhor, sendo cumpridas a maior parte das metas

estabelecidas. Um destaque positivo foi o aumento do número de financiamentos concedidos pelo FUNDESE, revelando o crescimento do interesse da iniciativa privada no Programa. Destaque negativo foi a baixíssima execução física da ação de Telefonia Rural - apesar de todo o recurso ter sido gasto, sendo comprados os equipamentos para instalação posterior dos postos. Cinco ações ainda tiveram execução orçamentária de 0%: em 4, o motivo foi a não liberação de recursos pelo Governo do Estado (as 3 de Saneamento Básico e o FASTUR) e em apenas 1 a não execução ocorreu por problemas de gestão (uma das ações incluídas no ano, Geoprocessamento). As outras duas novas ações – Capacitação e Estatística – tiveram ótima execução orçamentária e física.

A SETUR demonstrou grande evolução em sua capacidade de execução, cumprindo ou superando as metas estabelecidas e executando a grande parte do orçamento sob sua responsabilidade (apenas na ação de Promoção e Divulgação a execução foi inferior a 98%, devido ao fato de não ter sido firmado um convênio previsto de R\$500.000,00 com o governo federal). O orçamento da SETUR, aliás, apresentou grande crescimento, saltando de R\$309.000,00 em 2004 para R\$2.217.500,00 em 2005, indicando que o órgão efetivamente se tornava o gestor do Programa.

A partir deste momento, o Programa começa a ganhar consistência e credibilidade junto ao Governo do Estado. Em 2006, o número de ações cai de 14 para 13. Foram excluídas 3 ações para as quais não haviam ocorrido liberação de recursos, e portanto não tiveram execução física nos anos anteriores (referente ao Saneamento Básico), demonstrando que só deveria permanecer no escopo do Programa as ações que geravam resultados. O saneamento na Estrada Real passava então a não ser trabalhado mais diretamente na estrutura do Programa, e sim em projetos do órgão competente, a SEDRU. Foi excluída da estrutura do Programa ainda a ação de Recuperação das Vias de Acesso, mas na prática ela não deixou de existir, sendo remanejada para a estrutura do Programa de Recuperação de Rodovias (PRO MG), sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e DER/MG.

Foram incluídas ainda 2 ações, sendo uma por meio de emenda parlamentar estadual (Recuperação do prédio anexo do conjunto museológico Mariano Procópio em Juiz de Fora) e outra por iniciativa da SETUR e Polícia Militar (Estruturação do policiamento ostensivo). Esta última ação vinha sendo executada desde 2005, sem recursos específicos, e foi incluída no Programa a partir de 2006 devido à sua importância estrutural. Uma ação (Promoção e

Divulgação), sob competência da SETUR, foi desmembrada, para facilitar-se a mensuração e execução de itens distintos (material promocional e participação em eventos).

TABELA 32
Execução do Programa Estrada Real em 2006

Ação	Órgão	Program. Financ. (R\$)	Exec. Financ.(R\$)	% de Execução	Unidade de Medida	Prog. Física	Exec. Física	% de Exec.
Geoprocessamento	DER	100.000	0	0	Km geoprocessado	1.200	0	0
Sinalização Turística	DER	1.000.000	160.000	16	Circuito Sinalizado	12	12	100
Implantação de Telefonia Rural	DETEL	500.000	410.366,95	82,07	Posto Telefônico Rural Instalado	100	75	75
FASTUR	BDMG	1.000	0	0	Empresa Financiada	1	0	0
FUNDESE	BDMG	2.200.000	2.077.939	94,45	Financiamento Concedido	25	74	296
Estruturação do Policiamento Ostensivo	Polícia Militar	205.000	24.360	11,88	Policial capacitado	360	18	5
Recuperação do prédio anexo do conjunto Museológico Mariano Procópio em Juiz de Fora	Secretaria de Transportes e Obras Públicas	300.000	300.000	100	Prédio reformado	1	0	0
Criação e Implantação de Sistema de Dados Estatísticos	SETUR	50.000	50.000	100	Pesquisa e estudo elaborado	1	1	100
Integração dos Circuitos Turísticos no Desenvolvimento da Estrada Real	SETUR	100.000	85.866,42	85,87	Circuito Integrado	7	13	185,71
Potencialização do Ecoturismo	SETUR	100.000	99.900	99,9	Circuito potencializado	7	7	100
Capacitação profissional	SETUR	1.100.000	1.581.611,80	143,78	Ação de Capacitação	80	105	131,25
Promoção	SETUR	850.000	672.020,75	79,06	Material de divulgação produzido	20	29	145
Divulgação	SETUR	829.500	823.848,86	99,32	Evento participado	40	45	112,50
TOTAL		7.335.500	6.285.913,78	85,69				

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG.
Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG.
Dados disponíveis em www.planejamento.mg.gov.br

O percentual geral de execução orçamentária de 2006 (85,69%) foi bem similar ao de 2005, demonstrando maior nível de maturidade na execução do Programa. Apenas 2 ações não foram executadas (Geoprocessamento, novamente por problemas de gestão na ação, e FASTUR – neste caso, existia orçamento apenas simbólico). Outras 2 ações tiveram execução orçamentária

insatisfatória (Sinalização Turística e Estruturação do Policiamento Ostensivo) devido à não liberação de convênios previstos com o Governo Federal.

A execução física da ação de Telefonia Rural apresentou grande melhoria em relação ao ano anterior, enquanto a orçamentária do FUNDESE demonstrou grande queda em volume (apesar de ter sido ótima em termos percentuais). A inclusão de ação por meio de emenda parlamentar – Reforma do Museu Mariano Procópio em Juiz de Fora – indica que o Programa despertava crescentemente também interesses políticos.

Note-se que o recurso desta ação foi executado, mas as obras em si só foram iniciadas no ano seguinte. Outro ponto importante foi que o orçamento da SETUR continuou crescendo, saltando para R\$ 3.029.500,00, e teve ótimo nível de execução física e financeira, fortalecendo assim a gestão do órgão sobre o Programa.

Em 2007, último ano do PPAG iniciado em 2003, o Programa mantém sua estrutura básica. O número de ações aumenta de 13 para 14. Foram excluídas 2 ações que não tiveram execução orçamentária e tampouco resultados nos anos anteriores (Geoprocessamento e FASTUR) e incluídas outras 3: Saneamento Básico (que volta a fazer parte do Programa, desta vez em ação única), Sensibilização de Policiais Civis (muito devido ao êxito da parceria com a Polícia Militar, que ensejou sua expansão para a outra categoria) e Sinalização Turística Municipal (devido à necessidade de se ampliar a sinalização para a área urbana dos municípios, não abrangendo apenas as rodovias, como anteriormente). Abaixo, seguem os dados de execução do programa em 2007.

TABELA 33
Execução do Programa Estrada Real em 2007

Ação	Órgão	Program. Financ. (R\$)	Exec. Financ.(R\$)	% de Execução	Unidade de Medida	Prog. Física	Exec. Física	% de Exec.
Sinalização Turística Rodoviária	DER	400.000	399.999,97	100	Circuito Sinalizado	3	3	100
Sinalização Turística Municipal	DER	600.000	0	0	Município atendido	4	0	0
Implantação de Telefonia Rural FUNDESE	DETEL	500.000	317.175,74	63,44	Posto Telefônico Rural Instalado	40	21	52,5
	BDMG	3.500.000	3.382.860	96,65	Empresa financiada	120	53	44,17
Estruturação do Policiamento Ostensivo	Polícia Militar	150.000	150.000	100	Policial capacitado	120	141	117,5
Sensibilização de Policiais Civis	Polícia Civil	150.000	150.000	100	Policial treinado	120	125	104,17
Recuperação do prédio anexo do conjunto museológico Mariano Procópio em Juiz de Fora	Secretaria de Transportes e Obras Públicas	1.000	0	0	Prédio reformado	1	0	0
Saneamento Básico	SEDRO	2.900.000	2.900.000	100	Município atendido	2	23	1.150
Criação e Implantação de Sistema de Dados Estatísticos	SETUR	300.000	215.061,54	71,69	Estudo realizado	1	1	100
Integração dos Circuitos Turísticos no Desenvolvimento da Estrada Real	SETUR	300.000	138.249,78	46,08	Evento realizado	3	4	133,33
Potencialização do Ecoturismo	SETUR	500.000	0	0	Ação realizada	20	0	0
Capacitação profissional	SETUR	1.720.000	239.460	13,92	Ação Realizada	200	33	16,5
Promoção	SETUR	1.550.000	1.201.584,58	77,52	Material de divulgação produzido	60	184	306,67
Divulgação	SETUR	1.129.500	851.082,85	75,35	Evento participado	45	52	115,56
TOTAL		13.700.500	9.945.474,46	72,59				

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG.
Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG.
Dados disponíveis em www.planejamento.mg.gov.br

A execução orçamentária de 2007 (72,59%) foi inferior à dos anos de 2005 e 2006, superior a 85%. Três ações tiveram execução de 0%: Sinalização Turística Municipal (incluída naquele ano, não conseguiu ser implementada por questões metodológicas e burocráticas),

Recuperação do prédio anexo do conjunto museológico Mariano Procópio (cujo recurso para obra já havia sido transferido em 2006, permanecendo a ação apenas como “janela orçamentária”, caso fosse necessário outro repasse, o que não ocorreu) e Potencialização do ecoturismo (cujo recurso foi remanejado para outra ação da SETUR). A execução da ação de Telefonia rural volta a apresentar queda, a ação de Saneamento Básico pela primeira vez foi integralmente executada e o FUNDESE apresentou relativo aumento no volume de empréstimos, em relação ao ano anterior.

O percentual de execução das ações sob responsabilidade da SETUR (especialmente Integração dos Circuitos e Capacitação Profissional) caiu consideravelmente neste ano, devido a dois motivos básicos: não foram firmados convênios previstos com o Governo Federal, e houve mudança de gestão no órgão logo no início do ano, redefinindo prioridades e estratégias de atuação, interferindo no ritmo de execução anterior, principalmente nos primeiros meses do exercício.

É justamente neste momento que o Programa passa por grande reformulação. Devido às novas estratégias de Governo, na elaboração do PPAG 2008 – 2011, a carteira de Projetos Estruturadores é modificada. No setor de turismo, o Estruturador passa a ser o recém-criado Programa Destinos Turísticos Estratégicos. O Programa Estrada Real deixa de ser estruturador, e passa a ser, na prática, um conjunto de ações que compõem a estrutura mais ampla do novo Projeto Estruturador do Turismo Mineiro.

O número de ações dentro do Programa cai drasticamente, de 14 para 6. As ações do DER, Sinalização Rodoviária e Sinalização Municipal, são fundidas. O orçamento e metas da ação de Telefonia Rural sofrem grande redução, e o FUNDESE deixa de fazer parte do escopo do Programa, embora se mantenha em operação no BDMG. São excluídas ainda as ações de Recuperação do prédio anexo do conjunto museológico Mariano Procópio (pois o repasse do recurso havia sido concluído), Integração dos Circuitos e Potencialização do Ecoturismo (estas 2, por orientação na nova gestão). As ações de Criação do Sistema de Dados Estatísticos, Promoção, Divulgação e Capacitação, deixam de pertencer ao Programa, continuando a existir na SETUR, mas não apenas para atender a região da Estrada Real, mas também outras zonas prioritárias. É criada uma nova ação, denominada Estruturação e Promoção da Estrada Real, que abrange vasta gama de projetos. As ações de Sensibilização da Polícia Militar são também excluídas, sendo que é criada para o setor uma nova ação, de impacto mais direto, para Estruturação do Policiamento

Turístico Municipal. As ações de Saneamento Básico e Capacitação de Policiais Cíveis permanecem no orçamento, conforme quadro a seguir.

TABELA 34
Execução do Programa Estrada Real em 2008

Ação	Órgão	Program. Financ. (R\$)	Exec. Financ.(R\$)	% de Execução	Unidade de Medida	Prog. Física	Exec. Física	% de Exec.
Sinalização Turística Rodoviária e Municipal	DER	800.000	611.198,45	76,4%	Circuito Sinalizado	5	5	100
Implantação de Telefonia Rural	DETEL	100.000	100.000	100	Posto Telefônico Rural Instalado	10	32	320
Estruturação do Policiamento Turístico (GEPTUR)	Polícia Militar	150.000	150.000	100	Infra-estrutura implantada	1	1	100
Capacitação de Policiais Cíveis	Polícia Civil	150.000	150.000	100	Policial treinado	120	120	100
Saneamento Básico	SEDRU	2.300.000	2.300.000	100	Município atendido	15	16	106,25
Estruturação e Promoção da Estrada Real	SETUR	2.500.000	2.500.000	100	Destino da Estrada Real Formatado	1	1	100
TOTAL		6.000.000	5.811.198,45	96,85				

Fontes: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG.
Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG.
Dados disponíveis em www.planejamento.mg.gov.br
Secretaria de Estado de Turismo – SETUR.
Relatórios anuais.

É possível perceber a grande redução do orçamento do Programa, que passa de R\$13.700.500,00 em 2007 para R\$6.000.000,00 em 2008, correspondendo a menos de 50% do ano anterior. Isto revela a mudança nas prioridades da política pública estadual, que passar a incorporar o trabalho com outros destinos além da Estrada Real (como Lago de Furnas, Estâncias Hidrominerais, Serras Mineiras). Cabe destacar ainda que na ação Estruturação e Promoção da Estrada Real, R\$1.650.000,00 são referentes a um convênio de repasse de recursos do Estado para o Instituto Estrada Real, para estruturação e desenvolvimento de produtos turísticos. Somando-se às ações executadas por outros órgãos, restou para a SETUR a execução do valor de R\$850.000,00 na região da Estrada Real para 2008, menos de 20% do valor orçado para o órgão neste Programa em 2007, de R\$5.499.500,00.

Este valor de R\$850.000,00, segundo a SETUR, foi aplicado nos seguintes projetos em 2008:

- Capacitação profissional para empreendedores potenciais – R\$100.000,00;
- Sensibilização para o Turismo para alunos de 5 a 8 série – R\$50.000,00;
- Enduro Escola – Educação ambiental – R\$25.000,00;
- Promoção da Estrada Real em Minas Gerais – R\$70.000,00;
- Pesquisa da Demanda Turística – R\$330.000,00;
- Projeto Trilha Real (estruturação turística de trecho piloto da Estrada Real, com aproximadamente 150 km de extensão, perpassando os municípios mineiros de Itabirito, Ouro Preto e Ouro Branco) – R\$240.000,00;
- Circuito Jurídico na Estrada Real (seminários para a sociedade civil sobre aspectos jurídicos relacionados ao turismo) – R\$ 25.000,00;

A execução orçamentária em 2008 ficou bem próxima de 100%, sendo que a execução das ações sob responsabilidade de outros órgãos apresentou bons resultados. É possível também perceber que foram criadas novas ações dentro da dotação “Estruturação e Promoção da Estrada Real”. Destaque para as ações com foco na comunidade, como sensibilização, educação ambiental, orientação jurídica, que não faziam parte do escopo do projeto em anos anteriores. Isto, aliado à redução dos investimentos em promoção, denota a reorientação técnica do Programa. A partir das avaliações anuais, foi-se tendo em conta que a prioridade deveria ser o envolvimento da população para estruturação da região enquanto destino turístico, para que futuramente o foco volte a ser a promoção do destino junto aos mercados nacionais e internacionais.

Em 2009, o orçamento do Programa sofreu nova queda acentuada. As ações de outros órgãos foram excluídas do escopo e deixaram de ser geridas pelo Programa (o que não significa necessariamente que deixaram de ser executadas, mas passaram a depender diretamente da prioridade de cada instituição), restando apenas a ação de Estruturação e Promoção da Estrada Real, no valor de R\$3.000.000,00, correspondendo a 50% do orçamento total do ano anterior. Este valor será aplicado, segundo a SETUR, da seguinte forma:

- Capacitação profissional (diversos convênios): R\$595.000,00;
- Sensibilização para gestores públicos, empresários, e estudantes: R\$500.000,00;
- Promoção – Material promocional e campanha de divulgação: R\$80.000,00;
- Convênio com Instituto Estrada Real (continuação do projeto dos anos anteriores): R\$550.000,00;
- Pesquisa da Demanda Turística: R\$170.000,00;
- Produção Associada ao Turismo no Circuito dos Diamantes: R\$80.000,00;
- Trilha Real (estruturação de trecho piloto): R\$345.000,00;
- Plano Estratégico de Circuitos Turísticos: R\$150.000,00;
- Enduro Escola – Educação Ambiental: R\$30.000,00;
- Planejamento e consultoria para Circuito Serra do Cipó: R\$500.000,00

Novamente, seguindo a tendência de 2008, as ações de estruturação da região e mobilização da comunidade tem a primazia na aplicação dos recursos. O Programa reafirma seu novo caráter endógeno, adquirido após deixar de ser Estruturador para o Governo do Estado. Isto é positivo, na medida em que torna as ações desenvolvidas sustentáveis ao longo do tempo, e propicia destinos mais capacitados e preparados para receber visitação turística. Além disso, a promoção dos destinos da Estrada Real não deixou de ser feita, mas agora são utilizados majoritariamente recursos de outros programas da SETUR, que objetivam a promoção do Estado de Minas como um todo, incluindo inevitavelmente a Estrada Real.

Estes dados apresentados revelam, em síntese, que o Programa Estrada Real deixou de ser a prioridade do turismo estadual, para se tornar mais um dentre diversos projetos. Diversas razões podem ser apontadas para este fato, como insucesso das ações anteriores de estruturação do destino, promoção excessiva do mesmo, pulverização dos recursos em ações e localidades diversas, sobreposição de ações entre as instituições que atuam no Programa (em especial entre SETUR e Instituto Estrada Real), baixa aceitação do produto pelo mercado, mudança no foco da atual gestão da SETUR, não cumprimento das metas inicialmente estabelecidas (como gerar mais de 178.000 empregos e atrair fluxo de 2,5 milhões de turistas por ano a partir de 2007), dentre outros.

O fato é que hoje a Estrada Real dispõe de recursos mais limitados para o seu desenvolvimento do que ocorria há dois anos. Isto provocou uma reformulação urgente das

estratégias em curso, que se tornaram mais endógenas que exógenas, e a definição de um foco para a aplicação dos agora escassos recursos. O êxito deste novo direcionamento é fundamental, pois se o Programa, com novo foco, ainda assim não gerar resultados efetivos e não se firmar como ação de governo, pode vir a cair em descrédito absoluto, resultando inclusive em sua extinção no próximo PPAG, caso ocorra reorientação na política de turismo do estado.

4.4 O processo de tombamento junto à UNESCO – Paisagem Cultural Mundial – Descrição e Análise

A UNESCO, fundada em 1948, tem como uma de suas missões a identificação, proteção e preservação do patrimônio cultural e natural universal, que possua valores excepcionais. O conceito de valor universal excepcional exprime "significado cultural e/ou natural que é tão excepcional a ponto de transcender as fronteiras nacionais e ter importância comum para as gerações de toda a humanidade, tanto a atual quanto a futura" (UNESCO, 2005, p. 13).

Em 1972, com o crescimento da preocupação quanto à destruição de bens culturais, foi elaborada e ratificada a Convenção da UNESCO para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, ratificando a evolução de um documento com a missão de "identificar e proteger sítios naturais e culturais em todo o globo terrestre, considerados como tendo excepcional valor universal". O instrumento se tornou operacional em 1976, com a adesão de 20 Estados. Em 1977, foram publicadas as primeiras Diretrizes Operacionais para definição dos critérios para patrimonialização dos sítios. Após três décadas, a Convenção se consolidou como referência na busca do equilíbrio mundial na relação entre homem e natureza, e contava em 2002 com a adesão de 167 Estados-Parte e 721 sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2002, p. 6). A relação, em 2007, quantificava 851 bens, sendo 660 culturais, 166 naturais e 25 mistos.

A convenção da UNESCO em 1972 estabeleceu aos Estados-Parte a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir o patrimônio cultural às gerações futuras. Além disso, envolveu todos os membros na missão de buscar a preservação do patrimônio mundial, colaborando com as necessidades de cada região para atingir este fim (CHOAY, 2001, p. 208). Bo (2003, p. 18) afirma que a entidade criou uma rede de proteção balizada por critérios universais, que implicam um sistema de deveres e obrigações a que se submetem voluntariamente os Estados-Parte.

De acordo com Bo (2003, p. 101), a Convenção foi "um instrumento bem-sucedido, que gerou ações de cooperação internacional, estimulou desenvolvimento e auto-estima de comunidades locais, incentivou o turismo e sobretudo, contribuiu para a preservação dos sítios". Fazer parte da Lista do Patrimônio Mundial não apenas aumenta o orgulho nacional, a auto-estima das comunidades, incentiva o turismo e aumenta o acesso a financiamentos internacionais, mas também implica em obrigações aos Estados.

O processo para tombamento estabelecido em 1972 contemplava o fornecimento de uma lista, por parte dos Estados-Parte, dos bens do patrimônio natural e cultural situados em seu território que são suscetíveis de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, documentando o local em que se situam e seu interesse. Com base nas listas apresentadas pelos estados, o Comitê estabelecia a Lista do Patrimônio Mundial e a divulgava a cada dois anos, relacionando os bens considerados como de valor universal excepcional, dentro dos critérios por ele estabelecidos (UNESCO, 1972, art. 11).

A partir de 2005, o processo se inicia com a chamada Lista Tentativa, que os Estados-Parte apresentam ao Comitê do Patrimônio Mundial, contendo o inventário de propriedades consideradas apropriadas para inscrição. Trata-se de uma importante ferramenta de planejamento, pois fornecem uma indicação de solicitações de inclusão futuras. O Comitê analisa as Listas Tentativas, que devem ser submetidas pelo menos um ano antes de qualquer solicitação de inclusão, e seleciona as propriedades culturais e naturais que devem apresentar dossiê de candidatura para tentarem serem protegidas e inscritas na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2005).

Os sítios tombados constituem-se elementos fundamentais da diversidade natural e cultural do mundo. Além disso, são instrumentos de promoção de bem-estar social, de participação, cidadania, incremento do turismo cultural e do ecoturismo, visando à utilização dos bens na busca do desenvolvimento sustentado (UNESCO, 2002, p. 10). Trata-se de bens considerados inestimáveis e insubstituíveis, não só das nações, mas da humanidade. Sua perda ou deterioração constitui um empobrecimento do patrimônio dos povos. Este valor universal excepcional faz com estes bens mereçam proteção especial contra os perigos que os ameaçam (UNESCO, 2005, p. 3)

Conforme as exigências da UNESCO, além de possuir valor universal excepcional, um Patrimônio da Humanidade deve satisfazer ainda as condições de integridade (medida da

inteireza e incolumidade do patrimônio e seus atributos) e/ou autenticidade (refere-se a fontes de informações credíveis e verdadeiras sobre o bem). Além disso, o bem deve possuir um sistema eficiente de proteção e gestão para sua salvaguarda, especificando como o valor universal excepcional da propriedade será preservado.

A preservação deve ocorrer por meios participativos e incluir medidas legislativas e regulamentares em nível nacional e local (UNESCO, 2005, p. 19-24). No que tange à participação, o Patrimônio da Humanidade em si já é um bem mundial, coletivo; o que já contradiz a lógica da propriedade privada e de iniciativas individuais (POLETTI, 2000, p. 42). Como disposto na Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, “Todos os recursos turísticos pertencem ao patrimônio da humanidade. As comunidades nacionais e a comunidade internacional como um todo devem empregar os esforços necessários para sua preservação.” (DECLARAÇÃO DE MANILA, *apud* DIAS e AGUIAR, 2002, p. 50).

A partir da valorização e do reconhecimento dos patrimônios mundiais, o número de bens inscritos na Lista da UNESCO se transformou em um índice de prestígio internacional e objeto de disputa entre os Estados-Parte, que muitas vezes não compreendem em sua totalidade os critérios de seleção adotados pela UNESCO (CHOAY, 2001, p. 208). Este não foi e tampouco é o objetivo da entidade ao criar a Lista. Ao contrário, busca-se principalmente atingir cooperação entre os membros, e não competição. Todavia, o que se observa desde a década de 90 é uma verdadeira “corrida” visando à obtenção do título de Patrimônio Mundial. Segundo Tamaso (2007, p. 3), as localidades tem como objetivos principais: expandir a atividade turística, consolidar o mercado urbano de lazeres, aumentar a auto-estima e prestígio local e atribuir uma “marca” mundial ao lugar, que se constitui um diferencial competitivo em relação a outros destinos.

Neste contexto, o envolvimento da UNESCO com a atividade turística se intensificou, tendo como missão a “promoção da sustentabilidade no desenvolvimento do turismo, que preserva a diversidade cultural e o diálogo entre culturas”. Sua missão no setor é criar um tipo de turismo que reconheça os princípios da diversidade cultural, a preservação dos recursos culturais, sua mobilização para o desenvolvimento sustentável e a atenuação da pobreza (UNESCO, 2006). A entidade acredita no setor como instrumento de construção da paz entre os povos, razão que, aliada à grande visibilidade que a atuação nesta área traz à instituição, justificativa suas intervenções crescentes no setor de turismo.

Este aumento de projeção mundial da Lista, que segundo a UNESCO (2002, p. 16), tinha como objetivo inicial estabelecer medidas de proteção aos sítios ameaçados pelo progresso, crescentemente fez sentir a necessidade de uma relação mais equilibrada e representativa da diversidade mundial. Por esta razão, recentemente perceberam-se as necessidades de valorização dos patrimônios naturais, ampliação dos conceitos de patrimônio cultural (inclusive no aspecto imaterial) e a introdução de novas categorias, como as paisagens¹¹ culturais. Estas, segundo Bo (2003, p. 31), têm sido mais valorizadas nas ações de preservação, na medida em que se compreende que a paisagem é um objeto cultural, que exhibe o resultado de ações humanas, além dos atributos físicos.

Não se pode mais, segundo Schama (1996, p. 17) se analisar separadamente a natureza e a ação humana, mas a paisagem deve ser vista enquanto obra desta interação. E é cada vez mais difícil imaginar um sistema natural que não tenha sido modificado pela cultura humana, sendo que é nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem. Como afirma o autor, “até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto”. A categoria de paisagem cultural foi estabelecida pela UNESCO em 1992 justamente na intenção de romper-se com esta dicotomia existente entre bens naturais e culturais e com a concepção de que a paisagem é apenas uma “moldura” para um bem mais importante (RIBEIRO, 2007).

De acordo com Schama (1996, p. 17) a paisagem é cultural também por ser uma obra da mente, composta por lembranças, e não apenas um repouso para os sentidos. Os mitos e lembranças da paisagem permanecem ao longo dos séculos, moldando instituições e a identidade nacional. Para Ribeiro (2007, p. 57), a paisagem é uma representação da materialização da memória, e deve ser valorizada como documento histórico, a partir do momento em que nela se encontram elementos de diferentes tempos e onde a história pode ser lida.¹²

¹¹ O termo paisagem – no inglês, *landscape* – equivale ao alemão *landchaft*, que significa uma área construída por uma associação distinta de formas, tanto naturais como culturais. (RIBEIRO, 2007, p. 19).

¹² Neste aspecto, a citação de Arruda (1999) sobre as paisagens de Minas Gerais é interessante. Segundo ela, “Também nas imagens dos viajantes sobre as Minas Gerais evidencia-se, muitas vezes, o forte impacto que a paisagem lhes provoca, expressa no encadeamento das palavras e deixando-se transparecer na incontinência das expressões. É como se a paisagem mineira evocasse em suas mentes as lembranças mais caras, necessariamente sofreadas pelo longo afastamento e, de repente, brotasse a despeito das suas vontades. Tomados pela melancolia, que ocupa pessoas afastadas das suas querências, pintam a paisagem com sentimentos vigorosos. Minas Gerais recupera “feição alpina”; ao assemelhar-se, identifica-se e, por meio dessa especial analogia, é transportada para a Europa”.

O conceito de paisagens culturais, de acordo com a UNESCO (2005, p. 12-13), é o seguinte:

Propriedades culturais que representam o trabalho combinado da natureza e do homem. São ilustrativos da evolução da sociedade e assentamentos humanos com o passar do tempo, sob a influência das restrições físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e de forças sucessivas sociais, econômicas e culturais, tanto externas quanto internas.

A característica fundamental de uma paisagem cultural, de acordo com Ribeiro (2007, p. 7), é a ocorrência, em dado território, do “convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente”. Como afirma Sauer citado por Ribeiro (2007, p. 19), “a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural é o resultado”.

As paisagens culturais podem se apresentar em forma de áreas, itinerários, estradas, ou outras paisagens lineares; podem ainda ser entidades físicas ou imagens mentais imersas na espiritualidade das pessoas, em sua tradição cultural e prática (RIBEIRO, 2007, p. 45). Segundo a UNESCO, existem 3 categorias de paisagens culturais:

1. Paisagens claramente definidas: são aquelas desenhadas e criadas intencionalmente, como jardins e parques;
2. Paisagem evoluída organicamente: “resulta de imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso e desenvolveu sua forma atual através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo.” Pode ser subdividida em duas categorias: a paisagem relíquia ou fóssil, cujo processo de construção terminou em algum tempo passado, mas cujos aspectos ainda são visíveis como vestígios materiais; e paisagem contínua, que retém um papel ativo na sociedade contemporânea, associada a formas de vida tradicionais e processos evolutivos ainda em progressão;
3. Paisagem cultural associativa: aquelas que tem seu valor em função das associações que são feitas acerca delas, mesmo que não haja manifestações materiais da intervenção humana (UNESCO, *apud* RIBEIRO, 2007, p. 42).

Apesar da existência destas e várias outras definições, existe ainda imprecisão conceitual quanto ao termo paisagem. Para Ribeiro (2007, p. 62), o mesmo é impreciso, ambíguo e, muitas vezes, vago. Mesmo para a população local, é difícil reconhecer o significado e abrangência de uma paisagem, para a partir lhe atribuir valor e preservá-la. Isto pode ser creditado ao fato de ser

uma categoria nova, que só recentemente passou a ser considerada como prioridade pelas instituições de patrimônio.

Em nível nacional, verifica-se que as paisagens culturais são uma categoria trabalhada de fato há pouco tempo pelo órgão nacional de patrimônio, o IPHAN. Desde sua constituição, existe em sua estrutura o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que contempla as paisagens. Todavia, durante muitas décadas isto se limitou à compreensão de paisagem como ambiência ou panorama, abrangendo apenas concepções de paisagismo. O foco do Instituto foi por muito tempo o patrimônio material arquitetônico, sendo as paisagens pouco valorizadas e compreendidas pelos seus técnicos. Entre 1938 e 1946, por exemplo, dados revelam que os tombamentos arquitetônicos representavam 93,76% do total de bens tombados, enquanto as paisagens, 1,7%.

Além de marginais, o tombamento de paisagens não contemplava a totalidade do conceito. Dados das décadas de 1930 a 1960 indicam 4 padrões de tombamentos nacionais de paisagens: 1) Tombamento de jardins e bens mais diretamente ligados ao paisagismo; 2) Tombamento de conjuntos; 3) Tombamento de monumentos junto a aspectos da natureza que os emolduram. 4) Tombamento de áreas cujo panorama seja importante para populações que vivem nos arredores. Apenas a partir da década de 1970, novos estudos reconhecem mais claramente o valor paisagístico dos bens. Em fins da década de 1980, a paisagem passou a ser vista como constituidora do próprio bem, e não apenas como moldura, e em alguns casos já passou a ser enxergada como o próprio bem. Todavia, ainda não temos registros no país de inscrição de bens paisagísticos que representem a integração entre o cultural e o natural, o material e o imaterial, abordando o sítio inteiro de uma maneira holística, como já vem sendo trabalhado pela UNESCO (que já registrou mais de 50 bens – vide Anexo II) e outras organizações internacionais, como a Convenção Européia de Paisagem (RIBEIRO, 2007).

Neste contexto, o processo em curso, de candidatura da Estrada Real junto à UNESCO, enquanto “Paisagem Cultural Mundial”, revela-se inovador no país. O mesmo está baseado em quatro categorias: conjuntos urbanos, igrejas e santuários, mineração e rotas. Na área de pesquisa deste trabalho, Diamantina e Serro, todas estas são diretamente aplicáveis. Conjuntos urbanos refere-se aos conjuntos urbanísticos e arquitetônicos do século XVIII, que apresentam valor patrimonial excepcional, como os três bens de Minas Gerais já tombados pela UNESCO, dentre eles o centro histórico de Diamantina. Igrejas e santuários são os lugares de adoração que

materializam a importância da fé na formação do território. Em Diamantina e Serro, a importância da religiosidade está manifesta na quantidade e beleza das igrejas. A mineração insere-se como atividade econômica primordial no período, que encontrou na colônia terreno fértil para seu aprimoramento e evolução técnica-científica. Na região de Diamantina e Serro, a mineração tem importância histórica, pela pujança do período de exploração diamantífera. Rotas remetem aos traçados da Estrada Real, que são quase os mesmos do século XVIII. Para a indicação, são considerados apenas os remanescentes de trechos originais dos Caminhos Reais, que cortam unidades de conservação e estão integradas ao meio-ambiente. Dentre os trechos identificados, que tem 50,5 km de extensão não linear, destaca-se o Caminho dos Escravos, trecho de 18 km entre a cidade de Diamantina e o distrito de Mendanha, que permanece calçado como originalmente o foi pelos escravos. Estes trechos permitem ilustrar as técnicas de construção, calçamento, drenagens e pontes, bem como os meios de transporte existentes. Esta é a categoria que mais diretamente se relaciona à idéia do patrimônio Estrada Real, pois, como afirma Lowenthal (1998, p. 08), a memória e a história derivam das permanências físicas, e ganham força com elas. A existência de trechos remanescentes da Estrada Real é um aspecto fundamental para a valorização e legitimação deste bem cultural.

Trata-se, portanto, de uma indicação em série, que em breve será exaustivamente detalhada nos desdobramentos da candidatura em curso junto à UNESCO (INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2006, p. 5-7). O processo, iniciado com a elaboração de Lista Indicativa pelo Instituto Estrada Real e Instituto Terra Azul, já foi aprovado pelo IPHAN, que recomendou apenas a inclusão e valorização na candidatura de aspectos culturais imateriais muito ricos na região, como a música e a literatura. O órgão nacional, inclusive, estuda em breve o tombamento da Paisagem Cultural da Estrada Real em nível nacional, para o que já considera possuir embasamento técnico suficiente. A partir do momento em que for apresentado à UNESCO, em conjunto com os outros processos brasileiros, e caso permaneça na indicação brasileira, o que tudo leva a crer que ocorrerá, segundo informações do IPHAN, o passo seguinte será o detalhamento da candidatura em Dossiê, para então submissão à UNESCO para deliberação final.

Ao todo, a indicação da Estrada Real contempla 24 propriedades culturais de 16 municípios da região, tombados pelos Governos Federal, Estadual e/ou Municipal. (Anexo I). Em Diamantina, estão contemplados o Centro Histórico, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da

Cidade e os Remanescentes da Estrada Real - Caminho dos Escravos/Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais/Parque Estadual do Biribiri. No Serro, está contemplado o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade.

Os critérios considerados para a seleção destes bens, que demonstram o valor excepcional da Estrada Real, são que os mesmos devem:

- Representar o florescimento cultural das vilas coloniais, fruto das riquezas minerais descobertas e do intenso intercâmbio sócio-econômico e político propiciado pelos antigos caminhos;
- Ilustrar o processo de ocupação do território interior e o embate entre colonizadores e colonizados, de culturas européias, ameríndias e africanas, que permitiram o surgimento de uma sociedade singular em um curto espaço de tempo;
- Desvendar a importância da fé e do sincretismo religioso na ocupação da região mineira, resguardada em templos e manifestações que mantêm vivas as tradições religiosas e culturais;
- Resgatar, por meio de exemplo significantes, a evolução dos conhecimentos e das técnicas de mineração do ouro e dos diamantes, bem como os primórdios da extração e da fabricação do ferro no século XIX;
- Revelar a evolução das rotas para o interior na corrida pelo ouro e diamantes, as técnicas de construção de calçamentos nas travessias de serras, de drenagens e pontes, bem como os meios de transportes do século XVIII e início do XIX;
- Ilustrar a evolução da relação entre o homem e a natureza em um espaço geográfico inóspito, de ecossistemas distintos e biodiversidade extrema cortados pela Estrada Real (INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2008, p. 4).

Segundo o Instituto Estrada Real; Instituto Terra Azul (2008, p. 5-7), de forma geral, a Estrada Real satisfaz 4 dos 10 critérios únicos estabelecidos pela UNESCO para considerar um bem como de valor universal excepcional (vide Anexo III), a saber:

Critério II: “Exibir um intercâmbio importante de valores humanos, ao longo de determinado período ou dentro de uma área cultural do mundo, a respeito de desenvolvimentos em arquitetura ou tecnologia, artes, monumentais, urbanismo ou projeto de paisagem”.

Justificativa: A Estrada Real possibilitou grande intercâmbio comercial e cultural entre povos de três continentes: América, Europa e África. A diversidade cultural e a riqueza comercial geraram uma sociedade culturalmente sofisticada em vários núcleos ao longo da Estrada Real, o que se manifestou principalmente nas artes, arquitetura, música e manifestações imateriais.

Critério IV: “Ser um exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre a(s) fase (s) significante(s) na história humana”.

Justificativa: O patrimônio arquitetônico edificado é de riqueza excepcional, apresentando laços de identidade e revelando o surgimento do singular estilo barroco mineiro. Além disso, minas antigas ou ruínas de complexos de mineração ilustram a evolução das técnicas de exploração do ouro e dos diamantes.

Critério VI: “Ser associado de modo direto ou tangível com eventos ou tradições vivas, com idéias, ou com crenças, com trabalhos artísticos e literários de significado universal excepcional”.

Justificativa: Pela Estrada Real a fé católica encontrou uma forte via de expansão na América Portuguesa. A quantidade de templos e santuários revelam a importância da religiosidade na vida dos habitantes da região. Além disso, a Estrada Real foi via de propagação de idéias, motins, sublevações contra a Coroa Portuguesa, como a Conjuração Mineira e também a Guerra dos Emboabas.

Critério VII: “Abranger fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética”.

Justificativa: A região abriga diferentes tipos de solo, clima, relevo, geologia, hidrografia, além de enorme diversidade biológica (com a existência de três biomas – Cerrado, Mata Atlântica e Campos Rupestres). Estão inseridas na região a Serra do Espinhaço (única cordilheira brasileira) e a Serra da Mantiqueira, com grande endemismo. As unidades de conservação existentes correspondem a 17% da área total considerada.

Para o Instituto Estrada Real; Instituto Terra Azul (2008, p. 11):

A Estrada Real constitui uma paisagem cultural não linear, representada por uma série de conjuntos de monumentos de alta qualidade e significativa importância histórica associados em um espaço geográfico (...) a Estrada Real, constitui, portanto, uma rota de múltiplos fins. Rota de mineração e de comércio, mas, sobretudo, de intercâmbio entre culturas distintas e que permitiu a criação de uma civilização singular em um curto espaço de tempo, moldadas pelas influências do europeu, do ameríndio e do africano. (...) A natureza espetacular do território conquistado constitui, por fim, um outro diferencial da paisagem cultural da Estrada Real (...) E inseridos neste ambiente, os remanescentes dos caminhos assinalam notavelmente as intrincadas relações entre o homem e a natureza, iluminando a paisagem cultural da Estrada Real.

Com relação a outros requisitos da UNESCO para patrimonialização de um bem, autenticidade e integridade, os proponentes da candidatura afirmam que a autenticidade da Estrada Real pode ser aferida nas mais diversas fontes de informação, “desde relatos de viajantes e de autoridades coloniais; descrições e roteiros de padres jesuítas e anônimos; atas, documentos de câmaras das vilas, do governo colonial e da Coroa portuguesa; até estudos históricos e geográficos, antigos e contemporâneos”. Além disso, outras fontes são comunicações de viagem, descrições de itinerários, documentação cartográfica e iconográfica, botânica, mineralógica, geomorfológica e espeleológica dos naturalistas e pesquisadores europeus que visitaram a região no século XIX. E ainda estudos e pesquisas realizados no século XX (INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2008, p. 9).

No que se refere à integridade, a Estrada Real guarda ainda trechos preservados, remanescentes do período colonial, especialmente os que foram pavimentados. Dos trechos em terra, nas áreas de topografia aplainada a integridade foi comprometida, com a estrada dando

lugar a ferrovias e rodovias. Mas ainda existem muitos trechos de terra que guardam as características passadas. Com relação às propriedades, boa parte encontra-se bem preservada. São tombados mais de 360 bens na região, em nível estadual, federal e municipal, indicando a conservação dos patrimônios da Estrada Real (INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2008, p. 10).

Neste aspecto da integridade dos trechos, é aplicável a explicação de Sauer citado por Ribeiro (2007, p. 22), que afirma que “a paisagem cultural expressa o trabalho do homem sobre o espaço, e dessa forma, ela não é estática (...) havendo a introdução de uma cultura exterior, a paisagem cultural sofre um rejuvenescimento ou uma nova paisagem cultural é construída sobre os remanescentes da antiga”. Principalmente no caso da Estrada Real, que trata de um bem cujo fim maior é o fluxo humano, as mudanças são constantes e inevitáveis (fruto da ação humana e/ou natural), mas não removem seu valor intrínseco.

Outra recomendação da UNESCO em suas Diretrizes Operacionais (2005, p. 16) que vem sendo neste caso apenas parcialmente atendida, é que as Listas Tentativas sejam preparadas com a participação de vários atores, como governos, comunidades, organizações não governamentais - ONGs - e outros parceiros interessados. Como afirmam Dias e Aguiar (2002, p. 135), a declaração do que é patrimônio da humanidade deve conseguir a concordância dos governos nacionais e das comunidades próximas ao sítio a ser preservado, mesmo quando o patrimônio não se identifica com a cultura da comunidade naquele momento histórico. Isso só pode ser obtido através de um trabalho de conscientização e na realidade da predominância de uma ideologia que reconhece valores universais se sobrepondo aos valores nacionais e até mesmo religiosos. Neste caso, o processo vem sendo conduzido por uma ONG, o Instituto Terra Azul, e uma entidade de caráter privado, o Instituto Estrada Real, pertencente à FIEMG. Porém, a participação dos governos no projeto de patrimonialização é ainda incipiente, bem como é restrita a participação da população nestes processos decisórios.

Neste aspecto, identificou-se nas entrevistas desconhecimento da população quanto a este processo em curso de patrimonialização mundial da Estrada Real, enquanto Paisagem Cultural. Apenas uma moradora se posicionou sobre o tema, considerando-o um fato positivo para a preservação do patrimônio da Estrada Real, ação que segundo ela não vinha sendo priorizada pelo Programa até o presente momento:

(Sobre o processo de tombamento da Estrada Real em curso junto à UNESCO). Se isso for ajudar a manter, eu acho que é excelente. Porquê a Unesco tem uns cuidados maiores, do quê realmente o Instituto. Eu acho. Né? Eu acho que a Unesco, ela tem um, um, um.... né? Tem uns cuidados maiores com aquilo que ele tá trabalhando! Né? Eu acho muito interessante. Se fô justamente pra não descaracterizá. Pra mantê. Porquê o que eu vejo da Estrada Real é uma descaracterização imensa. (Maria do Rosário).

Um ponto forte da candidatura é que ainda não existe nenhuma paisagem cultural brasileira na Lista da UNESCO. No país, há 17 sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, sendo 8 deles naturais e 9 culturais. Bo (2003, p. 112) coloca que na América Latina, apenas o México possui maior número de bens tombados: 22 sítios, sendo 2 naturais e 20 culturais. Dos bens brasileiros, 3 estão localizados no Estado de Minas Gerais: Centro Histórico de Ouro Preto (tombado em 1980), Santuário do Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas (em 1985) e Centro Histórico de Diamantina (em 1999). Além destes, a indicação de outros sítios do Estado vem sendo analisados pelo órgão como suscetíveis de serem inscritos: no critério cultural, o Conjunto Arquitetônico de Turismo e Lazer na margem da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte; no natural, o Parque Nacional da Serra da Canastra e o Cânion do Rio Peruaçu; e no misto (natural e cultural) as Cavernas do Peruaçu (áreas federal e estadual).

Até o momento, segundo Camargo (2002, p. 92), a contribuição brasileira para o Patrimônio Mundial reitera, sem qualquer exceção, o enfoque no complexo “barroco-modernista” como símbolo nacional brasileiro. Como a lista da UNESCO é representativa e não exaustiva, não cabem mais candidaturas de cidades coloniais – razão pela qual Paraty migrou sua proposição de se tornar Patrimônio Cultural para Paisagem Cultural, incorporando o Caminho do Ouro (que pertence à Estrada Real) na sua candidatura.

A tendência inexorável da UNESCO (2002, p. 18) é aumentar o número de bens naturais tombados mundialmente, dada a imensa maioria de bens culturais. Além disso, bens mistos, que combinam elementos naturais e culturais, bem como paisagens culturais, devem constituir a maior parte dos novos processos de patrimonialização. Desta forma, o Brasil deve reforçar suas ações para proposições neste sentido, visando à ampliação do número de bens reconhecidos.

A categoria de paisagem cultural é hoje, portanto, a que apresenta maior riqueza e possibilidades de abordagem. Para tanto, é preciso ter em mente aspectos fundamentais. A paisagem cultural deve ser o bem em si, e não a ambiência para outros elementos, ressaltando assim a rica interação existente entre natural e cultural, material e imaterial, em seu conjunto (RIBEIRO, 2007, p. 111).

Segundo Bo (2003), há espaço para o Brasil aumentar o número de bens inscritos na lista, desde que seja realizado novo esforço conceitual por parte de autoridades e especialistas, transcendendo propostas que tratem exclusivamente de patrimônio edificado.

A grande tarefa que se apresenta aos órgãos de patrimônio é a identificação e criterização de quais paisagens culturais devem ser objetos de atribuição de valor e preservação. Deve ser discutida ainda a forma de preservação que será aplicada a este tipo de bem, tendo em vista que se aplica a grandes áreas. Pode-se dizer que estes serão apenas alguns dos grandes desafios enfrentados nos trabalhos do patrimônio cultural no século XXI, a partir do momento em que é inexorável a tendência de valorização das paisagens culturais em nível mundial (RIBEIRO, 2007, p. 112-13).

O processo de tombamento da Estrada Real, cuja abrangência encontra-se em sua vasta maioria no território mineiro, enquanto a primeira Paisagem Cultural Mundial no Brasil¹³, vem, portanto, reforçar a posição de destaque e vanguarda do Estado no cenário cultural nacional. A ação vem também contribuir ainda mais à já expressiva riqueza cultural dos Caminhos da Estrada Real, que produzem um potencial turístico da região que pode ser comparado aos grandes destinos mundiais. Como dito por McKercher (2002, p. 147) destinos e atrações turísticas culturais que refletem ideais nacionais duradouros ou valores coletivos da nação atraem mais turistas culturais que outros bens de menor valor. Segundo McKercher (2002), a criação de rotas ligando diferentes comunidades apresenta-se como uma excelente opção para muitos destinos turísticos. Tem-se percebido que a soma dos bens culturais e sua formatação em um produto único tem maior apelo que os mesmos isoladamente. Uma rota turística como a Estrada Real, composta de diversos atrativos, torna-se uma atração em si, com potencial de atração de turistas muito superior ao que as comunidades detentoras de bens culturais possuem no mercado. Além disso, sua consolidação enquanto destino turístico cultural mundial produz a atração de um público-alvo de alto padrão aquisitivo, que permanece e gasta mais no destino do que outros grupos, apresenta elevado nível intelectual, e que participa de mais atividades do que outros turistas, produzindo uma segmentação de mercado altamente focada e rentável. O título de Paisagem Cultural junto à UNESCO certamente potencializará esta atratividade, na medida em que oferecerá projeção internacional ao destino junto a este rentável segmento de mercado, em

¹³ Nesta categoria, concorrem paralelamente o Caminho do Ouro de Paraty (RJ) e sua Paisagem, bem como a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro. Ambos os processos encontram-se em análise pela UNESCO.

que se inserem os turistas que viajam motivados principalmente pelo conhecimento de patrimônios mundiais.

Pode-se argumentar, certamente, acerca do oportunismo desta candidatura, surgida no momento em que o Programa passava pelo auge, e sustentada no momento atual de relativa perda de sua priorização, ao menos em nível governamental. Evidentemente, a dimensão política da candidatura não pode ser desconsiderada, pois é inegável que busca garantir ao bem não apenas valorização e proteção, mas visibilidade ao Programa como um todo. Assim, trata-se de uma leitura da paisagem ligada a interesses diversos. Como afirma Duncan citado por Ribeiro (2007, p. 23):

As paisagens nunca tem um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que estão inextricavelmente ligadas aos interesses materiais das várias classes e posições de poder dentro da sociedade.

Todavia, é um erro enxergar a candidatura apenas por este prisma. Alinhada à tendência mundial de identificação, proteção e valorização das paisagens culturais, a inserção da Estrada Real na Lista da UNESCO pode ser um marco nas políticas patrimoniais brasileiras, na medida em que refletem uma reorientação nas tendências de pesquisas, estudos e ações da área. Como afirma Schama (1996, p. 28), a partir do momento em que se entendem as tradições paisagísticas do passado, pode-se lançar luz sobre o presente e o futuro. Desta forma, independentemente do resultado que obterá, a tentativa de patrimonialização mundial da Estrada Real já pode ser considerada positiva, na medida em que oxigena as políticas patrimoniais brasileiras e as alinham às tendências internacionais que despontam no novo milênio.

4.5 A Participação e as expectativas das comunidades de Diamantina e Serro quanto à Estrada Real

A participação é pré-requisito em todo processo de desenvolvimento local. O envolvimento da comunidade que é impactada por estes processos é sempre um fator-chave para poder-se auferir o êxito dos mesmos. Podemos entender participação como a intervenção periódica, refletida, organizada e constante nas decisões políticas, e por meio delas, na economia.

Participação é o direito de tomar decisões políticas, de definir diretrizes políticas e torná-las práticas sociais efetivas. Onde há ação conjunta dos cidadãos, capazes de tomar uma decisão política e definir um rumo político, lá existe poder. Este é entendido como “uma ação coletiva capaz de determinar as diretrizes de decisões e ações políticas e de conservá-las” (CHAUÍ, 2006, p. 147).

Para ser efetiva, a participação deverá obedecer a determinados critérios e estar inserida em um contexto mais amplo de democracia e exercício da cidadania. De acordo com Chauí (2006, p. 140):

A participação popular só será política e democrática se puder produzir as próprias leis, normas, regras e instituições que dirijam a vida sociopolítica. Assim, a cada passo, a democracia exige a ampliação da representação pela participação, o que leva ao surgimento de novas práticas que garantam a participação como ato político efetivo, o qual aumenta a cada criação de um novo direito. Em outras palavras, só há democracia com a ampliação contínua da cidadania.” (compreendendo direitos civis, econômicos e sociais).

Em atividades de cunho comunitário como o turismo, a participação é ainda mais fundamental para o êxito dos programas e planos empreendidos. De acordo com Figueiredo (2005, p. 48), “a participação da comunidade no planejamento da atividade turística pode evitar distorções na medida em que esta se torna co-responsável pelas conseqüências que o turismo traz para ela”. No que tange ao patrimônio, por exemplo, a participação garante a valorização dos elementos representativos da cultura local. Para Programas como o Estrada Real, fortemente atrelados à questão patrimonial, a participação é pré-requisito para que as ações empreendidas logrem êxito.

Para Ascanio (2003, p. 36-7) o turismo atualmente carece de uma maior participação da comunidade nas decisões, sendo que a mesma necessita ser colocada no centro do planejamento e gestão da atividade. Botelho (2007, p. 15) aponta que a participação permite a legitimação social dos planos, programas e projetos, o que é imprescindível para sua realização de forma sustentável. Somente a partir desta inclusão da comunidade, a mesma poderá ser parte efetiva dos projetos.

No caso da Estrada Real, verifica-se a existência de um processo em curso, de legitimação do Programa e suas ações junto aos moradores das localidades envolvidas. Apesar de incipiente, já é uma realidade, como revelam as falas transcritas a seguir. A moradora entende que

paulatinamente a comunidade tem se apropriado do Programa e dos patrimônios envolvidos, mas ainda requer-se um longo trabalho para que isto se efetive e consolide. Já o morador entende que a Estrada Real, apesar de recente enquanto Programa Turístico, já é um patrimônio dos moradores da região, que há muito se apropriaram dos seus valores.

Não. Eu num acho que tenha essa identificação histórica não. Muitos não. Entendeu? Ainda que, se verem né? Como parte da estrada. Eu acho que ainda não., Então cê encontra esporadicamente. Né? Com essa questão é até interessante assim, que, essa questão da, das cavalgadas, eu acho que isso é que tem criado! *** o Serro hoje é muito formado por pessoas de área rural. Então como eles vão cavalgar pela Estrada Real, eles começam a vê a sua relação dentro disso aí. Né? Ah porquê vai passá na fazenda de fulano, ah.... Realmente isso tá começando, ainda num é uma apropriação, mais isso... O caminho é mais ou menos por aí. (Maria do Rosário).

(A comunidade se identifica, sabe o que é a Estrada Real? Se apropria disso?) Olha eu acho que hoje mais, porquê....a, as escolas já têm trabalhado isso...Mais, é, é.... eu acho que então por isso a, a, hoje se você perguntá mais pessoas vão sabê falá da Estrada Real. Né? Porquê... muito dessa questão da escola, de tá trabalhando dentro da, da primeira á quarta né? Já tem, e,... Né? E as pessoas conversam mais sobre isso! E de alguma forma aqui, a, a Estrada Real ela foi uma, um outro *boom*, uma outra maneira das pessoas virem que o turismo tá chegando!... Então eu acredito que hoje a cidade conheça mais. (Maria do Rosário).

(No caso assim, qual que é a sua relação pessoal, sua identificação? Existe alguma identificação sua com a estrada real... da família... ou, ou é algo novo?) Não.... A estrada real como eu te disse, a minha vó é filha de São Gonçalo do Rio das Pedras. Que faz parte do... roteiro da estrada real. O Val. Então são lugares que a gente frequenta desde criança. E muito antes disso os nossos pais, os nossos avós percorriam trechos da estrada real, com o objetivo de... fazer o comércio de diamantes! Então isso faz parte da nossa história! É uma pena que a estrada real seja uma novidade agora. Como... atração turística. Mais... ela já é conhecida da gente há muito tempo! (Belmiro).

Este trabalho inicial e contínuo de envolvimento das pessoas objetiva basicamente alcançar a sustentabilidade do Programa. O termo sustentável reflete uma “nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica” e uma forma de desenvolvimento que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (BOTELHO, 2007, p. 12). A sustentabilidade no turismo compreende o respeito ao patrimônio histórico e cultural (material e imaterial), a busca pela minimização do impacto ambiental, a geração de emprego e renda, a capacitação de recursos humanos, a promoção da equidade sócio-econômica, a defesa dos direitos humanos (MENDONÇA *apud* MONTORO, 2003, p. 37). Entende-se por sustentável o “turismo praticado de uma forma que promova a qualidade de vida das populações residentes

(...); respeite a sociodiversidade da comunidade receptora (...) e conserve os recursos naturais e paisagísticos deste local” (FIGUEIREDO, 2005, p. 48).

O turismo sustentável pode ser definido como um processo completo – da divulgação correta da imagem ao alcance da satisfação, da permanência do turista até o regresso à origem. Ele envolve a conservação do local turístico e do meio ambiente natural e cultural com garantia de geração de melhores condições de vida à população local (MONTORO, 2003, p. 18-19).

Para que o turismo seja sustentável no âmbito sócio-cultural, “é fundamental que a população receptiva se estruture em torno de uma identidade estabelecida sobre um imaginário”. Além disso, como já destacado, a atividade deve ser desenvolvida com a participação dos habitantes do lugar, que devem trabalhar para que a renda e lucro gerados pela atividade sejam geridos e distribuídos na comunidade. A sustentabilidade sociocultural é uma necessidade para que o turismo beneficie a comunidade receptora de forma efetiva, e permite a defesa do patrimônio histórico, natural e cultural por uma coletividade organizada (BOTELHO, 2007, p. 1).

O desenvolvimento do turismo sustentável no Brasil parece ser uma realidade distante, pois não está na prioridade das iniciativas governamentais de desenvolvimento da atividade e também pelo fato de o lazer de massa acentuar gradativamente sua predominância. Além disso, a ausência de políticas culturais claras para o turismo no que se refere à concepção de cultura torna suas diferentes manifestações mercadorias turísticas (MENDONÇA *apud* MONTORO, 2003, p. 29).

Neste contexto, a mobilização social e a participação comunitária são imprescindíveis para a sustentabilidade sociocultural do turismo no país. Por meio delas as intervenções do governo poderão atender às necessidades e anseios das comunidades dos destinos turísticos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p. 34).

No caso das comunidades de Diamantina e Serro, conforme demonstram algumas entrevistas, a limitação na participação comunitária fez com que alguns dos anseios da população não fossem ainda satisfeitos. Quanto ao ritmo de implementação das ações do Programa, as falas da entrevistada revelam que se encontra presente, de forma geral, um sentimento de ansiedade por parte da população, que deseja ver resultados concretos imediatamente, mas até o momento acredita que não tenham sido alcançados.

O forte é Minas e a esperança das cidades mineiras! Quando a gente passa nesses lugarzin piquitinho, o povo da cidade fica ansioso, só que eles ficam tão ansiosos que eles acham que tá divagá demais! (Josefina).

Aqui na cidade...*** é uma esperança. Porque o, a população tá assim... ansiosa, pra que isso aconteça!? E, e todo mun... todo mundo acha que tá demorando! (Josefina).

Vai demorá... ***, mais é um destino turístico.... E é um destino promissor. Nesse, nessa caminhada... que eu fiz, já tem muita gente, muitos lugares piquitinho construindo pousada, construindo restaurante...Investindo. E recebendo muito bem. A gente é muuuito bem recebido! (Josefina).

Outra expectativa não satisfeita pelo Programa é o de tornar a Estrada Real um caminho de sucesso, como o de Santiago de Compostela. Deve-se, neste caso, argumentar que se tratam de rotas com histórias completamente distintas - enquanto os Caminhos de Santiago de Compostela têm sua criação motivada pela fé e pela peregrinação de fiéis à Tumba de São Tiago, no Brasil os caminhos da Estrada Real nasceram da busca de riquezas terrenas, de ouro e de diamantes, sendo uma rota que se associa à ocupação do território por meio da mineração, expandindo-se conforme a descoberta progressiva de novas lavras auríferas ou diamantíferas no interior da América portuguesa ao longo do século XVIII (INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2008, p. 12). Porém, é importante ressaltar que a associação com Compostela foi uma estratégia adotada no início do Programa, para dar-lhe visibilidade. Mesmo ela tendo deixado de ser utilizada após alguns anos, expectativas foram geradas e não atendidos junto às pessoas, o que gerou frustração e enseja um trabalho de reposicionamento da imagem da Estrada Real.

Cê vê Santiago de Compostela. Quantos milhões de anos que funciona aquela estrada? Então num é dum dia pra outro que Minas Gerais vai conseguí isso não! (Josefina).

A Estrada Real, eu pra mim, eu gostaria que fosse igual a ... a espanhola, a ... Compostela! *** e o seu sonho da Estrada Real? O meu sonho da Estrada Real é que se criasse um mito puro da, da.... da.... porquê o pessoal num precisava saí daqui e ír pra Compostela... A gente tê a nossa aqui! E eu acho muuuito válido.Fazê umas pousada aí pra todo tipo de gente, pra qualqué bolso... Gente chega, pra.... qué pagá barato tem ali. Qué coisas milhores, e tal. De pontos em pontos! Um apoio pra... Então eu vejo a Estrada Real, nesse prisma, cê entendeu? Que poderia sê igual a, a, ao Santiago de Compostela! (Antônio Pádua).

E devia cê palco sim, de peregrinação! Porque ela tem princípio, meio e fim. (Deveria ser... local mais visitado...) Sem dúvida! Pras pessoas que gostam de aventura e que gostam de história?! (Belmiro).

É. E depois teve prolongamento. Mais eu acho que tinha que criá um mito em torno da Estrada Real...Que chamasse atenção, que... Igual lá né? Os *** do mundo inteiro**** ocê tem que fazê uma caminhada....Que é justamenti pro cara pudê curtí a natureza... Eu acho né? E... curti a natureza, desligá de tuuudo....E... aquilo tinha que fazê uma, uma...

uma propaganda em torno disso, que num precisa do cara ír pra lá, que... aqui tem.
(Antônio Pádua)

Diante deste contexto de expectativas não atendidas, necessita-se criar novos mecanismos e fortalecer os já existentes que permitem a participação da população local nos projetos de desenvolvimento turístico regionais. Segundo Montoro (2003, p. 23):

Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados. Todo processo de mobilização tem, portanto, um propósito comum e pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido público daquilo que convém a todos... Para que a mobilização seja útil, a sociedade tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro.

No caso do Programa Estrada Real, é fundamental criar meios de incorporar constantemente novos membros ao grupo dos que acreditam e apóiam o Programa. Quanto ao grupo identificado com caráter participativo, que tem disposição para participar e está orientado para a construção deste projeto de futuro, o trabalho deve ser de manutenção deste estado de espírito. Muitos entrevistados, como revelam as falas transcritas a seguir, revelam que estão cientes do processo em curso para desenvolvimento turístico da região, e acreditam no seu êxito. Assim, estes grupos representativos de moradores apresentam-se mobilizados e confiantes em um propósito comum.

Que eu acho que é uma perspectiva pro futuro! Num é uma perspectiva pra nós! Mas é uma perspectiva pro futuro! (Josefina).

Uai, eu acho que na hora que ela tivé pronta, vai cê chique demais. Nós vão tê turista... Aí sim! Aí é o que eu te falei. O futuro de Diamantina para o turismo é a Estrada Real. Todo mundo vai querê sabê onde ela começô, né? E daquela coisa de conhecê as mineradoras, o diamante, aquela histó.. Então, todo mundo vai querê sentá, escutá os causos... Né? Bebê um licorzin, né? (Placidina).

Mais é uma perspectiva de futuro! E o governo de Minas tem investido nisso. Isso não resta dúvida. (Josefina).

Também. Então é divagá. Mais eu acho que o governo de Minas tá muito certo. (Josefina)

Deus ajuda que vai cê bom né meu filho? (Maria das Mercês).

As estrada aqui, já tá bem, é, é... São Gonçalo, já tão pono asfalto.. já tão... melhorando, as estrada... A gente conhece um pedacin só né? Até São Gonçalo só que a gente conheci né? Mais já tão melhorano. Porque era horrível....aquele trem cheio de buraco... sabe? Agora já tão melhorano... O governo tá investindo... Eu acredito, que... daqui uns tempo,

nós vamo fazê esse caminho igual caminho da roça! Vai dá pra todo mundo o negócio. Se hoje é pra poucos, mas amanhã qualquer um pode ir né? (Placidina).

É um trabalho demorado. Um trabalho que vai custá pra saí, mas que vai saí. (Josefina). .

Um *boom* na história, um boom na economia... né? A gente entende isso! (Maria do Rosário).

Ah tem, acho bom! Eu gosto muito de conhecê as pessoas, então eu acho bom, né? É bom a gente tê, vê que a gente tá sendo valorizada... vem te visitá né? Relembrar dos passados! (Maria das Dores).

Trás sim. E.... já, já tem assim, a gente já vê muito grupo de... caminhantes, grupo de motoqueiros, grupo de ciclistas, grupo de cavaleiros! Que é uma coisa que a gente num via... Normalmente aqui. Mais o desenvolvimento já, já tá começando a aparecê. Eu acho que... a região de Minas Gerais, eu acho que tem poucas as, os lugares que tão tendo assim uma... uma aceitação.... já... com um progresso assim na Estrada Real. (Josefina).

Mais eu, eu acho que é, é um progresso que vai vim. Acredito muito. (Josefina).

Esta percepção, ao que tudo indica, refere-se apenas aos moradores de Minas Gerais. Embora este trabalho não tenha se proposto a pesquisar a participação das comunidades dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo no Programa, percebe-se um envolvimento consideravelmente menor das mesmas no processo – até porque o número de municípios pertencentes ao programa também é bastante inferior. Conforme pode-se inferir das falas da entrevistada a seguir:

(Acham que) Num precisa de Estrada Real! Já tem... já tem a, a sua condição da cidade histórica! Eu fui à Parati várias vezes, e a genti não observa.... a maioria da população nem, nem sabe que existe! (Josefina).

E, e eu que conheço a Estrada Real toda, de cabo a rabo, é interessante que Minas Gerais olha bem, quando cê chega no pedacinho de, de São Paulo e Rio de Janeiro, tem nem notícia do quê que é Estrada Real. (Josefina).

Por isso quei eu falo procê que a gente... nos pedaço de São Paulo e Rio de Janeiro num tem essa acolhida! É uma coisa que... muito especial. Mais eu tenho esperança em Minas Gerais. (Josefina).

Existe ainda, mesmo em Minas Gerais, um grupo mais restrito de moradores que se mostra indiferente ao Programa Estrada Real. Isto se dá por desinformação sobre o que realmente o mesmo se propõe, desencantamento com suas propostas ou mesmo por questões de cunho pessoal, como desinteresse por se aprofundar no tema. É o que revelam as falas de três moradoras, transcritas a seguir.

Pra mim tanto faz como tanto fez. A gente já ta velho, num ta fazendo mais nada né. (Odília).

No momento é distante. O meu pai viveu né, passando por lá na serra que os escravos passavam. Era até de, é igual ce vê bloquete na rua, a estrada era de pedra, feita por eles... mas eu não sei falar com você nada, já passou, quinze anos pra setenta e três... não leva a coisa nenhuma... mas eles falam. Eu mais meu esposo fomos no sítio de Toninho, passamos, encontrei um mataburro novinho, então eles passam por lá e vem muito estudante, para eles...Pra mim num tem sentido, porque cê já sabe que eu já to em outra, eu tenho que viver aquilo na minha casa, né? (Dalva).

(O que a Estrada Real representa pra senhora?) A estrada real? Uai meu fi... eu num sei agora não! Deve cê boa coisa que vai fazê né? (Tem algum valor para a senhora?) Ah... valor tem uai! Né? (Maria das Mercês)

Existem ainda, apesar de estarem em grande minoria, os moradores que não acreditam no Programa ou crêem que o mesmo trará problemas para a localidade, a partir do incremento do fluxo turístico para a região. É o que está implícito na fala de uma moradora de Milho Verde, que durante a entrevista se queixou de alguns problemas gerados pelo turismo na localidade.

(O turismo) Agora com a estrada real...capaz de atrapaiá mais né meu fi? (Maria das Mercês).

Para alcançar esta parcela da população que se mostra indiferente ou resistente ao Programa, a solução é o incremento das ações de participação e mobilização social, ao longo do tempo. Estas tecem uma das maiores riquezas que podem surgir em uma sociedade pode possuir, o capital social, um dos motores do turismo em localidades com potencial para a atividade. Pode-se definir o termo como “um tecido social no qual o conhecimento adquirido com a vivência compartilhada num determinado espaço ao longo do tempo e as relações de identidade e solidariedade que se estabelecem nesse processo passam a constituir-se em um ativo cultural” (MONTORO, 2003, p. 58).

Através de um forte capital social, pode-se evoluir em uma comunidade de uma sociedade para efetivamente uma comunidade, como o significado do termo pressupõe. Como afirma Chauí (2006, p. 32), os fundamentos da comunidade são, de um lado, a naturalidade imediata dos laços familiares e da posse da terra, o sentimento de amor recíproco entre pessoas que se conhecem pelo primeiro nome e estão sempre em relações face a face, e, de outro, a organicidade, que a faz ser um fim em si mesma ou uma comunidade de destino. Em contrapartida, a sociedade tem

como pressuposto a existência de indivíduos isolados e dispersos, sem laços orgânicos de sociabilidade, e tem como fundamento pactos ou contratos realizados voluntariamente pelos indivíduos.

A partir do momento que compreendemos, como Barreto citado por Dias e Aguiar (2002, p. 135), que determinar o que é digno de preservação é “uma decisão político-ideológica, que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir”, passamos a valorizar ainda mais a participação no turismo. A presença contínua e vigilante da comunidade em todas as etapas do processo de desenvolvimento turístico é condição *sine qua non* para a sustentabilidade das ações empreendidas, de forma a garantir ao longo do tempo a continuidade do turismo como alternativa de desenvolvimento sócio-econômico que seja, além de rentável, desejável para a população.

Neste aspecto, de tornar o turismo desejável, o Programa Estrada Real aparenta ser exitoso. Camargo (2002, p. 97) afirma que atrativos culturais devem estar voltados principalmente para o lazer das populações ou cidadãos da própria localidade, condição para uma futura e eventual apropriação pelo turismo. A Estrada Real, enquanto atrativo, tem forte presença no imaginário da população dos municípios pesquisados, conforme revelam as falas a seguir. Muitos moradores tem o desejo de viajar ao longo do trecho, e vivenciar as experiências únicas que eles crêm que são proporcionadas neste caminho.

Estrada Real pra mim é, como que... acho que pra quase todo mundo mesmo... Vai sê... Vai sê como se eu tivesse assistindo.... um filme né? Vai sê aquele deslumbre né? (Risos) A fantasia já anda na minha cabeça há muito tempo né? Talvez uma, um certo ponto dá uma cavalgada..... Sabe, eu tenho vontade de fazê.... Vivê aquele, vivê aquele momento, que aqueles antepassados nosso viveram. Eu tenho vontade. Deve sê gostoso... Pará naquelas cidade... Que tá tudo bem caracterizado... Aquele fogão de lenha... com aquela comida típica dali, aquela coisa dali. Aquele costume... Aquele biscoitinho feito naquele forno. Sabe? Eu, eu vivo um passado, assim... Eu, eu quando eu estudo, ou quando eu... é... tomo conhecimento de alguma coisa, eu sinto como se eu já tivesse vivido aquilo tudo ali. Que eu vô repassá aquilo ali. Então meu sonho tá aí! (Placidina)

Tô lôca pra mim conhecê, pra mim saí daqui.... ír até Parati pela Estrada Real! Mais ainda tem que arranjá dinhêro, vê si o motorista arranja folga pra podê levá... Porque ele só num dá conta. E eu quero levá a turma toda. Quero fazê caravana! (Risos) (Placidina).

Mais como eu te disse, agora eu vou tê a oportunidade de conhecê-la... toda. É um projeto nosso, que.... não só uma realização pessoal, mais um cunho histórico. De fazê o trajeto da estrada real completo! De Diamantina, pelo caminho velho até Parati. (Belmiro).

Os que já experimentaram a viagem, realmente tem boas recordações, o que contribui para o fortalecimento da imagem do destino, visto que a divulgação “boca-a-boca” é uma das mais importantes no turismo:

Mas ocê fazê um caminho desse à pé... Nossa... é muito interessante. Muito interessante. Principalmente assim, que você tem a oportunidade de conversá com a população local. Onde você pára pra comê, onde você pára pra dormí, cê tem a oportunidade de conversá. E isso é muuuuito interessante. Muito agradável... (Josefina)

O Programa encontra-se, portanto, em uma situação intermediária. Apesar de já ter conseguido despertar o desejo de boa parte da comunidade em participar e mesmo vivenciar este processo de valorização turística da Estrada Real, permanece o desafio de incorporação dos grupos que se encontram à margem do processo. Para tanto, é necessária a continuidade dos trabalhos de sensibilização e mobilização dos habitantes, de forma que as ações de desenvolvimento turístico da região sejam uma aspiração coletiva, e não apenas um Programa implementado pelo governo e entidades parceiras.

Diante dos argumentos e impressões apresentadas neste capítulo, pode-se inferir que o Programa Estrada Real apresentou problemas de estratégias e de execução desde sua implementação, que impactaram negativamente os resultados alcançados. Todavia, após dez anos de ações desenvolvidas, o mesmo apresenta-se de forma geral conhecido pela população, que apresenta relativo envolvimento em sua execução. Muito embora a participação também seja ainda um aspecto deficiente na sua implementação, percebeu-se nas comunidades pesquisadas grande interesse e esperança no Programa. Os cidadãos acreditam que seus objetivos podem se tornar realidade, e estão dispostos a se envolver na sua implementação. Para tanto, é necessário que se amplie os canais de comunicação e decisão junto à comunidade, de forma a possibilitar que a mesma se aproprie definitivamente deste bem cultural e seja determinante na implementação exitosa das propostas do Programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da sustentabilidade sociocultural na atividade turística é de fundamental importância para detectar o nível de participação da comunidade receptora na concepção e implementação dos programas de desenvolvimento turístico. Esta avaliação faz-se mister para detectar se os benefícios gerados pela atividade tem sido em sua maior parte incorporados pelos moradores, ou se o turismo tem beneficiado majoritariamente os elementos exógenos à localidade.

Todo processo de patrimonialização também deve passar por este tipo de avaliação criteriosa. É preciso assumir e entender a existência de interesses conflitantes na definição dos bens culturais eleitos como patrimônio, e a partir daí inferir sua legitimidade perante a sociedade. Para tanto, é necessário que esta averiguação seja feita junto aos principais interessados, os moradores da localidade. Como afirma Choay citado por Tamaso (2007, p. 30), “um projeto que vise avaliar as motivações – assumidas, confessadas, tácitas ou ignoradas – que estão na base das condutas patrimoniais não pode deixar de voltar às origens”. Isto significa atuar junto às bases, de forma sensível, detectando seus ideais, crenças e valores, bem como sua relação com a comunidade a qual pertencem.

Certamente, é válido o interesse das localidades em se beneficiarem do *boom* mundial da atividade turística, atraindo desenvolvimento sócio-econômico para suas regiões. Como destaca Peixoto citado por Tamaso (2007, p. 2), “a cultura, o passado e o patrimônio são recursos que têm sido acionados com vistas a reforçar a competitividade e a atratividade de territórios com objetivos políticos e econômicos bem definidos”. Não se deve condenar este tipo de investimento por parte das regiões, pois para muitos trata-se de uma oportunidade única de geração de emprego e renda.

O que se requer é que estes planos, programas e projetos de desenvolvimento turístico sejam coerentes com as expectativas e anseios da população. Para tanto, o fortalecimento dos canais de participação comunitária constitui-se um mecanismo de aprimoramento das ações a serem empreendidas, uma vez envolvidos os principais atores interessados neste processo.

A Estrada Real é hoje reconhecida nacional e internacionalmente como uma região turisticamente atraente, o que permite vislumbrar um grande aumento do fluxo de turistas que se deslocará para a área futuramente. O Programa em curso é notadamente um dos maiores em

execução no Brasil, razão pela qual vem atraindo crescente volume de investimentos. No que se refere ao patrimônio, a região também apresenta posição invejável, pois contém 3 sítios inscritos na Lista do Patrimônio Cultural da UNESCO e diversos na lista dos órgãos nacionais, estaduais e municipais de proteção patrimonial.

Os pleitos em curso para obtenção do título de “Paisagem Cultural” junto à UNESCO e ao IPHAN vem fortalecer ainda mais este destino turístico, a fim de posicioná-lo com destaque no mercado turístico internacional. A iniciativa é ainda louvável por diferenciar-se do tradicional, em um país que durante muitas décadas se limitou a valorizar o patrimônio material edificado, do período colonial, e em que as políticas patrimoniais foram sempre centralizadas e pouco participativas. A partir do momento em que incorpora bens naturais e bens culturais imateriais, a candidatura da Estrada Real se destaca do conjunto por sua moderna visão de patrimônio, adquirindo assim grandes possibilidades de êxito. Falta à mesma, todavia, se tornar uma ação menos centralizada e técnica, para se constituir um projeto conhecido, compreendido e apoiado pela comunidade e outras organizações, de forma que se torne uma aspiração coletiva, como idealmente deveria ocorrer com todos os processos de patrimonialização.

O Programa teve o grande mérito de renovar a marca e imagem turística do Estado de Minas Gerais, um dos destinos nacionais de maior relevância. A partir do momento em que integra os tradicionais roteiros de cidades históricas (já demandados pelos turistas que viajam por razões culturais) a produtos de outros segmentos, como natureza, rural, bem-estar/termal, dentre outros, a Estrada Real adquire uma imensa visibilidade em termos mercadológicos, atraindo a atenção do mercado turístico e o desejo dos viajantes. A ligação com a rica história do país, do estado e das localidades é louvável, na medida em que se propõe a liderar um novo tipo de turismo, menos massivo e contemplativo, e mais vivencial e segmentado. Não obstante os erros historiográficos cometidos e já comentados, a divulgação da potencialidade turística dos antigos caminhos coloniais brasileiros acendeu discussões adormecidas sobre a importância dos mesmos, ensejando a realização de diversos estudos e pesquisas para resgate histórico, cultural e patrimonial das regiões envolvidas, como há muito não ocorria.

Entretanto, foi em certa medida ignorado que todo produto turístico não se sustenta apenas por sua imagem. A estimulação da demanda sem a devida estruturação da oferta (incluindo aí atrativos, infra-estrutura turística e equipamentos de apoio ao turista) é um erro de estratégia que foi cometido nos últimos anos, e vem sendo paulatinamente corrigido. As ações do

Programa atualmente não apresentam mais foco promocional, e sim estrutural. A sensibilização e mobilização contínua das comunidades, a capacitação dos profissionais, a estruturação básica das regiões (com saneamento, sinalização, policiamento, etc.), e a estruturação do imenso percurso a partir de trechos pilotos como a Trilha Real são mudanças de rumo louváveis de um Programa que quase se perdeu em própria magnitude. Todavia, permanecem imensos desafios para que esta estruturação se efetive, e a Estrada Real se torne um conjunto de novos produtos turísticos atraentes para o mercado, e não apenas uma nova “roupagem” para os mesmos produtos existentes, que passam inevitavelmente como todos os outros por seus ciclos de estagnação e decadência, razão pela qual é fundamental diversificar a oferta para que o destino sobreviva a estes ciclos de seus produtos específicos.

Além disso, para atingir louváveis objetivos como aos que se propõe o Programa, não se pode incorrer no grave erro de excluir ou limitar a participação da população nos processos decisórios de maior importância. Toda ação deve ser cuidadosamente planejada, prevendo-se os seus impactos sobre as comunidades. Como aponta Rosa (2003, p. 108), “[...] não se trata unicamente de fazer museus, rotas, ou qualquer outro produto turístico, sem um estudo prévio, e sem uma planificação correta. As conseqüências de realizar este tipo de atividades sem nenhum tipo de planejamento podem ser muito diversas [...]”. Dentre estas, podem-se citar: interpretações do patrimônio que não se adequam à verdadeira dimensão do elemento patrimonial, criação de espaços não atrativos para o turista, impactos negativos na cultura e ambiente locais.

Requer-se uma avaliação cuidadosa quanto à legitimidade das ações empreendidas. A valorização e promoção de bens culturais, que não foram apropriados pela comunidade, e sua inserção no mercado turístico pode resultar em graves problemas, implicando a não sustentabilidade do destino no decorrer do tempo. O imenso esforço em nível internacional e nacional para valorização de um patrimônio está fadado ao fracasso, caso não seja legitimado e incorporado pela população local, possuidora do direito inalienável de decidir acerca do seu futuro.

O trabalho de campo revela que os moradores apresentam relativo conhecimento da Estrada Real, tanto em termos históricos quanto turísticos. Isto certamente é uma conquista do Programa, uma vez que foi detectado que são recentes, inclusive para os entrevistados, as iniciativas no sentido de desenvolver turisticamente a Estrada Real. Assim, o trabalho de

sensibilização e mobilização da comunidade já foi iniciado, o que sem dúvida é um ótimo ponto de partida.

Além disso, a população em geral já reconhece a Estrada Real enquanto patrimônio. Muito embora este reconhecimento não seja relacionado ao termo em si, mas ao conjunto de bens naturais e culturais que o constitui, é positivo para o Programa verificar que já existe apropriação, ainda que superficial, por parte da comunidade no que se refere à Estrada Real enquanto patrimônio. Este fato, além de constituir a base para o desejado reconhecimento nacional e internacional, é uma base já lançada para a estruturação da sustentabilidade do Programa. A partir daí, é possível edificar e enraizar um curso de ações para o longo prazo, desde que isto se faça em acordo com os atores sociais diretamente envolvidos no processo.

Todavia, a mesma pesquisa detectou que as expectativas da comunidade são imensas, e que o Programa é visto por muitos como uma espécie de salvação para o processo de decadência e estagnação econômica de pequenas cidades do interior de Minas Gerais, como Serro e Diamantina. A visão do turismo como panacéia para o problema das regiões foi incorporada por muitos moradores, o que aumenta exponencialmente o risco de frustração com os projetos turísticos a serem implementados, pois nenhum será a solução completa e imediata para anos de estagnação. Assim, como forma de mitigar estes riscos, o ritmo de iniciativas na região deve ser intensificado, e o montante de investimentos aumentado, contrariando a tendência atual de redução da importância do Programa em nível governamental. O grande risco é que, passados anos da propagação de iniciativas bem aceitas pela população em geral, e sem ter-se alcançado os audaciosos objetivos inicialmente estabelecidos e ansiosamente aguardados pelas comunidades, o Programa perca sua credibilidade junto à população e aos atores sociais do turismo. A partir daí, o cenário que se desenharia seria imprevisível, pois seria necessário um novo trabalho de sensibilização e mobilização junto às localidades, sendo que este demandaria um esforço ainda maior, por partir de um quadro de descrença e desconfiança, e não de esperança, como o atual.

Desta forma, torna-se urgente um posicionamento por parte dos órgãos gestores do Programa, em especial SETUR e Instituto Estrada Real, referente às estratégias e cursos de ação a serem adotados para os próximos anos. Tendo em vista que se aproxima o ano de 2010, onde ocorrerão eleições em nível federal e estadual, o Programa necessita se consolidar junto às bases locais, para não correr o risco de se expor sem defesas a mudanças bruscas nas diretrizes e políticas governamentais.

É chegado o momento em que discursos, propostas e uma imagem atraente não são mais capazes de sustentar o Programa. O mesmo terá que se fortalecer juntamente e a partir das comunidades, de forma a se tornar efetivamente sustentável. Curiosamente, apesar de ser a maneira mais fácil e poderosa de garantir o êxito dos projetos e programas turísticos, o envolvimento e comprometimento da comunidade em todo o processo é um dos maiores temores dos planejadores brasileiros do setor, ainda presos a um sistema tecnocrático centralizador, excludente e, porque não, ineficiente.

Uma semana de trabalho em campo, como a que tive a oportunidade de vivenciar em Diamantina e Serro, traz à mente inquietações, indagações, auto-críticas, sugestões, expectativas e mudanças que nenhum período nos escritórios consegue trazer. Através da conversa franca e direta com os moradores, é possível compreender a realidade das comunidades, com seus problemas, desesperanças, necessidades, anseios. Acima de tudo, é possível enxergar soluções para desenvolver projetos turísticos não apenas bem elaborados metodológica e tecnicamente, mas coerentes e aliados às bases locais especificamente envolvidas.

Transformar recursos e potencialidades turísticas em uma forma de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental para as comunidades de destino é o maior desafio que ora se apresenta em um país riquíssimo sob o ponto de vista patrimonial, mas ainda pobre na incorporação dos atores sociais aos processos de mudança. Em um mundo cada vez mais integrado e bem-informado, só as iniciativas que se pautarem (na teoria e na prática) pelos princípios da sustentabilidade, participação e incorporação de atores tenderão a serem exitosas em sua implementação. É este o caminho que se espera que o Programa Estrada Real possa decididamente seguir, atendendo assim às expectativas e necessidades das populações locais, que, muito mais que meros públicos-alvos das ações, são os verdadeiros agentes de mudança que o turismo necessita para se desenvolver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ASCANIO, Alfredo. **Turismo: la reestructuración cultural**. Pasos, vol. 1, nº 1, p. 33-37, 2003. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org>>. Acesso em 25.09.2007.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 3, 2005.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BRANT, Chico Silva, MOTA, Gutemberg E. **Minas Colonial: Ouro Preto, São João Del Rey, Tiradentes, Sabará, Diamantina, Serro, Congonhas do Campo, Mariana, Colégio do Caraça**. 2. ed. S/l: Efece, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em 15 de junho de 2008.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003.

BOTELHO, Cléria. **Sustentabilidade Sócio-Cultural do Turismo**. Brasília: CET/UNB, 2007.

BOTELHO, Tarcisio. **Patrimônio Cultural e gestão das cidades: uma análise da lei do ICMS Cultural de Minas Gerais**. HABITUS, vol. 4, n. 1, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Coleção ABC do Turismo. São Paulo: Aleph, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: O Direito à Cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CONWAY, M. El inventario de la experiencia: memória e identidade. *In*: PAEZ, D. et al. **Memórias colectivas de processos culturais y políticos**. Univ. del País Vasco: Bilbao, 1998.

DESCUBRA MINAS. **Informações sobre Destinos: Serro e Diamantina**. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br>>. Acesso em 09 de março de 2009.

DIAS, Reinado; AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

DIÊGOLI, Leila Regina. Preservação e Modernidade. *In*: **O direito à memória**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1990.

FIEMG. **Perfil do potencial turístico da área de influência da Estrada Real**. Belo Horizonte: FIEMG, 2003.

ESTRADA REAL: **O presente ilumina o passado**. Liberato Produções: 2008.

FIGUEIREDO, Antônio Marcus Lima. A função turística do patrimônio: questionamentos sobre a idéia de sustentabilidade do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, 2005.

FIGUEIREDO, Luciano. **O Averso da Memória: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no Século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EdUnB, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **PDITS** - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Lei Robin Hood**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>. Acesso em: 13 de junho de 2009.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O Livro da Capa Verde**: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. - 8. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

IEPHA – INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Programas e Projetos: Patrimônio Imaterial**. Disponível em <<http://www.iepha.mg.gov.br>>. Acesso em: 15 de junho de 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Bens tombados de Diamantina e Serro**. Disponível em: <<http://www.iphan.mg.gov.br>> Acesso em 11 de maio de 2009.

INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL. **Formato de submissão à Lista Tentativa**. Belo Horizonte, 2008.

INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL. **Lista Tentativa de Propriedades da Estrada Real**. Belo Horizonte, 2006.

LEWGOY, Bernardo. **A Invenção de um Patrimônio**. Capítulo V: O tombamento de Antônio Prado. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. **Destination Culture: Tourism, Museums and Heritage**. University of California Press, Berkeley: 1998.

LEÃO, Flávio. **De volta à Estrada Real**: uma viagem a pé pelas trilhas do século XVIII entre Rio de Janeiro e Ouro Preto. Belo Horizonte: Rona Editora, 1999.

LOWENTHAL, David. **El Pasado es um País Extraño**. Madrid: Akal Edit., 1998.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MARQUES, Daniel Anilton Duarte. **Programa Estrada Real**: Desafios e Perspectivas. Monografia de Conclusão do Curso Superior de Administração – Habilitação em Administração Pública. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

MARTINS, Clerton. **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

MCKERCHER, Bob & DU CROS, Hilary. **Cultural Tourism**: The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management. New York: The Haworth H. Press, 2002.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Lei nº 13.173, de 20 de Janeiro de 1999**. Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real. Disponível em: < <http://www.almg.gov.br> >. Acesso em 10 de maio de 2009.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Decreto nº 41.205, de 08 de agosto de 2000. Regulamenta a Lei nº 13.173, de 20 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real. Disponível em: < <http://www.almg.gov.br> >. Acesso em 10 de maio de 2009.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Bens Protegidos**. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br>>. Acesso em 10 de junho de 2008.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Relatórios do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG**. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br>>. Acesso em 06 de junho de 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Sustentabilidade Sociocultural** – Princípio Fundamental. Programa de Regionalização do Turismo: Brasília, 2006.

MONTORO, Tânia Siqueira (Org.). **Cultura do Turismo: desafios e práticas socioambientais.** Brasília: Thesaurus, 2003.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. IN: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. **As Minas Setecentistas.** Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** In: PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC, 1981.

PEREIRA, Cássio Avelino Soares. Turismo e Lazer: tendências para o terceiro milênio. **Revista Licere**, v.03, n.1, p. 11-20. Belo Horizonte, 2000.

POLETTI, Sara Araújo. **Esboço de um personagem fugaz – o turista sob o olhar dos moradores da Cidade de Goiás – Patrimônio da Humanidade.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília: UnB, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** In: Estudos Históricos, vol. 10. Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** In: Estudos Históricos, vol. 10. Rio de Janeiro, 1992.

PRATS, Llorenç. **Antropologia y Patrimônio.** 2. ed. Barcelona: Editora Ariel, 2004.

RENGER, Friedrich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. IN: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. **As Minas Setecentistas.** Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

RENGER, Friedrich E. A origem histórica das estradas reais nas minas setecentistas. IN: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. **As Minas Setecentistas.** Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. **As Minas Setecentistas.** Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. IN: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RODRIGUES, M. De quem é o patrimônio: Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.24, p.195-203, 1996.

ROJEK, Chris; URRY, John. **Touring Cultures: Transformations of Travel and Theory**. Routledge: London and New York, 2005.

ROSA, Beatriz Martin de la. **Turismo y gestión cultural en las Islas Canarias: apuntes para una refelexión**. Pasos, v. 1, n 1, p. 105-110, 2003. Disponível em <<http://www.pasosonline.org>>. Acesso em 25.09.2007.

ROSEMAN, Sharon R. **Santiago de Compostela in the Year 2000: From Religious Center to European City of Culture**. In: *Intersecting Journeys - The Anthropology of Pilgrimage and Tourism*. Chicago: University of Illinois Press, 2004.

SANTOS, Márcio. **Estradas Reais: Introdução ao Estudo dos Caminhos do Ouro e do Diamante no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Eliane Castro de. **A apropriação de uma tradição: Um estudo sobre o Festival de Música Folclórica de Santa Rosa do Tocantins**. Dissertação de Mestrado da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2005.

SOUZA, José Moreira de. **Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro do Século XIX**. ANPOCS. Marco Zero. 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no Século XVIII**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

STURKEN, Marita. **Tangled Memories: the Vietnam War, the AIDS Epidemic and the Politics of Remembering**. Berkely: University of California Press, 1997.

TAMASO, Izabela. **Preservação dos Patrimônios Culturais: direitos antinômicos, situações ambíguas**. IN: Anuário Antropológico/98. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

TAMASO, Izabela. **Em Nome do Patrimônio: Representações e Apropriações da Cultura na Cidade de Goiás**. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2007.

UNESCO. **Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial**. Centro do Patrimônio Mundial, UNESCO, 2005.

UNESCO. **Patrimônio Mundial no Brasil**. 2. ed. Brasília: UNESCO, Caixa Econômica Federal, 2002.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris: UNESCO, 1972.

UNESCO. **Tourism, Culture and Sustainable Development**. UNESCO, 2006. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em 01/11/2007.

VELOSO, Mariza. **O fetiche do patrimônio**. *Habitus*, VOL. 4, N. 1, 2006.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. IN: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

WOORTMANN, Ellen F. Homens de Hoje, Mulheres de Ontem: Gênero e Memória no Seringal. IN: Freitas, C. **Anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da UCG**. Editora UCG: Goiânia, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Roteiro de Entrevista

- 1 Nome do Entrevistado:
- 1.1 Idade:
- 1.2 Profissão:
- 1.3 Grau de escolaridade:
- 1.4 Município/Distrito:
- 1.5 Data:

- 2 Há quantos anos vive na região?
 Menos de 10 anos
 Entre 10 e 20 anos
 Entre 20 e 30 anos
 Há mais de 30 anos

- 3 Os pais moravam na região?

- 4 O que é patrimônio para você?

- 5 Quais os patrimônios identificados por você na sua região?

- 6 Há alguma participação da comunidade local nos processos de decisão de políticas públicas?

- 7 O que é turismo para você?

- 8 Como você vê os turistas que visitam a região?

- 9 O que a Estrada Real representa para você?

APÊNDICE 2 - Relação de entrevistados

- 1 Nome: Josefina Mota Ribeiro
Idade: 66 anos
Profissão: Aposentada
Grau de escolaridade: Terceiro grau completo
Município / Distrito: Diamantina/Sede
- 2 Nome: Antônio de Pádua Oliveira Neto
Idade: 70 anos
Profissão: Ourives e lapidário
Grau de escolaridade: Segundo grau completo
Município / Distrito: Diamantina/Sede
- 3 Nome: Maria Dalva Leite
Idade: 73 anos
Profissão: Aposentada
Grau de escolaridade: Magistério completo
Município / Distrito: Diamantina/Mendanha
- 4 Nome: Placidina Soares Fonseca
Idade: 64 anos
Profissão: Professora aposentada
Grau de escolaridade: Terceiro grau completo
Município / Distrito: Diamantina/Sede
- 5 Nome: Belmiro Luiz Nascimento
Idade: 45 anos
Profissão: Garimpeiro
Grau de escolaridade: Terceiro grau incompleto
Município / Distrito: Diamantina/Sede
- 6 Nome: Geraldo dos Santos Oliveira
Idade: 76 anos
Profissão: Aposentado
Grau de escolaridade: Primeiro grau completo
Município / Distrito: Serro/São Gonçalo do Rio das Pedras
- 7 Nome: Maria do Rosário Reis Simões
Idade: 49 anos
Profissão: Historiadora
Grau de escolaridade: Terceiro grau completo
Município / Distrito: Serro/Sede

- 8 Nome: Maria das Dores Freire Pires
Idade: 74 anos
Profissão: Comerciante
Grau de escolaridade: Primeiro grau incompleto
Município / Distrito: Serro/Sede
- 9 Nome: Maria das Mercês Santos
Idade: 79 anos
Profissão: Aposentada
Grau de escolaridade: Primeiro grau incompleto
Município / Distrito: Serro/Milho Verde
- 10 Nome: Rosa Conceição Moura
Idade: 57 anos
Profissão: Dona de casa
Grau de escolaridade: Primeiro grau incompleto/Analfabeta
Município / Distrito: Serro/ Três Barras
- 11 Nome: Odília Marques de Moura
Idade: 90 anos
Profissão: Aposentada
Grau de escolaridade: Primeiro grau incompleto
Município / Distrito: Serro/Três Barras

APÊNDICE 3 – Fotos



Foto 1: A entrevistada Maria Dalva Leite em Medanha, Diamantina com o entrevistador
Fonte: Pesquisa do autor (2008)



Foto 2: A entrevistada Placidina Soares com seu esposo (à esquerda) e o entrevistador em Diamantina
Fonte: Pesquisa do autor (2008)



Foto 3: Cachoeira dos Cristais – Diamantina – MG
Fonte: Pesquisa do autor (2008)



Foto 4: Passadiço da Glória – Diamantina – MG
Fonte: Pesquisa do autor (2008)



Foto 5: Rua da cidade de Diamantina - MG
Fonte: Pesquisa do autor (2008)



Foto 6: Sinalização turística na entrada do Distrito de Milho Verde – Serro – MG
Fonte: Pesquisa do autor (2008)



Foto 7: Vesperata em Diamantina – MG
 Fonte: Pesquisa do autor (2008)



Foto 8: Trecho do caminho dos escravos, remanescente da Estrada Real
 Fonte: Pesquisa do autor (2008)



Foto 9: Vista da cidade de Diamantina, a partir do Caminho dos Escravos
 Fonte: Pesquisa do autor (2008)



Foto 10: Vista da cidade do Serro – MG
 Fonte: Pesquisa do autor (2008)



Foto 11: Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Biribiri – Povoado de Diamantina – MG
Fonte: Pesquisa do autor (2008)



Foto 12: Marco de sinalização turística da Estrada Real entre Serro e Diamantina
Fonte: Pesquisa do autor (2008)

ANEXOS

ANEXO I - Relação das Propriedades Culturais que compõem a Lista Indicativa da Estrada Real, por Município

Fonte: Instituto Estrada Real; Instituto Terra Azul, 2006, p. 6,7

Barão de Cocais

Ruínas da Mina de Ouro de Gongo Soco

Caetés

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Serra da Piedade

Congonhas

Santuário de Bom Jesus de Matosinhos

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade

Diamantina

Centro Histórico

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade

Remanescentes da Estrada Real - Caminho dos Escravos - Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais/Parque Estadual do Biribiri

Mariana

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade

Mina da Passagem

Morro do Pilar

Ruínas da Real Fábrica de Ferro

Ouro Branco

Remanescentes da Estrada Real - Conjunto Paisagístico da Serra de Ouro Branco

Ouro Preto

Cidade Histórica

Ruínas da Fábrica de Ferro A Patriótica

Escola de Minas e Metalurgia

Remanescentes da Estrada Real - Parque Estadual do Itacolomi/Reserva Biológica do Tripuí

Paraty

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade

Remanescentes da Estrada Real/Caminho do Ouro - Parque Nacional da Serra da Bocaina

- Paraty/Cunha

Petrópolis

Remanescentes da Estrada Real - Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Santa Bárbara

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade

Santana do Riacho

Caminho dos Escravos - Parque Nacional da Serra do Cipó

São João Del-Rey

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade

Serro

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade

Tiradentes

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade

Remanescentes da Estrada Real - Área de Proteção Ambiental da Serra de São José

ANEXO II - Paisagens Culturais da Humanidade

País	Acervo reconhecido
1. Argentina	Quebrada de Humahuca
2. Alemanha	Upper Middle Rhine Valley
3. Alemanha	Dresden Elbe Valley
4. Andorra	Madriu-Perafita-Claror Valley
5. Itália	Costiera Amalfitana
6. Itália	Val d'Orcia
7. Cuba	Vinales Valley
8. Cuba	Archaeological Landascape of the First Coffe Plantations in Southeast of Cuba
9. Austria/Hungria	Ferto/Neusiedlersee Cultural Landscape
10. Hungria	Tokaj Wine Region Historic Cultural Landscape
11. Espanha	Aranjuez Cultural Landscape
12. Portugal	Alto Douro Wine Region
13. Áustria	Wachau Cultural Landscape
14. Afeganistão	Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley
15. Iraque	Bam and its Cultural Landscape
16. Nigéria	Sukur Cultural Landscape
17. Mongólia	Orkhon Valley Cultural Landscape
18. Japão	Sacred Sites and Pilgrimage Routes in the Kii Mountain Range
19. África do Sul	Mapungubwe Cultural Landscape
20. Espanha	Route of Santiago de Compostela
21. Portugal	Cultural Landscape of Sintra
22. Austria	Hallstatt-Dashstein Salzkammergut Cultural Landscape
23. Suécia	Agricultural Landscape of Southen Oland
24. França	The Loire Valley between Sully-sur-Loire and Chalonnes
25. França	Jurisdiction of Saint Emilion
26. Austrália	Uluru –Kata Tjuta National Park
27. República Checa	Lednice-Valtice Cultural Landscape
28. Alemanha	Garden Kingdom of Dessau – Worlitz
29. Hungria	Hortobágy National Park – the Puszta
30. Islândia	Bingvellir National Park.
31, Índia	Rock Shelters of Bhimbetka
32. Irã	Bam and its Cultural Landscape
33. Itália	Sacri Monti of Piedmont and Lombardy
34. Itália	Cilento and Vallo di Diano National Park with the Archaeological Sites of Paestum and Velia, and the Certosa di Padula

- | | |
|----------------------|---|
| 35. Itália | Portovenere, Cinque Terre and the Islands (Palmaria, Tino and Tinetto) |
| 36. Israel | Incense Route – Desert Cities in the Negev |
| 37. Cazaquistão | Petroglyphs within the Archaeological Landscape of Tamgaly |
| 38. Laos | Vat Phou and Associated Ancient Settlements within the Champasak Cultural Landscapes |
| 39. Líbano | Quadi Qadisha (the Holy Valley) and the Forest of the Cedars of God (Horsh Arz el-Rab) |
| 40. Lituânia | Kernave Archaeological Site |
| 41. Madagascar | Royal Hill of Ambohimanga |
| 42. México | Agave Landscape and the Ancient Industrial Facilities of Tequila |
| 43. Nova Zelândia | Tongariro National Park |
| 44. Nigéria | Osun-Osogbo Sacred Grove |
| 45. Noruega | The Vega Archipelago |
| 46. Filipinas | Rice Terraces of the Philippine Cordilleras |
| 47. Polónia | Kalwaria Zebrzydowska: the Mannerist Architectural and Park Landscape Complex and Pilgrimage Park |
| 48. Portugal | Landscape of the Pico Island Vineyard Culture |
| 49. Togo | Koutammakou, the Land of the Batammariba |
| 50. Reino Unido | Blaenavon Industrial Landscape |
| 51. Reino Unido | Cornwall and West Devon Mining Landscape |
| 52. Reino Unido | Royal Botanic Gardens, Kew |
| 53. Reino Unido | St. Kilda |
| 54. Zimbábue | Matobo Hills |
| 55. Espanha/França | Pyrénées – Mont Perdu |
| 56. Alemanha/Polónia | Muskauer Park |
| 57. Rússia/Lituânia | Curonian Spit |

Fonte: UNESCO (<http://whc.unesco.org>)

ANEXO III - Critérios de análise de bens de “valor universal excepcional” para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO

- i. Representar uma obra-prima de gênio criativo humano;
- ii. Exibir um intercâmbio importante de valores humanos, ao longo de determinado período ou dentro de uma área cultural do mundo, a respeito de desenvolvimentos em arquitetura ou tecnologia, artes monumentais, urbanismo ou projeto de paisagem;
- iii. Dar um testemunho ímpar ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização que esteja viva ou que tenha desaparecido;
- iv. Ser um exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (a) fase(s) significante(s) na história humana;
- v. Ser um exemplo excepcional de um assentamento humano tradicional, uso da terra, ou uso do mar que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou interação humana com o meio-ambiente especialmente quando este tenha se tornado vulnerável sob o choque de mudança irreversível;
- vi. Ser associado de modo direto ou tangível com eventos ou tradições vivas, com idéias, ou com crenças, com trabalhos artísticos e literários de significado universal excepcional. (O Comitê considera que este critério deve ser de preferência usado juntamente com outros critérios);
- vii. Abranger fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética;
- viii. Ser exemplos excepcionais representando fases importantes da história da Terra, inclusive o registro de vida, processos geológicos em curso significativos ao desenvolvimento de acidentes geográficos, ou significantes aspectos geomórficos ou fisiográficos;
- ix. Ser exemplos excepcionais representando significantes processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas terrestres, de água fresca, costeiros e marinhos e comunidades de plantas e animais;
- x. Conter os *habitats* naturais mais importantes e significantes para conservação in-situ da diversidade biológica, inclusive aqueles contendo espécies ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Fonte: UNESCO - Novas Diretrizes Operacionais 2005

ANEXO IV - Mapa da Estrada Real



ANEXO V – Lista atualizada dos municípios pertencentes à Estrada Real



MG: 168

RJ: 8

SP: 22

TOTAL: 198

CD CAMINHO DOS DIAMANTES
 CS CAMINHO DO SABARABUÇU
 CV CAMINHO VELHO
 CN CAMINHO NOVO

MINAS GERAIS

Nº	CIDADE	LOCALIZAÇÃO	CAMINHO
1	ACAÍACA	Área de influência da ER	CD
2	AIURUOCA	Área de influência da ER	CV
3	ALAGOA	Área de influência da ER	CV
4	ALFREDO VASCONCELOS	Eixo principal da ER	CN
5	ALTO RIO DOCE	Área de influência da ER	CN
6	ALVINÓPOLIS	Área de influência da ER	CD
7	ALVORADA DE MINAS	Eixo principal da ER	CD
8	ANDRELÂNDIA	Área de influência da ER	CV
9	ANTONIO CARLOS	Eixo principal da ER	CN
10	BAEPENDI	Eixo principal da ER	CV
11	BARÃO DE COCAIS	Eixo principal da ER	CD
12	BARRA LONGA	Área de influência da ER	CD
13	BARBACENA	Eixo principal da ER	CN
14	BARROSO	Área de influência da ER	CV
15	BELA VISTA DE MINAS	Área de influência da ER	CD
16	BELMIRO BRAGA	Área de influência da ER	CN
17	BELO VALE	Eixo principal da ER	CV
18	BIAS FORTES	Área de influência da ER	CN
19	BOM JESUS DO AMPARO	Área de influência da ER	CD
20	BRUMADINHO	Área de influência da ER	CS
21	CAETÉ	Eixo principal da ER	CS
22	CAMBUQUIRA	Área de influência da ER	CV
23	CAMPANHA	Área de influência da ER	CV
24	CAPELA NOVA	Área de influência da ER	CN
25	CARANAIBA	Área de influência da ER	CN
26	CARANDAI	Eixo principal da ER	CN

27	CARMESIA	Área de influência da ER	CD
28	CARMO DE MINAS	Área de influência da ER	CV
29	CARRANCAS	Eixo principal da ER	CV
30	CASA GRANDE	Eixo principal da ER	CV
31	CATAS ALTAS	Eixo principal da ER	CD
32	CATAS ALTAS DA NORUEGA	Área de influência da ER	CN
33	CAXAMBU	Eixo principal da ER	CV
34	CHACARA	Área de influência da ER	CN
35	CHIADOR	Área de influência da ER	CN
36	CIPOTÂNEA	Área de influência da ER	CN
37	CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS	Área de influência da ER	CV
38	CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	Eixo principal da ER	CD
39	CONCEICAO DO RIO VERDE	Área de influência da ER	CV
40	CONGONHAS	Eixo principal da ER	CV
41	CONGONHAS DO NORTE	Área de influência da ER	CD
42	CONSELHEIRO LAFAIETE	Eixo principal da ER	CN
43	CORONEL PACHECO	Área de influência da ER	CN
44	CORONEL XAVIER CHAVES	Área de influência da ER	CV
45	COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS	Área de influência da ER	CD
46	CRISTIANO OTONI	Eixo principal da ER	CN
47	CRISTINA	Área de influência da ER	CV
48	CRUZÍLIA	Eixo principal da ER	CV
49	DATAS	Área de influência da ER	CD
50	DELFIN MOREIRA	Área de influência da ER	CV
51	DESTERRO DE ENTRE RIOS	Área de influência da ER	CV
52	DESTERRO DO MELO	Área de influência da ER	CN
53	DIAMANTINA	Eixo principal da ER	CD
54	DIOGO DE VASCONCELOS	Área de influência da ER	CN
55	DOM JOAQUIM	Área de influência da ER	CD
56	DOM VIÇOSO	Área de influência da ER	CV
57	DORES DE CAMPOS	Área de influência da ER	CV
58	DORES DE GUANHÃES	Área de influência da ER	CD
59	ENTRE RIOS DE MINAS	Eixo principal da ER	CV
60	EWBANK DA CÂMARA	Eixo principal da ER	CN
61	FELÍCIO DOS SANTOS	Área de influência da ER	CD
62	FERROS	Área de influência da ER	CD
63	GOUVEIA	Área de influência da ER	CD
64	GUANHÃES	Área de influência da ER	CD
65	IBERTIOGA	Área de influência da ER	CN
66	IBITURUNA	Área de influência da ER	CV
67	INGÁÍ	Área de influência da ER	CV
68	ITABIRA	Área de influência da ER	CD
69	ITABIRITO	Eixo principal da ER	CS
70	ITAMBÉ DO MATO DENTRO	Eixo principal da ER	CD
71	ITAMONTE	Eixo principal da ER	CV
72	ITANHANDU	Eixo principal da ER	CV
73	ITAVERAVA	Área de influência da ER	CN

74	ITUTINGA	Área de influência da ER	CV
75	JABOTICATUBAS	Área de influência da ER	CD
76	JECEABA	Área de influência da ER	CV
77	JESUÂNIA	Área de influência da ER	CV
78	JOÃO MONLEVADE	Área de influência da ER	CD
79	JUIZ DE FORA	Eixo principal da ER	CN
80	LAGOA DOURADA	Eixo principal da ER	CV
81	LAGOA SANTA	Área de influência da ER	CD
82	LAMBARI	Área de influência da ER	CV
83	LAMIM	Área de influência da ER	CN
84	LIMA DUARTE	Área de influência da ER	CN
85	LUMINÁRIAS	Área de influência da ER	CV
86	MADRE DE DEUS DE MINAS	Área de influência da ER	CV
87	MARIA DA FÉ	Área de influência da ER	CV
88	MARIANA	Eixo principal da ER	CD
89	MARMELÓPOLIS	Área de influência da ER	CV
90	MATIAS BARBOSA	Eixo principal da ER	CN
91	MERCÊS	Área de influência da ER	CN
92	MINDURI	Área de influência da ER	CV
93	MOEDA	Área de influência da ER	CV
94	MONJOLOS	Área de influência da ER	CD
95	MORRO DO PILAR	Eixo principal da ER	CD
96	NAZARENO	Área de influência da ER	CV
97	NOVA LIMA	Área de influência da ER	CS
98	NOVA UNIÃO	Área de influência da ER	CD
99	OLARIA	Área de influência da ER	CN
100	OLÍMPIO NORONHA	Área de influência da ER	CV
101	OLIVEIRA FORTES	Área de influência da ER	CN
102	OURO BRANCO	Eixo principal da ER	CN
103	OURO PRETO	Eixo principal da ER	CD
104	PAIVA	Área de influência da ER	CN
105	PASSA QUATRO	Eixo principal da ER	CV
106	PASSA TEMPO	Área de influência da ER	CV
107	PASSABEM	Área de influência da ER	CD
108	PEDRALVA	Área de influência da ER	CV
109	PEDRO TEIXEIRA	Área de influência da ER	CN
110	PEQUERI	Eixo principal da ER	CV
111	PIAU	Área de influência da ER	CN
112	PIEIDADE DO RIO GRANDE	Área de influência da ER	CV
113	PIRANGA	Área de influência da ER	CN
114	PONTE NOVA	Área de influência da ER	CD
115	POUSO ALTO	Eixo principal da ER	CV
116	PRADOS	Eixo principal da ER	CV
117	PRESIDENTE BERNARDES	Área de influência da ER	CN
118	PRESIDENTE KUBITSCHEK	Área de influência da ER	CD
119	QUELUZITO	Eixo principal da ER	CN
120	RAPOSOS	Eixo principal da ER	CS
121	RESENDE COSTA	Área de influência da ER	CV
122	RESSAQUINHA	Eixo principal da ER	CN

123	RIO ACIMA	Eixo principal da ER	CS
124	RIO ESPERA	Área de influência da ER	CN
125	RIO PIRACICABA	Área de influência da ER	CD
126	RIO POMBA	Área de influência da ER	CN
127	RITÁPOLIS	Área de influência da ER	CV
128	SABARÁ	Eixo principal da ER	CS
129	SABINÓPOLIS	Área de influência da ER	CD
130	SANTA BÁRBARA	Eixo principal da ER	CD
131	SANTA BÁRBARA DO TUGURIO	Área de influência da ER	CN
132	SANTA CRUZ DE MINAS	Eixo principal da ER	CV
133	SANTA LUZIA	Área de influência da ER	CD
134	SANTA MARIA DE ITABIRA	Área de influência da ER	CD
135	SANTA RITA DO IBITIPOCA	Área de influência da ER	CN
136	SANTANA DE PIRAPAMA	Área de influência da ER	CD
137	SANTANA DO DESERTO	Área de influência da ER	CN
138	SANTANA DO GARAMBEU	Área de influência da ER	CN
139	SANTANA DO RIACHO	Área de influência da ER	CD
140	SANTANA DOS MONTES	Área de influência da ER	CN
141	SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ	Área de influência da ER	CD
142	SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO	Área de influência da ER	CD
143	SANTO HIPOLITO	Área de influência da ER	CD
144	SANTOS DUMONT	Eixo principal da ER	CN
145	SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ	Eixo principal da ER	CV
146	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO	Área de influência da ER	CD
147	SÃO GONÇALO DO RIO PRETO	Área de influência da ER	CD
148	SÃO JOÃO DEL REI	Eixo principal da ER	CV
149	SÃO LOURENÇO	Eixo principal da ER	CV
150	SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO	Área de influência da ER	CD
151	SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE	Eixo principal da ER	CV
152	SÃO TIAGO	Área de influência da ER	CV
153	SÃO TOMÉ DAS LETRAS	Área de influência da ER	CV
154	SÃO VICENTE DE MINAS	Área de influência da ER	CV
155	SENHORA DE OLIVEIRA	Área de influência da ER	CN
156	SENHORA DO PORTO	Área de influência da ER	CD
157	SENHORA DOS REMÉDIOS	Área de influência da ER	CN
158	SERITINGA	Área de influência da ER	CV
159	SERRA AZUL DE MINAS	Área de influência da ER	CD
160	SERRANOS	Área de influência da ER	CV
161	SERRO	Eixo principal da ER	CD
162	SIMÃO PEREIRA	Eixo principal da ER	CN
163	SOLEDADE DE MINAS	Área de influência da ER	CV
164	TAQUARAÇU DE MINAS	Área de influência da ER	CD
165	TIRADENTES	Eixo principal da ER	CV
166	TRÊS CORAÇÕES	Área de influência da ER	CV
167	VIRGÍNIA	Área de influência da ER	CV
168	WENCESLAU BRÁZ	Área de influência da ER	CV

RIO DE JANEIRO

Nº	CIDADE	LOCALIZAÇÃO	CAMINHO
1	AREAL	Área de influência da ER	CN
2	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	Área de influência da ER	CN
3	MAGÉ	Eixo principal da ER	CN
4	PARAÍBA DO SUL	Eixo principal da ER	CN
5	PARATY	Eixo principal da ER	CV
6	PETRÓPOLIS	Eixo principal da ER	CN
7	RIO DE JANEIRO	Eixo principal da ER	CN
8	TRÊS RIOS	Eixo principal da ER	CN

SÃO PAULO

Nº	CIDADE	LOCALIZAÇÃO	CAMINHO
1	APARECIDA	Área de influência da ER	CV
2	ARAPEÍ	Área de influência da ER	CV
3	AREIAS	Área de influência da ER	CV
4	BANANAL	Área de influência da ER	CV
5	CACHOEIRA PAULISTA	Eixo principal da ER	CV
6	CANAS	Área de influência da ER	CV
7	CRUZEIRO	Eixo principal da ER	CV
8	CUNHA	Eixo principal da ER	CV
9	GUARATINGUETÁ	Eixo principal da ER	CV
10	LAGOINHA	Área de influência da ER	CV
11	LAVRINHAS	Área de influência da ER	CV
12	LORENA	Eixo principal da ER	CV
13	PINDAMONHANGABA	Área de influência da ER	CV
14	PIQUETE	Área de influência da ER	CV
15	POTIM	Área de influência da ER	CV
16	QUELUZ	Área de influência da ER	CV
17	ROSEIRA	Área de influência da ER	CV
18	SÃO LUIZ DO PARAITINGA	Área de influência da ER	CV
19	SÃO JOSÉ DO BARREIRO	Área de influência da ER	CV
20	SILVEIRAS	Área de influência da ER	CV
21	TAUBATÉ	Área de influência da ER	CV
22	TREMEMBÉ	Área de influência da ER	CV